UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEd

LUÍS FERNANDO LOPES

O COLÉGIO BOM JESUS: DE ESCOLA ÉTNICA A ESCOLA FRANCISCANA (1896-1971)

CURITIBA
2017

LUÍS FERNANDO LOPES

O COLÉGIO BOM JESUS: DE ESCOLA ÉTNICA A ESCOLA FRANCISCANA (1896-1971)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ariclê Vechia.

CURITIBA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

L864 Lopes, Luís Fernando.
O colégio Bom Jesus: de escola étnica a escola franciscana (1896-1971) / Luís Fernando Lopes; orientadora Profª. dra. Ariclê Vechia.
298f.

Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

1. História da educação brasileira. 2. Cultura escolar. 3. Educação de imigrantes. 4. Colégio Bom Jesus. I. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação/ Doutorado em Educação. II. Título.

CDD – 370.98162

TERMO DE APROVAÇÃO

Luís Fernando Lopes

O COLÉGIO BOM JESUS: DE ESCOLA ÉTNICA A ESCOLA FRANCISCANA

Esta Tese foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

Curitiba, 30 de março de 2017.

Doutorado em Educação / PPGEd - Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado e Doutorado em Educação Universidade Tuiuti do Paraná.

Profª. Dra. Maria Antônia de Souza
Coordenadora do PPGEd - Mestrado e Doutorado em Educação

Profª. Drª. Ariclê Vechia
Presidente da Banca – UTP

Prof. Dr. Alvino Moser
Membro Titular – UNINTER

Profª. Dra. Iêda Viana
Membro Titular – UTP

Prof. Dr. Norberto Dallabrida
Membro Titular – UDESC

Prof. Dr. Ademir Valdir dos Santos
Membro Titular – UFSC

Para minha esposa Cidinha e nosso filho Gabriel.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha gratidão a todos que colaboraram comigo durante estes anos de pesquisa e estudo.

De modo muito especial, agradeço minha orientadora professora Dra. Ariclê Vechia, pela paciência e dedicação.

Aos professores Dr. Ademir Valdir dos Santos; Prof. Dr. Alvino Moser, Prof. Dr. Norberto Dallabrida; Profª Dra. Iêda Viana, Prof. Dr. Fausto dos Santos Amaral Filho e Prof.ª Dra. Josélia Schwanka Salomé pelo tempo dedicado à leitura do meu texto o e todas as observações, sugestões e colaborações dadas ao meu trabalho de pesquisa.

À minha esposa Cidinha pelo apoio e paciência, sobretudo nos momentos mais difíceis. Ao meu querido pai por toda ajuda e a toda a minha família.

Também quero manifestar minha profunda gratidão ao professor Ernani Straube e a sra. Edith Dias pelo auxílio prestado, bem como a todos os funcionários do Colégio Bom Jesus que colaboraram comigo de alguma forma.

Ao Centro Universitário Internacional UNINTER e aos meus amigos e colegas de trabalho que me apoiaram durante essa jornada. Muito obrigado!

“A experiência não apenas nos ensinou que é impossível decidir previamente se as especulações aparentemente as mais desinteressadas não se revelarão, um dia, espantosamente úteis à prática”
(MARC BLOCH, 2001, p.45).

RESUMO

Esta pesquisa de natureza histórica teve como objetivo analisar a cultura escolar do Colégio Bom Jesus de Curitiba desde a sua fundação, em 1896, até 1971. O problema de pesquisa interrogou em que medida essa instituição se insere no processo de implantação do catolicismo romanizado em Curitiba e como a cultura escolar ali desenvolvida contribuiu para formar uma parcela da elite masculina dessa sociedade. Quanto ao referencial teórico, a pesquisa se insere na perspectiva da Nova História Cultural, mais especificamente nos estudos relacionados à história das instituições escolares e cultura escolar. Desta forma, a investigação buscou compreender a "caixa preta" da instituição a partir da clave da cultura escolar na perspectiva apontada por Julia (2001). Com relação às fontes, contou-se principalmente com o acervo documental disponível no Arquivo Pro-memória do Colégio Bom Jesus e no Arquivo Central da Aldeia Franciscana. Assim, foram utilizadas fotografias, atas da mantenedora, boletins de ex-alunos, listas de matrículas, trechos de crônicas traduzidas do Convento Bom Jesus e matérias do Jornal *Der Kompass.* Contou-se ainda com alguns relatos escritos por ex-alunos de diferentes períodos publicados no livro 100 histórias do Bom Jesus e no Jornal Gazeta do Povo. Também foram consultados periódicos como o Diário da Tarde, o Boletim Eclesiástico da Diocese de Curitiba e a Revista O Cenáculo, entre outros. Os resultados confirmaram a hipótese da tese de que o fator religioso foi preponderante para a origem e a permanência em funcionamento do Colégio Bom Jesus, inicialmente uma escola étnica, que se inseriu no processo de implantação do catolicismo romanizado em Curitiba, e que a cultura escolar ali desenvolvida colaborou para a formação de uma parcela da elite masculina dessa sociedade. Constatou-se também que as mudanças ocorridas na instituição ao longo de sua trajetória relacionavam-se diretamente com a necessidade de atender recomendações legais e adequar o Colégio às demandas sociais de cada época. Desta forma visava-se a sua preservação enquanto instituição confessional a serviço da educação católica e franciscana. Espera-se que os resultados aqui alcançados possam contribuir com a historiografia da educação brasileira especialmente a dedicada ao estudo de instituições escolares e cultura escolar.

Palavras-chave: História da Educação Brasileira. Cultura Escolar. Educação de Imigrantes. Colégio Bom Jesus.

ABSTRACT

This research of historical nature had as objective to analyze the school culture of Bom Jesus School, from Curitiba from its foundation in 1896 to 1971. The research problem questioned to what extent this institution is inserted in the process of implantation of the Romanized Catholicism in Curitiba and how the school culture developed there contributed to form part of the male elite of that society. Regarding the theoretical framework, the research is inserted in the perspective of the New Cultural History, more specifically in the studies related to the history of the school institutions and school culture. This way, the investigation sought to understand the "black box" of the institution from the clef of the school culture in the perspective pointed out by Julia (2001). With regard to the sources, it was mainly related to the documentary collection available in the Pro-memory Archive of Bom Jesus School and in the Central Archive of the Franciscan Village. Thus, photographs, minutes of the maintainer, alumni bulletins, registration lists, excerpts from stories translated from Bom Jesus Monastery and articles from the Jornal Der Kompass were used. There were also some reports written by former students of different periods published in the book 100 stories of Bom Jesus and in the newspaper Gazeta do Povo. Periodicals were also consulted, such as the Diário da Tarde, the Ecclesiastical Bulletin of the Diocese of Curitiba and the Magazine O Cenáculo, among others. The results confirmed the hypothesis of the thesis that the religious factor preponderating to the origin and permanence of the Bom Jesus School, initially an ethnic school, which was inserted in the process of implantation of Roman Catholicism in Curitiba, and that school culture developed there collaborated to the formation of a portion of the masculine elite of that society. It was also observed that the changes that occurred in the institution during its trajectory were directly related to the need to meet legal recommendations and to adapt the School to the social demands of each period. This way its preservation was aimed at as a confessional institution in the service of Catholic and Franciscan education. It is hoped that the results achieved here may contribute to the historiography of Brazilian education, especially the one dedicated to the study of school institutions and school culture.

Keywords: History of Brazilian education. School Culture. Education of immigrants. College Bom Jesus.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – RECORTE DO DIÁRIO DO PADRE AULING DE 1986 94
FIGURA 2 – BOLETIM DA ALUNA TEREZA MAURER – 1902 95
FIGURA 3 – O PRIMEIRO PRÉDIO DO “BOM JESUS”. RUA DO ROSÁRIO ESQUINA COM SALDANHA MARINHO 98
FIGURA 4 – RECORTE DO JORNAL DIÁRIO DA TARDE DE 10.04.1901 107
FIGURA 5 – RECORTE DO JORNAL DIÁRIO DA TARDE DE 10.04.1901 109
FIGURA 6 – PADRE AULING COM PROFESSORES E ALUNOS DA ESCOLA EM 1898 110
FIGURA 7 - PRIMEIRA SEDE DOS FRANCISCANOS EM CURITIBA NO ALTO DE SÃO FRANCISCO 121
FIGURA 8 - IGREJA DO SENHOR BOM JESUS, INAUGURADA EM 1909 124
FIGURA 9 - 2ª SEDE DA ESCOLA 1903-1906 125
FIGURA 10 - 2ª SEDE COM ENTRADA PELA RUA 24 DE MAIO 126
FIGURA 11 - BOLETIM DO ALUNO WALDEMAR TEIXEIRA (1919) 130
FIGURA 12 - BOLETIM DO ALUNO RODOLFO BELZ (1928) 132
FIGURA 13 - REDAÇÃO DO JORNAL ALEMÃO “DER KOMPASS” APÓS TER SOFRIDO A DEPREDAÇÃO EM 1917 145
FIGURA 14 - VISTA FRONTAL ESQUERDA DA 2ª SEDE 146
FIGURA 15 - SALA DE AULA APÓS A DEPREDAÇÃO DO PRÉDIO EM OUTUBRO DE 1917 147
FIGURA 16 – BOLETIM DO ALUNO ALFREDO GROHS 150
FIGURA 17 - SEGUNDA SEDE DESTRUÍDA POR INCÊNDIO E RECONSTRUÍDA EM 1921 157
FIGURA 18 - CARTÃO MONTAGEM DAS DIVERSAS SEDES DO COLÉGIO BOM JESUS, DE 1896 A 1926 162
FIGURA 19 - ALUNOS PARTICIPANDO DA PRIMEIRA ORQUESTRA NO PARANÁ DE HARMÔNICAS DA MARCA HOHNER 163
FIGURA 20 - ALUNOS COMUNGANTES NA DÉCADA DE 1930 165
FIGURA 21 - CÓPIA DO DOCUMENTO DE REGISTRO DA ESCOLA EM 1939 185
FIGURA 22 - SALA DE DATILOGRAFIA “OLYMPIA” EM 1938 186
FIGURA 24 – SALA DE AULA NOS ANOS 30 189
FIGURA 25 – PARTE DO DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE RECONHECI - MENTO DO GINÁSIO EM 1946 195
FIGURA 26 – CONTRACAPA DE CADERNO UTILIZADO NO GINÁSIO 200
FIGURA 27 – COMUNGANTES COM SEUS FAMILIARES NA DÉCADA DE 1940 201

FIGURA 28 – AUNOS NEOCOMUNGANTES EM 1945 202
FIGURA 29 - FANFARRA DO COLÉGIO BOM JESUS NO DESFILE DE 7 DE SETEMBRO DE 1942 203
FIGURA 30 - DESFILE ESCOLAR DO DIA DA PÁTRIA DOS ALUNOS DO BOM JESUS EM 1942 204
FIGURA 31 - ALUNOS COM UNIFORME DE GINÁSTICA 206
PORTANDO BANDEIRAS NACIONAIS..... 206
FIGURA 32 – CAPA RACAPA DE CADERNO DO GINÁSIO 206
FIGURA 33 – PELOTÕES DE ALUNOS DO COLÉGIO BOM JESUS AO LADO DA IGREJA NA DÉCADA DE 1940..... 208
FIGURA 34 - BENÇÃO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO NOV PRÉDIO EM 26 DE JUNHO DE 1955 218
FIGURA 35 - NOVO PRÉDIO DO COLÉGIO EM CONSTRUÇÃO NA DÉCADA DE 50 220
FIGURA 36 - BLOCO A DO NOVO PRÉDIO NA DÉCADA DE 1950 221
FIGURA 37 - CÓPIA DO BOLETIM DE UM ALUNO EM 1955 222
FIGURA 38 - CORRESPONDÊNCIA NA CADERNETA DE UM ALUNO DA 3ª SÉRIE DO PRIMÁRIO EM 1955 231
FIGURA 39 – CAPA DO BOLETIM INFORMATIVO DO COLÉGIO BOM JESUS DE 1968 244
FIGURA 40 - RECORTE DO BOLETIM INFORMATIVO DO COLÉGIO BOM JESUS DE JUNHO DE 1968 259

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....13

2 IMIGRAÇÃO, IGREJA E EDUCAÇÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX..... 30

2.1 A EUROPA E ALEMANHA NO SÉCULO XIX 30

2.2 IGREJA CATÓLICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL: ORDENS E CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS A SERVIÇO DA ROMANIZAÇÃO 46

2.3 A REPÚBLICA E A REAÇÃO CATÓLICA: EDUCAÇÃO, UM SETOR ESTRATÉGICO..... 52

2.4 OS IMIGRANTES ALEMÃES E SUAS ESCOLAS 62

3 OS IMIGRANTES ALEMÃES EM CURITIBA E A EDUCAÇÃO (1896-1903).....76

3.1 O CONTEXTO DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA 76

3.2 A ESCOLA DO PADRE AULING : UMA ESCOLA PARA IMIGRANTES ALEMÃES CATÓLICOS EM CURITIBA.....89

4 O COLÉGIO SOB A DIREÇÃO DOS FRANCISCANOS (1903-1937) 115

4.1 A PRIMEIRA CAMPANHA NACIONALISTA E AS TRANSFORMAÇÕES NO COLÉGIO BOM JESUS 134

4.2 A ESCOLA CATÓLICA ALEMÃ DE CURITIBA NO PERÍDO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL 140

4.3 A DISCIPLINA, O ESPAÇO E AS PRÁTICAS ESCOLARES A SERVIÇO DA FORMAÇÃO CRISTÃ 153

5 A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL E AS MUDANÇAS NO COLÉGIO BOM JESUS (1937-1953)..... 173

5.1 O ESTADO NOVO: A EXTINÇÃO DA ESCOLA ALEMÃ E A FUSÃO DAS DUAS SEÇÕES 173

5.2 A CRIAÇÃO DO GINÁSIO: UMA ALTERNATIVA PARA CONTINUAR EDUCANDO E CATOLICIZANDO 191

6 MUDAR PARA PERMANECER: UM COLÉGIO RENOVADO (1953-1971) 212

6.1UM FRADE RESTAURADOR: FREI JOÃO CRISÓSTOMO ARNS 212

6.2 CONHECIMENTOS A ENSINAR 222

6.3 COMPORTAMENTOS A INCULCAR 228

6.4 UM COLÉGIO FRANCISCANO EM CURITIBA: PROJETOS INOVADORES...245

6.5 O COLÉGIO BOM JESUS E A FORMAÇÃO DE UMA PARCELA DA ELITE CURITIBANA..... 252

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 261

8 REFERÊNCIAS..... 266

ANEXOS.....281

1 INTRODUÇÃO

Estudar a história de uma sociedade é, sem dúvida, estudar também, mas não apenas, a história de suas instituições. Os projetos humanos, os sonhos, as organizações sociais num dado momento se institucionalizam, ou seja, assumem um caráter formal, organizado com base em prerrogativas, para que possam permanecer, ainda que não eternamente.

Entre as instituições com maior influência na manutenção e transformação das sociedades está a escola, como uma organização criada para promover a educação formal e com ela o tipo de sociedade almejado em cada época. Todavia, uma instituição escolar não é apenas reflexo de uma sociedade. Ela cria suas próprias regras, estipula seus objetivos, desenvolve suas próprias práticas, o que lhe confere singularidade e certa independencia (PETITAT, 1994). Com base nessas considerações, é possível afirmar que estudar a história de uma instituição escolar é investigar uma das organizações de maior influência na formação social e individual. Cada um e todos nós acabamos sendo também um pouco do que a escola fez de nós.

A instituição escolhida como objeto para esta pesquisa é um colégio confessional católico de Curitiba, fundado em 11 de maio de 1896, cujo início é marcado pela preocupação com a educação dos filhos de imigrantes alemães católicos. Seu fundador, o Padre Francisco Auling, foi um sacerdote secular alemão, natural de Münster-Westfália, missionário no Brasil que, em 1895, veio de Braço do Norte, Santa Catarina, para Curitiba a pedido do então bispo Dom José de Camargo Barros, com a missão de atender à comunidade de alemães católicos.

Em 1903, Pe. Auling retornou para sua terra natal e passou a direção da escola, por ele fundada, para os padres Franciscanos da Província restaurada da Imaculada Conceição, que também eram provenientes da Alemanha. Ao assumirem a *Katholische deutsche volks-schule zu Curityba* (Escola Elementar Alemã Católica de Curitiba), os frades também criaram uma seção com ensino em língua portuguesa (escola brasileira) denominada Escola Senhor Bom Jesus.[1] (ARNS, s/d.).

[1] Como a escola dirigida pelo Padre Auling era mista foi realizada outra separação e as meninas passaram a estudar na escola dirigida pelas Irmãs da Divina Providência, que também vieram da Alemanha. Desta forma constituíram-se a *Deutsche Mädchenschule* (Escola alemã para meninas) e a *Deutsche Knabenschule* (Escola alemã para meninos).

Essas duas seções permaneceram até 1938, quando, em virtude da campanha de nacionalização a *Deutsche Knabenschule* (escola alemã para meninos*)* foi fechada, e as duas seções se fundiram sob a denominação única de Escola do Senhor Bom Jesus. Entre os anos de 1938 até 1945, certamente um dos momentos mais conturbados da história dessa instituição, que em grande parte coincidiram com o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ela continuou em funcionamento, mas como uma escola confessional, o que também ocorreu doravante. Essa questão foi praticamente deixada de lado nas dissertações que até o momento tiveram esta instituição por objeto de estudo.

Considerando a importância histórica e a relevância social que a nstituição escolhida para estudo adquiriu no decorrer do tempo, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar a cultura escolar do Colégio Bom Jesus ao longo de sua trajetória, desde a sua fundação em 1896 até 1971, bem como sua contribuição para a formação de uma parcela masculina da sociedade curitibana (em diferentes períodos) nesses 75 anos. Para tanto, procurou-se: 1) analisar o contexto sócio-político, econômico e cultural que influenciou as práticas escolares[2] do Colégio Bom Jesus; 2) investigar as normas e finalidades que regiam a escola; e; 3) analisar as práticas escolares ‘exercitadas’ nesse Colégio que revelam uma cultura escolar própria.

A investigação da cultura escolar apoiou-se principalmente em Julia (2001), cuja proposta desafiou os historiadores da educação a voltarem-se para o interior das instituições escolares e se interrogarem sobre as práticas cotidianas, não considerando a escola apenas um lugar de reprodução social, mas de produção de uma cultura singular, ou seja, própria de cada instituição. Contudo, tal proposta voltada ao particular e que também levou a uma ampliação das fontes, já não mais restritas a documentos legais, não descartou as análises macropolíticas, mas propôs uma aproximação e complementação entre ambas. (VIDAL, 2005).

Nesta perspectiva, para a realização das análises contou-se, ainda, entre outros autores, com os aportes teóricos das contribuições de Petitat (1994), Viñao

[2] Por práticas escolares compreende-se aqui o conjunto das práticas pedagógicas e educativas. Sendo as práticas educativas aquelas que dizem respeito à inculcação de comportamentos e valores, ao passo que as práticas pedagógicas se referem mais ao ensino dos conteúdos curriculares. Contudo, não obstante essa distinção, considera-se que não há dicotomia entre ambas, pois são complementares e precisam ser analisadas para a compreensão da cultura escolar.

(2005) e Nosella e Buffa (2008). Assim, procurou-se analisar as práticas escolares que revelam a cultura escolar da instituição pois, de acordo com Julia (2001), a necessidade de conformação dos objetivos educacionais aos limites apresentados pela sociedade em cada período da história também tem impacto decisivo no estabelecimento da cultura escolar, uma vez que ela é uma "cultura conforme, e seria necessário traçar a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível". (JULIA, 2001, p. 25).

Ainda conforme Julia (2001, p. 22), "a cultura escolar é responsável pelo remodelamento dos comportamentos, pela profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências. " Dessa forma não é possível estudar a cultura escolar "sem o exame das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período da história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular" (JULIA, 2001, p. 10).

Cabe ressaltar a importância de considerar a história da educação brasileira de maneira geral, e a história do Colégio Bom Jesus em particular, no período entre 1896 e 1971 e as influências políticas, econômicas, sociais e culturais nas questões educacionais que marcaram a história dessa instituição de ensino. Essas considerações são importantes, pois o estudo de uma instituição escolar não se faz de maneira isolada. Assim, concomitantemente valoriza-se o elemento singular como expressão, mas não apenas de um contexto geral, também as repercussões particulares que se vinculam a transformações no contexto geral.

A perspectiva de análise é da História Cultural,[3] que tem se caracterizado pelos seus procedimentos e estrutura interdisciplinar. Propõe-se a "elaboração de uma história da cultura material e do mundo das emoções, das representações e das imagens mentais". (GATTI JUNIOR; PESSANHA, 2005, p. 75). Nesse sentido, como assinala Viñao (1995), ao se referir à pesquisa em história da educação, na vertente

[3] A Nova História Cultural é hoje um novo paradigma de pesquisa e sua ascensão é conhecida como teoria cultural. A teoria cultural tem seu reforço em teóricos como: Jürgen Habermas, Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault, Pierre Bourdieu. (BURKE, 2008. pp.71-76). A Nova História tem raízes no movimento dos *Annales* e "se afirma como história global, total e reivindica a renovação de todo campo da história" (LE GOFF, 1998, p. 2).

da história cultural, a cultura é vista como um conjunto de aspectos institucionalizados[4] que caracterizam a escola como organização dotada de uma cultura específica.

Ainda com relação à pesquisa sobre cultura escolar e as práticas escolares que lhes são inerentes, convém destacar que ela vem se constituindo de uma seara de investigações de muitos pesquisadores. Cada vez mais a riqueza de resultados alcançados e as teorias desenvolvidas demonstram a necessidade de aprofundar as pesquisas nesse campo. Nesse sentido, é importante para o que se propõe nesta tese fazer algumas considerações sobre o conceito e a compreensão de cultura escolar enquanto objeto histórico, com base nos referenciais de André Chervel (1990), Dominique Julia (2001), Antonio Vinão (2005) e Jean-Claude Forquim (1993). As análises desses estudiosos, consideradas suas devidas especificidades, colocam-se numa perspectiva de abertura e diálogo no campo da história cultural que, no campo específico da história da educação, comporta, entre outros elementos, a valorização de todos os sujeitos escolares, suas práticas, os espaços utilizados, o mobiliário escolar e recursos didático-pedagógicos.

Esse voltar-se para o interior da escola, para os sujeitos, para as suas práticas, para o cotidiano escolar deixa latente uma tendência na história da educação em buscar compreender a escola, seus sujeitos, enfim, sua cultura. Além disso, é possível dizer, principalmente a partir dela mesma e não apenas como reflexo de condicionamentos (sociais, políticos, econômicos, culturais) externos. Assim, tal como propõe Julia (2001) é preciso adicionar ao excessivo peso das normas a atenção às práticas. Nesse sentido é fundamental realizar um esforço de compreensão da perspectiva diferenciada que trouxe o desenvolvimento da história cultural, por meio, por exemplo, da construção teórica designada cultura escolar, no campo da historiografia da educação destacando-se os autores: Chervel (1990), Julia (2001), Viñao (2005), e Forquim (1993).

Como pioneiro da temática da cultura escolar temos André Chervel (1990), com o texto: “História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”.

---

[4] Para Viñao Frago (1995) há um conjunto de aspectos institucionalizados, a saber: 1) História cotidiana do fazer escolar: práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos. 2) Objetos materiais: funções, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação e desaparecimento. 3) Modos de pensar (linguagem). Porém, há elementos mais relevantes que são organizados e que conformam e definem a mente e as ações, a saber: espaço escolar, tempo escolar e forma de comunicação (linguagem) (GATTI JUNIOR; PESSANHA, 2005, p. 76).

Nesse trabalho, Chervel trata da temática da construção das disciplinas escolares, particularmente sobre o ensino do francês, por meio do qual critica os esquemas explicativos que posicionavam o saber escolar como um saber inferior ou derivado dos saberes superiores desenvolvidos pelas universidades. Um dos exemplos mais contundentes apresentados por Chervel (1990, p. 181) é o da história da gramática, pois ela mostra que contrariamente ao que frequentemente se acredita, “a teoria gramatical ensinada na escola não é expressão das ciências ditas de referência, [...] foi historicamente criada pela própria escola, na escola e para a escola”.

Como se pode notar, Chervel (1990) se contrapõe à noção da escola como simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela, lugar, portanto, do conservadorismo, da rotina e da inércia. Para ele, a instituição escolar é capaz de produzir um saber específico, cujos efeitos estendem-se sobre a sociedade e a cultura. Em outras palavras, para ele, a escola é mais um espaço de criação, do que de simples reprodução de valores, normas, conteúdos, disciplinas, entre outros elementos. Desse modo, as disciplinas são produzidas no interior da escola em suas relações com a cultura escolar e intervêm igualmente na história cultural da sociedade. “Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular” (CHERVEL, 1990, p. 181).

Dessa manifestação precursora trazida por Chervel estende-se o esforço exploratório empreendido depois por Julia (2001), o qual elaborou uma definição de cultura escolar que se tornou fundamental para o entendimento desse conceito:

> Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p 10).

Considerando a proposta central do texto em que essa definição é apresentada, nota-se que Julia não considera a cultura escolar como algo isolado da cultura geral mas, pelo contrário, chama atenção para o fato de que a cultura escolar não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém com as culturas lhe que são contemporâneas. Esse autor considera três perspectivas de análise para entender a cultura escolar. A primeira está relacionada às normas e finalidades que regem a escola. Nessa perspectiva, ao analisar o conjunto de normas

que estruturam o espaço escolar e seu regimento, é possível perceber a que veio essa instituição e qual a sua finalidade no contexto no qual se insere. A segunda perspectiva corresponde à avaliação do papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador, ou seja, relaciona-se à formação e itinerário de vida dos professores. A terceira perspectiva diz respeito à análise dos conteúdos ensinados e as práticas escolares estabelecidas, pois, por meio delas, é possível compreender como se deram as práticas educativas utilizadas em sala de aula e quais foram seus objetivos.

Segundo Julia (2001), os historiadores da educação trabalhando na maioria das vezes com base em textos normativos, acabaram por valorizar demasiadamente modelos e projetos e entender a cultura escolar como um isolamento, contra o qual as restrições e as contradições do mundo exterior viriam a se chocar. Assim, por exemplo, no colégio jesuíta as hierarquias das antigas ordens seriam substituídas, como por milagre, pela igualdade fundada no mérito individual, e os ruídos da corte e da cidade não penetrariam nos pátios de recreio e nas salas de aula. Para Julia (2001, p. 12), essa visão um pouco idílica da potência absoluta dos projetos pedagógicos conforma uma utopia contemporânea e "tem muito pouco a ver com a história sócio-cultural da escola", pois "despreza as resistências, as tensões e os apoios que os projetos têm encontrado no curso de sua execução". Desse modo, Julia esclarece que para evitar essa ilusão de um "total poder da escola", é preciso voltar-se para o seu funcionamento interno e procurar abrir a sua "caixa preta".

Ainda de acordo com Julia (2001), perspectivas como a da história das ideias pedagógicas, respeitadas suas contribuições, revelam-se demasiadamente "externalistas" numa busca interminável por origens e influências. Da mesma forma, a história das populações escolares, emprestando métodos e conceitos da sociologia, dedicou mais atenção aos mecanismos de seleção e exclusão social praticados na escola que aos trabalhos escolares que conduziram a tal discriminação. Diante dessa realidade, segundo Julia (2001, p. 12):

> É de fato a história das disciplinas escolares, hoje em plena expansão, que procura preencher esta lacuna. Ela tenta identificar, tanto através das práticas de ensino utilizadas na sala de aula como através dos grandes objetivos que presidiram a constituição das disciplinas, o núcleo duro que pode constituir uma história renovada da educação. Ela abre, em todo caso, para retomar uma metáfora aeronáutica, a "caixa preta" da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular.

Contudo, é preciso esclarecer que não se trata de negar a existência de relações entre os fazeres ordinários dos indivíduos na instituição escolar e os planos dos governos e das igrejas (políticas e ideias pedagógicas), mas sim de ressaltar a complexidade dessas relações e mesmo as possibilidades daquilo que é idealizado no interior das escolas alcançar o estatuto de norma geral.

Assim, o estudo da cultura escolar nessa perspectiva demonstra que a escola não é somente um lugar de transmissão de conhecimentos, mas é, ao mesmo tempo, e talvez principalmente, um lugar de "inculcação de comportamentos e de *habitus*" (JULIA, 2001, p. 14). As necessidades de conformação dos objetivos educacionais aos limites apresentados pela sociedade, em cada período da história têm impacto decisivo no estabelecimento da cultura escolar, pois ela é uma "cultura conforme, e seria necessário traçar, a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível" (JULIA, 2001, p. 25).

Nesse espaço institucional em que a cultura escolar ou cultura da escola é disseminada, as disciplinas escolares, com seus conteúdos específicos, têm papel significativo, pois como afirma Julia:

> O estudo histórico das disciplinas escolares mostra que diante das disposições gerais atribuídas pela sociedade à escola, os professores dispõem de uma ampla liberdade de manobra: a escola não é lugar de rotina e da coação e o professor não é agente de uma didática que lhe seria imposta de fora (JULIA, 2001, p. 33).

Com essa afirmação, Julia (2001, p. 33) explica que, apesar da pressão de agentes externos, é possível questionar a natureza de seu ensino e a única restrição aplicada ao professor é em relação aos seus alunos, ou seja, que saberes funcionam e não funcionam diante desse público. Assim, a escola, como um espaço de produção de conhecimentos tem em suas práticas educativas e em seus objetivos sociais, uma forma de disseminar sua cultura por meio de seus alunos, pois são eles os responsáveis em propagar os valores e a identidade da instituição escolar a que pertencem.

Já Viñao (2005), em um trabalho intitulado "Espaço, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada", partindo do pressuposto de que a localização e a disposição física dos espaços destinados a uma

finalidade determinada refletem tanto sua natureza quanto sua importância no seio de uma Instituição, afirma que um dos elementos-chave na configuração da cultura escolar de uma determinada instituição, ao lado da distribuição e uso do tempo, bem como dos discursos e tecnologias de comunicação nela utilizados "é a distribuição e os usos do espaço, ou seja, a dupla configuração deste último como lugar e como território" (VIÑAO, 2005, p. 17).

Essa constituição do espaço como lugar apresenta-se como um salto qualitativo, que implica na passagem do espaço ao lugar que, por sua vez, é uma consequência da ocupação e uso do espaço pelo homem. Nesse sentido, a forma como a escola procura se organizar reforça os mecanismos geradores de adaptação e de dominação. Ressalta-se que são esses mecanismos que têm a função de informar os processos pedagógicos, organizativos, de gestão e de tomada de decisões que acontecem no espaço interno da instituição escolar, situados muito além do que está escrito na legislação educacional, isso porque cada escola tem uma maneira muito específica de exercer as normas internamente. Então, entende-se que toda instituição de ensino produz uma cultura escolar e, nessa perspectiva, pode-se afirmar que essa cultura escolar é determinante para dar identidade à mesma, pois a escola está alicerçada em um conjunto de normas, valores, ritos e procedimentos pedagógicos que vão lhe dar uma característica única e portadora de cultura própria.

Dessas afirmações é possível ratificar que na perspectiva defendida por Viñao (2005), o prédio da escola, sua localização, a disposição dos seus espaços internos, o mobiliário e outros objetos, ou, em uma palavra - a materialidade da escola - também educa e se constitui como elemento que precisa ser analisado para que se possa chegar à configuração da cultura escolar de uma determinada instituição. Forquim (1993)[5], por sua vez, entende a educação, concomitantemente, como reflexo e transmissão da cultura. Das suas considerações é possível inferir que uma análise

[5] Forquin (1993, p.10) assinala que: Quer se tome a palavra "educação" no sentido amplo, de formação e socialização do indivíduo, quer se restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que, se toda a educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também, necessariamente a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências crenças, hábitos, valores que constituem o que se chama de "conteúdo da educação". Devido ao fato de que este conteúdo parece irredutível ao que há de particular e de contingente na experiência subjetiva ou intersubjetiva imediata, constituindo, antes, a moldura, o suporte e a forma de toda experiência individual possível, devido, então, a que este conteúdo que se transmite na educação é sempre alguma coisa que nos precede, nos ultrapassa e nos institui enquanto sujeitos humanos pode-se perfeitamente dar-lhe o nome de cultura.

coerente do fenômeno educação e especificamente de uma Instituição escolar em particular, se quisermos dar um exemplo, passa pela consideração do contexto cultural em que ela se desenvolve. Assim, a análise do que seja a educação e como ela se realiza em uma sociedade passa pelo exame da cultura[6] dessa sociedade, já que a educação é, ao mesmo tempo, um reflexo e transmissão dessa cultura e se identifica com ela mesma[7].

Em síntese, o que se pode notar do estudo dos textos de Julia (2001), Chervel (1990), Viñao (2005) e Forquim (1993) é a confluência na indicação de que no estudo da cultura escolar como objeto histórico é necessário atrelar a interpretação e análise das normas ao exame das práticas, o que se procurou realizar ao longo desta pesquisa. Assim, buscou-se analisar a cultura escolar do Colégio Bom Jesus e contribuir com as pesquisas já existentes, mediante um novo olhar direcionado para a cultura escolar por meio do estudo de práticas escolares que dela fazem parte. O estudo também ganhou relevância pela sua originalidade, uma vez que a instituição analisada não foi objeto de pesquisa para elaboração de nenhuma tese de doutorado.

A origem do Colégio Bom Jesus tem relação com a *Katholische Deutsche Volks-Schule zu Curityba* (Escola Elementar Alemã Católica de Curitiba), que a partir de junho 1903 passou a ser dirigida pelos religiosos Franciscanos. O ideal franciscano, os valores e a forma de vida propostos por São Francisco de Assis sempre me despertaram profunda admiração. Assim, meu interesse primeiro pela história dessa instituição está relacionado ao fato de ter recebido formação em seminário religioso[8] durante doze anos. Nesta perspectiva, Nosella e Buffa (2008, p. 25) afirmam que é importante que o pesquisador tenha uma relação de profunda empatia com o objeto escolhido, embora guardando certa distância.

---

[6] Quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para o controle do comportamento, fontes de informação extra-somáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que realmente eles se tornam, um por um. Torna-se humano é torna-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção as nossas vidas. Os padrões culturais envolvidos não são gerais, mas específicos (GEERTZ, 1989, p. 64).

[7] Contudo, conforme explica Forquim (1993, p.14), esta ênfase colocada na função de conservação e transmissão não pode impedir a percepção da especificidade e seletividade da cultura escolar. Isso porque toda educação de tipo escolar pressupõe uma dupla exigência de seleção na cultura e reelaboração didática, o que implica na necessidade de "construir uma verdadeira problemática das relações entre escola e cultura.

[8] Fiz parte da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos – OFMCap entre 1994 e 2006. No entanto, vale ressaltar que não fui aluno e nem trabalhei no Colégio Bom Jesus.

Por outro lado, o fato de se tratar de uma instituição escolar e a consciência de que o trabalho com a educação formal não constitui parte fundamental do carisma franciscano, como proposto por São Francisco, proporciona o distanciamento necessário para evitar o risco de dar, ao estudo proposto, um tom laudatório e pouco crítico (NOSELLA e BUFFA, 2008, p. 26).

O Colégio Bom Jesus também marcou relativamente a história de Curitiba, sobretudo a história de parte dos primeiros imigrantes alemães na capital paranaense e, posteriormente, de uma parte considerável da elite curitibana. Nesse sentido, o estudo da história dessa instituição reveste-se de uma importância social ímpar para a cidade.

Dessa maneira, Magalhães (1996, p.2) salienta que compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, "contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico". Assim, é fundamental compreender como essa educação católica transpôs os muros do colégio, e inversamente, como se deram as "transferências culturais operadas a partir de outros setores em direção à escola" (JULIA, 2001, p. 37).

Além dos pontos supracitados, é de relevância para a história da educação investigar o contexto da cultura escolar vigente no Colégio Bom Jesus, o qual, num primeiro momento, oferecia uma educação dirigida a uma população constituída pelos filhos de imigrantes alemães católicos. Posteriormente, porém, passou a direcionar-se à formação de uma determinada camada da população curitibana. Em um passado não muito distante, entretanto, o colégio foi ampliado e dividido para atender tanto os filhos de imigrantes alemães quanto à comunidade em geral.

O interesse pelo estudo da história das instituições escolares tem se ampliado nas últimas décadas. Nessa perspectiva, Ester Buffa e Paolo Nosella (1996), com o trabalho: "*Schola Mater"* - a antiga Escola Normal de São Carlos: 1911-1933, marcaram o início de uma importante produção dos autores no âmbito da história das instituições escolares no Brasil. Em relação a instituições católicas podem-se citar autores como Dallabrida (2001), com seu trabalho intitulado: "A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República"; Boschilia (2002), que pesquisou

o Colégio Santa Maria, espaço escolar confessional para meninos na cidade de Curitiba entre (1925-1965)**;** Klein (2014), que analisou a trajetória histórica do colégio Santos Anjos de Porto União Santa Catarina, da Congregação das irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, no período de 1917-1970; Pereira (2014), com seu trabalho intitulado: "O modo francês de ensinar: a cultura escolar do Colégio Cajuru de Curitiba", entre outros.

Com relação ao Colégio Bom Jesus, vários estudos já foram realizados. Entre esses trabalhos de pesquisa destaca-se a obra de Arns (1997), intitulada: "Uma escola centenária em sua moldura histórica", a qual apresenta informações inéditas sobre o colégio, entre elas, como se deu a fundação do Colégio pelo Pe. Aulling, em 1896, com o apoio da Igreja Católica. A obra expõe as relações entre os alemães, a imprensa, a Igreja Católica, a comunidade protestante e reconstrói a história do Colégio Bom Jesus com base em depoimentos, fotografias, notícias de jornais e outros documentos históricos, entre os quais merece destaque o diário deixado pelo Pe. Aulling.

Também o trabalho de Renk (2004), intitulado "A educação dos imigrantes alemães católicos em Curitiba", analisa a trajetória histórica dessa instituição entre 1896 e 1938 defendendo a ideia de que os grupos étnicos precisam ser definidos nas relações interétnicas e não a partir de sua cultura. Por estar circunscrito ao recorte temporal indicado, tal estudo não abordou algumas transformações importantes que ocorreram posteriormente ao longo da trajetória da instituição, o que se procurou fazer nesta pesquisa ampliando a delimitação temporal, considerando o intervalo de 1896 até 1971.

A dissertação de Negrão (2008), intitulada "Imigração alemã e educação católica na Curitiba de finais do século XIX e início do XX", procurou empreender uma análise histórica das relações entre o Colégio Bom Jesus, a Igreja Católica e a política de imigração adotada pelo Brasil no século XIX. Conforme Negrão (2008), por intermédio de uma política de expansão da doutrina católica a igreja encontrou, nas colônias de imigrantes no Brasil, um dos caminhos para sua expansão, com a abertura de Igrejas e escolas nessas colônias. Seu trabalho de pesquisa, tal como o de Renk (2000), abordou o período entre 1896, ano da fundação do Colégio Bom Jesus, e 1938.

Com relação ao processo de escolarização dos imigrantes, podemos destacar os trabalhos de Kreutz (1991, 1998, 2001, 2005), realizado com base na documentação existente no Rio Grande do Sul, bem como os de Dalabrida (2001) e Klug (1994, 2003) que tratam das experiências catarinenses. Merecem ser citados ainda os trabalhos de Müller (1994), Rambo (1994,1996) e Santos (2003).

Entre as pesquisas acadêmicas que tratam da educação de imigrantes no Paraná destacam-se: a tese de Vechia (1998), intitulada: "Imigração e educação em Curitiba (1853 – 1889)" e a de Souza (2006) que trata da "*Deutshe Schule",* a Escola Alemã de Curitiba.[9]

A tese de Vechia faz uma análise das comunidades de imigrantes radicados em Curitiba na metade do século XIX, entendendo sua formação social como microsociedades inseridas em uma sociedade maior. Essas comunidades, como explica a autora, buscavam reconstruir o modo de vida da terra natal e garantir a sua transmissão às gerações futuras. Destaca que a educação era o principal elemento de manutenção da identidade étnica dessas comunidades.

Já o trabalho de Souza (2006) é um estudo da Escola alemã Protestante de Curitiba, cuja categoria de análise é a cultura escolar. O trabalho procura compreender a proposta educacional da *Deutsche Schule*[10] como um meio de construção e preservação de um patrimônio cultural exclusivo dos possuidores de raízes germânicas.

---

[9] Vechia (1998, p.135) com base na Correspondência de Governo, códice 680, fls. 35-37 de 1867, afirma que se tratava de uma Escola de Primeiras Letras fundada em 1867 por iniciativa da Comunidade Evangélica para atender as crianças da comunidade

[10] De acordo com Fugmann (2010 p.111-113) a Escola Alemã em Curitiba ficou sob a direção da Comunidade Evangélica Alemã até 1884, quando foi criada uma União Escolar que era interconfessional. As aulas eram dadas no templo evangélico, e a União Escolar pagava aluguel mensal de 40$000. A Província subvencionou a escola com 1:200$000 por ano, mas isso era feito muito irregularmente com vales que, descontados, davam somente 800$000. Também a Prefeitura pôs à disposição um terreno, o qual, porém, teve que ser passado ao Exército de modo que em 1891 foi destinado outro local para a escola. No mesmo ano a construção começou e, em julho de 1892, o novo prédio foi ocupado. Uma situação significativa ocorreu em 22 de janeiro de 1893. Crianças das duas confissões frequentavam a escola e tinham aulas de religião. Então, Anton Schneider descobriu que havia sido aprovada uma proposta de B. Andam para que a escola não tivesse confissão religiosa e que, assim, fossem suspensas as aulas de religião. Entretanto, essa decisão não foi registrada em ata, o que trouxe consequências. Constatada a falha, decidiu-se pela suspensão do ensino religioso, apesar do pedido do pastor Schultz para que o ensino religioso fosse mantido. O resultado foi a fundação de uma escola evangélica da comunidade, de modo que se formou uma segunda comunidade, a Comunidade Evangélica Luterana de Cristo, que durante alguns anos teve sua própria escola, a qual somente foi dissolvida quando a Escola Alemã novamente introduziu o ensino bíblico. Em 1893 a Escola alemã tinha seis classes com 349 alunos. A remuneração mensal era de 100$000 para três professores e 70$000 para uma professora.

Considerando as pesquisas anteriormente mencionadas que, entre outros elementos, demonstram a relevância do estudo da história das instituições escolares, a relação entre imigração e educação, a presença das questões étnicas e religiosas, convém mencionar que o problema de pesquisa para a elaboração desta tese originou-se do fato de investigar as influências da Igreja Católica no campo educacional. A própria origem do Colégio estudado já aponta um indício importante dessa problemática. Assim, conforme está registrado no diário do Padre Auling, o fato de não poder oferecer ensino religioso aos filhos de alemães católicos na *Deutsche Schule* (Escola alemã) foi um dos principais fatores que o motivaram a criar uma escola católica para os filhos dos imigrantes alemães católicos. Desta maneira a tese teve como problema de pesquisa:

Em que medida o Colégio Bom Jesus se insere no processo de implantação do catolicismo romanizado em Curitiba e como a cultura escolar desenvolvida nessa instituição escolar de caráter confessional contribuiu posteriormente para a formação de uma parcela da elite masculina dessa sociedade?

Considerou-se como hipótese nesta pesquisa que o fator religioso foi preponderante para a origem e a permanência em funcionamento do Colégio Bom Jesus, inicialmente uma escola étnica,[11] que se inseriu no processo de implantação do catolicismo romanizado em Curitiba e a cultura escolar ali desenvolvida contribuiu para formação de parte de uma elite masculina dessa sociedade.

Desse modo, procurou-se investigar se a cultura escolar, as práticas escolares, desenvolvidas nessa Instituição no período de 1896 a 1971 confirmam essa hipótese. Partiu-se do pressuposto de que o Colégio Bom Jesus passou por várias reformulações no decorrer do tempo para manter-se em funcionamento, mas sem jamais perder a sua proposta inicial de ser uma instituição confessional a serviço dos objetivos eclesiásticos. Assim, todos os demais aspectos da cultura escolar são elementos que em última análise deveriam colaborar para que um objetivo maior da

[11] Conforme Seyferth (1990, p. 82) é no final do século XIX que algumas instituições comunitárias [...] apareceram como divulgadoras dos valores étnicos, preservados pelos imigrantes e transmitidos de uma geração a outra. A língua materna e a cultura nacional seriam preservadas através da escola, da igreja, das associações, mas acima de tudo através da palavra escrita, no sentido de marcar a diferença de um grupo em relação aos outros. Estas instituições formais serviram de veiculadoras e perpetuadoras da etnicidade [...]

instituição fosse atingido, a difusão e a manutenção da fé católica na sociedade curitibana.

Com relação ao recorte temporal, optou-se por circunscrever esta pesquisa no período que se estende de 1896 a 1971**.** No entanto, considera-se essa problemática na perspectiva do seu desenvolvimento dentro do seu contexto internacional, nacional e local, uma vez que a tese tem como objeto de pesquisa uma escola que inicialmente foi criada para atender imigrantes alemães católicos. A justificativa para este recorte temporal (1896-1971) decorre principalmente do fato de abranger um período considerável da história da instituição, posterior a 1938, que ainda não foi objeto de estudos para produção de dissertações ou teses. O marco inicial refere-se à gênese da escola como uma instituição étnica e católica. Já o marco final foi definido em razão das mudanças decorrentes da reforma promovida pela Lei 5.692/71, que reorganizou o ensino em 1º e 2º graus. Consequentemente, o Colégio Bom Jesus precisou adequar-se e isso provocou mudanças em seus currículos e normas. Todavia, foi necessário considerar um âmbito cronológico mais amplo, tanto anterior como posteriormente, por se tratar de uma pesquisa histórica, bem como a disponibilidade de fontes que contemplam o recorte temporal delimitado na pesquisa. Com relação aos aspectos metodológicos, se insere na vertente da história das instituições escolares e da cultura escolar. Desta forma, para a escolha das categorias de análise[12], tomou-se como referência principal as recomendações de Julia (2001), que apontou eixos-perspectivas para a compreensão da cultura escolar como objeto histórico.

Desse modo, com base em Julia (2001), elegeu-se como categorias de análise desta pesquisa o exame dos seguintes aspectos da instituição escolar: 1) normas e finalidades que regiam a escola; 2) o perfil do corpo de professores; 3) os conteúdos ensinados e as práticas escolares. Ainda com relação às categorias de análise, convém salientar que o destaque conferido aos relatos de ex-alunos ao longo deste trabalho apoiou-se no questionamento deixado por Julia (2001, p. 37), qual seja: “O que sobra da escola depois da escola? Ou seja, quais foram as marcas que ela realmente imprimiu nos indivíduos de uma sociedade?” Nesse sentido, também

[12] Quanto aos estudos que tomam como base esses aportes teórico-metodológicos e propõem categorias de estudo, pode-se destacar ainda os trabalhos de Julia (2001), Magalhães (2005), Viñao (2005); Escolano (2003) e Nosella e Buffa (2008).

Nosella e Buffa (2013, p. 71) afirmam que “as conclusões que o pesquisador tira do estudo de trajetórias não decorre de análises quantitativas. O significado social de uma escola é apreendido pela análise qualitativa das trajetórias de seus ex-alunos”.

Os procedimentos metodológicos incluem: levantamento das fontes documentais, catalogação, análise das condições de produção dessas fontes e das informações nelas contidas para posterior escrita. São utilizadas, entre outras, as seguintes fontes: o diário deixado pelo Padre Auling; o livro de crônicas do Convento Bom Jesus (o que dele se encontrou traduzido), livros didáticos utilizados pelo colégio disponíveis no acervo histórico da instituição, cadernos, fichas de ocorrências e disciplina, provas, recortes de jornais e revistas com notícias sobre o colégio, da imprensa local e nacional, fotografias e artigos das comemorações e festividades cívicas e religiosas, relatos publicados por ex-alunos e professores, regulamentos do colégio e outros documentos oficiais disponíveis no acervo da escola, livros de atas, fotografias de ex-alunos e ex-professores, fotografias da construção e arquitetura do colégio, pastas de documentos com certificados, diplomas, autorizações, decretos e legislações referentes ao colégio, livros de matrícula, diários de classe.

Também foram consultados livros, dissertações e artigos sobre o Colégio Bom Jesus, educação de imigrantes, história da Ordem Franciscana e a presença dos franciscanos na educação brasileira. Além disso, dedicou-se atenção à bibliografia de autores que fundamentam teoricamente a pesquisa, Leis, Regulamentos e Decretos do Estado do Paraná e do Brasil que se referem à História da Educação e concernentes ao Colégio Bom Jesus no período estudado.

Estudar a história da educação focalizando instituições escolares não é uma tarefa fácil, pois é necessário ir além dos aspectos de valorização dos fundadores e do escopo da própria instituição e olhar atentamente os processos históricos e sociais pelos quais esta instituição passou, sobretudo no que tange aos aspectos da legislação e propostas educacionais de cada momento histórico e compará-los à luz da prática pedagógica que estava sendo empregada pela instituição de ensino.

Diante disso, se faz necessário a investigação do que motivou a existência e continuidade dessa instituição, tal como os meios que ela se utilizou para conseguir se manter através dos tempos, seja tanto no que diz respeito aos aspectos pedagógicos, suas práticas de ensino, como também em relação aos aspectos políticos e econômicos que acompanharam seu desenvolvimento durante a

modernização da localidade e transformações diversas. É nesse sentido que Santos e Vechia (2008, p. 10) nos orientam para o fato de que “a discussão acerca da cultura escolar e a caracterização histórica das práticas pedagógicas são objetos de novos estudos, configurando uma historiografia com pressupostos teóricos e metodológicos particulares”.

No que diz respeito à sua organização, o texto está divido em cinco capítulos. No primeiro, busca-se realizar uma análise do contexto histórico europeu, particularmente da Alemanha ao longo do século XIX e início do XX, durante o qual ocorreu o processo migratório de alemães para o Brasil. Dedica-se atenção também à trajetória da Igreja Católica nesse período e suas transformações que, entre outras implicações, conduziram a uma expansão missionária, cujas raízes podem ser buscadas no Iluminismo. Salienta-se que as congregações religiosas que vieram para o Brasil tiveram no campo educacional um dos principais espaços de atuação, especialmente nas regiões de imigração.

No segundo capítulo, que contempla os anos de 1896 a 1903, com o intuito de se aproximar dos pressupostos que possibilitaram a manutenção do Colégio Bom Jesus, procura-se analisar a relação dos imigrantes alemães que chegaram em Curitiba com a educação. Esses imigrantes já traziam da Pátria de origem uma preocupação com a educação. A escola era considerada uma instituição fundamental para a preservação dos elementos culturais que lhes conferiam identidade étnica, destacando-se a língua e a religião. Analisa-se o contexto da fundação da escola e as transformações pelas quais ela passou na passagem do século XIX para o século XX. Enfatiza-se o processo de passagem da direção da escola para os franciscanos que se concretizou em 1903.

No capítulo terceiro, intitulado: “O colégio sob a direção dos Franciscanos”, e que abrange o período de 1903 até 1937, enfatizam-se as consequências para o Colégio Bom Jesus, advindas das mudanças que no cenário nacional e estadual procuraram regulamentar as diretrizes para a nacionalização do ensino no país, uma vez que o foco dessas discussões estava em torno da criação de leis que procuravam, entre outros elementos, retirar o uso da língua alemã das escolas. Caracteriza-se a educação católica oferecida no colégio num período que em parte é também marcado pelo anticlericalismo.

No quarto capítulo, que abrange o recorte temporal entre 1937 e 1953, enfatizam-se as transformações ocorridas na instituição por conta da nacionalização do ensino e a extinção “legal” das escolas estrangeiras. O fechamento da seção alemã da escola em 1938 e a criação do curso ginasial em 1946 são os dois tópicos balizadores das análises realizadas nesse período. Ressalta-se a importância do fator religioso como elemento caracterizador da cultura escolar e ao mesmo tempo justificador para a continuidade da instituição, apesar da campanha de nacionalização nesse período que, em parte, coincidiu com os anos da Segunda Guerra Mundial (1939 -1945) e, no Brasil, com o governo de Getúlio Vargas. Salienta-se também que a criação do ginásio, em 1946, foi uma das medidas adotadas para que a escola pudesse permanecer em funcionamento. Para tanto, foi decisiva a atuação do diretor Frei Quirino Adolpho Schmitz.

Por fim, no quinto capítulo, apresentam-se as mudanças que ocorreram no Colégio Bom Jesus entre 1953 e 1971. Destaca-se a atuação do diretor, Frei João Crisóstomo Arns, que, além de promover uma reestruturação administrativa, de modo a oferecer estabilidade ao funcionamento da escola, também se empenhou rigorosamente para garantir uma identidade franciscana à instituição. Assim, destaca-se a presença na escola do elemento religioso pela ênfase à ação pastoral. Tal fato vai ao encontro do que aqui se defende, ou seja, que o elemento religioso, presente desde o início da fundação da escola, foi fundamental para a manutenção do colégio, sobretudo após a nacionalização do ensino.

Espera-se que os resultados alcançados nesta pesquisa possam contribuir para o avanço dos estudos sobre história da educação no Brasil e, de modo especial, no campo da história das instituições escolares, focalizando a educação de imigrantes e cultura escolar.

2 IMIGRAÇÃO, IGREJA E EDUCAÇÃO NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

A proposta deste capítulo foi lançar um olhar sobre as transformações ocorridas na Europa e, particularmente, na área que a partir de 1871 se definiu como Alemanha. Nesse período, que compreende as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX intensificou-se o processo migratório de alemães para o Brasil. Dessa maneira, dedicou-se atenção também à trajetória da Igreja Católica nesse espaço de tempo e suas transformações que, entre outras implicações, conduziram a uma expansão missionária tendo em vista a disseminação pelo mundo do catolicismo romanizado.

Com base nas análises de respeitáveis pesquisadores procurou-se caracterizar a região de onde partiram grande número de imigrantes para o Brasil. Também buscou-se enfatizar os elementos característicos da cultura do imigrante alemão, destacando a língua e a religião que, consequentemente, demandam a necessidade de educação para que possam ser cultivadas e preservadas.

2.1 A EUROPA E ALEMANHA NO SÉCULO XIX

A análise do contexto histórico da Europa[13] e, particularmente, da Alemanha, ao longo do século XIX e início do XX, no qual se dá o processo emigratório de alemães para o Brasil, bem como da situação da Igreja Católica e suas transformações que, entre outras implicações, conduziram a uma expansão missionária, requer que se faça um recuo histórico, cujas raízes podem ser buscadas no Iluminismo, cujo ápice aconteceu no século XVIII.

O Iluminismo[14] foi um movimento cultural de valorização do ser humano e principalmente de confiança no poder da razão como guia e crítica em todos os

[13] A Europa, durante o século XIX, foi sacudida por guerras e por significativos movimentos revolucionários de unificações, com destaque para a Alemanha e Itália. No mesmo nível de importância política, e paralela a esses acontecimentos, o surgimento da Revolução Industrial foi um marco nas relações econômicas entre trabalho e propriedade nos países europeus, e motivador de crises na economia agrária. “Nunca houve na história um século mais europeu, nem tornará a haver”. (HOBSBAWM, 2015, p.37).

[14] Segundo Abbagnano (2000, p. 535), o Iluminismo compreende três aspectos distintos e coerentes:1º extensão da crítica a toda e qualquer crença e conhecimento sem exceção; 2º realização de um conhecimento que, por estar aberto à crítica, inclua e organize os instrumentos da própria correção; 3º uso efetivo, em todos os campos, do conhecimento assim atingido, com o fim de melhorar a vida privada e social dos homens.

campos da experiência humana. Contudo, é preciso considerar que o advento do Iluminismo se dá ao longo de um processo histórico e já no século XVI tem-se um momento de grandes transformações, uma época de transição, entre uma tradição que ainda sobrevive e uma nova visão de mundo que era anunciada. As grandes navegações iniciadas no século XVI, como também a descoberta da América, alteram radicalmente a concepção que os homens tinham da Terra. Os avanços na astronomia com Galileu, Kepler, Giordano Bruno revolucionaram o modo de considerar o mundo físico. Galileu, após direcionar seu telescópio para o espaço, pode comprovar incontestavelmente que a hipótese de Copérnico era uma teoria válida. Além disso, o homem europeu descobre que há outras ideias, bem diferentes daquelas que tinha aceitado até então (MARCONDES, 1997).

Nesse contexto, destaca-se o filósofo René Descartes, com uma de suas obras mais conhecidas, o "Discurso do Método". Contudo, Abbagnano (2000) explica que, mais do que extensão, o Iluminismo é correção fundamental do cartesianismo, pois, para Descartes, a crítica racional não tinha espaço fora da ciência e da metafísica. Assim, a política e a religião continuariam tabus. O compromisso do Iluminismo, contudo, é "não bloquear a razão em nenhum campo e nenhum nível". Assim, o Iluminismo não indica somente o uso crítico da razão, mas também "o compromisso de fazer uso dos resultados obtidos para melhorar a vida individual e social do homem" (ABBAGNANO, 2000, p. 536). Esse aspecto, segundo Abbagnano (2000, p.536), é responsável por duas concepções fundamentais na cultura moderna e contemporânea, que merecem destaque: a concepção de tolerância e a de progresso[15]. A decadência do Feudalismo, a Reforma Protestante, que abalou a autoridade universal da Igreja Católica, unidas às questões abordadas anteriormente, são algumas referências históricas que caracterizam as grandes mudanças que ocorreram nesse período.

No século XV, e mais ainda no século XVI, por razões sociais e intelectuais, a noção de ordenamento divino uniforme que vigorava na Idade Média entrou numa

[15] O princípio da tolerância religiosa, que não só exige a convivência pacífica das várias confissões religiosas, mas também impede que a religião se torne um instrumento de governo, encontra no Iluminismo a primeira defesa no sentido de defini-lo como elemento da cultura ocidental, não suscetível de negação no âmbito dessa mesma cultura. Por outro lado, o compromisso de transformação, próprio do Iluminismo, leva à concepção de história como progresso, ou seja, com possibilidade de melhoria do ponto de vista do saber e dos modos de vida do homem. Voltaire, Condorcet e Turgot são os que mais contribuem para formular a noção de um devir histórico aberto à obra do homem, suscetível de receber as marcas que o homem lhe quer imprimir. (ABBAGNANO, 2000, p. 536).

crise profunda. O período entre 1450 e 1550 é de grandes transformações, tanto na economia como na sociedade, na política, na cultura e na religião. A estrutura rural é abalada, as cidades e a burguesia ascendem. O Império e a Igreja, que até ali eram instâncias maiores interessadas no poder, foram enfraquecidas pelo processo de formação dos estados nacionais no início da era moderna. E como uma reação direta às guerras religiosas, feitas em nome da fé, surge o Estado Moderno, uma solução absolutista para um problema de verdade religiosa. Assim, a Igreja na Era Moderna apresenta estreita relação com esses acontecimentos. Contudo, conforme salienta Wiedenhofer (2002), se na sociedade ocorre um processo de secularização, paralelamente ocorre uma sacralização da religião. Se a sociedade é estatizada, na religião ocorre simultaneamente a eclesialização, ou seja, formação de uma esfera especial dentro dessa mesma sociedade.

Na passagem do século XVII para o XVIII essa situação ficou ainda mais aguda, uma vez que o avanço das ideias modernas conduziu ao Iluminismo e ao Liberalismo. O Iluminismo confirma a dúvida como princípio metodológico científico e confere à ciência um caráter utilitarista. A crítica se torna então condição para existência da ciência e da fé. O monopólio intelectual católico estava abalado e a instituição Igreja aberta a críticas e questionamentos (MANOEL, 1996).

Porém, é preciso enfatizar que também a reação se apresenta. A Escolástica[16] ainda estava presente e a Contrarreforma colocava-se contra o protestantismo. As novas teorias científicas são condenadas, bem como alguns de seus descobridores. Trata-se de um tempo de conflitos, crises e incertezas, de ruptura com a tradição, oposição à autoridade eclesiástica, valorização da razão, do indivíduo autônomo e livre (MARCONDES, 1997).

O liberalismo colocou em xeque e buscou a abolição da monarquia absolutista do Antigo Regime, que se considerava representante legítimo de Deus na Terra e tinha sua pretensão confirmada pela doutrina política da Igreja Católica, agora profundamente abalada. Diante de tal situação, mesmo o clero católico se dividiu entre aqueles que apoiavam o Iluminismo[17] e o Liberalismo; e os conservadores, também

[16] Em sentido próprio, a filosofia cristã da Idade Média. Nos primeiros séculos da Idade Média, era chamado de *scholasticus* o professor de artes liberais e, depois, o docente de filosofia ou teologia que lecionava primeiramente na escola do convento ou da catedral, depois na Universidade. Portanto, literalmente, Escolástica significa filosofia da escola. (ABBAGNANO, 2000, p. 401).

[17] Conforme Manoel (1996), no Brasil esse clero iluminista era chamado de pombalino.

chamados de ultramontanos[18], que condenam em bloco o modernismo. É esse grupo conservador que assume o controle da Cúria Romana e institui uma política reacionária da Igreja no período que se estende entre os pontificados de Pio VII (1800-1823) e Pio XII (1939-1958).

Sobre esse período histórico, que compreende um espaço de um século e meio entre 1800 e 1958, Alceu Amoroso Lima (1962, p. 4), ao tratar do espírito das Encíclicas papais que versam sobre a doutrina social da Igreja, afirmou que:

> Com o racionalismo do século XVIII, que iria ser intensificado pelo evolucionismo naturalista ou positivista do século XIX e pelo pragmatismo ou ateísmo do século XX – essa desagregação da cristandade iria tornar-se tão profunda que, mesmo entre nós, país tradicionalmente católico, no fim da Monarquia, regime oficialmente católico, um grande pregador como Júlio Maria, já clamava pela necessidade de catolicizar o Brasil.

Ao longo do século XIX até meados do XX a Igreja Católica reagiu de forma mais acentuada aos princípios democráticos e de laicização da sociedade. A perda dos Estados Pontifícios motivou ainda mais essa reação de centralização sob o comando direto da Santa Sé em Roma. Conforme preconizado pelo Concílio de Trento, no século XVI, foram realizadas reformas no clero secular e religioso, impondo uma disciplina eclesiástica rígida e formação nos seminários.

O ultramontanismo[19] pode então ser compreendido como uma orientação da Igreja Católica, que se fecha sobre si mesma e recusa o contato com o mundo moderno. O que se busca é confirmar a centralidade institucional romana reagindo ao

---

[18] O termo ultramonanismo deriva do latim *ultramontanus e* era usado na Idade Média quando elegia-se um papa não italiano, ou seja, de "além dos montes". No século XVI, o nome ultramontano foi utilizado pelos galicanos franceses que queriam uma igreja separada do poder papal e o aplicaram aos defensores do pleno poder papal. Em virtude dos conflitos entre Igreja e Estado na Europa e América Latina, nas primeiras décadas do século XIX o termo foi aplicado aos que defendiam a liberdade da Igreja e sua independência do Estado. Trata-se de uma orientação política desenvolvida pela Igreja para fazer frente ao mundo moderno, cujas características são: o centralismo romano, fechamento sobre si mesma e a recusa do contato com o mundo moderno. As encíclicas de Gregório XVI (1831-1845), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939) são os principais documentos que expressam esse pensamento centralizador (LAGE, 2006).

[19] O termo ultramontanismo refere-se ao catolicismo implantado no pontificado de Pio IX ao combater o mundo moderno e suas filosofias materialistas. Corno a Cúria Romana se localiza além dos Alpes (além dos montes) a reforma católica era expressa por esse termo. O ultramontanismo tentou unir ação e doutrinação, exigindo a frequência aos sacramentos e a adesão aos ritos e práticas de devoção que unem o homem ao sobrenatural, alimentando o gosto pelo milagre em oposição ao racionalismo, pregando a essência da vida após a morte, insistindo na multiplicação dos exercícios exteriores e de devoção, substituindo antigas práticas espirituais controladas por leigos, etc.(TRINDADE, 1992 p.144).

Iluminismo, ao liberalismo, ao capitalismo, enfim, às ideias da modernidade de um modo geral.

O *Syllabus*, publicado por Pio IX[20] em 1861, e que catalogava 80 proposições condenadas, é um exemplo marcante dessa posição reacionária e conservadora da Igreja Católica para fazer frente às ideias do mundo moderno e suas consequências.

> Esse combate ao mundo moderno exigia uma atuação em três frentes ao mesmo tempo: 1) eliminar as teorias racionalistas e recuperar espaço para a filosofia tomista-aristotélica da Igreja, fundamentada na revelação, fazendo, portanto, o pensamento refluir para os mesmos paradigmas da Idade Média; 2) censurar a imprensa periódica e a edição de livros; e 3) recuperar o controle do sistema educacional (MANOEL, 1996, p. 42-43).

Entre essas frentes mencionadas convém destacar a necessidade de recuperar o controle do sistema educacional. Nessa tarefa será fundamental o auxílio das Ordens e Congregações Religiosas que, no caso brasileiro, atuaram de um modo particular na educação de imigrantes.[21] No Concílio Vaticano I (1869-1870) foram instituídas as diretrizes da romanização da Igreja, bem como a preparação de padres estrangeiros que acompanharam os imigrantes ao Brasil.

Para Manoel (1996, p. 45), entre todas as formas empreendidas pela Igreja, no que se refere à produção de conhecimento, “o controle do sistema educacional, ou seja, a formação das mentalidades, especialmente a feminina foi talvez a mais importante”. Isso porque, por um lado, mães católicas ensinariam aos seus filhos os princípios da fé e da piedade, o que garantiria a manutenção e a reprodução da fé e, por outro, as próprias educandas eram consideradas um meio eficiente para que os princípios religiosos adentrassem ao seio das famílias[22].

> A Igreja desenvolvia, portanto, uma estratégia que podemos denominar de “teoria dos círculos concêntricos”: da mãe cristã para filhos cristãos, de filhos cristãos para famílias cristãs; das famílias cristãs para a sociedade cristã. Com isso, esperava-se, em breve tempo, recristianizar toda a sociedade moderna (MANOEL, 1996, p. 49).

---

[20] Para Manoel (1996), entre os diversos documentos publicados por Pio IX, três são considerados fundamentais, na sua luta contra a modernidade: A Encíclica *Qui Pluribus* de 1846; o *Syllabus* de 1861 e a Encíclica *Quanta Cura* de 1864.

[21] Essas congregações e Ordens católicas masculinas e femininas europeias já estavam sintonizadas com os novos ares eclesiais. (DALLABRIDA, 2001 p.67)

[22] No Brasil, esse empenho católico pela educação e, em especial, a educação feminina iniciou-se por volta de 1850, quando alguns bispos, em particular D. Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo, introduziram as reformas no catolicismo brasileiro, conforme a política ultramontana. (MANOEL, 1996, p. 45).

Com relação às recomendações da Igreja diante dos ideais da modernidade e todas as suas consequências convém citar uma passagem da Encíclica *Quanta Cura* de Pio IX, publicada em 8 dezembro de 1864.

> [...] E não deixeis de inculcar sempre aos próprios fiéis que toda a verdadeira felicidade humana provém de nossa augusta religião e de sua doutrina e exercício; que é feliz aquele povo, cujo Senhor é seu Deus Ensinai que os reinos subsistem apoiados no fundamento da fé católica, e que nada há tão mortífero e tão perto do precipício, tão exposto a todos os perigos, como pensar que, podendo bastar-nos a nós mesmos pelo livre arbítrio recebido ao nascer, por isso, nada mais temos de pedir a Deus: isto é, esquecemos de Nosso Criador e abjurar seu poderio, para assim mostrarmos plenamente livres. Tampouco omitais o ensinamento que a potestade real não se deu somente para governo do mundo, senão também e sobretudo para a defesa da Igreja; e que nada há o que possa dar maior proveito e glória aos reis e príncipes como deixar que a Igreja Católica ponha em prática suas próprias leis e não permitir que nada se oponha a sua liberdade, segundo ensinava outro sapientíssimo e fortíssimo Predecessor Nosso, São Félix quando inculcava ao imperador Zenão. Pois certo é que, ao se tratar das causas de Deus, é bom que em tudo isso a vontade régia se esforce em submeter-se aos sacerdotes de Cristo e não antepor-se aos mesmos, segundo o que o próprio Deus há determinado. (PIO IX, 1864, *Encíclica Quanta Cura*, nº 10).

Como se pode notar, o contexto é de crise, sobretudo da própria autoridade papal. Para os ultramontanos, a Revolução Francesa que pretendia descristianizar a França provocou a anarquia e a tirania. A solução apontada é totalmente outra, um rei cristianíssimo que coloque o Estado a serviço da Igreja. Assim, estaria protegido por Deus e contaria com o apoio do clero no controle das massas (WERNET, 1987).

Esse processo de centralização conduzido por Pio IX também contou com a realização do Concílio Vaticano I, em 1860. Soma-se a isso a promulgação do dogma da infalibilidade do papa em matéria de fé, decisão que não foi bem aceita por todos, mas que buscava garantir a centralização institucional e dogmática da Igreja. O Concílio foi aberto no dia 8 de dezembro de 1869 com 700 bispos, sendo que dois terços que tinham direito à participação estavam mais suscetíveis a ideias da base ultramontana, já que “a grande massa dos padres era, no fundo, constituída de homens moderados, a que toda essa agitação afligia e inquietava profundamente” (AUBERT, 1975, p. 67). Trata-se de um Concílio conservador que repudia as mudanças e procura deixar clara a posição da Igreja frente ao liberalismo e condena o mundo moderno.

Dos pontificados que sucedem a Pio IX, convém destacar o de Leão XIII. A tônica de sua política de combate ao mundo moderno volta-se para as questões

sociais. Afinal “um espectro ronda a Europa” e o mundo: o comunismo. Era preciso resolver as questões sociais para impedir que o mundo tomasse os rumos do socialismo. Conforme a Encíclica *Rerum Novarum,* o que se propunha era não luta, mas concórdia de classes.

> O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão multíplices como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições. (LEÃO XIII, 1891 Carta Encíclica *Rerum Novarum*, n°. 9).

Como se pode notar, os argumentos apresentados naturalizam a desigualdade, que se reverte em proveito tanto da sociedade como dos indivíduos. Assim, é uma aberração considerar as classes – os ricos e os pobres – inimigas uma da outra. Pois, como no corpo humano, os membros, embora diversos, adaptam-se maravilhosamente formando um todo simétrico, também na sociedade, “as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital” (LEÃO XIII, 1891). Assim, na Encíclica *Rerum Novarum,* Leão XIII estabelece os parâmetros doutrinários da Igreja Católica acerca das relações de produção capitalistas.

Conforme Aubert (1945), a ideia central presente na Encíclica era buscar uma alternativa para os excessos do Liberalismo, afastando-se completamente da ideologia socialista. Muitos consideraram a Encíclica fundamentalmente antissocialista e reacionária. Contudo, é preciso reconhecer outros pontos essenciais no documento. Realmente trata-se de uma Encíclica tardia com conteúdo moralizante e proposições abstratas, motivadas entre outros fatores, pelo medo do socialismo. Mas Leão XIII teve o mérito de se libertar de utopias românticas – a volta ao corporativismo do Antigo Regime – reconhecer os direitos dos operários e proclamar a injustiça do sistema liberal.

Nessa perspectiva, Lima (1963, p.11) afirma que Leão XIII na *Rerum Novarum,* ao repudiar o socialismo e os métodos violentos de remodelar a sociedade, “não procurava tapar o sol com peneira ou defender o capitalismo, a burguesia ou os ricos como injuriosamente apregoa a demagogia”.

> Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários. (LEÃO XIII, Carta Encíclica *Rerum Novarum*, n°. 2).

Como se pode notar, temos um quadro sombrio da situação social, no final do século XIX, e as condições históricas do mundo moderno, desde o início desse mesmo século, levaram a Igreja Católica e certo número de fiéis a assumirem uma posição definida em face das radicais transformações da sociedade contemporânea. No entanto, “foi realmente a partir da *Rerum Novarum,* em 1891, que essa posição se tornou positiva e não apenas condenatória ou marginal” (LIMA, 1962, p. 8).[23]

O roteiro da Encíclica *Rerum Novarum* (1891) mostra o pluralismo político, econômico, cultural e religioso que marca o mundo moderno e frente ao qual a Igreja se posiciona. Desse modo, convém destacar a situação da Alemanha, especialmente na virada do século XIX para o XX, pois dela partirão o fundador do colégio em estudo, bem como seus administradores futuros, pertencentes à Ordem Franciscana, e os primeiros alunos.

A partir dos estudos de Kreutz (1991), é possível compreender o movimento de restauração na Alemanha como um movimento de contrarrevolução, no âmbito cultural e religioso, que articulou as forças católicas contra o Liberalismo. A base

[23] Ainda de acordo com Alceu Amoroso Lima (1962, p. 9) enquanto Karl Marx faz da revolução o método único de alcançar o progresso social, a doutrina social católica se afirma através do método reformista ou evolutivo e pacífico. É isso um dos pontos fundamentais entre marxismo e catolicismo tradicional.

filosófica desse movimento apoiava-se nas ideias do Romantismo[24] conservador ali consolidado do final do século XVIII até meados do século XIX. [25]

Segundo o ideal romântico, a comunidade deveria conservar os valores tradicionais, a hierarquia. A religião era fundamental nesse modelo comunitário político-religioso, considerado ideal.[26] Nesse sentido, para Campos (2006), as noções herdadas do Romantismo também foram decisivas no envolvimento dos alemães uns com os outros. Esse envolvimento partia de princípios como o de que ser alemão constituía muito mais o resultado de relações de caráter étnico-cultural. Dessa forma, mesmo além das fronteiras do país de origem, as ligações sentimentais, laços afetivos e lembranças emotivas da terra de origem permaneceriam.

Conforme Campos (2006, p. 32):

> Seguindo ainda os caminhos da tradição alemã, remontando ao século XVIII, na contraposição entre noções de Romantismo alemão e Iluminismo individualista, a ideia de comunidade aparece como um componente muito forte presente nessa cultura. Ao contrário do movimento fundamentado na razão individual, que atingiu a partir do Iluminismo, a máxima possibilidade de valorização, o Romantismo alemão teve na coletividade sua maior ênfase, popularizando o sentimento de comunidade de origem. Esse sentimento exacerbado chegou a ponto de considerar a individualidade apenas como uma derivação do coletivo. Assim, a personalidade não estaria subordinada à afirmação da razão do indivíduo diante do grupo, mas ligada a identificações que aquele pudesse ter com a coletividade. A cultura teria, dessa maneira, uma forte influência na formação da personalidade.

---

[24] O Romantismo alemão surge no final do século XVIII da resistência ao Iluminismo francês e sua exacerbada confiança na razão e no método científico. Herder (1744-1803) um dos seus principais representantes desenvolveu as noções relacionadas ao nacionalismo, historicismo e *Volksgeist* (espírito da nação). (ABBAGNANO, 2000).

[25] Segundo Alter (1994) e Bonifácio (1998), na Europa Ocidental é inevitável associar o nacionalismo a antigos estados-nação, onde o sentimento nacional foi cultivado, particularmente a partir de finais do século XIX, quando os estados procuraram garantir o apoio dos seus cidadãos. Neste contexto, a educação, a criação de mitos nacionais acerca da origem das nações é significativo; daí a insistência, tanto da igreja como dos intelectuais, sobre aquela qualidade singular, que reivindicavam como superior, e que devia traduzir-se em formas de lealdade nacional. Casos típicos são apontados para o êxito de certos estados-nação do Ocidente como a Bélgica, a Itália e a Alemanha (BRANCO, s/d., p. 5).

[26] O elemento de união entre as noções de raça e língua, no imaginário alemão, poderia ter sido o elemento “pureza”. Conforme Poliakov (*apud* CAMPOS, 2006, p. 29), conceitos tais como sangue, espírito, origem, povo, raça e religião poderiam ser relacionados, no pensamento de diversos escritores, pelo atributo da “pureza” que continham. Um exemplo disso seria o filósofo representante do idealismo alemão Johann Gottlieb Fichte, que, numa obra intitulada *Reden na die Deutsche Nation (Discurso para a nação alemã)*, explicava as diferenças entre povos pela “origem”, com base na noção de “natureza”.

Ainda de acordo com Campos (2006), na noção de nacionalismo próprio da cultura alemã é muito forte o componente linguístico. De modo que, apesar de os processos históricos terem conduzido os integrantes dessa cultura a dispersarem-se e viverem em países diversos, a unidade dos grupos teria triunfado pela cumplicidade no uso da língua. Convém ressaltar que as vinculações entre raça e língua são constantes no pensamento alemão. De acordo com o filósofo Hegel (1770-183), haveria uma única prova com validade científica quando se busca saber a origem das nações. “Esta prova seria a linguagem” (POLIAKOV, 1974, p.175). Também o filósofo Leibniz (1646-1716) na sua obra "*Brevis designatio meditationum de originibus gentium, ductis potissimum ex indicio linguarum*"" (Pequena consideração em torno da origem e conexão das línguas e nações*),* escrita em 1710, descreveu “os povos germânicos como ‘mais antigos’ e o idioma germânico como aquele que teria dominado até mesmo o latim” [27] (CAMPOS, 2006 p. 36).

O modelo de Igreja vigente na época era o de “sociedade perfeita”[28]. O modelo de cristandade era o Medieval, que deveria ser retomado para fazer frente aos descalabros do Liberalismo. Nesse sentido, de acordo com Renk (2004), a ação restauradora da Igreja Católica, na Alemanha, foi mais eficiente nas comunidades rurais, sobretudo na região do *Hunsrück*[29], que ainda tinha um modo de vida medieval ditado pelo ritmo da natureza[30].

---

[27] Pode-se reduzir com certeza a língua dos dinamarqueses, dos suecos e dos noruegueses ao germânico, da mesma forma que se pode reduzir ao latim a língua dos italianos, dos franceses e dos espanhóis, embora estes últimos povos só deva a sua língua à dominação germânica, e não sua origem, porque esta remonta à germanidade nórdica [...]. (LEIBNIZ, 1710 *apud* CAMPOS, 2006, p. 36).

[28] Este modelo eclesial Tridentino (institucional) atingiu o seu apogeu doutrinal no Concílio Vaticano I (1869): “A Igreja de Cristo não é uma comunidade de iguais na qual todos os crentes tivessem os mesmos direitos. Mas é uma sociedade de desiguais, não só porque entre os crentes uns são clérigos e outros leigos, mas também porque de maneira especial na Igreja reside o poder que vem de Deus pelo qual a uns é dado santificar, ensinar, governar e a outros não” (FRANÇA, 2003, p. 139).

[29] A região do *Hunsrück,* formada em sua maioria por católicos, foi o espaço da Contrarreforma. A Prússia região de maioria protestante caracterizava pelo dinamismo industrial. (Renk, 2004, p. 44).

[30] A obra de Ferdinand Tönies, *Gemeinschaft und Gesellshft* (Comunidade e Sociedade), publicada em 1887, seria a representante máxima dessa tendência quando o autor, nostalgicamente, dá mais ênfase à “comunidade rural orgânica” – regida pelos princípios da concórdia, do costume, da religiosidade do auxílio mútuo – do que à sociedade. A tradicional vila ou aldeia, com seu aspecto familiar, foi identificada com a noção de *Kultur*, enquanto as cidades, os estados nacionais, as fábricas, ao se relacionarem com o lucro, ao cálculo, à luta de uns contra os outros, aspectos próprios do progresso técnico e industrial, pertenciam à sociedade, ou à *Zivilization*. A visão nostálgica de Tönies advém da constatação de que, não sendo possível um retorno à situação comunitária, inevitavelmente a sociedade caminharia para a decadência. (CAMPOS, 2006, p. 32).

As sociedades europeias, antes da Revolução Industrial, eram constituídas majoritariamente por indivíduos que sobreviviam cultivando a terra e criando animais. Esse período “pré-industrial” registrou importantes mudanças na estrutura agrária, que vinham no sentido de substituir a agricultura campesina, que atendia um consumo local por outra, mais voltada para o mercado comercial. Para tanto, novas técnicas e equipamentos agrícolas foram desenvolvidos. Esse processo foi marcado por situações de descompasso, tendo como consequência uma série de crises de emprego, fome e por vezes miséria das populações europeias (KEMP, 1985).

O mundo burguês era demasiadamente disciplinado, a sociedade industrial era artificial e pecaminosa, marcada pela valorização da razão e da cientificidade. Contra ela, o mundo idealizado pautava-se nos conceitos de homem e sociedade de Santo Agostinho[31] e Tomás de Aquino, cuja referência era o teocentrismo. Deus é o criador de tudo, então a melhor maneira de organizar uma sociedade é seguir os seus desígnios cujos sinais estão impressos na natureza.

> Para proteger a liberdade da Igreja contra imaginárias e efetivas ameaças da modernidade, e para demonstrar a independência da Igreja em relação ao Estado, a eclesiologia ultramontana do século XIX entende a Igreja como sociedade perfeita *(societas perfectas)* Mas ao procurar fundamentar essa independência pela atualização de ideias, formas de vida e de organização pré-modernas, ela leva a uma constituição eclesiástica papalista e centralista em grau jamais visto bem como a um isolamento sistemático contra as conquistas da modernidade. (WIEDENHOFER, 2002, p. 83).

A formação de comunidades rurais, o associativismo religioso e cultural foram atividades estimuladas pelo Movimento de Restauração Católica para conter os avanços do mundo moderno.

O foco das ações desse Movimento de Restauração era principalmente os jovens que habitavam comunidades rurais, pois delas é que viriam as vocações para atuar como missionários. Assim, é importante salientar a relação entre escola e igreja na formação desses futuros propagadores da fé católica. O episcopado, o clero, os religiosos da Companhia de Jesus, as congregações femininas que se ampliavam, o Partido do Centro e a Associação de Professores Católicos promoveram uma intensa campanha pastoral missionária de restauração católica na Alemanha. Criar novas

[31]Santo Agostinho (354-430) aprofundou o conceito de pecado original e desenvolveu na obra *Civitate Dei (Cidade de Deus)* o conceito de Igreja como a cidade espiritual de Deus, diferente da cidade material do homem.

congregações com foco missionário em outros continentes, repovoar conventos, fomentar as associações culturais e religiosas foram algumas das estratégias adotadas para superar os males provocados pela Reforma de Lutero, pela Revolução Francesa e pelo liberalismo burguês. A Igreja Católica era a instituição que assumira essa missão. Mas, para cumpri-la, precisaria de comunidades rurais mais conservadoras, organizadas em associações comunitárias de onde sairiam vocações para as missões no continente americano (KREUTZ; KUIAVA; NODARI, 2011).[32]

Paralelamente, outro fator que agravava a vida das populações campesinas na Europa era o problema populacional. O crescimento da população[33] na Europa durante o século XIX foi muito significativo, provocando, primeiramente, uma série de pressões em torno da terra, levando milhares de europeus a atravessarem os mares, num momento de profundas transformações econômicas e sociais, agravado pelo aumento da população, com diminuição das possibilidades de emprego.

> A população mundial – e em especial a população do mundo dentro da órbita da revolução dupla – tinha iniciado uma "explosão" sem precedentes, que tem multiplicado seu número no curso dos últimos 150 anos. Visto que poucos países, antes do século XIX, tinham qualquer coisa que se parecesse com um censo, sendo os existentes de pouca confiança não sabemos com precisão com que rapidez a população aumentou neste período; mas foi certamente um aumento sem precedente e maior (exceto talvez em países pouco populosos que cobriam espaços vazios e até então mal utilizados, como a Rússia) nas áreas economicamente mais avançadas. A população dos EUA (aumentada pela imigração, encorajada pelos ilimitados recursos e espaços de um continente) aumentou quase seis vezes de 1790 a 1850, ou seja, de quatro para 23 milhões de habitantes. A população do Reino Unido, quase duplicou entre 1800 e 1850, quase triplicou entre 1750 e 1850. A população da Prússia (considerada as fronteiras de 1846) quase duplicou entre 1800 e 1846, o mesmo acontecendo na Rússia europeia (sem a Finlândia). As populações da Noruega, da Dinamarca, da Suécia, da Holanda

[32] As forças conservadoras, especialmente as igrejas cristãs, identificaram a Revolução Francesa e o liberalismo como origem e causa de todos os males. Logo depois, em 1864, Pio IX classificou-a como "obra prima de satanás" na encíclica *Quanta Cura.* Estas igrejas começaram a formar uma frente político-religiosa, o Movimento da Restauração, com o qual pleiteavam a volta aos "bons tempos" da Idade Média, representada como sociedade "harmônica e justa". Nesse movimento de oposição ao ideário liberal, a figura do professor foi pensada como vital, devendo doar-se religiosamente à missão de debelar as investidas do "liberalismo satânico". (KREUTZ; KUIAVA; NODARI, 2011, p. 92).

[33] A população alemã sofreu um aumento de 59% entre 1816 e 1856. Em 1820 havia 25 milhões de habitantes; quando a unificação terminou, em 1871, esse total ultrapassava os 40 milhões e em 1910 era de cerca de 65 milhões. Em certos períodos e em certas regiões, contudo causou problemas agudos [...]. Nas regiões ocidentais, onde prevalecia a agricultura campesina, o crescimento populacional na primeira metade do século XIX criou fortes dificuldades em torno da terra e do fornecimento de alimentos [...]. Na década de 1840, com o malogro da colheita de batata e as fracas colheitas de cereais de 1845-47, a região ocidental sofreu uma crise de subsistência. Para muitos a imigração parecia a única solução possível e por isso assistiu-se a um forte movimento de imigração para o outro lado do Atlântico. (KEMP, 1985, p. 109).

> e grandes partes da Itália quase duplicaram entre 1750 e 1850, mas cresceram a uma taxa menos extraordinária durante nosso período; as da Espanha e Portugal aumentaram em um terço (HOBSBAWN, 2015 p. 188).[34]

Além dos problemas ligados à agricultura e à indústria, outros acontecimentos políticos agitavam a Alemanha. O principal deles estava ligado à ideia de unificação da nação, que depois da queda de Napoleão foi reorganizada em uma Confederação composta por 39 Estados independentes, com liderança política sendo dividida entre a Prússia protestante, militarista e industrializada e a Áustria, católica e multinacional conservadora. Como pano de fundo deste cenário histórico, a Alemanha estava ocupada pelas forças militares de Napoleão (KEMP, 1985).

Desde o início do século XIX, o desenvolvimento industrial estava centralizado na Prússia em alguns principados menores, todos situados ao norte. Os menos industrializados estavam localizados na região oeste e também nos estados do sul que faziam fronteira com os Países Baixos e França, onde se localizava a região chamada de *Hunsrück.*

> Aí se situa o *Hunsrück*, uma região montanhosa, subdividida em pequenas propriedades rurais e com tradição católica já milenar. Formaram-se aí as comunidades rurais compostas de um número maior ou menor de famílias de proprietários com acentuada integração religiosa, social, e cultural (KREUTZ, 1991, p. 17).

Continua Kreutz (1991) sua análise, mencionando que a Prússia, formada por maioria protestante, caracterizava-se por ser uma região industrializada e com uma consciência política, e a região do *Hunsrück*, formada por maioria católica, simbolizava o conservadorismo agrário. Foi da região do *Hunsrück* que vieram grande número de imigrantes alemães católicos ao sul do Brasil, a partir de 1829 (KREUTZ, 1991, p. 17-18).

Como essa região não conheceu o mesmo surto industrial que o restante da Alemanha, durante o século XIX foi esse o modelo de organização de vida –

[34] O extraordinário aumento da população naturalmente estimulou muito a economia, embora devêssemos considerá-la antes como uma consequência do que como uma causa exterior da revolução econômica, pois sem ela um crescimento populacional tão rápido não poderia ter sido mantido durante mais do que um limitado período. (De fato, na Irlanda, onde não foi suplementado por uma revolução econômica constante, esse crescimento não foi mantido.) Ele produziu mais trabalho, sobretudo mais trabalho jovem e mais consumidores. O mundo desse período foi bem mais jovem do que qualquer outro anterior: cheio de crianças, com jovens casais ou pessoas no auge da juventude (HOBSBAWN, 2015, p. 189).

pequenas comunidades, com economia rural e tradição católica – que esses imigrantes trouxeram para o Brasil. Convém mencionar que a vinda desses imigrantes é muito significativa, uma vez que criavam uma imagem da futura terra, profundamente marcada pela influência religiosa que a população católica da região de *Hunsrück* possuía. A canções compostas e cantadas nessa região, com o objetivo de motivar a população a emigrar, são um exemplo desse fato (HUBER, s/d.).

Nesse sentido, Carlos Fouquet (1974) cita no livro: “O Brasil na canção alemã”, algumas canções compostas e cantadas na região do *Hunsrück* que expressam a visão do emigrante sobre o Brasil como sendo uma espécie de terra prometida.

> Lá não se trabalha por um parco soldo
> A terra é dourada de tanto ouro...
> É um pedaço do paraíso
> Que Deus deixou para os pobres
> Que todos os dias em desespero lhe rogam
> Por um pedaço de pão.
> Preocupações lá não teremos,
> Descanso e paz lá encontraremos.
> Oh Joca, Joca não te demores
> Não desprezes a sorte que nos bafeja.[35]

A partir do texto da canção citada pode-se constatar como o fervor religioso era um dos fatores motivadores essenciais que incentivavam o processo de emigração. Comparar a nova terra a uma terra prometida por Deus ao seu povo escolhido (uma nova Canaã) era uma das estratégias utilizadas para despertar o desejo dos alemães que habitavam na região do *Hunsrück* a buscarem uma melhor condição de vida numa terra distante, porém abençoada e repleta de fartura.

Já no que diz respeito à questão escolar é preciso considerar, de acordo com Kreutz (1994), que os alemães tinham um profundo zelo pela educação. Os motivos eram sobretudo religiosos, pois o aprendizado da leitura era fundamental para compreender a mensagem bíblica, não mais restrita apenas aos que dominavam a língua latina. Nesse sentido, os protestantes precederam os católicos, que também tiveram algumas iniciativas de criar escolas nas comunidades. O objetivo era formar

[35] *Man schafft nicht dort um knappen Sold. Die Erde strotzt von lauter Gold. Das ist einStück vom Paradies. Das Gott den armen Menschen lieβ. Um ein kärglich Stücklein Brot. Dort gibt es keine Sorgenlast. Und jeder findet ruh und Rast. O Hannes, Hannes, säume nicht. Verachte nicht des Glückes Licht.* (HUBER, s/d. p.14)

bons cristãos, o ensino religioso era valorizado, além de se exigirem habilidades específicas dos professores como, por exemplo, o exercício de funções religiosas.

Motivadas, entre outros fatores, pelos ideais da Revolução Francesa, a Reforma do ministro Humboldt (1769-1859) na Prússia e a do teólogo protestante Niethammer (1766-1848), na Baviera, promoveram algumas mudanças, entre as quais vale destacar a laicização do ensino, pela qual também os professores se organizaram como categoria, bem como pela qualificação profissional (KREUTZ, 1994). A Igreja Católica, que cada vez mais perdia terreno no campo educacional para as escolas públicas, buscou uma maior articulação com a escola elementar. Chegou a fundar uma Escola Normal para a formação de professores paroquiais, que deveriam também ser agentes pastorais e líderes sociais. “Enquanto a implantação da escola pública se afirmava na Alemanha, no século XIX, a literatura católica, especialmente a partir de 1850, deixa transparecer a opção preferencial pela escola confessional e pelo professor paroquial” (KREUTZ; KUIAVA; NODARI, 2011, p. 95).[36]

Quando a Revolução de Março (*Märzrevolution*) foi sufocada, em 1848, a Igreja ampliou seu espaço de atuação na educação, acentuando o caráter autoritário e confessional. Contudo, a partir de 1870, com o fortalecimento do Liberalismo, o Estado retomou o controle da educação, expulsando os jesuítas e promovendo reformas e a expansão da rede escolar. Essa campanha de oposição à Igreja Católica foi denominada de *Kulturkampf,*[37] que foi a forma como a Ilustração (*Aufklärung*) ocorreu na Alemanha. (BIHLMEYER; TUECHLE, 1965) · Colocando os católicos à prova, o *Kulturcampf* promoveu uma renovação de convicções e impôs um mútuo respeito entre católicos e protestantes em prol da convivência política social sempre muito complicada. Mas esse contexto histórico não se reduz ao episódio Bismark -

[36] Na literatura escolar alemã sob a Restauração, a concepção de magistério era expressa em sentido de vocação, muito próximo ao que é caracterizado na Escritura como a missão do sacerdote católico. Descrevia-se a função do professor como uma mediação entre Deus e a comunidade. Daí provinha sua dignidade e também sua profunda responsabilidade. B.H. Overberg, padre e professor, produziu um texto, considerado um clássico para a Restauração Católica na Alemanha, caracterizando o magistério como vocação e missão essencialmente religiosa. (KREUTZ; KUIAVA; NODARI, 2011, p. 95).

[37] O *kulturkampf* (a guerra da cultura) foi um movimento liderado por Otto Von Bismarck, conhecido como chanceler de ferro. Chanceler do Império Alemão, conservador, aristocrata e monarquista que lutou pelo nacionalismo da Alemanha. A *kulturkampf* acontecia na Prússia, o general Otto Von Bismark apoiado pelos *junkers* (nobreza territorial) e pelos nacionais liberais lutava contra o partido do Centro Católico. Os bispos reclamavam do governo o reconhecimento do seu direito de formarem e destinarem sacerdotes e da “ereção de escolas e conventos, ao controle do ensino religioso e a administração do patrimônio eclesiástico” (BIHLMEYER; TUECHLE, 1965, pp. 532-533)

Kulturkampf, uma vez que toda a Europa vivia uma década de efervescência política e religiosa em 1870.

De acordo com Seyferth (1981), na década de 1850 a Prússia emergiu como potência industrial, renovando seu sistema de transporte e fortalecendo seu exército. Sob a liderança do Chanceler Bismark (1815-1898), transformou-se numa das maiores forças econômicas do mundo. Paralelamente a isso, os estados do sul continuavam com sua economia baseada na agricultura e politicamente estavam mais ligados a Áustria, inclusive por ambos serem vinculados à religião católica. Buscando o controle dessa região, a Prússia elabora estratégias militares para conquistar territórios e impor o seu domínio. Nesse sentido, as guerras contra a Dinamarca e Áustria foram fundamentais para reforçar o poder militar da Prússia dentro da Alemanha, bem como para ganhar o apoio incondicional dos alemães, em parte pela própria vitória, mas também pela anexação dos territórios do *Schleswig-Holstein*.[38]

Ainda conforme Seyferth (1981), esse avanço militar colaborou para que a Prússia caminhasse em busca da unificação alemã que se completou após a guerra contra os franceses (1870-1871). Essa guerra, considerada pelos alemães como uma agressão resoluta da França, fez com que o povo alemão se unisse em defesa de sua pátria. Nesse contexto, nota-se implícito o nacionalismo da época no qual a unidade só seria possível a partir de pressões externas, uma vez que os alemães se uniram para reagir contra Napoleão. Com a vitória da Prússia, os príncipes alemães, reunidos em Versalhes em 1871, proclamaram Guilherme I como Imperador da Alemanha, que passou a ser uma União Federal de 25 Estados.

Nesse contexto, os alemães enfrentaram o problema social e econômico causado pela Revolução Industrial, com consequências catastróficas nas populações rurais, produzindo muitos desempregados e sem terras. Houve também dois contingentes da população que tiveram restrições no país recém-criado por Bismarck: os liberais e os católicos, ambos derrotados na atual opção política do governo, protestante e nacionalista. Nesse cenário, uma das poucas alternativas que restou para milhares foi emigrar.

[38] Depois da Guerra dos Ducados (1864), a Áustria havia ficado com o ducado de *Holstein.* No entanto, Bismarck ficou descontente com a administração austríaca no condado e declarou guerra à Áustria no ano de 1866. A Prússia venceu a Áustria na guerra e passou a dominar os estados do norte da Confederação (FULBROOK, 2012).

Conforme salienta Kreutz (1991), o chanceler de ferro, Bismarck (1815-1898), recebeu apoio dos nacionais-liberais e dos luteranos, limitando a atuação da Igreja Católica de um modo geral e particularmente na educação, por meio da substituição dos inspetores católicos. Essas ações motivaram a Igreja a intensificar o Movimento de Restauração por meio do Ultramontanismo, do fortalecimento do Partido do Centro, liderado pelos parlamentares Ludwig Windhorst (1812-1891), o mais notável oponente do chanceler Otto von Bismarck, e August Bebel (1840-1913), em busca de uma maior liderança política do clero. Para Arns (1997), esse é o *zeigeist* (espírito) de uma época (a do *Kulturkampf*), caracterizada como regime de “aço e sangue” do chanceler Bismarck, mas que teve consequências benéficas, através do *Zentrums Partei* em momentos decisivos da história do século XX, como as derrotas de 1918, os anos de crise da República de Weimar e a resistência ao nazismo, este último por meio do Partido Democrata Cristão de Adenauer.

Considerando a singularidade do contexto brasileiro, no tópico seguinte analisa-se a aplicação dos princípios do catolicismo ultramontano da Reforma da Igreja Católica na “Terra de Santa Cruz”, destacando o papel das Ordens e Congregações Religiosas, sobretudo no que diz respeito ao trabalho com a Educação escolar. Para tanto, será realizada uma síntese histórica da presença dessas Ordens e Congregações religiosas no Brasil. O destaque será dado para a Ordem Franciscana, uma vez que o Colégio Bom Jesus, objeto de estudo desta tese, a partir de 1903 passou a ser dirigido por franciscanos oriundos da Alemanha.

2.2 IGREJA CATÓLICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL: ORDENS E CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS A SERVIÇO DA ROMANIZAÇÃO

A história do Brasil é profundamente marcada pela presença da Igreja Católica e particularmente pela presença de Ordens e Congregações Religiosas que aqui desembarcaram ao longo do período colonial e durante o século XIX e início do XX. Motivados pelo espírito missionário e pela vontade de viver a radicalidade do batismo, os membros dessas Ordens e Congregações religiosas deixavam sua pátria natal e encaravam o desafio de viver e anunciar o Evangelho em lugares distantes. Entre essas Ordens, os franciscanos foram os únicos missionários no Brasil desde 1500 até 1549.

> Até 1549 os filhos de São Francisco foram os únicos missionários da imensa Terra de Santa Cruz, como protomártires anônimos de Porto Seguro, por volta de 1518, e como primeiros arautos de Cristo em São Vicente, Salvador e Santa Catarina, onde obtiveram êxito incomum de 20.000 batizados entre os índios carijós de Mbyaçá – segundo expõe com muita autoridade a Profª. Drª. Alice Bertoldi Arns em sua excelente obra dedicada ao nosso tricentenário e intitulada: Laguna, uma esquecida epopeia de Franciscanos e Bandeirantes. (WILLEKE, 1980, p. 33).

Segundo Gilberto Freire (*apud* DÓRIA, 1980, p. 9), desde a primeira missa, com frei Henrique de Coimbra, "há sempre um Franciscano ou a fazer ou a escrever história no Brasil; às vezes a fazê-la com o próprio sangue". Assim, desde a época do dito descobrimento, os franciscanos "se tornaram fazedores ao mesmo tempo que escritores de história; organizadores ao mesmo tempo que intérpretes de uma nova cultura, porém cristianizada nas suas bases".

Assim, convém citar o que afirma Arns (1985, p. 2) ao fazer referência à influência dos franciscanos no ocidente, especialmente no Brasil:

> O processo cultural de nossa civilização ocidental, no sentido espiritual e intelectual, registra a presença dos filhos de São Francisco de Assis não apenas de forma abstrata na pintura, arquitetura e folclore, mas ainda de forma mais concreta pelas iniciativas dos Franciscanos na preservação dos ideais de seu fundador na criação e manutenção de Colégios, centros de estudo e universidades. Lembramos apenas a fundação do primeiro colégio do Sul do Brasil pelos franciscanos Frei Bernardo de Armenta e frei Alonso Leblon, antes da vinda dos padres Anchieta e Nóbrega, em Laguna, Santa Catarina, em 1538, entre os índios do Sul de Santa Catarina, onde visionavam estabelecer a "Província de Jesus".[39]

O continente americano, mesmo a América protestante traz marcas franciscanas em toda sua extensão geográfica, na sua cultura, espiritualidade, sendo um exemplo a gigantesca estátua de frei Junípero de La Sierra que está na Galeria do Capitólio. Também pode-se mencionar o Terceiro Franciscano Cristóvão Colombo

[39] Apesar do comentário citado, convém salientar que São Francisco, conforme descreve Tomás de Celano (1997, cap. 147), dizia: "Os meus irmãos que se deixam arrastar pela curiosidade da ciência vão se encontrar de mãos vazias no dia da retribuição. Gostaria que se reforçassem mais com virtudes para que, vindo os tempos de tribulação, tivessem o Senhor consigo na hora da angústia. Porque virá uma tribulação em que os livros não vão servir para nada, e serão jogados nas janelas e nos desvãos". Não dizia isso porque não gostasse dos estudos das Escrituras, mas para afastar a todos dos estudos supérfluos, pois preferia que fossem bons pela caridade e não sabidos por curiosidade. Pressentia que não tardariam a vir tempos em que a ciência seria ocasião de ruína, enquanto o espírito seria uma base sólida para a vida espiritual. A um irmão leigo que foi pedir sua licença para ter um saltério deu cinza em vez do livro.

e Frei Henrique de Coimbra que plantou a primeira cruz em terras brasileiras e não se trata apenas de mera referência retórica (ARNS, 1975).

E ainda de acordo com Arns (1985, p. 3):

> [...] quanto mais nos aprofundamos nos documentos apagados, que frei Basílio Röwer decifrou por décadas de diuturna pesquisa, mais cresce a convicção de que os Franciscanos do Brasil colonial e imperial aqui realizaram uma obra cultural que merece o nosso respeito pela ação missionária que empreenderam, pelas Ordens III e suas Casas de Caridade, e pela presença religiosa e cívica com que acompanharam as diversas fases da nacionalidade, assegurando às comunidades uma visão da vida, perspectiva de cultura no centro das decisões históricas.

Mas, apesar dessas considerações, é preciso reconhecer que esta presença inicial de religiosos franciscanos, no Brasil, fez-se de maneira esporádica e provisória sendo os Jesuítas os primeiros a estabelecerem-se de forma organizada e permanente no Brasil. Conforme Sabeh (2009), até 1580 os Jesuítas tinham exclusividade na atividade evangelizadora no Brasil, pois eram a instituição oficial do estado português e responsável por cristianizar os povos de todas as terras doravante conquistadas.

Além disso, convém observar que os discípulos de Loyola eram conhecidos pela sua fidelidade à coroa portuguesa, bem como pelo seu espírito missionário em prol da expansão da fé cristã em vista do padroado[40], ou seja, a concessão, pela igreja de Roma, de um certo grau de controle sobre a Igreja local ou nacional, a um administrador civil, em consideração ao seu zelo e dedicação para com a difusão da religião.

De acordo com Azzi (2001, p. 83-84), os jesuítas:

> [...] foram enviados pela Coroa com a missão de efetuar a conversão das populações autóctones à fé cristã; diante das primeiras dificuldades, julgaram como procedimento mais eficaz iniciar a alfabetização dos filhos dos

[40] Padroado é a outorga, pela igreja de Roma, de um certo grau de controle sobre a Igreja local ou nacional, a um administrador civil, em apreço de seu zelo, dedicação e esforços para difundir a religião e com estímulo para futuras “boas obras”. De certo modo o espírito do Padroado pode ser assim resumido: aquilo que é construído pelo administrador pode ser controlado por ele. (BRUNEAU, 1974, pp. 31-32). Trata-se da designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, no fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos). O fim do regime de padroado no Brasil se deu com a Proclamação da República em 1889 (TOLEDO; RUCKSTADTER, 2006).

> indígenas, os curumins. Por solicitação do rei, porém, tiveram logo que abrir um colégio em Salvador para a instrução dos filhos dos moradores; esse compromisso educacional tornou-se paulatinamente cada vez mais envolvente.

Das atividades desenvolvidas pelos religiosos da Companhia de Jesus no período colonial é, sem dúvida, a educacional a que merece maior destaque. Fundaram dezessete colégios, os mais importantes desse período. Estavam a serviço de Deus e *d'El-Rei* e procuravam cumprir a missão de preservar a cultura portuguesa, baseada na crença de um mundo teocêntrico e, por isso mesmo, acabado, que impunha a correção individual, mesmo que a maioria incorresse em desvios (PAIVA, 2000).

No colégio jesuíta, os estudantes eram plasmados para desempenhar, no futuro, o papel de vigilante cultural. A visão pedagógica estava fundada em uma compreensão teocêntrica da sociedade na qual o homem e todos os seus atos deveriam ser destinados para Deus. A forma para esses atos era dada pela religiosidade e a disciplina ascética, acadêmica e de costumes constituía-se um instrumento capital para o treinamento das pessoas para agirem de acordo com plano divino. A pedagogia jesuítica propunha a prática de virtudes sólidas pelo caminho da penitência e da fuga (PAIVA, 2000).

Com a anexação de Portugal à Espanha, novos religiosos puderam vir para o Brasil como os Capuchinhos, Carmelitas, Beneditinos e Mercedários. Essas Ordens buscavam principalmente expandir as suas obras em novos territórios e atender às solicitações dos habitantes locais. A vinda de religiosos de além-mar era motivada pelo fato de a ereção de um convento dar prestígio à localidade, o que facilitava a promoção de um povoado à categoria de vila, que por sua vez poderia receber o título de cidade. Agrega-se a isso o fato dos religiosos que aqui chegavam possuírem uma autoridade moral, como representantes de uma entidade celeste, o que era importante para manter a estabilidade social conforme a tradição lusitana. Assim, até o século XVIII, os principais edifícios eram religiosos, pertencentes principalmente aos beneditinos, franciscanos, carmelitas e mercedários (AZZI, 2008).

Ainda de acordo com Azzi (2008), além de ser um consolo para os colonos, muitas vezes desassistidos pela falta de padres, a presença dos religiosos significava

status para as localidades em que estavam presentes. Como recebia doações[41] da nobreza local e da coroa portuguesa, a vida religiosa foi vista por muitos jovens como uma forma de ascensão social. Também no caso de congregações femininas, a vida religiosa era considerada um excelente caminho pelas famílias da nobreza, uma vez que seria uma maneira de manter a virgindade de suas filhas e ao mesmo tempo protegê-las de maridos sem títulos de nobreza e condições financeiras para mantê-las (AZZI, 2008).

Contudo, isso causava certa resistência por parte do governo português, pois, se muitas mulheres se tornassem religiosas, a estratégia de branqueamento da população da nova terra fracassaria. Ao ingressar em um convento, a jovem passava a viver não mais somente sob a vigilância das leis estatais, mas também eclesiásticas e patriarcais. “No convento a jovem não tinha acesso ao exterior, exceto em momentos de visitas monitoradas e separadas por estruturas que impediam qualquer contato corporal” (GUMIEIRO, 2013, p.69).

Além dos ramos masculino e feminino, também a Ordem Terceira [42], hoje Ordem Franciscana Secular, marcou presença no Brasil. A Ordem Terceira fundada em Olinda foi a pioneira. Seu principal objetivo era difundir uma devoção, por isso escolhia imagens e buscava erigir capelas.

De acordo com Wernet (1987), o fato das antigas Ordens que floresceram no período colonial serem ricas, identificarem-se com a ordem escravista, além de possuírem padres desleixados em relação à doutrina e que ocupavam cargos políticos, desagradava o Império, que adotou medidas para impedir a reprodução dessas instituições herdeiras de um catolicismo tradicional. A autorização dada às províncias para legislarem sobre conventos e outras associações pelo Ato Adicional de 1834, a proibição aos superiores dos conventos brasileiros, sob pena de prisão, de reconhecer superior fora do Império, e a proibição admitir noviços pelo Aviso Circular do Ministro da Justiça, Joaquim Nabuco, de 19 maio de 1855, foram três medidas adotadas pelo Estado brasileiro nessa direção. Além disso, outros fatores contribuíram

[41] Há relatos de que os carmelitas tornaram-se grandes proprietários de terras no Pará, chegando a ter em 1784 seis grandes fazendas. Tem-se notícia também que os mercedários se tornaram grandes criadores de gado na ilha de Marajó (GUMIEIRO, 2013, p.6).

[42] Geralmente vinculada à Ordem primeira (ramo masculino) como, por exemplo, os franciscanos. Em Curitiba, quando da chegada dos Franciscanos em 1899, a Ordem III, hoje denominada Ordem Franciscana Secular, foi fundada desde o início para membros de quatro etnias diversas: uma seção para a população luso-brasileira, outra para imigrantes de língua alemã, outra para os de língua polonesa e outra para os imigrantes italianos (ARNS, 1985, p. 5).

para que essas tradicionais Ordens entrassem em crise, tais como a assimilação do espírito das luzes e a vida, por vezes desregrada, de muitos de seus membros.

No caso dos Franciscanos, essa última medida arbitrária foi imposta em 1764 pelo Marquês de Pombal e vigorou até 1778. Apenas de vez em quando alguns governos permitiam admissão de candidatos ao noviciado. O golpe fatal veio com Dom Pedro II, em 1855, fechando para sempre as casas de formação de todas as Ordens. O próprio Pe. Feijó considerava as Ordens religiosas supérfluas e havia proposto a sua extinção. O Imperador colocou em práticas as ideias dos políticos da época (RÖWER, 1957).

Por outro lado, segundo Leonardi (2016, p.12), a fundação de Congregações religiosas foi um meio de retomada de espaços pela Igreja Católica. Essas Congregações, em sua maioria femininas, possuíam uma estrutura bem mais leve que as tradicionais Ordens e foram desenhadas para a internacionalização. Também direcionavam seus membros para uma ação direta no mundo por meio da educação, do cuidado de doentes, de atuação em presídios, hospitais, entre outras instituições. A América Latina era um campo de missão para essas congregações que não interessava apenas à Santa Sé, mas também aos Estados Nacionais, os quais procuravam expandir sua cultura. Para tanto, uma das estratégias fundamentais era levar o modelo escolar do país de origem para a nação para a qual imigravam.

Conforme Gumieiro (2013), provenientes da França, em 1881, os dominicanos chegaram em Goiás e destacaram-se pelo seu trabalho missionário cumprido com rigor sacramental. Os salesianos chegaram em 1883 no Rio de Janeiro, expandiram-se e destacaram-se pelo trabalho de educação e evangelização, sobretudo dos mais necessitados. Vinda de Portugal em 1819, a Congregação da Missão dos Padres Vicentinos ou lazaristas, como eram conhecidos, foi uma das primeiras a se estabelecer no Brasil, inicialmente na diocese de Mariana. As grandes dificuldades internas e externas que tiveram que enfrentar não impediram que eles fossem um importante instrumento de romanização da Igreja Católica no Brasil, atuando na formação de seminaristas brasileiros e outras frentes. Nesse período também destaca-se o trabalho das Irmãs Vicentinas, que chegaram em 1849. Segundo Vieira (2007), elas se tornaram a maior e mais importante instituição feminina do Brasil Imperial.

A Congregação das Irmãs de São José de Chambéry[43] é outra instituição que se destacou nesse período, no trabalho de atendimento a meninas escravas, cuidado de doentes, missões e na divulgação da devoção ao Sagrado Coração de Jesus. Com relação a essa Congregação, Pereira e Vechia (2013, p.1) afirmam:

> Considerada o "braço feminino do jesuitismo" a Congregação das Irmãs de São José fundada na França em 1648 e dispersada pela Revolução Francesa reorganizou-se no século XIX e a partir daí passou a receber apelo de outros países para enviar suas religiosas a fim de expandirem suas obras. Nesse período, muitas instituições de ensino de cunho confessional instalaram-se no Brasil. Os colégios de freiras eram considerados sinônimo de requinte e sofisticação herdados dos melhores colégios da Europa, em especial os franceses que representavam saber e elegância, em meio a um período de grandes transformações sociais.

Outra Congregação que merece destaque é a das Franciscanas da penitência e da caridade cristã, que mesmo sendo de origem holandesa foram solicitadas pelo superior jesuíta para o trabalho com as crianças filhas de imigrantes alemães. Chegaram em Porto Alegre em 1872, fundaram diversas casas e colégios, expandindo-se rapidamente por todo o território gaúcho. Enfim, conforme salienta Gumieiro (2013, p. 14), "talvez o fato mais relevante da chegada de novas congregações ao Brasil, tenha sido a inserção de um novo modelo de vida religiosa, não mais centrado nas regalias, mas no serviço aos mais necessitados". Esse espírito renovador que proporcionou uma nova maneira de concretizar a vida religiosa contagiou os membros de Ordens e Congregações religiosas que partiram em missão para propagar a fé. Além disso, é preciso salientar que o fervor missionário que animava os religiosos também ia ao encontro das necessidades eclesiais de propagar a fé e garantir a presença da religião católica nos territórios de missão.

2.3 A REPÚBLICA E A REAÇÃO CATÓLICA: EDUCAÇÃO, UM SETOR ESTRATÉGICO

[43] Em Curitiba: As Irmãs de São José estiveram à frente da direção do Colégio Cajurú, fundado por elas em 1907, até o ano de 1999 quando foi incorporado pela Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus. Esta Congregação chegou ao Brasil em 1858 no bojo do projeto missionário que incluía a vinda de outras ordens. Mas as Irmãs de São José vinham principalmente para educar as meninas das famílias da elite brasileira. Sua origem francesa e o cuidado especial à educação refinada davam o toque do estudo diferenciado. Elas traziam o modelo europeu francês, carregado de polimentos, sinônimo do *status* almejado pela elite brasileira (PEREIRA; VECHIA, 2013 p.3-4).

Segundo Fausto (1999), ocorreram mudanças importantes no cenário populacional brasileiro do início ao fim do Império. Merece destaque o fato de que haviam entrado no país cerca de 3000 mil imigrantes, de modo que a população em 1890 era constituída por 42% de mulatos, 38% de brancos e 20% de negros, o que totalizava uma estimativa de 14,3 milhões de habitantes. O maior centro urbano da época era o Rio de Janeiro, que contava com uma população de 522 mil habitantes. O país continuava com sua economia baseada principalmente na agricultura e a partir de 1870 consolidou-se o desenvolvimento do Centro Sul, com o cultivo do café por conta do declínio econômico do açúcar no Nordeste.

O catolicismo era a religião oficial do Brasil até a Proclamação da República.[44] A manutenção da Igreja Católica Apostólica Romana é o primeiro elemento presente no Juramento do Imperador Dom Pedro I, em 1824. O Estado se declarava católico, contudo, a Igreja no Brasil atuava sobre forte influência da Coroa Portuguesa, de acordo com o regime de padroado que dava ao Imperador o direito de intervir na nomeação dos ocupantes de cargos eclesiásticos. Além disso, o beneplácito[45] também dava à Coroa Portuguesa o direito de censurar os documentos eclesiásticos antes de serem publicados.

Como é possível notar, Roma não possuía autoridade exclusiva sobre o clero no Brasil. Os objetivos pastorais estavam seriamente comprometidos em razão dessa relação com o Estado brasileiro. Do ponto de vista eclesiástico, a situação dos padres seculares era deplorável. Muitos se dedicavam a atividades lucrativas e viviam em concubinato, valorizando mais as atividades econômicas que os serviços religiosos. Em virtude da proibição de receber noviços, também as ordens religiosas tradicionais, consideradas representantes da Igreja na Colônia, estavam em decadência (OLIVEIRA, 1976).

Com relação à situação dos franciscanos no Brasil, quando da passagem do Império para a República, Arns (1985, p. 3) afirma que:

---

[44] No Brasil Império a religião oficial era a Católica Apostólica Romana conforme determinava a Constituição de 1824.

[45] Segundo essa prerrogativa (estabelecida no Brasil com a Constituição de 1824, mas que já havia existido antes), para que as determinações da Igreja Católica destinadas ao clero e fiéis católicos, tivessem validade no território de Portugal e, posteriormente, no Brasil Império, deveriam receber a aprovação expressa do monarca. Qualquer determinação que viesse do papa deveria passar pelo imperador, que decidiria sobre sua aceitação ou recusa.

> Não é preciso dizer mais nada. O Josefinismo e a Maçonaria acabaram com a Província Franciscana luso-brasileira, quando o próprio Império se desintegrava, dando lugar não apenas a uma nova concepção das relações entre Estado e Igreja. A superproteção que o Império dava à Igreja, até dominá-la e destruí-la, rompeu de vez com suas causas e efeitos, dando lugar a novo ciclo da história do Brasil: a República.[46]

Se até a Proclamação da República a religião católica era oficial e as relações Estado e Igreja amistosas[47], com algumas divergências pontuais, o cenário terá mudanças significativas posteriormente. O Decreto nº 119A de 7 de janeiro de 1890, apresentado pelo Ministro Conselheiro Rui Barbosa estabeleceu a separação entre Igreja e Estado. De acordo com esse decreto, delineado em definitivo na Constituição de 1891, estava vedada a intervenção da autoridade federal ou estadual em matérias religiosas e estabelecida a liberdade de culto em geral.[48] Assim, estava permitida a entrada de outras religiões no Brasil, o que para os bispos era um rebaixamento da Igreja, colocada em pé de igualdade com demais credos.

A Igreja no Brasil reagiu e a principal ação dos bispos brasileiros, chamados reformadores, foi implantar aqui o catolicismo romanizado, de acordo com o qual o catolicismo é a verdade universal emanada da Santa Sé Romana. Trata-se de um modo mais austero e conservador de catolicismo, também chamado de Ultramontanismo, como mencionando anteriormente. Segundo Dallabrida (2001, p.64), o que se procurava era "produzir fiéis disciplinados, ordeiros, submissos à hierarquia clerical e civil, praticantes dos sacramentos, que deveriam ser ministrados exclusivamente pelo Clero".

Com esta Reforma ultramontana, a Igreja Católica no Brasil ficava sujeita somente à autoridade da Sé Romana, já que anteriormente o comando era dividido com o governante local. Trata-se de um grande projeto de restauração católica no

---

[46] Desde 1870 estavam presentes no Brasil ideias republicanas, Josefinisas e anticlericais.

[47] No contexto do final do Império é preciso considerar a Questão Religiosa (1872-1875), que envolvendo clérigos, maçons, o monarca, a elite política e a sociedade em geral, acentuou demandas clericais e anticlericais (RAMIRO JÚNIOR, 2014, p.9).

[48] O padroado, um privilégio concedido aos reis de Portugal pelos papas, a partir da Bula "*Cuncta Mundi",* de Nicolau V, de 08/01/1454, para exercerem a jurisdição espiritual nas terras descobertas, podendo instaurar dioceses, indicar bispos, sustentar o culto e dispor de tudo que dissesse respeito à difusão e à observação dos princípios cristãos, aliado ao ***"placet",*** faria se estabelecer nas relações da Igreja com o Estado um verdadeiro regalismo. Por isso, ao mesmo tempo em que os bispos ficaram surpresos quando foi promulgado o Decreto nº 119 – A, de 07 de janeiro de 1890 e teimavam em não aceitar o inevitável, sentiam que, afinal, um peso lhes havia sido tirado dos ombros e das consciências: "um peso que nos abafava", como dizem os Bispos na Pastoral Coletiva, de 1890. (MESQUIDA; BRIGHENTI, s/d., p. 2).

Brasil. Contudo, de acordo com Nagle (1974, p. 57), “o ajustamento à nova ordem social não foi traumático para os católicos brasileiros como acontecera em outros países”, de modo que as duas primeiras décadas do regime republicano devem ser caracterizadas “como de calmaria nos meios católicos brasileiros”.

Leão XIII ordenou que o episcopado e o clero católico no Brasil se afastassem de qualquer manifestação política e pedissem apenas que o novo governo republicano garantisse aos sacerdotes liberdade plena para exercer seu ministério. (BALDIN, 2006). A Igreja, como vemos, era oficialmente contra o Regime republicano, pois com ele viriam ideias modernistas, liberalismo, progresso científico, secularização, enfim, afastamento de Deus e consequentemente diminuição ou até mesmo a extinção do poder eclesiástico, pois as respostas aos anseios humanos seriam dadas pela ciência. O mundo podia ser explicado por ideias positivistas, evolucionistas, o teocentrismo cedia lugar ao antropocentrismo e o Brasil já sentia os reflexos desta mudança.

Segundo Melo (1996), desde o período colonial houve tentativas de implantar uma reforma tridentina no catolicismo brasileiro. Contudo, a sua consolidação aconteceu a partir da primeira metade do século XIX, momento em que ocorreu a “retridentinização”[49] institucional do catolicismo brasileiro. Os bispos reformadores procuraram, como sugere o texto de 1890 do Bispo do Pará, Dom Antônio Macedo Costa, estabelecer “Pontos de Reforma na Igreja no Brasil”. Essas metas indicavam a necessidade de:

> […] firme exercício da autoridade episcopal, controle do clero, união com o papa e unidade de ação dos bispos; eliminação dos abusos da disciplina no clero, alargamento do campo de ação pastoral, busca de uma espiritualidade baseada na oração, no estudo e numa maior convivência entre os padres; reorganização ou função de seminários com base na disciplina, no estudo e em sua destinação exclusiva à formação do clero; regeneração religiosa do povo através de missões populares; renovação das missões entre os índios; restauração das Ordens religiosas e presença de novas congregações; reorganização das confrarias com expurgo dos elementos maçônicos; aumento das dioceses. (MELO, 1996, p. 56-57).[50]

---

[49] Embora muitos falem em romanização, a expressão “retridentinização institucional” exprime com mais exatidão o que houve: a reforma tridentina, que desde o começo se fizera presente, adquire decisiva legitimidade institucional quando, em resposta aos desafios que se punham, os bispos a assumem em caráter efetivo, oficial (MELO, 1996 p.54).

[50] De acordo com Riolando Azzi (1992 p. 15), o movimento reformador possui quatro características. É tridentino, pois objetiva adequar a igreja do Brasil às formulações dogmáticas e às normas eclesiásticas decorrentes do Concílio de Trento. É romano, pois visa purificar o catolicismo no Brasil dos elementos das culturas ibéricas, africanas e indígenas com as quais se havia amalgamado durante os quatrocentos anos anteriores. É episcopal pois não responde nem às aspirações do povo e nem do clero e é imposto pela autoridade dos bispos muitas vezes contra a vontade do clero e do povo.

A Igreja buscava atingir a elite e por meio dela o povo em geral, através de uma política de militância mais agressiva, provocada pelas medidas adotadas pelo governo republicano. Entre as ações dessa política de militância, convém destacar a entrada no Brasil de Ordens Religiosas masculinas e femininas, já alinhadas com as propostas de um catolicismo romanizado, para atuar também junto aos imigrantes, na educação e na manutenção da fé cristã.[51] Nesse sentido, convém mencionar que o imigrante europeu católico não precisava de uma retridentinização no catolicismo que professava, pois já a trazia na sua matriz cultural. Assim, tanto a ação das Ordens e congregações religiosas quanto as práticas religiosas dos imigrantes católicos tornavam-se elementos fundamentais para consolidação da proposta reformadora da Igreja Católica no Brasil.

Nas primeiras décadas da República, um dos maiores objetivos da Igreja Católica foi reconquistar o espaço perdido na educação escolar, pois uma nova concepção de educação escolar de caráter laico foi manifestada com os princípios estabelecidos pelos republicanos e explicitados desde o início do regime com a criação, em 1889, do Ministério de Instrução, Correios e Telégrafos. Assim, temos um contexto de disputas em que estão presentes demandas republicanas e confessionais, no qual a Igreja Católica tenta recuperar seu domínio. Entre os pontos polêmicos no campo da educação estava o Ensino Religioso.[52]

Ancorada nas diretrizes do Concílio Vaticano I (1869-1870), a proposta de romanização do catolicismo buscava uma Igreja tridentina, romanista, episcopal e

---

Finalmente, é clerical pois tem como eixo estruturante a formação de um novo clero que, a partir de sua ação pastoral, renovará o povo.

[51] Apoiados nas Encíclicas “Quanta Cura”, do Papa Pio IX *e “Rerum Novarum”,* do Papa Leão XIII, reagem, agora positivamente, à separação e iniciam um duplo movimento de reação: em um primeiro momento em direção às massas, procurando romanizá-las, depois, na direção da intelectualidade católica, na tentativa de trazê-la de volta ao seio da Igreja para servir-se dela na sua luta de recuperação da hegemonia abalada e da restauração do aparelho eclesiástico. (MESQUIDA; BRIGHENTI, s/d., p.2).

[52] Uma intensa campanha foi desenvolvida ao longo da Primeira República com o objetivo de minorar os efeitos práticos da laicidade do Estado exarado na constituição. Na década de 1930 colocam-se em defesa da Igreja Augusto de Lima e depois Leonel Franca que, em Minas Gerais, teve seu texto sobre o Ensino Religioso incorporado à Constituição de 1934, sendo facultativo para o aluno e obrigatório para Escola. Tratava-se de uma tentativa de colocar fim as disputas atendendo tanto às demandas confessionais quanto republicanas. Em 1937, ele passa a ser facultativo para ambos. As incoerências dessa introdução do Ensino Religioso na Constituição de 1934 são questões que ainda demandam muitas pesquisas para possibilitar uma compreensão adequada. Desde os anos de 1930 se tornaram constantes as disputas sobre a manutenção ou retirada o Ensino Religioso do currículo do ensino brasileiro (LOPES; GARBOSA, 2013). Sobre o tema da laicização do ensino no Brasil pode ser consultado Cecchetti, 2016, cuja pesquisa concluiu que, em razão das características do processo histórico, a laicização do ensino do Brasil configura um regime de pseudo-laicidade.

clerical. Era preciso fazer frente à realidade republicana e ao mundo moderno que trazia consigo a secularização. A Igreja Católica procurou redefinir sua ação pastoral e focalizou áreas estratégicas como a educação e a saúde, contando com a colaboração das Ordens Religiosas para garantir sua presença mesmo que paralela ao Estado. [53] "Trata-se de uma doutrina nova para o catolicismo brasileiro, universalista. A novidade trazida pela romanização é de difundir essa doutrina de modo sistemático e eficaz por meio da catequese escolar, associações, das diversas formas de pregação e da utilização do braço culto leigo da Igreja" (MESQUIDA; LORENZETTI, 2001, p. 60).

Os pontificados de Pio XI (1846-1879) e Leão XIII (1878-1903) foram marcados pelo incentivo do trabalho missionário, a nacionalização do clero e da alta hierarquia em territórios coloniais de missão. Os conteúdos do apostolado também precisavam ser revistos, pois o engajamento dos protestantes já era grande no trabalho assistencial e na educação (RENK, 2004).

Segundo Azzi (2008), a entrada de congregações religiosas masculinas e femininas europeias, alinhadas com o espírito ultramontano e a reforma do clero são elementos fundamentais para fazer frente ao estado republicano laicizante. Nesse enfrentamento a presença marcante em setores estratégicos como a educação e a imprensa também era considerado algo essencial.

Assim, conforme a Pastoral Coletiva dos Senhores arcebispos de 1915, n. 112:

> [...] a Igreja Católica, por sua instituição divina, tem o direito inauferível e inalienável, independente de todo o poder humano, não só de erigir, fundar e organizar escolas par formar e educar cristamente a infância e a juventude, segundo os princípios e preceitos do Evangelho, mas também de exigir que, em quaisquer escolas, a formação e educação da juventude católica se sujeite à sua jurisdição, e que, em nenhuma matéria ou disciplina, se ensine coisa alguma contrária à religião e à moral.

Em um contexto de laicização depois da separação oficial entre o Estado e Igreja, a Igreja Católica reage e busca recuperar seu espaço perdido. A proibição do Ensino Religioso, ou seja, do catecismo nas escolas públicas em 1891[54], deixava

---

[53] De acordo com Saviani (2010, p. 179): A mobilização da Igreja expressou-se na forma de resistência ativa articulando dois aspectos: a pressão para o reestabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas e a difusão de seu ideário pedagógico mediante a publicação de livros e artigos em revistas e jornais, e em especial, na forma de livros didáticos para uso nas próprias escolas públicas assim como na formação de professores, para o que ela dispunha de suas próprias Escolas Normais.

[54] No campo da instrução pública, a Constituição de 1891 determinou no Art. 72, § 6º que seria "leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos" (BRASIL, 1891).

como alternativa mais eficaz para conter o avanço da descrença a fundação de escolas católicas (CASTRO, 2006, p. 23).

A existência de escolas protestantes nas comunidades imigrantes alemãs é outro motivo importante que leva a Igreja a abrir escolas católicas. Em Curitiba, por exemplo, já acontecia desde 1867 com a criação da escola depois denominada *Deutsche Schule.* Muitos filhos de imigrantes alemães católicos estudavam na escola protestante, pois era a instituição que ofertava o ensino em alemão e lá frequentavam aulas de catecismo. Por ser bem organizada, com um bom nível de ensino e maior liberdade religiosa, a escola atraiu parte da clientela alemã católica, e até mesmo alguns brasileiros católicos que passaram a matricular seus filhos, pois na época não existia na cidade uma escola alemã de orientação católica (VECHIA, 1998, p.232).

Nesse contexto, na avaliação dos próprios católicos[55], os luteranos queriam ser considerados mais alemães que os católicos, como expressam alguns estudos, entre os quais o de Seyferth (1981). Contudo, é preciso observar que na *Deutsche Schule* de Curitiba, como evidencia a tese de Vechia (2008) os católicos estudavam e tinham voz:

> A comunidade evangélica que já era heterogênea por congregar pessoas oriundas de diferentes regiões, profissões e nível sócio-econômico diferenciado, passou a conviver com a diferença religiosa dentro de sua própria escola. Os católicos começaram a exigir maior participação nos seus rumos, solicitando que ela fosse desvinculada da Igreja Evangélica. Após várias solicitações e reuniões, o pedido foi aceito pelos membros da Comuna Evangélica. Em 15 de julho de 1884, foi formada uma nova Associação Escolar desvinculada da Igreja Evangélica. A escola, sob a denominação "Escola Alemã", estava agora vinculada indistintamente a toda comunidade alemã radicada em Curitiba (VECHIA, 1998 p. 233).

A Igreja Católica em Curitiba, no entanto, estava desmobilizada, nem o catecismo era articulado em seu direcionamento. Esse fato foi um dos principais pontos reorganizados pela Igreja romanista, e que Dom José de Camargo de Barros modificou em Curitiba, organizando as atividades da paróquia e criando uma escola

[55] O seguinte fragmento da tese de Seyferth (1981, p.146) ilustra bem a discussão: "os protestantes são quase sempre considerados muito fechados na sua comunidade e, com certo ressentimento, é afirmado pela maioria dos católicos que 'eles querem ser mais alemães do que nós', quando a origem étnica e a preservação da língua e dos costumes alemães é a mesma para ambos, católicos e protestantes". São os próprios alemães que avaliam a sua germanidade em função daquilo que conservam e consideram como identificador da etnia. Nas observações feitas pela autora, o antagonismo no Vale do Itajaí entre teuto-brasileiros católicos e protestantes transcende, de certa forma, a questão étnica (RANZI, 1996, p. 11).

católica para os filhos dos imigrantes alemães (SOUZA, 2006). Nessa perspectiva, como assinala Klein (2014), a partir dos estudos de Campos (2010), ao mesmo tempo em que ocorriam mudanças internas na Igreja Católica, a elite intelectual no Brasil assimilava as ideias do naturalismo, do positivismo, do liberalismo, do evolucionismo e do materialismo, cada vez mais em voga na Europa.

Conforme Lorenz e Vechia (2011, p. 115-152).

> Os anos finais do século XIX foram novamente marcados pela difusão de ideias vindas do exterior. Os brasileiros, conhecendo o pensamento europeu, procuravam aplicá-lo na resolução dos problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil. De maneira particular, destaca-se a filosofia de Auguste Comte. O sistema de pensamento por ele desenvolvido – Positivismo -- foi assim denominado em virtude de sua orientação realista com tendência construtivista. O ponto de partida foi o de reconstruir as instituições intelectuais, morais e políticas da sociedade. Comte queria obter esta reorganização da vida social através do conhecimento científico e do controle das forças da natureza. Neste empreendimento, as Ciências e a Matemática exerceram papéis importantes quanto à aquisição do conhecimento empírico dos fenômenos naturais.

Assim, os positivistas no Brasil[56], cujo centro doutrinal valoriza o conceito de ordem, autoridade, hierarquia, fiéis à doutrina de Comte sonhavam com a implantação de um regime forte, distinto tanto da monarquia constitucional como da República democrática (AZZI, 1991, p. 221). O novo Governo republicano defendia a educação como caminho para o país sair do marasmo econômico e cultural que se encontrava em relação aos países europeus. Porém, não conseguia dar conta do legado de prover o país com escolas gratuitas, ficando assim dependente da atuação das escolas particulares, entre elas as escolas católicas. As comunidades de imigrantes, na maior parte das vezes localizadas em colônias, também já possuíam escolas. “Com a República, triunfaram as ideias liberais. Do ponto de vista da história do catolicismo no Brasil, termina a fase regalista e inicia a da independência entre a sociedade religiosa e a civil (NAGLE, 1974 p. 57). Ainda de acordo com Nagle (1974), o ajustamento dos católicos à essa nova ordem social no Brasil não foi traumático como ocorrera em outros países. Progressivamente os conflitos entre católicos e liberais, católicos e positivistas ou maçons vai cessando. Para os católicos não era momento

[56] Ao grupo mais ativo, mais beligerante, no que diz respeito à tentativa de tornar a república um regime não só aceito como também amado pela população. Suas armas foram a palavra escrita e os símbolos físicos. Por eles lutaram com dedicação apostólica. Daí merecerem atenção especial. (CARVALHO, 1990, p.129).

para pessimismo, mas uma oportunidade para aproveitar a liberdade que o regime de direito comum oferecia.

Ao longo da Primeira República é preciso destacar o esforço de reação da Igreja Católica diante do contexto de laicização que se apresentava. Nesse sentido, a Pastoral dos bispos de 1890 elaborou estratégias para que as consequências da Revolução Francesa não fossem seguidas no Brasil. Entre as principais consequências estava a extinção do Ensino Religioso das Escolas. Além de criticar as medidas de laicização como, por exemplo, a exclusão do direito de voto aos religiosos nas eleições, a precedência do casamento civil sobre o religioso, a proibição do ensino religioso nas escolas, entre outras, a pastoral dos Bispos estimulou como contra estratégia a participação dos católicos na política.[57]

> Nas conferências episcopais de 1901, 1904, 1907 e 1911, a retomada do poder político-religioso e, de maneira especial, a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas, estiveram no centro da preocupação e dos debates dos prelados católicos. Finalmente, em 1915, a Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, Cuiabá e Porto Alegre, não somente irá sintetizar o resultado das decisões das Conferências anteriores, como estabelecerá as linhas de ação da Igreja que servirão de orientação para o processo de "restauração" da hegemonia político-religiosa da Igreja Católica no Brasil. Trata-se de um documento que irá funcionar como "constituição" eclesiástica e como guia pastoral da Igreja até o momento em que as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II, de 1963, começaram a ser aplicadas. (MESQUIDA; BRIGHENTI, s/d. p. 2).

Essa estratégia de resistência se acentuou de forma mais efetiva a partir de 1920. Assim em 1921 é fundada a revista a Ordem[58], que se tornou o principal veículo das posições católicas. Em 1922 é criado o Centro Dom Vital, a maior afirmação da inteligência cristã em terras brasileiras; e no mesmo ano foi criada ainda a Confederação Católica que posteriormente foi convertida na Ação Católica Brasileira.

---

[57] Nas conferências episcopais de 1901, 1904, 1907 e 1911, a retomada do poder político-religioso e, de maneira especial, a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas, estiveram no centro da preocupação e dos debates dos prelados católicos. Finalmente, em 1915, a Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, Cuiabá e Porto Alegre, não somente irá sintetizar o resultado das decisões das Conferências anteriores, como estabelecerá as linhas de ação da Igreja que servirão de orientação para o processo de "restauração" da hegemonia político-religiosa da Igreja Católica no Brasil. Trata-se de um documento que irá funcionar como "constituição" eclesiástica e como guia pastoral da Igreja até o momento em que as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II, de 1963, começaram a ser aplicadas. (MESQUIDA; BRIGHENTI, s/d. p. 2).

[58] A preocupação em cristianizar a inteligência brasileira aparece como primeiro objetivo; daí a formação de um grupo de intelectuais, em que se salientou Jakson de Figueiredo, e o aparecimento da Revista A Ordem de que foi fundador e diretor (NAGLE, 1974 p. 58).

A partir de 1928, dada a importância estratégica da educação, os católicos foram criando (APCs) Associações de Professores Católicos nas diversas unidades da federação que mais tarde aglutinaram-se na Confederação Católica Brasileira de Educação (SAVIANI, 2010).

Nessa perspectiva, de acordo com Nagle (1974, p. 64):

> O processo de arregimentação dos católicos para a luta foi marcante na década de vinte. Mobilizando a camada intelectual, desenvolvendo a virilidade cristã dos fiéis, por meio de periódicos e de organizações, e de forma bastante agressiva, o grupo católico teve posição saliente no domínio das ideias e no plano da atuação político-social.[59]

Como se pode notar, a reação e a resistência católica diante da proclamação da República e suas consequências ocorreu de maneira organizada. A relevância da educação escolar nesse processo foi percebida e a igreja não poupou esforço para recuperar o espaço perdido. Nesse sentido, a presença de imigrantes é um fator essencial que precisa ser analisado, uma vez que o imigrante europeu já tinha consciência da importância da educação e da escola na formação das futuras gerações. Tratava-se de um elemento que já fazia parte de sua cultura. Desse modo também procuraram implantar escolas e promover a educação de seus filhos na nova terra nos moldes que já conheciam nos seus países de origem.

> As escolas de imigrantes traziam as marcas de seus fundadores: língua, religião e patriotismo. Acostumados a frequentar escolas públicas na terra de origem, em função do descaso oficial com a instrução de seus filhos, em Curitiba os imigrantes tiveram de recriar escolas a seus moldes e necessidades. Porque a leitura teria o condutor de seus filhos para o sagrado, a alfabetização revestia-se, então, de suma importância. É que os ensinamentos da religião que os imigrantes professavam não podiam prescindir do conhecimento da língua materna – para os alemães protestantes, por exemplo, a religião constituía a via para a materialização da "germanidade". (VECHIA, 1998, p. 328).

A vinda de uma parcela desses imigrantes também contribuiu para o processo de romanização do catolicismo luso-brasileiro. O imigrante europeu católico já estava

[59] Com Dom Leme, o Episcopado brasileiro encontra sua mais expressiva liderança ao ponto de fazer convergir para si liberais e ultramontanos. É com Dom Leme que os discursos se transformam em prática. Sua volta ao Rio de Janeiro nos anos 1920 como arcebispo auxiliar do cardeal Arcoverde é o marco de uma nova inserção da Igreja no país. Portanto, desde já, a Igreja mergulha na realidade secular, mas teologizando, recristianizando-a, catolicizando-a. O objetivo de Dom Leme era catolicizar todos os espaços, empreendendo uma forte presença nas massas para ganhar a adesão do Estado, tornando-o cristão (BALDIN, 2009, p. 2).

acostumado à vivência do catolicismo romanizado com relação à prática sacramental e outras recomendações, cuja origem remontam ao Concílio de Trento (1545-1563). De acordo com Azzi (1991, p. 229), não era necessário que o imigrante passasse pelo processo de romanização, uma vez que as diretrizes da Santa Sé já eram seguidas na sua pátria religiosa de origem. “A principal característica desse modelo de fé era a ênfase na doutrina católica e na prática sacramental, em consonância com as diretrizes clericais”.

Nesse sentido também é preciso considerar a presença dos religiosos, religiosas e sacerdotes diocesanos [60], que entre outras ações irão atuar na implantação e direção de escolas confessionais em terras brasileiras. As escolas fundadas por imigrantes no Brasil terão um papel fundamental na conservação de sua herança cultural. Nesse processo merece destaque, entre outros fatores, a questão da conservação da língua materna e conservação e promoção da religião cristã de confissão católica ou protestante.

Considerando a relevância dessa temática para o que se propõe nessa tese, aborda-se no tópico a seguir a questão da presença dos imigrantes alemães e suas escolas como instituições fundamentais para a conservação de seus valores culturais.

2.4 OS IMIGRANTES ALEMÃES E SUAS ESCOLAS

Compreender como se construiu o nacionalismo na Alemanha e como as escolas serviram para sua difusão e dos valores germânicos é uma questão primordial para o desenvolvimento da pesquisa que propomos sobre o Colégio Bom Jesus. É muito importante ressaltar que o sentimento de pertencer ao povo ou à nação alemã contribuiu para organizar a vida comunitária, promover o associativismo e criar sociedades culturais, segundo seus padrões e objetivando a preservação da germanidade. Nessa perspectiva, como assinalam Santos e Vechia (2013), a escola tem um papel central na conformação da identidade étnica dos imigrantes e seus descendentes, que nos estudos de História da Educação brasileira, particularmente no campo da História de Instituições Escolares, é identificada como escola alemã, teuto-brasileira ou étnica.

[60] Os padres seculares pertencentes à Diocese, ou seja, que não faziam parte de uma Ordem ou Congregação religiosa e estavam subordinados diretamente ao Bispo diocesano.

Seyferth (1981) faz uma análise da concepção de identidade étnica, concepção que configura o caráter de pertencimento dos indivíduos, proporcionando a formação de uma categoria de identificação para os descendentes de alemães nascidos no Brasil, os chamados teuto-brasileiros. No início eram teutos. No final do século XIX já pode-se falar em teuto-brasileiros. A denominação teuto-brasileira, usada para designar o grupo alemão, em ambos contextos, se estabeleceu a partir do momento em que diversos grupos alemães oriundos de regiões diferentes da Alemanha, com dialetos diversos, e com os contatos comerciais com a população luso-brasileira, criaram um modo próprio de falar. Seyferth (1981, p. 155) explica a denominação teuto-brasileiro como sendo "usada para descrever aquele que nasceu no Brasil, mas tem sangue alemão, não importando neste critério, quantas gerações o separam da Alemanha", eram também identificados por eles mesmos como "*Deutschbrasilianer*". Dentro da comunidade teuto-brasileira, o que determinava sua característica era a maneira de vida que levavam, isto é, um "modo de vida alemão" (SEYFERTH, 1981, p. 155), um padrão de comportamento, que implicava na preservação dos costumes alemães. O fator de relevância que os unia e identificava como teuto-brasileiros era o uso da língua alemã.

Nesse sentido, Campos (2006) afirma que o envolvimento com a língua e a sua prática foi um princípio fundamental da vida comunitária e que fez parte do ideal romântico de envolvimento com a pátria e a nação, presente também entre as populações alemãs que migraram para o Sul do Brasil onde eram recorrentes tais apelos românticos. "Canções que reivindicavam os ideais românticos estavam nas apresentações das sociedades de cantores ou nas músicas folclóricas entoadas por alunos das escolas alemãs" (CAMPOS, 2006, p.38).

Assim, de acordo com Seyferth (1981, p.42), a nacionalidade alemã não se define pelo território, mas pela identificação com a cultura, a língua e a descendência. Pode-se ser alemão em qualquer lugar do mundo, pois a identidade cultural alemã vai além das fronteiras geográficas do território, ela implica em pertencimento étnico. O poema a seguir, de Ernst Moritz Arndt, é um exemplo dessa compreensão:

Onde é a pátria dos alemães?
É a Prússia, É a Baviera?
É onde o vento leva a areia das dunas?

> É onde chega o barulho do Danúbio?
> Ó não, não, não!
> Sua pátria deve ser grande.
> Onde é a Pátria dos Alemães?
> Então finalmente indico a terra!
> Tão extensa quanto o soar da língua
> E Deus no céu recita canções;
> Ela deve estar
> Onde estiver a língua! (ARNDT, 1935 *apud* SEYFERT, 1981 p.47).[61]

O significado da poesia citada ressalta a importância da língua para a cultura alemã. Essa importância se insere em um movimento, conhecido como racismo germano-cristão que se alastrou pela Alemanha entre os anos 1790 e 1815 e que deu início ao nacionalismo alemão. Cultuou-se a nacionalidade germânica também numa perspectiva biológica apregoando-se que os alemães teriam a missão de perpetuar sua língua e seu sangue. “Essa noção de sangue deu base para uma concepção religiosa ancorada no luteranismo, que considerava os alemães possuidores de uma centelha divina, ou seja, um povo iluminado” (CAMPOS, 2006, p. 30).

As palavras se misturavam entre os dialetos e o português, criando assim palavras novas. Na realidade, o idioma falado pelos descendentes dos imigrantes alemães não é alemão, mas teuto-brasileiro. Disso resultou o linguajar teuto-brasileiro, quase incompreensível para um alemão recém-chegado. Alguns exemplos são expressões como: *rollenfumo* (fumo de rolo), *pikade* (picada), m*ilhobrot* (pão de milho) (SEYFERTH, 1981).

Conforme Vechia (1998), não obstante o isolamento geográfico das colônias, quer de franceses, poloneses, alemães ou italianos, e da vida comunitária ser voltada para dentro do núcleo populacional, ocasionando também um isolamento social em relação ao centro urbano e aos núcleos entre si, as colônias eram unidades produtoras praticamente autônomas que, em geral, prosperavam.

Ainda de acordo com Vechia (1998), é preciso considerar que inicialmente os imigrantes alemães buscaram uma integração com os brasileiros, pois até mesmo em

---

[61] Com relação à essa pretensa superioridade e grandeza da nação alemã, Hegel, no Discurso Inaugural da Introdução à História da Filosofia, já em 1816, afirmou: Pode-se dizer que, desde que a filosofia despontou no solo alemão, nunca foi tão descurada como no momento presente; nunca, como em nossos dias, a vaidade e a presunção se manifestaram e comportaram em face da ciência com a arrogância de quem julga ter nas mãos a vara do poder. Consideramo-nos chamados pelo espírito mais profundo do tempo a reagir contra tal superficialidade e a cooperar com seriedade e probidade germânicas na obra de retirar a filosofia da solidão onde se refugiara. Saudamos ao mesmo tempo a aurora de uma era mais esplendorosa, em que o espírito possa voltar a si próprio e compor sobre os interesses do momento e se tornem capazes de acolher o vero, o eterno, o divino, de contemplar e de compreender o que de mais sublime existe (HEGEL, 1996, p. 376).

algumas de suas associações aceitavam que brasileiros participassem. No entanto, conforme registrou o texto intitulado “Uma viagem pelo Paraná”, publicado no Almanach do Paraná de 1900, os imigrantes alemães não se ligavam aos brasileiros por laços de espécie alguma:

> O allemao, com muito pouca excepçao, continua no Brazil sendo allemao até a 2ª e 3ª geração. Não aprende a língua official, não se dá com os nossos hábitos, não se liga a nós por laços de espécie alguma, e quando a imprensa germânica investe, ladrindo, contra nós elle a aplaude com enthusiasmo! A immigração sem uma condicional, sem o ensino obrigatório da lingua oficial; immigração que se estabelece visando apenas fins commerciaes, aplicada, por isso mesmo á agricultura, póde dar bons frutos aos Estado, melhores ainda ao trabalhador, porém é contraproducente aos interesses nacionais, á sua integridade nacional e política. O paiz que não procura garantir a língua official, desnacionaliza-se. Entretanto, vemos no Paraná, apezar das disposições legislativas de 1898, o ensino amplo e exclusivo da língua allema em todas as escolas dessa nacionalidade. (ALMANACH DO PARANÁ, 1900, p. 241, *sic.*)

O texto publicado no Almanach do Paraná de 1900, cujo redator era Romário Martins, apresenta um ambiente marcado por conflitos nas relações entre imigrantes alemães e brasileiros. O elemento mais destacado foi o não aprendizado da língua portuguesa pelo imigrante alemão, apesar de estar previsto em lei. A presença do imigrante alemão despojada de uma integração cultural era vista como ameaça à nacionalidade. Desta forma, configura-se um conflito étnico no qual o “perigo” da presença do estrangeiro também é utilizado como elemento para justificar a afirmação da identidade nacional. Dessa forma, tem-se ressaltado o caráter contrastivo da identidade étnica.

Assim, para Campos (2006), o “perigo alemão” [62], que já teria estado presente, ainda que de forma atenuada, desde os finais do século XIX nos discursos que recomendavam impedir a formação de cistos raciais, se inscreve na afirmação da política integradora como parte da construção de uma identidade nacional. O outro que não se integrava era visto como ameaça e ao mesmo tempo constituía-se motivo para afirmar a preponderância da identidade nacional. Contudo também havia representantes da imprensa nacional que consideravam a noção de perigo alemão um produto da inveja em razão da prosperidade econômica alcançada nos locais onde

[62] Trata-se da preocupação manifestada pela imprensa e intelectuais brasileiros com reação ao fato de os alemães buscarem num processo de colonização tardia anexar o sul do Brasil à Alemanha, uma vez que a maior parte dos imigrantes dessa etnia estavam localizados nessa região. Sobre o tema podem ser consultado Brepohl de Magalhães (1993), Rene Gertz (1991), entre outros.

os imigrantes alemães se estabeleceram. Nessa perspectiva, o perigo alemão era visto como um “velho papão” criado pelo descaso do governo brasileiro pelas coisas públicas (CAMPOS, 2006).

De acordo com Krieg-Planke (2005), Georges Vacher De Lapouge é o criador da palavra etnia na língua francesa, que a empregou pela primeira vez na sua coleção *Les Sélections Sociales.* A partir do grego *ethnos*, Lapouge propôs dois exemplos: e*thne* ou *ethnie*, vocábulos dos quais o primeiro é o mais correto, o segundo mais fácil de pronunciar.[63] Teórico da raça e da seleção racial, Lapouge desejou purificar sua descrição dos grupos humanos. Segundo ele, nação permite descrever os humanos segundo seu pertencimento a uma entidade política e socio-histórica, raça descreve os humanos segundo suas características físicas e biológicas comuns, ao passo que etnia descreve os humanos pela língua e cultura partilhada.

Considerado precursor imediato do nazismo, Lapouge defendia a tese de que as “raças” são espécies distintas. Dessa forma, o destino dos arianos era comandar o mundo ao passo que, aos demais, caberia obedecer. Para Laouge, a escravidão era considerada um fator natural, inclusive biológico. Escravizar o outro era o mesmo que domesticar um boi ou cavalo. As ideias de Lapouge perduraram até a Segunda Guerra Mundial e influenciaram a extrema direita intelectual, bem como adeptos do fascismo. Para ele, os judeus possuíam muitos defeitos biológicos que os condenavam à dominação legítima (SACARRÃO, 1989).

Para Carvalho et al (2013), o termo etnia foi forjado para dar conta de uma solidariedade de grupo específica, diferente daquelas que são produzidas pela semelhança antropológica (raça) ou pela organização política (nação). Desse modo, a solidariedade entre os membros de uma mesma etnia resistiria até mesmo à fragmentação do grupo que a produziu.

Max Weber (2000) explica que a raça não interessa em si mesma ao pesquisador, como determinante de uma aparência exterior herdada e transmissível hereditariamente, mas sim quando é sentida subjetivamente como característica comum e fonte de atividade comunitária, ou seja, de uma ação social alicerçada no sentimento dos participantes de pertencer ao mesmo grupo. Assim, as diferenças

[63] Nos discursos eruditos, no decorrer dos anos de 1930, o termo mais fácil a pronunciar ganhará definitivamente do termo mais correto (KRIEG-PLANKE, 2005).

físicas ou o parentesco não funda a atração ou a repulsa entre as coletividades, mas é o estabelecimento de relações de dominação de um grupo sobre o outro que fazem com que esses elementos sejam socialmente considerados.

Portanto, o que distingue para Weber (2000) a pertença racial da pertença étnica, é que a primeira estaria efetivamente fundada numa comunidade de origem, num parentesco biológico efetivo, ao passo que a segunda estaria baseada na crença do sentimento e da representação coletiva da existência de uma comunidade de origem. No entanto, a pertença racial não seria condição suficiente para a produção de relações comunitárias. Deste modo não são as características físicas que determinam comportamentos ou a existência de grupos, e sim os sentidos socialmente construídos e compartilhados nas relações.[64]

Conforme Barth (1969, p. 15), “as relações inter-étnicas implicam no estabelecimento de critérios para determinar a condição de membro e os meios de assinalar e excluir os membros do grupo”, o que ele denomina de “limite étnico”. Assim, um grupo étnico sustenta sua identidade cultural e se perpetua por meios biológicos, colocados em prática em formas culturais num todo explícito, que compõe um campo de comunicação e interação, tem um grupo de membros que é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem. Dessa maneira, a partilha de uma cultura é a característica mais significativa na identificação étnica, pois, de acordo com Geertz (1989, p. 15), “ o homem é um animal amarrado nas teias que ele mesmo teceu”, sendo a cultura uma

[64] Ciente do fato expresso por Weber, de que a unidade étnica não pode ser definida por uma lista de traços raciais ou culturais, o antropólogo norueguês Frederik Barth debruçou-se sobre a forma como a diversidade étnica é socialmente articulada e mantida, desfazendo um conjunto de enganos. Para Barth, os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação que organizam as interações entre as pessoas. O enfoque da sua análise está na geração e na manutenção dos grupos étnicos. Não se trata mais de investigar a história e a constituição interna dos grupos distintos, mas de pesquisar as fronteiras étnicas e perpetuação delas. O grupo étnico passa a ser definido como forma de organização social em que podem ser colocados conteúdos de formas e dimensões variadas. A ideia central desta perspectiva é a de que a continuidade do grupo étnico depende da manutenção das fronteiras sociais que definem um “nós” em oposição a um “eles”. Os indivíduos de grupos étnicos distintos precisam compartilhar alguns critérios de avaliação e julgamento comuns para atribuir e identificar o outro. Ao mesmo tempo, para reconhecer este outro, é preciso que haja limites nessa compreensão comum. São critérios e sinais de identificação e estruturação entre os grupos étnicos que permitem a persistência das diferenças culturais. Quanto mais complexo for o sistema politécnico, maior será a necessidade de regular as interações entre os grupos e estabelecer critérios de inclusão e exclusão, devido às relações de interdependência entre os grupos. A coexistência de grupos étnicos em que um grupo domina os recursos pode se tornar hierárquica, estratificada, mas facilmente se observa o inverso. Sociedades estratificadas não geram grupos étnicos, pois, nesses casos, cada um deles desempenha alguns tipos de papeis sociais específicos (CARVALHO, et al, 2013 p. 118-119).

delas. Desse modo, a análise da cultura precisa ser uma ciência interpretativa à procura de significado e não experimental em busca de leis.

Nesse sentido, para Poutignat e Fenart (1998), a etnicidade não deve ser considerada como um fenômeno característico de grupos, mas numa dimensão universal das relações humanas. Tal compreensão de etnicidade, como um aspecto universal, está presente no pensamento dos estudiosos contemporâneos que seguem a orientação apontada por Barth (1969) e procuram avançar em relação a ele colocando a questão específica da etnicidade, ou seja, a fixação dos símbolos identitários que fundam a crença em uma origem comum.

Barth, na década de 1960, substituiu uma concepção estática por uma concepção dinâmica de identidade étnica. Ele entendeu e fez entender que essa identidade é construída e transformada na interação entre grupos sociais por meio de um processo de inclusão e exclusão, estabelecendo limites e definindo o que os integram ou não. Contudo, isso não significa uma soma das diferenças principais objetivas de um determinado grupo, mas somente aqueles que os próprios atores consideram como significativos num dado momento histórico. Dessa maneira, a etnicidade não é vista como um conjunto intemporal e imutável de traços culturais transmitidos da mesma maneira de uma geração para outra em um determinado grupo social. Ela provoca ações e reações entre esse grupo e outros em uma organização social que não cessa de evoluir (POUTIGNAT e FENART, 1998).

Percebe-se então que a identidade étnica, de acordo com a noção desenvolvida por Oliveira (1975, p. 5-6), é contrastiva e tende a se exprimir como um sistema de oposições e contrastes. É no contato com o outro, diferente, que tal identidade se revela no que tem de mais genuíno e busca manter-se. Essa noção de "identidade contrastiva", parece se constituir na essência da identidade étnica. É uma identidade que surge por oposição; implica a afirmação do "nós" diante dos "outros". No século XIX era utilizado pelos teóricos o conceito de raça que estava ligado ao entendimento de parentesco biológico efetivo, de descendência. Contemporaneamente, o termo raça não mais denota a hereditariedade biossomática, mas a percepção das diferenças físicas.

Poutignat e Fenart (1998, p. 43) explicam que "a palavra etnia nas ciências sociais liga-se precisamente ao fato de permitir que se evite o mal estar suscitado pela conotação biológica da palavra raça", o que não impede de acarretar a mesma

significação. Neste sentido, o termo etnia seria pensado como sendo substituto da palavra raça. Por esta concepção, a etnia combina os aspectos biológicos e culturais, ela é “simultaneamente comunidade de sangue, de cultura e de língua, que englobam os traços socioculturais de uma sociedade”.

No passado, os teóricos entendiam o grupo étnico como sendo um grupo que tem uma tradição cultural comum e um sentido de identidade, e que existe como subgrupo dentro de uma sociedade mais ampla. Esse grupo reivindica ou possui um estatuto especial em função de traços étnicos, que ele apresenta ou presume apresentar. Atualmente entende-se os grupos étnicos de maneira mais ampla, o “que leva a ver na etnicidade uma categoria geral da vida social e não mais a característica de um grupo minoritário definido por traços culturais específicos (POUTIGNAT e FENART, 1998).

Na análise dos grupos étnicos, os estudos de Barth (1969) sobre as fronteiras étnicas são referências. Seu conceito de fronteiras étnicas marcou uma transformação nas teorias sociológicas de grupo étnico. As fronteiras étnicas que Barth estudou estão baseadas nas fronteiras sociais, podendo também ter contrapartidas territoriais. Segundo Barth (1969, p. 153), para que exista a pertença étnica, para que a noção de grupo étnico tenha sentido, os membros precisam conhecer as fronteiras que marcam o sistema social ao qual pertencem. “A Identidade étnica não pode ser concebida senão na fronteira, do contato ou confrontação do ‘Nós com Eles’, são elas, as fronteiras, e não o conteúdo cultural interno, que definem o grupo étnico e permitem que se dê sua persistência”. Para estabelecer essa distinção, um grupo étnico define um princípio de fechamento e mantém uma fronteira entre eles, a partir de traços culturais. Quando se tem uma influência muito grande de uma cultura sobre outra, para manter seus limites e seus valores, o grupo estabelece comportamentos que marcam sua identidade. Assim são as fronteiras, que permitem aos grupos étnicos permanecerem ao longo do tempo.

De acordo com Poutignat e Fernart (1998), Barth afirma que as fronteiras étnicas não são em seu funcionamento fechadas, impermeáveis ao contato e sim flexíveis, permeáveis às interações sociais. Isto faz delas um veículo de interação social. Ao mesmo tempo, no entanto, tais interações possibilitam que se mantenham as identidades étnicas do grupo. Um grupo étnico pode modificar e substituir sua cultura sem perder sua identidade. Com o tempo as fronteiras étnicas podem manter-

se, tornarem-se mais rígidas ou mais flexíveis e até desaparecer. Nesse sentido, mesmo nas comunidades onde as fronteiras se transformam em barreiras rígidas, sempre haverá um determinado número de indivíduos que realizam a transposição, principalmente quando essas comunidades estão situadas em regiões urbanas, onde a proximidade com outras comunidades é mais intensa, como é o caso da comunidade alemã católica de Curitiba. Seus membros estavam inseridos em vários setores sociais, o que exigia que suas fronteiras étnicas fossem flexíveis, dada a necessidade prática que o contato social exigia. Contudo, Barth (1969, p. 188) esclarece:

> Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas[...] em outras palavras, as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam.

Considera-se habitualmente que os grupos étnicos se distinguem dos outros grupos organizados (religiosos, classes sociais), “por seu modo de recrutamento, que se realiza sob o princípio do nascimento” (*ibidem*). A crença na origem comum, o nascimento em um determinado local, é que justifica o próprio sentido de unicidade do grupo, independente de distinções internas. Contudo, de acordo como Poutignat e Fenart (1998), para conservar sua identidade um grupo estabelece critérios de pertença e exclusão e meios para manifestar a presença e a exclusão. Desta forma, não se pode dizer que os grupos étnicos se baseiam apenas na ocupação de território, mas também na estruturação da interação com outros grupos, o que permite a persistências das diferenças culturais.

Segundo Barth (1969), a mobilidade das pessoas e o contato cultural problematizam a emergência e a persistência dos grupos étnicos, enquanto unidades que se identificam pela manutenção das suas fronteiras. Nesse sentido, é a etnicidade que garante a unidade concreta do grupo. Assim, é possível compreender, por exemplo, porque as comunidades alemãs e as escolas étnicas tanto se esforçaram para manter o *Deuschtum* .[65] A dimensão étnico-cultural é construída e reconstruída constantemente num processo relacional em que os grupos e indivíduos buscam,

[65] Conforme Seyferth (1982 p. 45), *Deuschtum* engloba língua, cultura, o *Geist* (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo que está relacionado com ela, mas como nação e não como estado. Representa a solidariedade cultural e racial do povo alemão.

selecionam, ou relutam em função do significado que fenômenos e processos têm para eles. Por isso “a educação e a escola são um campo propício para se perceber a afirmação dos processos identitários e os estranhamentos e as tensões decorrentes da relação entre culturas” (KREUTZ, 2001, p. 123). De acordo com Renk (2004, p. 18), a comunidade de imigrantes alemães de Curitiba se quisesse poderia contar com as escolas públicas para matricular seus filhos. Todavia, não era essa a questão com a qual eles se depararam, mas sim com a “falta de uma escola que atendesse aos interesses específicos de manutenção da fé católica e da cultura alemã”. Nesse sentido, é preciso ressaltar que a *Deutsche Schule* presente em Curitiba desde 1867 teve um papel fundamental.

Conforme descreve Vechia (1998, p. 224), em 11 de dezembro de 1866 o Pastor Johan Friederich Gaertner solicitou ao inspetor geral da Instrução Pública, Ernesto Francisco de Lima Santos, licença para ensinar as primeiras letras em língua alemã, o que lhe foi concedido. Estava criada a Escola da Comunidade Alemã. Logo a seguir a escola foi fechada sob alegação de que admitia alunos de ambos os sexos, entre eles alguns brasileiros católicos, contrariando os artigos 104 e 95 do Regulamento de 8 de abril de 1857. Diante da insistência do pastor Gaertner, foi expedida uma nova licença especificando as condições para funcionamento da escola. Estava permitido lecionar as primeiras letras em alemão no rocio da cidade, a alunos alemães que professassem a religião protestante. Porém, a escola estava proibida, sob as penas da lei, de receber meninas de qualquer religião e meninos católicos. Essas condições já haviam sido impostas na primeira licença, mas não foram acatadas pelo pastor.

Ainda de acordo com Vechia (1998), como a autorização dada era demasiadamente restritiva, causou inquietação entre os membros da comunidade evangélica que enviaram um abaixo-assinado ao presidente da Província, em fevereiro de 1867, rejeitando a decisão tomada pelo inspetor geral e argumentando que as medidas tolhiam a liberdade de dar instrução aos filhos segundo à crença dos pais. Assim, pouco tempo depois, o professor e pastor Gaertner enviou um novo pedido de abertura de uma escola para meninos e meninas, justificando que os preceitos da religião evangélica exigiam que as crianças soubessem ler e escrever para aprender o catecismo e a Bíblia. Somente assim poderiam ser confirmadas na fé.

> A religião protestante previa que os membros da comunidade fossem alfabetizados, sem este requisito seria quase impossível a prática da religião: cantar os hinos, estudar o catecismo, ler a Bíblia para ser confirmado na fé. A alfabetização deveria ocorrer, preferencialmente, em língua alemã. O alemão exercia a função de língua litúrgica; perdê-la significava a descristianização. Esses dois elementos, língua e religião, por sua vez, estavam instrinsecamente unidos a um outro elemento: a germanidade. Esta ligação foi expressa, muitos anos mais tarde, pelo Pastor Rotermund. "Quem deixa de sentir e pensar evangelicamente, deixa de ser alemão; e vice-versa: quem nega a língua alemã e a índole alemã também se perderá para a nossa igreja. Germanidade e Evangelho estão ligados para o que der e vier" (VECHIA, 1998 p. 224).

Como se pode notar, a língua alemã e a religião eram muito importantes para os imigrantes. Elas possuíam um grande valor simbólico e eram elementos essenciais para a determinação da sua identidade. Assim, também nas instituições que eles fundavam, estava presente como preocupação central a promoção e a manutenção da germanidade em que a língua, a religião e o patriotismo são elementos-chave. Ainda com relação à língua alemã, enquanto Willems (1980) acredita que a manutenção da língua é decorrente do isolamento a que muitas colônias alemãs ficaram sujeitas no início da colonização, Seyferth (1994), por outro lado, afirma que a manutenção da língua decorre do contato com a sociedade brasileira como expressão de sua etnicidade. Também Arns (1997) e Kreutz (1994) acreditam que a manutenção da língua se deu em razão do valor cultural que ela tinha para o grupo e não apenas como consequência do isolamento cultural.

Os imigrantes alemães, quando chegaram no Paraná, encontraram uma situação bem diferente daquela que conheciam na sua terra de origem. A estrutura para oferta de educação estava em um estágio inicial de desenvolvimento. Havia pouco investimento público, uma vez que não estava disseminada a consciência da importância da educação para o desenvolvimento da Província e da nação.

Segundo Romanelli (2000), a descentralização proporcionada pelo Ato adicional de 1834 e que delegou às províncias o direito de promover a educação primária e secundária, em razão da falta de recursos, teve como resultado o abandono do ensino primário e a passagem sobretudo do ensino secundário para a iniciativa privada. O que se tinha, no caso do ensino primário, eram pouquíssimas escolas mantidas à custa do sacrifício de alguns mestres-escola, que sem outra opção profissional viam-se obrigados a assumir o magistério elementar.

Vechia (1998, p. 23), por sua vez, referindo-se ao contexto paranaense, nos mostra o tímido início das escolas públicas e particulares desde a instalação política da Província. Em relação à educação, quando da instalação da Província, Curitiba possuía um Liceu [...], porém, à época não estava em funcionamento -, e três escolas de primeiras letras, uma para meninas e duas para meninos. Em 1854 foi criada uma segunda cadeira de instrução primária de primeira ordem para o sexo feminino. Em 1856, Madame Gabrielle Jeanne abriu um colégio de instrução primária de primeira e segunda ordem para a educação das meninas e, em 1857, o professor alemão Germano Lainsten, abriu um colégio semelhante para os meninos. Essas duas instituições foram fechadas no final da década de 1850 sem que fossem criados outros estabelecimentos de ensino primário de segunda ordem para substituí-las. A década de 1860 foi marcada por dificuldades na esfera educacional e o número de escolas públicas de primeira ordem continuou inalterado. O ensino primário, sem dúvida, estava longe de ser satisfatório em diversos aspectos. Havia falta de recursos financeiros, de bons professores e de vontade da parte dos pais para enviar os filhos à escola.

Ainda segundo Vechia (1998), na capital da Província do Paraná, em 1870, as aulas continuavam restritas às duas cadeiras do sexo masculino e às duas cadeiras do sexo feminino e o ensino particular primário estava representado apenas pela escola do professor polonês Edmundo Wos Saporski. Ao assumir a presidência da Província em 1875, Adolpho Lamenha Lins logo se ocupou com os assuntos da educação, que eram alvo de atenção da sociedade paranaense. No entanto, apensar das iniciativas tomadas, no final da década de 1870, o presidente Manuel de Souza Dantas Filho dizia ser desanimador o estado da Instrução Pública na Província, pela desproporção que se dava entre o número de escolas criadas e o de alunos que as frequentavam. Na década de 1880 ocorreu um aumento no número total de escolas em Curitiba, bem como no número de alunos que as frequentavam e as escolas foram redistribuídas por categorias. Contudo, ao final do período provincial, a rede escolar pública e subvencionada passou por um processo de retração acentuado.

Os imigrantes alemães, quando chegaram ao Brasil, já traziam um entendimento da importância da questão escolar. Kreutz (1991) expressa essa visão quando menciona a experiência germânica. A Alemanha, especialmente a região de proveniência de boa parte dos imigrantes católicos, o *Hunsrück,* realizou um amplo

movimento em favor da educação elementar já a partir da segunda metade do século XVII e de modo mais intenso, no século XIX. De modo que “os imigrantes já traziam consigo os condicionamentos e as exigências para a alfabetização em massa” (KREUTZ 1991, p. 7).

Com relação ao desenvolvimento das escolas para imigrantes no Brasil, Negrão (2008) afirma que ele teve seu auge no final do século XIX e contribui para a que se configurasse um sistema escolar diversificado. Apesar de diverso, esse sistema tinha seu ponto de convergência na cultura alemã, especialmente na língua e na religião. Nesse sentido, as escolas, que na sua maioria surgiam da iniciativa dos próprios colonos, em razão das suas necessidades e como forma de suprir a praticamente ausência do poder governamental, assumiam tipologias diversas.

Uma marca das escolas comunitárias, de acordo com Kreutz (2000), é sua forte conotação étnica e cristã. Nesse sentido é característico o fato de que nessas escolas todos contribuíam, inclusive financeiramente, para sua manutenção. Essa constatação é válida tanto para comunidades católicas quanto protestantes, pois o pensamento comunitário é uma característica marcante na histórica da colonização teuto-brasileira. Assim, para caracterizar a tipologia da escola criada pelo Pe. Auling em 1896, que atendia os filhos dos imigrantes alemães católicos de Curitiba, é importante analisar como se constituíram e quais características tinham essas escolas. Da mesma forma, precisamos trazer à tona a presença da Escola alemã fundada pela comunidade evangélica. No caso das duas seções, a questão religiosa foi evocada como uma das principais justificativas para sua abertura.

Com relação às escolas rurais, por exemplo, Seyferth (1985) afirma que elas funcionavam em casas onde um dos membros da comunidade dava aulas por iniciativa própria e colaborava inclusive para organização das orações, fazendo as vezes do padre ou pastor. Nas áreas urbanas, por sua vez, cada escola possuía uma Associação escolar, os professores tinham qualificação e viviam apenas da profissão. Tais características se aplicam também para as escolas religiosas, que a autora denomina como escolas privadas alemãs.

Quanto às escolas paroquiais católicas, com base em Kreutz (1991), pode-se afirmar que elas tinham como objetivo a promoção e a conservação de um estilo harmonioso de vida ancorado em princípios religiosos, cujo modelo de sociedade era

o do período medieval marcado pelo teocentrismo. O responsável pela escola era o pároco e tinha poder decisório. Nas escolas ligadas à igreja, fosse ela católica ou luterana, o professor era um religioso ou alguém qualificado para tal, mas nem sempre remunerado.

No que diz respeito à tipologia adotada para classificar a escola fundada pelo Pe. Auling, objeto dessa pesquisa, Negrão (2008) considera-a desde a sua fundação em 1896 até 1903 como uma “Escola privada alemã”. Já no que diz respeito ao período posterior a 1903, quando os franciscanos assumem a direção e a manutenção da escola, entende que ela passa a ter a característica de uma escola particular confessional, o que se mantém atualmente.

De nossa parte, acreditamos que a denominação anteriormente proposta em parte não é suficiente para caracterizar a Escola Católica alemã de Curitiba fundada pelo Pe. Auling. Entre outros motivos, pelo fato de já em 1903 os franciscanos terem criado uma seção dentro da escola com ensino em língua portuguesa para atender alunos brasileiros. Também pelo fato de em momento de dificuldade, como quando da necessidade de reconstrução,[66] poder contar com o apoio de toda comunidade. Dessa forma, para a compreensão de sua cultura escolar, que se constitui a linha mestra desta pesquisa, é preciso ter presente a complexidade que circunscreve essa instituição a qual ao longo da sua história, que foi uma escola étnica, confessional, bilíngue, católica e franciscana. Não obstante a relevância dessas tipologias e características é importante salientar como os elementos língua e religião são fundamentais para a compreensão da relação dos imigrantes com a educação. Nesse sentido, a análise do contexto da fundação da escola com destaque para a relação que os imigrantes alemães em Curitiba tiveram com a educação será o foco de nossa atenção no próximo capítulo.

[66] O Colégio Bom Jesus sofreu com dois incêndios, um em 1917, no contexto da Primeira Guerra Mundial, em que se deu uma invasão e saques à seção brasileira e outro na noite de 22 de fevereiro 1921 que destruiu completamente o prédio e praticamente todos os documentos internos relativos ao Colégio se perderam. A ajuda da comunidade foi fundamental para reconstrução da escola.

3 OS IMIGRANTES ALEMÃES EM CURITIBA E A EDUCAÇÃO

A posposta deste capítulo foi analisar a relação dos imigrantes alemães, que chegaram a Curitiba no final do século XIX e início do século XX, com a educação e evidenciar a importância dada por eles à educação escolar como instrumento para manutenção e transmissão de sua identidade étnica/cultural. Nessa perspectiva sobressaem elementos como a língua e a religião. Para tanto, procurou-se descrever e analisar o contexto da fundação da Escola Alemã Católica de Curitiba, seu funcionamento nos primeiros tempos, bem como a transição da direção para os religiosos Franciscanos, que ocorreu em 1903.

Dessa forma, procurou-se evidenciar como a questão religiosa é um elemento fundamental para compreender a gênese, o desenvolvimento e, sobretudo, a permanência da Escola Alemã Elementar Católica de Curitiba*,* atual Colégio Bom Jesus, uma instituição confessional centenária, que sofreu influências e transformações marcantes, passando pelas consequências de duas guerras mundiais, a extinção de escolas estrangeiras no Brasil e várias polêmicas ideológicas em seu processo histórico.

3.1 O CONTEXTO DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA

Os primeiros grupos de imigrantes que chegaram ao Paraná[67] se instalaram na cidade de Rio Negro em 6 de fevereiro de 1829. Tinham como objetivo a formação de comunidades. Porém, só depois de aproximadamente três décadas é que o Paraná começará a promover uma política de atração de imigrantes tendo em vista a proteção e o desenvolvimento da Província recém emancipada de São Paulo.

O primeiro alemão que veio morar na cidade de Curitiba, segundo Fugmann (2010), foi Michel Muller, vindo de Rio Negro (1833)[68]; instalou uma ferraria na cidade

[67] Em linhas gerais, podemos estabelecer os seguintes períodos de imigração alemã para o Paraná: 1829, imigração para Rio Negro, 1850 reimigração da Colônia Dona Fracisca; 1877-1879, Imigração dos alemães do Volga; 1890-1913, imigração diretamente da Alemanha, a partir de 1919, prosseguimento de imigrações (FUGMANN, 2010 p. 33).

[68] Vechia (1998, p.96) afirma que quando a Província do Paraná se tornou política e administrativamente independente, a região de Curitiba já era habitada por alguns imigrantes alemães e que o primeiro imigrante alemão, na região de Curitiba, de que se tem notícia foi o médico Johann Rennov, prussiano que aportou no Brasil em 1816 e que, em 1820, adotou a religião católica, casando-se, em seguida, com dona Ana Joaquina.

e casou-se com Ana Krantz. Algum tempo depois, outras famílias anteriormente localizadas em Rio Negro fixaram-se em Curitiba, que já oferecia algumas condições de subsistência. É o caso das famílias Pletz, Stresser, Scheleder e Pichet. Além dessas famílias, durante as décadas de 1830 e 1840 muitas outras transferiram-se para Curitiba, fixando-se no quadro urbano e no rocio da cidade (VECHIA, 1998).

Conforme relata Fugmann (2010), somente com a reimigração de colonos da Colônia Dona Francisca, atual cidade de Joinville, nos anos 1854/1858, é que novas famílias alemãs chegaram a Rio Negro. Os primeiros imigrantes eram católicos e se integraram logo na Igreja local sendo atendidos no idioma português. Os que vieram mais tarde eram evangélicos e fundaram sua própria comunidade religiosa e diversas sociedades.

De acordo com Vechia (1998), em Curitiba novas famílias continuaram a chegar de tempos em tempos. Assim como os reimigrantes oriundos de Rio Negro, os de Dona Francisca e os vindos da Áustria passaram a se fixar no centro urbano ou em terrenos do rocio, onde formavam suas chácaras. Esse processo de ocupação manteve-se contínuo por todo o período provincial. O Censo realizado pela Província em 1854, uma das primeiras medidas do então presidente, mostrava que Curitiba possuía 6.791 pessoas, das quais 4.621 eram brancos, descendentes de portugueses e espanhóis. Convém ressaltar que, mesmo o censo não trazendo qualquer referência à existência de estrangeiros no Município, Zacarias de Góes e Vasconcelos, em seu relatório à Assembleia Provincial em 15 de julho de 1854, mencionou a presença de grande número de imigrantes alemães em Curitiba. Algumas famílias de alemães que vieram com destino a Rio Negro, a partir de 1833, escolheram tentar a sorte na região de Curitiba. O mesmo processo ocorreu com imigrantes alemães da colônia Dona Francisca, no início de 1850, o que se intensificou após a emancipação do Paraná.

Para Victor (1913, p. 92), os alemães, que já tinham se dedicado à atividades agrícolas nos arredores da cidade e em outras colônias, “foram se estabelecendo no comércio, dentro, do quadro urbano, chamando a si a freguesia dos verdadeiros colonos e por outro lado fazendo-se industriais, - cervejeiros, ferreiros, carpinteiros, salsicheiros, ferradores, construtores de carros, estalajadeiros, padeiros, açougueiros, etc."

Destaca-se, nesse momento, segunda metade do século XIX, a influência germânica nas características da cidade em razão de sua superioridade numérica.

Isso irá se expressar desde o aspecto físico em que as construções coloniais vão dando lugar à arquitetura germânica, proporcionando à cidade um ar moderno e europeu. Nesse cenário é marcante a presença dos imigrantes, sobretudo alemães e polacos.

Conforme descrito por Vechia (1998), no final da década de 1850 Curitiba havia absorvido completamente a condição de capital, abrigando todas as repartições públicas e com o quadro de funcionalismo público formado. Era preciso crescer como cidade, tanto no aspecto físico quanto no econômico, no social e no cultural, o que ocorreu nos anos seguintes e sob grande colaboração e influência dos imigrantes. Com a inserção de estrangeiros no mercado de trabalho, o setor de serviços foi paulatinamente ampliando-se. Destaca-se, nesse sentido, a atuação de José Hauer, que chegou a Curitiba em 1863 dedicando-se, entre outras atividades, ao comércio internacional de importação e exportação de mercadorias. Em 1877, Curitiba estava ligada pelo telégrafo com as cidades de Antonina, Morretes, Paranaguá, Vila de Guaratuba e com as demais capitais do Império e ainda que as lojas maiores fossem de propriedade de brasileiros e portugueses, já no início da década de 1880 os alemães dominavam o pequeno comércio.

Não levou muito tempo para que os imigrantes, sem perderem de vista suas características culturais, passassem a participar de todos os setores da vida urbana na capital da Província. As marcas dessa presença apareciam cada vez mais na arquitetura, no comércio, nos diálogos, nos trajes exóticos, na imprensa, entre outros. “Conservavam todos esses homens o trajar exótico e os demais hábitos que era possível das terras de onde recentemente tinham vindo. Nas falas, aos nossos ouvidos confusas, nós brasileiros da zona quente víamos um outro mundo intercalado como por milagre de magia no Brasil” (VICTOR, 1913, p. 94-95).

Para Vechia (1998, p. 27), “se na década de 1860 a tônica foi a construção física e territorial da cidade, na década de 1870, a sociedade curitibana começou a delinear, com maior nitidez, sua conformação populacional sob os ângulos do social, do cultural e/ou do religioso”.

> Aos poucos, porém, a cidade ia se transformando em diversos setores. Se até 1855 a oferta e a variedade de gêneros alimentícios e demais produtos eram restritas e os preços muito elevados, a partir daquele ano a atividade comercial, na capital, começou a mudar sua feição. Muitos imigrantes alemães, residentes principalmente na rua Direita, já na época conhecida como a rua dos Alemães, dado ao grande número deles lá radicados,

> passaram a praticar, em suas próprias casas, o dito pequeno comércio. Vendiam a “preços módicos”, conforme anunciado, inúmeros produtos, entre os quais: presuntos da Westphalia; queijos flamengos; vinho do porto e de Bourgogne; champagne, maraschino, licores finos franceses, cognac, absinto, genebra holandesa, chocolate homeopático, chá hyson, dito preto, frutas francesas, manteiga inglesa, bolachas americanas, cerveja, roupas, relógios, medicamentos, calçados e demais produtos. Vendiam ainda produtos caseiros, ovos, aves, leite e legumes produzidos nos arredores da cidade (VECHIA, 1998, p.16).

Recentemente desenvolvida na cidade, as áreas industriais eram fortemente marcadas pela presença da imigração alemã, bem como o comércio. A descrição a seguir traz alguns dados e informações sobre as transformações e o desenvolvimento que estava ocorrendo na cidade e evidencia a importância da presença dos imigrantes alemães nessas duas áreas.

> O pequeno comércio, de fato, se expandia e se diversificava; pequenas fábricas eram fundadas, quase sempre tendo à frente alemães e alguns franceses. Em 1870, Bossel e Hülle montaram à rua Direita uma fábrica de chapéus, cujo produto rivalizava com os produzidos na Europa; Carlos Christoffel abria uma selaria e tapeçaria; muitos relojoeiros e ourives fabricavam joias e relógios. O comércio se especializava no ramo de perfumes e cosméticos, tais como: cremes, sabonetes, pó-de-arroz, pó-dentifrício etc., bijuterias, joias e relógios, mobília, vinhos vindos da Áustria, da Suíça e de diversas partes da Europa. A firma Jenner & Lindemam, situada na Travessa da Matriz, oferecia grande sortimento de produtos importados: máquinas de costura, mobílias austríacas, objetos americanos, roupas de lã para senhoras e crianças, casemiras finas e inúmeros outros produtos. Adolpho Lindemann introduzia as últimas novidades no ramo ótico (VECHIA, 1998, p. 39).

De acordo com Fugmann (2010) a participação dos imigrantes alemães também foi muito marcante na construção da então Igreja Matriz em 1893, hoje a Catedral de Curitiba. Desde o engenheiro, passando pelo carpinteiro, fornecedores de madeira e ferro, até o relógio da torre foram providenciados por imigrantes alemães.

Vechia (1998, p. 41), com relação à aparência física da cidade de um modo geral, comenta que, por volta de 1885, o aspecto físico da cidade havia se modificado radicalmente por influência dos “alienígenas”. Aos poucos, o antigo estilo de construção colonial foi dando lugar às novas edificações em estilo germânico. “No alto das portas das casas comerciais, as inscrições em alemão, os produtos de diversas

nacionalidades, e nas ruas misturava-se o português com o linguajar do estrangeiro. Tudo isso conferia à cidade um aspecto europeu".[69]

Nestor Victor (1913, p.13), ao descrever a vida da cidade de Curitiba na década final do século XIX destaca a vida simples, mas farta, que era possível levar, mesmo fazendo parte de uma classe menos abastada. "Até a gente pobre era fácil prover-se de pão à vontade, porque já se introduzira na alimentação nacional a enorme e barata broa de centeio, fabricada nas padarias alemãs" (VICTOR, 1913, p. 100).

Como é possível notar, a presença do imigrante e de elementos da sua culinária também colaboram para proporcionar um contexto de "fartura", ainda que modesto. Por outro lado, é preciso destacar que a situação dos imigrantes é também notada como a de "elementos estranhos" e que fazem questão de manter suas diferenças preservadas. Assim, por exemplo, para participar dos Clubes e Associações fundados pelos alemães, onde a vida social acontecia, era necessário conhecer o idioma alemão. Com isso procura-se conservar a germanidade, lançando mão sobretudo da preservação da língua do país de origem.

> Enfim, a vida comunitária desses imigrantes atingiu um nível de organização tão aprimorado que permitia que vivessem praticamente desvinculados da sociedade local e dos demais grupos étnicos. Possuíam vida social e cultural própria, imprensa própria e no caso dos protestantes, que eram em maioria, igreja e escola próprias. O maior contato com os brasileiros e com os elementos das demais etnias ocorria principalmente através das relações econômicas. Desde o início da década de 1870 detinham grande parte do pequeno comércio do centro urbano, mantinham pequenas indústrias, serrarias, olarias, pedreiras, padarias, cervejarias, hotéis e se dedicavam a diversos ramos de serviços. (VECHIA, 1998, p.303).

Contudo, esse comportamento fechado dos imigrantes alemães orientado à preservação de sua identidade, não demorou para provocar a reação e indignação dos habitantes locais, ocasionando inclusive conflitos públicos com repercussão na imprensa.[70] Nas palavras de Victor (1913, p. 101): "Torna-se por fim irritante a quem

---

[69] Apesar das grandes modificações verificadas, a cidade mantinha, pelo menos até 1885, e na visão de um filho de Paranaguá (Nestor Victor), suas peculiaridades de uma simples "vila", sem qualquer infraestrutura, sem calçamento e com banhados cheios de sapos, característicos da região (VECHIA, 1998, p 41).

[70] Em 1896, o jornal O Diário da Tarde publicou um artigo com o título: "A Alemanha e a América do Sul" no qual cita-se que, durante um banquete por ocasião do aniversário do General Grant, o Ministro da Guerra Americano, Sr. Root, em seu discurso acusa a Alemanha de tentar fazer conquistas na América do Sul. O discurso causou grande repercussão nos círculos políticos em Berlim. De acordo

ali se demorava a segregação em que, a respeito de quase tudo, vivia aquela gente do elemento nacional".

No entanto, de acordo com Vechia (1998), apesar de a maioria dessas sociedades organizadas ser formada por sócios oriundos da própria comunidade, algumas aceitavam sócios brasileiros, pois a sociedade curitibana, de maneira geral, estava sendo permeada com os hábitos sociais e culturais dos imigrantes alemães; muitas pessoas, especialmente a juventude, frequentava seus bailes e festas.

De qualquer modo, a segregação estava presente e não estava restrita aos seus Clubes e Associações, pois, ainda de acordo com Victor (1913, p. 101):

> Era raro ver-se um simples filho de alemães, já nascido no Brazil, aliar-se a uma moça brasileira. Elles só liam jornaes impressos em typo gothico alemão; publicavam-se uns quantos desses em Coritiba. As creanças só frequentavam colégios germânicos. Onde não se havia o ensino do português. Assim bem comumente, velhos imigrantes, que já estavam naquela terra havia dezenas de anos, mas podiam expressar alguma coisa em nossa língua, e até rapazes e moças de sua prole falavam português com muita imperfeição e deficiência.

Nota-se pelas palavras de Victor (1913) que o comportamento fechado e, é possível dizer, "arrogante" dos imigrantes alemães causava indignação e ao mesmo tempo exigia uma resposta concreta das autoridades locais. Um dos pontos que merece destaque é a questão da língua. Conforme publicado no Almanach do Paraná, em 1900:

> Este caso já é uma falta de respeito ao paiz que os hospeda tão generosamente, visto estar estabelecido por lei a obrigatoriedade da língua portuguesa; mas não deixa de ser também, a convicção do alemão aqui residente, de que, assim procedendo, está contribuindo para perda da nossa nacionalidade, representada com assustador prenuncio pela adaptação de uma lingua diferente da oficial, e que náo se afinisará nunca com a nossa origem nem com a nossa actual característica. Esta é que é a verdade, da qual ninguém se preocupa ostensivamente, mas que é preciso que os bons brasileiros tenham muito em vista, a fim de poderem affirmar, agora e sempre, que isto é nosso e nos haveremos de manter posse do nosso território, ou por bem ou por mal; ou recebendo generosamente o estrangeiro e dando-lhe trabalho e fortuna quando nos respeite, ou expulsando-o a bala do nosso território, quando se torne uma ameaça à nossa nacionalidade! (ALAMANACH DO PARANÁ, 1900, p. 24, *sic*.).

---

com o mesmo artigo, do Diário da Tarde, o Jornal *Berliner Nenerte Noshrieleten*, declarou nesta ocasião que a Alemanha não objetivava conquistas na América do Sul, que dirige a imigração para países em que o contato com a pátria possa ser conservado (NEGRÃO, 2008, p. 49).

O relato citado evidencia que não estava ausente o conflito nas relações estabelecidas entre imigrantes alemães e brasileiros na capital paranaense, principalmente na última década do século XIX, momento em que se deu a fundação da Escola Católica Popular alemã. Também havia desconfiança por parte de alguns setores da sociedade que consideravam a presença dos imigrantes alemães como invasora e prejudicial tanto para a cidade como para a República recentemente proclamada e em vias de se concretizar.

Para Vechia (1998), a década de 1880 foi decisiva na organização social, religiosa e educacional dos imigrantes radicados em Curitiba. Particularmente os alemães passaram a afirmar ainda mais seus valores culturais, sendo a criação da imprensa, um dos meios adotados para conseguir tal intento[71]. Essa imprensa atuou como agente de preservação da identidade étnica e cultural da comunidade.

Com relação à educação especificamente, por permitir e incentivar a abertura de escolas nas quais se ensinasse em língua estrangeira, pela falta e impossibilidade de oferecer escolas públicas que ensinassem em língua portuguesa, o governo começou a cavar um valo entre o elemento nacional e o estrangeiro. Criar escolas comunitárias foi a resposta encontrada pelos imigrantes alemães como tentativa de recriar uma instituição que estava incorporada à sua cultura, em um meio diverso e com a qual já estavam acostumados em seu país de origem (VECHIA, 1998).

Nesse sentido é preciso considerar todo processo histórico da educação no Paraná que, mesmo após a emancipação, é caracterizado pela precariedade, baixo investimento e descontinuidades. Mesmo com todo esforço do primeiro presidente da Província a situação pouco melhorou nos primeiros anos.

No entanto, Vechia (1998, p. 31) salienta que na década de 1870 a instrução pública passou por uma transformação radical no Paraná:

---

[71] Conforme Vechia (1998, p. 301), os Jornais em língua alemã proliferaram em Curitiba. Em julho de 1881 fundaram o seu primeiro jornal – *Der Pionier* – que tinha como redator Adolpho Lindemann. Publicado em língua alemã, tinha como objetivo precípuo defender os interesses da comunidade alemã em Curitiba. No ano seguinte, 1882, foi fundado o *Deutscher Wochenblatt,* que tinha como redator Antonio Schneider. Foram ainda criados o *Der Franen Lieblena*, em 1886; o *Echo Paranaense*, 1886; *Deutsche Echo,* 1886, *Der Erzäller*, 1886; *Deutsche Volkszeitung*, 1887; *Deutsche Blätter,* 1887 e *Der Beobachter* em 1889. Além desses periódicos circulavam na capital os *Kalendarz*, que eram anuários para uso da Comunidade Alemã no Brasil, editados inicialmente na Alemanha e posteriormente no Rio Grande do Sul e o *Südbrasilien*, um semanário publicado em Hamburgo para atender os interesses da Comunidade Alemã que vivia no Sul do Brasil.

> A Instrução Pública, até então estagnada, passou por uma transformação radical nessa década. Como resultado do processo de ebulição das ideias acerca da educação, foram aprovados três Regulamentos para a Instrução Pública na Província, em 1871, 1874 e 1876. Em meados da década, sob a administração de Lamenha Lins, a Instrução Pública começou a tomar novos rumos. A rede escolar pública, tanto primária quanto secundária, foi ampliada e recebeu inúmeras melhorias. A Escola Normal, que visava à formação de professores, criada em 1870, foi implementada em 1876, bem como foi criado o Instituto Paranaense, cuja meta era habilitar a juventude para os exames preparatórios.

Em sua maioria protestantes, os imigrantes alemães que eram profissionais liberais (comerciantes, alfaiates, cervejeiros, farmacêuticos, padeiros), provenientes da Colônia Dona Francisca, apesar de terem se fixado no centro urbano e no Rocio, não identificavam como seu o espaço escolar oferecido pelo governo. Por isso, tão logo conseguiram se organizar, buscaram reconstruir seu modo de vida, sendo dois elementos fundamentais nesse processo, a fundação da Comunidade da Igreja Evangélica Alemã e a abertura de uma escola para o ensino de primeiras letras em alemão, solicitado, ao governo provincial em 1866 e que foi deferido, em março de 1867, ano em que a escola iniciou suas atividades. Essa Escola era comunitária e mantinha uma relação íntima com a Igreja, de modo que o pastor era, ao mesmo tempo, o professor e diretor da Escola (VECHIA, 1998).

Assim, de acordo com Dreher (1984, p. 62), “nos primeiros 40 anos de imigração alemã, a ligação de Igreja e germanidade foi tida por algo normal, que não havia necessidade de se acentuar: alemão é idêntico a evangélico, como seria feito em época posterior”.[72] Inclusive a necessidade de promover a religião protestante, que tem como uma de suas característica a ênfase na leitura da Bíblia, foi um dos elementos apontados como justificativa para abertura da escola citada anteriormente.

Com o ingresso de novos alunos, principalmente católicos, as ambiguidades aumentaram no interior na escola. Os pais dos alunos católicos requeriam maior participação nos rumos da escola e sua desvinculação da Igreja protestante. Desse modo foi criada uma nova Associação Escolar, a escola recebeu a nova denominação

[72] Os próprios sacerdotes católicos, emigrados da Alemanha e da Itália ao Brasil, antes de 1900, procuravam ligar os católicos alemães e italianos às suas respectivas tradições culturais para evitar o esvaziamento de sua fé. Eram de opinião que a perda da língua alemã ou italiana e a adoção da língua portuguesa também significaria a adoção de costumes e tradições do catolicismo brasileiro e temiam que com isso viria a perda de valores da fé (DREHER, 1984, p. 92).

de Escola Alemã, colocou em segundo lugar o aspecto religioso e passou a oferecer instrução aos filhos e filhas de imigrantes alemães sem fazer distinção de religião. O prestígio da escola aumentava cada vez mais. Se, em 1883, ela era frequentada por 192 alunos, ao iniciar o ano de 1884 foram matriculados 275 (VECHIA, 2008).[73]

Considerando essa relação entre imigração, educação e religião ao longo do processo histórico no contexto paranaense, convém mencionar, conforme Vechia (2008, p. 41) que: “O espaço escolar nas décadas finais do período imperial passou a ser formador de identidades étnicas e religiosas”. Nesse sentido, os próprios representantes do governo, os inspetores de ensino, chamavam atenção para a necessidade de uma aliança entre o sentimento religioso e o desenvolvimento intelectual. Mais do que repetidas lições do catecismo era preciso ensinar a Bíblia nas escolas, uma vez que a religião católica deveria ser a alma da escola, o ponto central do ensino, ao redor da qual, os outros objetos de ensino deveriam girar (VECHIA, 1998).

Nesta perspectiva, é preciso considerar que a Educação católica, ainda que não contasse com uma escola específica, sempre estivera presente nas escolas. Após a proclamação da República com a separação entre Igreja e Estado ocorreu uma intensificação da presença católica na educação principalmente com a criação de escolas paroquiais. Além das Escolas Paroquiais católicas também são constituídas as Escolas Católicas entre as quais está a Escola Popular Alemã Católica fundada pelo Pe. Auling em 11 de maio de 1896. As Escolas Paroquiais são aquelas fundadas pelas paróquias e as Escolas Católicas são aquelas confiadas a Congregações e Ordens Religiosas. No caso do Colégio Bom Jesus, a escola foi fundada por um padre diocesano alemão missionário que em 1903 “entregou a secção masculina aos Franciscanos e a secção feminina às Irmãs da Divina Providência”. (FEDALTO, 2014, p. 161).

Ainda segundo Fedalto (2014) essa foi a segunda Escola Católica fundada em Curitiba, pois a primeira foi o Colégio dos Santos Anjos, fundado em 10 de janeiro de 1896, que é também a primeira escola confiada a religiosas no Paraná. As irmãs dos

[73] De acordo com a Relação de alunos matriculados, 165 eram do sexo masculino e 110 do sexo feminino, com idades variando de 6 anos e 6 meses a 13 anos. A maioria morava no centro urbano; outros residiam no Pilarzinho, no Ahu, no Paiva, nas Mercês, em Uberaba, em Santa Quitéria. A grande maioria eram filhos de alemães, 10 eram filhos de famílias brasileiras e alguns de francesas (VECHIA, 1998 p.233).

Santos Anjos foram as primeiras religiosas estabelecidas no Paraná, em Curitiba. Na escola estavam matriculadas cem alunas. Em 16 de janeiro de 1899, as irmãs abriram uma escola gratuita para alunas pobres recebendo para isso uma ajuda do Apostolado da Oração. Neste quadro de dificuldade para manter a escola, o próprio Bispo Diocesano as auxiliava, fazendo empréstimos. Quatro irmãs eram as professoras do Colégio Santos Anjos e contavam também com algumas professoras adjuntas. Posteriormente as irmãs se retiraram de Curitiba, pois faltavam alunas e recursos para manter a escola funcionando.

O primeiro Bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, não apenas se preocupou com o ensino do catecismo, mas também com a educação nas Escolas. Conforme se pode constatar em sua Carta Circular de 2 de fevereiro de 1900:

> Concordais conosco e nem duvidais que o primeiro e mais essencial dever de um cura de almas é o ensino do catecismo. Pois bem, viemos propor hoje um meio prático, que se de um lado exige alguns sacrifícios, de outro lado é de uma eficácia soberana e duradoura. Viemos vos dizer que é chegado o momento de imitardes os exemplos dos nossos irmãos da Europa e Estados Unidos. Viemos vos falar da necessidade e Possibilidade de fundardes e manterdes em vossas freguesias (paróquias) escolas paroquiais de ambos os sexos. Quando se ensinava religião nas escolas públicas as escolas paroquiais, se eram úteis não eram absolutamente necessárias. Mas agora, nestes tempos, em que não se ensina nenhuma palavra de religião nessas escolas públicas, com a intolerância de não permitir a presença do padre, a necessidade da escola paroquial se impõe. Em vista desta nova situação, não nos resta outro dever, senão metermos mão corajosa na grande obra das escolas católicas. Não é novidade a Igreja. Olhai para França, Alemanha, Bélgica, a Holanda, a Inglaterra e América do Norte. Nos Estados Unidos não se permite a construção de uma Igreja, sem que, ao mesmo tempo, se ordene a construção de uma escola paroquial, mantida pelos fiéis. São quatro mil escolas paroquiais nos Estados Unidos. Os Bispos dos Estados Unidos declararam que uma escola paroquial é essencial a uma paróquia, quase tanto como a própria igreja matriz. O estabelecimento das escolas paroquiais é uma exigência de nossa missão. (*apud* FEDALTO, 2014, p. 158).

Percebe-se que esta preocupação de Dom José de Camargo Barros com a questão educacional na Diocese, e em Curitiba,[74] de modo particular, era de importância fundamental, pois o que estava em jogo era o próprio futuro da Igreja Católica em uma região repleta de influências diversas, com destaque para presença dos imigrantes, na sua maioria protestantes. De acordo com a opinião de um pároco

[74] Nas novas dioceses criadas durante a Primeira República havia um projeto-padrão mínimo a ser cumprido pelo Bispo. A edificação do palácio episcopal; a criação do seminário diocesano; a construção ou reforma da catedral; e a fundação de colégios e jornais como frentes de atuação da expansão eclesiástica (MICELI, 1988).

da época: “Uma paróquia sem escola cristã é uma diocese sem seminário, é uma congregação sem noviciado” (FEDALTO, 2014, p. 158). Assim, pode-se deduzir a clara preocupação com o futuro da Igreja. A propagação da fé, o ensino do catecismo demandava um alicerce cuja base teria que ser oferecida pela educação escolar.

Dessa maneira, em 2 de fevereiro de 1900, Dom José de Camargo Barros determinou a criação das Escolas paroquiais e, para mantê-las, foi fundada a Associação Santo Antônio. Ele teve pouco tempo para concretizar a implantação dessas escolas, pois foi transferido para São Paulo em 09 de novembro de 1903. Contudo, no Paraná e em Santa Catarina foram fundadas Escolas Paroquiais conforme registro no Boletim Eclesiástico, de 1900 a 1901. Nele, são citadas as seguintes Escolas Paroquiais: 1ª) Escola Santa Cruz de Paranaguá; 2ª) Escola Paroquial da Colônia Água Branca; 3ª) Escola Santo Antônio de Tibagi; 4ª) São José dos Pinhais; 5ª) Escola Paroquial de Lages; 6ª) Florianópolis; 7ª) Escola Paroquial de Rodeio;[75] 8ª) Jaraguá; 9ª) Garibaldi (FEDALTO, 2014).

Kreutz (2010),[76] analisando as escolas fundadas nas regiões de imigração alemã no Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul, explica que existiam diferenças em relação à sua natureza. Haviam: 1) escolas urbanas, que em geral eram laicas; 2) escolas de ordens religiosas; e 3) escolas étnico-comunitárias em área rural. As escolas urbanas de muito boa qualidade eram mantidas por associações de imigrantes vinculados ao comércio, à indústria e às profissões liberais. As escolas de Ordens religiosas eram confessionais e também se localizavam em regiões urbanas. Tinham fundamental importância na formação de lideranças. De área rural eram as escolas étnico-comunitárias, assumidas pelas comunidades de imigrantes. Elas retratavam aspectos culturais importantes da etnia, como os costumes e a língua.

[75] Segundo Fedalto (2014), a paróquia de Rodeio, Santa Catarina, habitada por imigrantes italianos confiada aos franciscanos em 1891 fundou mais de 20 Escolas Paroquiais na cidade. Todas as capelas tinham sua escola paroquial.

[76] Os padres Schupp (1974), Lutterbeck (1977), Amstad (1924), Rambo (1956) e Rabuske (1974) realçam a vinculação entre padres jesuítas, projeto religioso e função da escola. A configuração desta perspectiva dava-se nas escolas paroquiais comunitárias, amplamente difundidas entre imigrantes alemães católicos. Neste contexto os imigrantes alemães católicos criaram a Associação de Professores de Imigrantes Alemães Católicos (*Lehrerverein*), em 1898, o Jornal do Professor (*Lehrerzeitung),* em 1900, e a Escola Normal (*Lehrerseminar*), em 1923. Também promoveram encontros de estudo, de atualização dos professores e investiram principalmente na produção de material didático adequado aos objetivos de suas escolas étnicas. Neste sentido incentivaram a produção de livros escolares específicos para as escolas da imigração (KREUTZ, 2010, pp. 3-4).

Ainda de acordo com Fedalto (2014), em 1899 o Pe. Francisco Brescianini, Reitor da Capelinha Curada de Santa Felicidade, fundou a Escola Paroquial de Santa Felicidade (a terceira Escola Católica fundada em Curitiba) e entregou-as às Irmãs do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus. A quarta Escola Católica fundada em Curitiba foi o Colégio São José, em 1902, pelas Irmãs de São José de Chambery, que abriram o Colégio na Praça Rui Barbosa.[77]

É preciso considerar, com base no que atesta a Bula de Criação da Diocese de Curitiba, que esta dedicação do primeiro Bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, ao campo educacional, estimulando a criação de Escolas Paroquiais e Escolas Católicas confiadas a religiosos e religiosas, ancora-se, sobretudo, na incumbência recebida do Papa Leão XIII de "cuidar para que os jovens em formação tivessem professores e mestres católicos, e que o mesmo ensino fundamentado na doutrina católica fosse ministrado nas escolas públicas e nas escolas privadas" (CHIQUIM, 2005, p. 118).

É nesse ambiente marcado, sobretudo, por conflitos étnicos e religiosos e de precariedade no campo educacional que se dará em 1896 a fundação da *Katholische Deutsche Volks-Schule zu Curityba* (Escola Elementar Alemã Católica de Curitiba) pelo padre secular alemão Francisco Auling, futuro Colégio Bom Jesus. Além dessa preocupação com a questão educacional, Dom José de Camargo Barros teve como primeira meta pastoral a fundação de um Seminário Diocesano. Em sua Carta Circular de 3 de novembro de 1894, dirigida a todos os párocos, mencionou a importância de um bom seminário para manter a vitalidade de uma diocese e cita a Carta de Leão XIII a todos os Bispos, de 2 de julho de 1894, na qual o Sumo Pontífice ordenava a criação de Seminários nas Dioceses onde ainda não haviam sido instituídos. Dom José conseguiu alcançar seu objetivo instituindo uma contribuição mensal, arrecadando fundos em suas Visitas Pastorais. Contudo, o primeiro Seminário funcionou em um prédio alugado, inaugurado em 19 de março de 1896. A pedra fundamental do prédio do Seminário foi benzida em 31 de março de 1897, no bairro Batel, que depois recebeu o nome de bairro do Seminário. O prédio do Seminário foi

[77] As Irmãs de São José estiveram à frente da direção do Colégio Cajurú, fundado por elas em 1907, até o ano de 1999 quando foi incorporado pela Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus (PEREIRA; VECHIA, 2013, p.3).

inaugurado em 23 de junho de 1901. A construção continuou a partir de 1905 e foi concluída em 1912 (FEDALTO, 2014).

Antes da inauguração, porém, aconteceram alguns conflitos que quase levaram à retirada dos padres e ao fechamento do Seminário. Esses acontecimentos estão relacionados com outra grande preocupação de Dom José de Camargo Barros que foi a imprensa católica. A Igreja em Curitiba era continuamente atacada pela imprensa anticlerical. Já em 1896 o literato e anticlericalista Albino Silva escrevia na Revista O Cenáculo contra os avanços do clericalismo em Curitiba:

> Tem sido notável entre nós, de uns tempos para cá, a faina de certos espíritos na propaganda de tudo que diz respeito aos interesses do catolicismo. Após a criação de um bispado e a instalação da nova diocese, veio a ideia de um seminário para o qual indebitamente e contra preceito institucional, o Congresso do Estado votou uma lei de patrimônio. (O CENÁCULO, n.02, 1896, p. 53).

Também Dario Vellozo, nessa mesma revista, afirmava que "é dever de todo aquele que se preza de possuir uma pena, de aço ou de ouro, que importa, mostrar e demonstrar ao povo ingênuo e crédulo a impropriedade do ensino religioso, a falsidade das doutrinas da Igreja romana, a esterilização do seu dogmatismo" (O CENÁCULO, n.02, 1896, p. 33).

Para fazer frente a esses e outros ataques da imprensa anticlerical em 3 de abril de 1898, Dom José de Camargo Barros criou o periódico católico "A Estrela", especialmente para defender o Seminário São José diante do combate da maçonaria, que investia contra o Seminário. A 10 de abril seguinte escreveu uma Carta Pastoral solicitando o apoio em favor da imprensa católica:

> Nos tempos atuais, a imprensa católica é uma obra utilíssima, grandemente necessária e igualmente santa e por isso constante e energicamente recomendada pelos Sumos Pontífices e Bispos do Orbe Católico. Triste é a nossa condição, que devemos contemplar tantos púlpitos que não falam, já porque está apagada a lâmpada do santuário e estão fechadas as portas do templo, já porque os guardas da Igreja têm os lábios fechados, com os inglórios selos de um fatal mutismo. Se a Palavra de Deus não se faz ouvir, a ignorância religiosa vai estendendo seu mato negro, extinguindo a fé e invadindo as consciências, avassalando os corações, os costumes vão se corrompendo e as almas se vão perdendo. Onde o púlpito dorme e não fala, jornal se torna o suplemento da homilia para o povo ou da palavra do pároco e para dizermos, todo o nosso pensamento, o seu único catecismo. Onde o púlpito fala, mas o povo não vem ouvi-lo, a imprensa religiosa leva ao seio das famílias o ensino das verdades católicas, faz na praça, no café, na loja, na oficina, no restaurante, no comboio, no vapor, em toda parte, o que o

> orador sagrado faz no templo. O jornal é a arma formidável de que a impiedade se serve, nos tempos atuais para descristianizar a sociedade moderna, roubando-lhe a fé e as virtudes morais. A imprensa católica é de soberana utilidade, é uma necessidade, afirmou Leão XIII. Que cada família faça uma assinatura. Curitiba, 10 de abril de 1898. Glorioso dia da Ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo. +José, Bispo Diocesano. (FEDALTO, 2014, p.161-162).

Além da criação do jornal A Estrela, cujo primeiro número foi publicado em 3 de abril de 1898, Dom José de Camargo Barros fundou também, em 1900, o Boletim Eclesiástico, em 1900, considerado pelos vigários um documento precioso para a história da diocese. Este Boletim deveria ser para os padres, um guia, um amigo, um conselheiro, constituindo o laço de união entre o clero e a autoridade diocesana.

Também dignas de nota são as visitas pastorais realizadas por Dom José, pois foi em uma delas, em Braço do Norte, Santa Catarina, que o então bispo de Curitiba conheceu o Reverendo Padre Francisco Auling, que foi o fundador do atual Colégio Bom Jesus. Sendo alemão, esse padre diocesano, que era missionário em terras brasileiras, de certo modo, apresentava-se como o sacerdote ideal para a comunidade alemã católica em Curitiba. Além do domínio do idioma, Padre Auling estava integrado na cultura alemã, conhecendo também os anseios dos imigrantes.

Em suas visitas pastorais, Dom José buscava melhorar a situação da diocese, fortalecendo a crença do povo. Apesar das cansativas e precárias viagens, o bispo ficava vários dias em uma paróquia e podia experimentar a simplicidade, a docilidade e a fé dos fiéis. Mas também ele percebeu e reclamou da falta do culto eucarístico e da frequência aos sacramentos. Nesses aspectos, a ignorância era completa. “É a consequência do desinteresse dos vigários que não falam palavra alguma sobre o amor admirável que Deus revelou aos homens no augusto Sacramento” (PROBST, 1985, p. 5).

As Visitas Pastorais eram a grande arma para fazer frente aos desafios que se apresentavam na recém-criada Diocese de Curitiba. Para conquistar o povo para Deus era preciso aproximar-se dele. O território era vasto, uma superfície de 295.458km e a população na época da criação da diocese era de 700 mil habitantes. O clero era insuficiente para atender as 63 paróquias e 15 curatos. No Paraná, das 24 Paróquias, 11 estavam sem pároco e, em Santa Catarina, 22 das 39 paróquias não tinham padre (CHIQUIM, 2005, p. 114).

Dom José não deixou de enfrentar os desafios e procurou cumprir a missão para a qual fora designado. Suas Cartas Pastorais registram a fecundidade de sua missão. Nelas abordou, entre outros temas, o zelo pela salvação das almas, catequese e a educação, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, o Seminário e a imprensa católica.

3.2 A ESCOLA DO PADRE AULING: UMA ESCOLA PARA IMIGRANTES ALEMÃES CATÓLICOS EM CURITIBA

A gênese do Colégio Bom Jesus, além de todo contexto curitibano caracterizado, na época, entre outros elementos, pelo anticlericalismo[78], tem sua história marcada pela vida e ação pastoral e missionária de um padre secular alemão, Francisco Auling, que foi o seu fundador e dirigiu a escola até 1903, quando então passou a direção da escola aos Franciscanos.

De acordo com Straube (s/d.), Padre Auling nasceu em Münster, Westfália, em 17 de dezembro de 1852. Seu pai, Heinrich (Henrique) Auling, era professor de Desenho da Escola *Paulinum* em Münster. Tendo cursado Teologia e Filosofia na Academia Real de Münster, em 1871, Francisco Auling foi ordenado Sacerdote na Catedral de Osnabrück, na mesma cidade, em 10 de agosto de 1875. Em 1882 tornou-se Capelão na Igreja de São Maurício dessa cidade e reitor por seis anos da Escola Secundária Feminina de São José em Teyl-Holanda. A partir de 1886 foi por oito anos ajudante na Igreja de São Maurício de Münster. Em dezembro de 1890 recebeu autorização prolongada do Bispo Dom Hermann Dingelstadt para dedicar-se aos imigrantes de origem alemã que se encontravam no Brasil. No primeiro dia do mês de janeiro de 1891 partiu de Bremen, com destino ao Brasil, chegando no mês seguinte na cidade do Braço do Norte, Santa Catarina, onde passou a dedicar-se à atividade sacerdotal que lhe fora atribuída.

Com a criação da Diocese de Curitiba pelo Papa Leão XIII, pela bula *Ad universas orbe eclesias,* de 27 de abril de 1892, tomou posse, em setembro de 1894,

[78] Não se trata, em absoluto, de uma ideologia complexa. Ao contrário, é muito clara e gira em torno de temas muito simples, ainda que de temperaturas altas, como a intolerância, a hipocrisia, o poder dos Papas, o jesuitismo, o ensino religioso. Sobretudo, o anticlericalismo se concentra no combate à expansão do poder dos Papas, quer religioso, como, principalmente, temporal. Desse modo, os anticlericais são adversários das chamadas doutrinas ultramontanas de subordinação do poder temporal à autoridade eclesiástica (BALHANA, 1980 p. 3).

o seu primeiro Bispo, Dom José de Camargo Barros. Em visita pastoral no ano seguinte às paróquias de Santa Catarina, conheceu o padre Auling. Entusiasmado com o trabalho desenvolvido pelo sacerdote na assistência aos alemães, convidou-o a estar ao seu lado na diocese, oferecendo-lhe ainda o cargo de Secretário da Cúria de Curitiba, além de Pároco e Vigário Geral (FUGMANN, 2010).

Segundo Arns (1997), Padre Auling deixou a Paróquia, onde encontrara muita amizade e colaboração dos paroquianos e habitantes da cidade, interrompendo assim o trabalho na Igreja que projetara erguer e cujos alicerces estavam para ser concluídos. Chegou em Curitiba em 23 de novembro de 1895, assumindo a Secretaria da Cúria, bem como o cuidado dos imigrantes católicos alemães. Estabeleceu um programa explorando a necessidade da fundação de uma escola para os emigrantes austríacos, alemães e suíços católicos, pois, naquela época, Curitiba, além de escolas públicas, dispunha somente de uma escola alemã fundada pela comunidade evangélica e várias escolas particulares inclusive de alemães. Rezou sua primeira missa para os alemães em Curitiba, no domingo do Advento, no primeiro dia do mês de dezembro, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, indicada primeiramente aos católicos alemães.

Ainda de acordo com Arns (1997), Padre Auling desejava oferecer a sua doutrina aos filhos dos imigrantes alemães católicos que frequentavam a *Deutsche Schule* (Escola Alemã), localizada em parte da atual Praça 19 de Dezembro, de confissão luterana e ministrando o curso primário, com aulas de alemão e de religião. Não conseguindo seu intento de lecionar a doutrina católica aos filhos de imigrantes alemães católicos que frequentavam a Escola Alemã, por encontrar barreiras intransponíveis e dificuldades por parte da Direção daquela instituição, decidiu criar uma escola específica para os filhos dos imigrantes alemães católicos.

Em 29 de dezembro de 1895, atendendo convocação do Padre Auling, foi fundada, no “Salão Hauer”, localizado na esquina das ruas 13 de Maio e Mateus Leme, a “Comunidade Alemã Católica de Curitiba”, contando na diretoria com José Hauer, Heinrich Henke, Konrad Hagemaier e Wenceslau Glaser, com o intuito de congregar e assistir aos alemães e descendentes na sociedade local. Com esse apoio

decidido, o Padre Auling pôde dar início à sua ideia da criação de uma Escola Alemã católica, o que veio a acontecer em seguida (FUGMANN, 2010 p.103).[79]

Com relação a esse fato, o padre Auling relata no seu diário, deixado com os franciscanos, quando da sua volta para Alemanha em 1903, o seguinte:

> A 7 de janeiro começou o novo ano escolar da "Deutsche Schule". Eu havia me comunicado antecipadamente com os membros da Diretoria, respectivamente com o Presidente, Sr. Augusto Gaertner e lhe havia perguntado se seria permitido (pelos estatutos) o Ensino Religioso para as crianças católicas, duas vezes por semana, como já fora concedido, há bastante tempo, ao Pastor Protestante para as respectivas crianças. Sr. Gaertner queria conceder-me de boa vontade esse direito e reservou para esse ensino as quartas e sextas-feiras, das 3 às 4 horas da tarde. Prometeu, também, informar o corpo docente a fim de que pudessem transmitir a notícia às crianças. No entanto externou o Sr. Gaertner a preocupação sobre a continuidade desse ensino, porque a Diretoria planejava abolir o turno da tarde, instituindo o período de aulas das 8 a 1h da tarde, sendo assim, não sobraria tempo para a religião (DIÁRIO DO Pe. AULING, p. 2 *apud* ARNS, 1997, p. 14).

Posteriormente, em carta ao referido presidente da Associação Escolar, voltou a insistir na realização das aulas de religião, colocando-se à disposição para ministrar aulas na primeira hora após o recreio da manhã. Conforme relata no seu Diário dirigiu ofício à Diretoria da Escola Alemã em 13 de janeiro de 1896 com a seguinte solicitação:

> Permita-me dirigir este documento, com todo respeito, solicitando para as crianças de confissão católica que estudam nesta Escola Alemã, poder ministrar ao menos duas horas semanais do ensino religioso. Gostaria de que me fosse concedido ministrar essas aulas, na primeira hora após o recreio da manhã. Contando com o benévolo atendimento, Pe. Franz Auling *Pfarrer. Der Kath. Deutsche Gemeinde zu Curytiba*. (DIÁRIO DO Pe. AULING, p. 3 *apud* ARNS, 1997, p. 15).

Em resposta, o secretário da escola, Anton Schneider, comunicou que a diretoria abolira o período da tarde, frustrando assim a pretensão do Padre Auling, o que motivou a fundação de uma escola para crianças de origem ou descendência alemã católica. Conforme descrito no Diário do Pe. Auling:

---

[79] Em 1896, Pe. Auling tornou-se reitor da Igreja da Ordem III de São Francisco, Capelão dos Alemães, tornando-a o centro da vida espiritual para os imigrantes alemães, conservando-se nessa função até 1903 (FUGMANN, 2010 p.101-104).

> A 16 de Janeiro, recebi a seguinte resposta: Em carta resposta à solicitação de V. Exa., dirigida à diretoria da "*Deutsche Schule*", pedindo ministrar ensino da religião católica na Escola Alemã, devo comunicar que, na reunião de ontem, à noite foi resolvido que, a partir de 17 de janeiro, as aulas da manhã serão prolongadas, das 8 a 1 da tarde, abolindo o turno da tarde. (DIÁRIO DO Pe. AULING, p. 3 *apud* ARNS, 19 97, p. 15).

Também uma carta enviada pelo Pe. Auling ao Bispo Dom José de Camargo Barros, datada de 11 de janeiro de 1901 e que foi publicada no Boletim Eclesiástico da Diocese, relata detalhes importantes sobre os motivos que levaram o Pe. Auling a fundar a escola, bem como traz informações sobre o funcionamento da pequena Escola para imigrantes alemães católicos nesses primeiros tempos.

> Exmo. E Rvmo. Snr. Bispo. – Tendo sido por V. Exa. Rvma. Chamado no fim do ano de 1895, a esta Capital afim de entre outras ocupações exercer também a cura de almas, cuidando principalmente dos Allemães Cathólicos, que n'esta cidade residem, considerei logo como minha primeira obrigação a instrução religiosa da juventude das numerosas famílias alemãs. Estes meninos, quais em sua totalidade, frequentavam uma escola alemã, que já perto de 15 anos aqui existia. Dirigi-me então a diretoria desta Escola, pedindo que me concedessem semanalmente duas horas, para eu abrir na escola aulas de doutrina cristã aos alunos catholicos no estabelecimento. Mas ainda que muitos pais catholicos estivessem de acordo com minha postulação, ainda que os estatutos da escola me dessem o direito a esta, ainda que o ministro protestante tivesse gozado da mesma concessão, os membros da dita directoria se atreveram a negar-me unanimemente a licença de entrar na escola. (BOLETIM ECCLESIÁSTICO, 1901, nº 1 s*ic*.).

Como se pode notar, Pe. Auling se dirige ao Bispo para relatar sua indignação diante do fato de ter solicitado autorização para ensinar religião aos filhos de imigrantes alemães católicos na *Deutsche Schule* e isto lhe ter sido negado pela diretoria da Escola. Transparece aqui uma disputa presente na época e que não se dava entre católicos e protestantes, mas sim entre aqueles que acreditavam que o ensino religioso deveria ter espaço garantido na escola como base e auxílio na educação e aqueles que defendiam uma escola totalmente laica.

Conforme Schmidt (1980), até mesmo o pastor Siegfried Schultz, cuja atuação em Curitiba, entre 1897 e 1900, coincide com o período de reestruturação curricular da *Deutsche Schule,* chegou a abrir uma escola confessional. Segundo seu entendimento, o pouco conhecimento religioso dos jovens que ele preparava para a confirmação de fé era devido à retirada das aulas de religião no ambiente escolar. Ele chegou inclusive a solicitar que essas aulas retornassem, pois atendiam tanto católicos como protestantes. Como a decisão de abrir uma escola confessional não

agradou uma parcela considerável da comunidade já dividida, deliberou-se pela retirada do pastor, que acabou retornando para Alemanha.

E Padre Auling continua sua descrição informando que, diante desta “resolução indigníssima que despreza a religião como base e auxílio poderosíssimo de educação”, e que impossibilitava a instrução religiosa dos meninos católicos, “resolvi abrir uma nova escola. Foi esta inaugurada no dia 11 de Maio de 1896 sob o título de Escola Popular Allemã Caholica” (BOLETIM ECCLESIÁSTICO, 1901, nº 1, *sic.*).

Dando prosseguimento ao seu intento, mandou publicar no jornal *“Deutsche Zeitung”* (Notícias alemãs), edição em alemão, de 1º de maio de 1896, o comunicado transcrito a seguir, sob o título: *Katholische Deutsche VOLKS-SCHULE zu Curityba,* (Escola Elementar Alemã Católica de Curitiba) que é a certidão de nascimento da instituição que depois se tornará o Colégio Bom Jesus:

FIGURA 1 – RECORTE DO DIÁRIO DO PADRE AULING DE 1986

Katholische deutsche

VOLKS-SCHULE

zu Curityba.

Den deutschen Bewohnern Curityba's theile ich hierdurch mit, daß ich am

11. Mai dieses Jahres

eine katholische deutsche Volksschule eröffnen werde. Der Unterricht in derselben wird außer den, in den Volksschulen Deutschlands üblichen Lehrgegenständen, wie: Religion, Schreiben, Lesen, Rechnen und Raumlehre, Deutscher Sprache, Weltgeschichte, Geographie, Naturkunde, Singen und Zeichnen, auch die brasilianische Sprache, der ein besonderer Fleiß zugewandt werden wird, umfassen. Da es mir gelungen ist, für diese Schule seminaristisch gebildete Lehrer zu gewinnen, die schon drüben in Deutschland und auch in Brasilien mehrere Jahre im Lehrfache thätig waren, so glaube ich hoffen zu dürfen, daß die Schule allen gerechten Anforderungen entsprechen wird. Aufnahme in die Schule können alle deutschsprechenden Kinder finden, die in dem Alter von 6—14 Jahren stehen. Der Preis ist für alle Kinder auf

4 Milreis

festgesetzt; jedoch wird bei ärmeren Kindern und, wenn mehrere Kinder aus einer Familie die Schule besuchen, eine angemessene Preisermäßigung gewährt. Die Unterrichtsstunden werden täglich von 8 Uhr Morgens bis 1 Uhr Mittags gehalten werden. Das Schulhaus befindet sich in der Rua do Rosario, Nr. 2.

Anmeldungen nimmt der Unterzeichnete schon jetzt in seinem Wohnhaus, **Rua do Serrito**, entgegen.

Curityba, 1. Mai 1896.

Pr. Francisco Auling

Pfarrer der katholischen deutschen Gemeinde in Curityba.

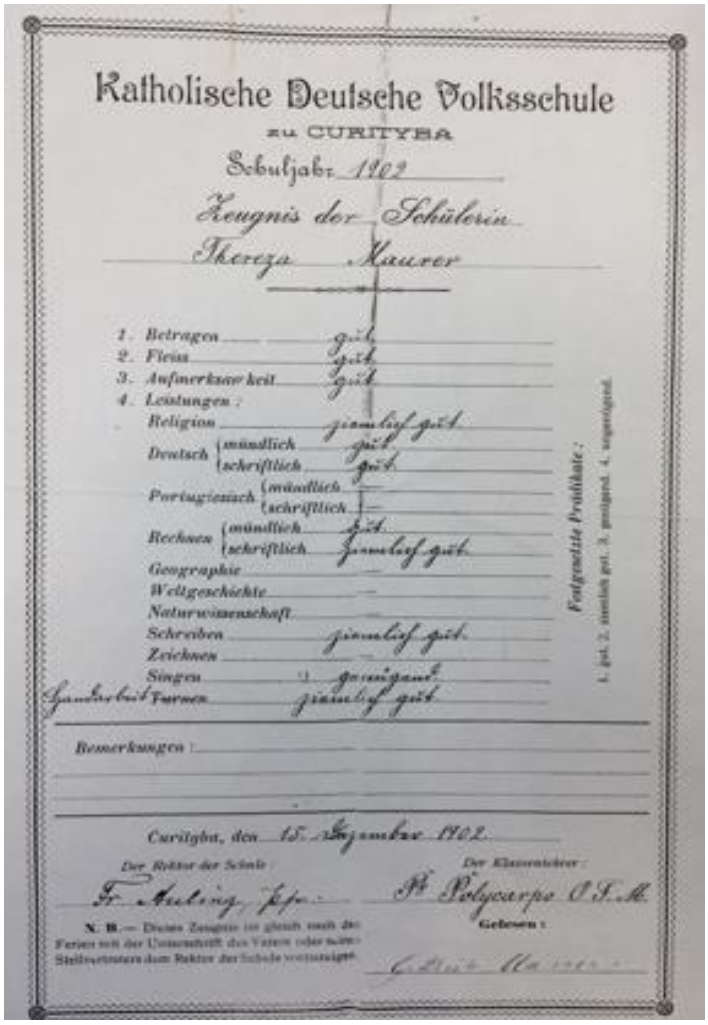
Fonte: Arquivo Pró-memória - Colégio Bom Jesus

Conforme consta na obra de Arns (1997, p. 19), reproduzimos na íntegra a tradução do anúncio:

> Escola Elementar Alemã Católica de Curitiba. Ao povo residente em Curitiba comunico que aos **11 de maio deste ano**, abrirei uma escola católica alemã. O ensino, tal como nas escolas da Alemanha, abrangerá as disciplinas: religião, escrita, leitura, aritmética, geometria, língua alemã, história geral, geografia, história natural, canto e desenho, dando-se empenho especial ao ensino da língua portuguesa. Pelo fato de eu ter contratado professores formados com prática na Alemanha e no Brasil, espero que a escola corresponda a todas as justas exigências. A matrícula está aberta para as crianças de língua alemã de 6 a 14 anos. O preço fixado para todas é **4 mil réis**, porém para crianças carentes e quando vários irmãos frequentam a escola, é previsto um abatimento conveniente. As aulas serão ministradas diariamente das 8 às 13 horas. A escola está situada à rua do Rosário, nº 2. O abaixo assinado aceitará desde já matrículas em sua residência, Rua do Serrito. Curitiba, 1º de maio de 1896 Padre Francisco Auling Pároco da Comunidade Católica alemã de Curitiba (negritos do autor).

Esta relação de disciplinas ensinadas nessa instituição de ensino elementar também pode ser encontrada no boletim da aluna Thereza Maurer, de 1902 conforme expresso na figura a seguir.

FIGURA 2 – BOLETIM DA ALUNA TEREZA MAURER – 1902[80]



Katholische Deutsche Volksschule
zu CURITYBA
Schuljahr 1902
Zeugnis der Schülerin
Thereza Maurer

1. Betragen gut
2. Fleiss gut
3. Aufmerksamkeit gut
4. Leistungen:
Religion ziemlich gut
Deutsch mündlich gut / schriftlich gut
Portugiesisch mündlich / schriftlich
Rechnen mündlich gut / schriftlich ziemlich gut
Geographie
Weltgeschichte
Naturwissenschaft
Schreiben ziemlich gut
Zeichnen
Singen genügend
Handarbeit Turnen ziemlich gut

Festgesetzte Prädikate: 1. gut. 2. ziemlich gut. 3. genügend. 4. ungenügend.

Bemerkungen:

Curityba, den 15. Dezember 1902.

Der Rektor der Schule: Fr. Auling, Pfr.

Der Klassenlehrer: Pr. Polycarpo O.S.M.

Gelesen:

N. B. — Dieses Zeugnis ist gleich nach den Ferien mit der Unterschrift des Vaters oder seines Stellvertreters dem Rektor der Schule vorzuzeigen.

Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus

Pelas assinaturas constantes no boletim, do Padre Auling, como diretor, e a do Frei Policarpo, é possível perceber que os franciscanos já auxiliavam nos trabalhos da Escola antes de 1903 quando assumiram a sua direção. As informações do boletim não permitem identificar a série cursada pela aluna. Contudo, é possível verificar que alunos não recebiam notas, mas conceitos. Conforme os primeiros itens do boletim, os alunos eram avaliados quanto ao comportamento, à diligência e à atenção. Esses elementos são muito importantes na análise da cultura escolar da instituição, uma vez que a disciplina rígida é uma característica da escola nos primeiros tempos e que se

[80] Tradução livre: Escola católica elementar alemã de Curitiba. Ano Letivo: 1902. Boletim escolar da Estudante Thereza Maurer. 1.Comportamento: bom; 2. Diligência: bom; 3. Atenção: bom. 4. Disciplinas: Religião: muito bom; Alemão, oralmente: bom, por escrito: bom, Português: oral: - por escrito: - Contar: oral: bom por escrito: muito bom; Geografia; História do Mundo, Ciências Naturais; Escrever: muito bom; Desenhar: -; Cantar: suficiente; Ginástica:–muito bom. Comentários. Critérios praticados: bom, muito bom, suficiente, insuficiente.

manteve ao longo de sua trajetória. O fato de o boletim não apresentar conceitos na disciplina de Português - nem para a linguagem oral e nem para escrita - abre margem para várias interpretações. Contudo, consta o conceito: “muito bom” no tópico escrever. Também não constam conceitos nas disciplinas de Geografia, História do Mundo, Ciências Naturais e no item desenhar. Contudo, essas omissões talvez se devam à série cursada pela aluna, pois a escola oferecia um curso primário de 7 anos.

Nessa perspectiva, no que diz respeito ao currículo da escola primária, em âmbito nacional, a única reforma foi a realizada por Benjamin Constant, através do Decreto n.º 981 de 8 de novembro de 1890. Conforme essa reforma, a escola primária de 1º grau abrangia 3 cursos: o elementar (7 a 9 anos); o médio (9 a 11 anos); e o superior (11 a 13 anos). Previa que, em todos eles, gradualmente, seriam feitas todas as disciplinas (art. 3 § 1º):

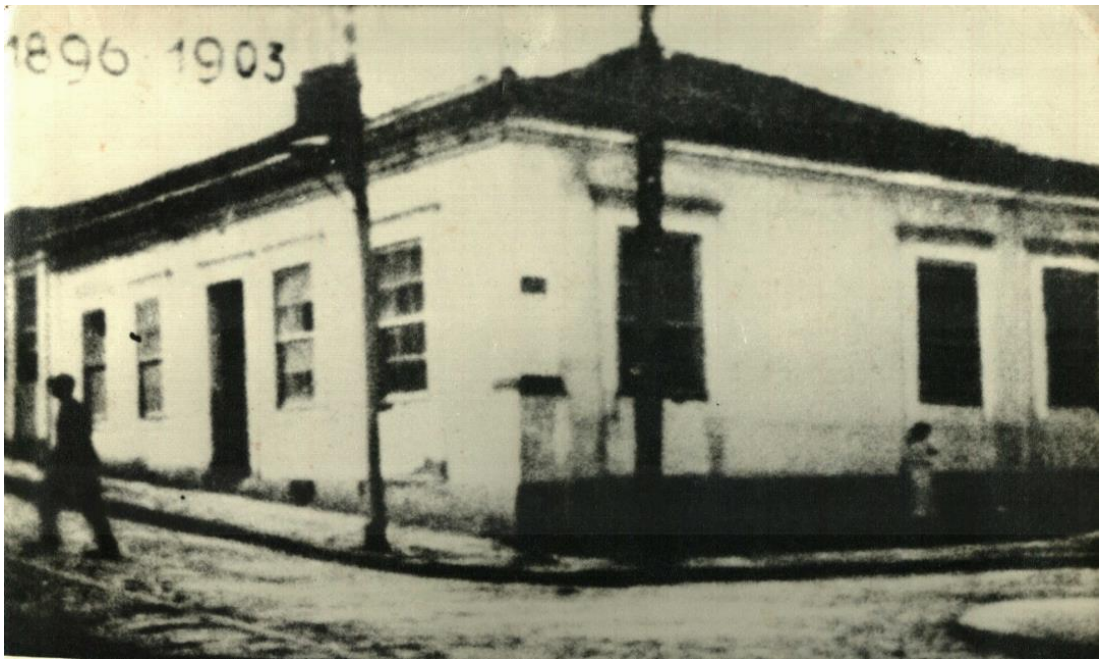
> Leitura e escripta; Ensino pratico de lingua portugueza; Contar e calcular. Arithmetica pratica até regra de tres, mediante o emprego, primeiro dos processos espontaneos, e depois dos processos systematicos; Systema métrico, precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria); Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil; Lições de cousas e noções concretas de sciencias physicas e historia natural; Instrução moral e civica; Desenho; Elementos de musica; Gymnastica e exercicios militares; Trabalhos manuaes (para os meninos); Trabalhos de agulha (para as meninas); Noções praticas de agronomia (BRASIL, 1890, p. 3475).

Com relação ao que exigia a Legislação Paraense nessa época para as escolas públicas, de acordo com Machado e Cury (2014, p.206), a Lei n 42, de 12 de julho de 1892, no que diz respeito aos conteúdos ministrados, prescrevia o ensino de: Leitura; Caligrafia; Noções Básicas de Gramática Portuguesa; Numeração e Cálculo até a Regra de Três; Sistema Métrico procedido de Geometria Prática; Geografia, especialmente do Brasil; História, especialmente do Brasil; Lições de coisas, noções completas das Ciências Físicas e História Natural; Instrução Moral e Cívica; Ginástica para (meninos); Prendas Domésticas para (meninas). Todavia, no que diz respeito à instrução primária em geral, esta mesma Lei (nº 42 de 12/07/1892) estabelecia que “no estado, o ensino particular é completamente livre, observados os princípios da moral e os ‘modernos’ preceitos da higiene. A única obrigação seria fornecer informações quando solicitadas pelas autoridades do ensino público” (MACHADO; CURY, 2014, p. 206).

A partir do exame do boletim citado anteriormente é possível perceber que a escola elementar alemã católica possuía um currículo um pouco diverso daquele previsto pela legislação nacional e paranaense. Apesar do registro da habilidade de contar, que era avaliada na forma oral e escrita, não há no boletim a presença explícita das disciplinas de Numeração e Cálculo, Sistema Métrico precedido de Geometria Prática, bem como de Instrução Moral e Cívica e Prendas Domésticas. Também não há evidência de destaque para a Geografia e História do Brasil. Não obstante às discrepâncias entre as propostas curriculares da Escola Alemã Católica com o que previa a legislação paranaense na época, é preciso considerar, conforme essa mesma legislação, que o ensino particular gozava de ampla liberdade, desde que fornecesse informações quando essas fossem solicitadas pelas autoridades estaduais responsáveis.

Na data mencionada no folheto citado tiveram início as atividades da Escola, sendo esta a data oficial de fundação: 11 de maio de 1896. A Escola estava localizada num prédio baixo, de um só pavimento, na esquina das ruas do Rosário e Saldanha Marinho e ali se manteve até 1903, conforme se pode visualizar na figura a seguir:

FIGURA 3 – O PRIMEIRO PRÉDIO DO “BOM JESUS”. RUA DO ROSÁRIO ESQUINA COM SALDANHA MARINHO



Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus de Curitiba

O prédio, de uso residencial, apresentava quatro janelas do tipo guilhotina e uma porta para a Rua do Rosário, era coberto com telhas goivo de barro.[81] Era uma escola de ensino primário, iniciada com a matrícula de 18 meninos e 12 meninas. Posteriormente, quando as meninas passaram a estudar no Colégio das Irmãs da Divina Providência, a Escola Elementar Alemã Católica passou a ser conhecida como *Deutsche Knabenschule* (Escola alemã para meninos).

Considerando o objetivo central de nosso estudo, qual seja de analisar a cultura escolar do Colégio Bom Jesus ao longo de sua trajetória, faz-se mister dedicar atenção ao funcionamento da Escola nos primeiros tempos.[82] Nesse sentido, a carta enviada pelo Pe. Auling em 1901 ao primeiro de Bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, publicada no Boletim Eclesiástico da Diocese, traz algumas informações importantes sobre a escola e seu funcionamento entre 1896 e 1901.

> Frequentada a escola no começo por poucos alunos, pouco a pouco cresceu o número delles a 120, numero este, que se aguentou quasi permanentemente durante os últimos tres anos escolares e às vezes subiu a 130. Os pais de família desconfiados no princípio, se a escola seria ou não de longa duração, deram cada vez mais confiança à nossa empreza, em vista dos bons resultados scientíficos, que ela conseguiu pelos esforços dos dous professores bem habilitados, que sob minha direção e codjuvação conscienciosamente desempenharam seu cargo difícil e laborioso. (BOLETIM ECCLESIÁSTICO, 1901, nº 1 *sic*.).

[81] Nesse local hoje se acha um prédio residencial de três pavimentos sendo o térreo de uso comercial e os demais residencial, abrigando atualmente a “Casa de Carnes Elite” e a “Autoescola “Paraná”.

[82] Neste ponto de nosso texto é preciso fazer uma ressalva importante com relação às fontes para descrição do que aqui se propõe, uma vez que o Colégio Bom Jesus sofreu com dois incêndios, um em 1917, no contexto da Primeira Guerra Mundial, em que se deu uma invasão e saques à “escola brasileira” e outro na noite de 22 de fevereiro 1921, que destruiu completamente o prédio e praticamente todos os documentos internos relativos ao Colégio se perderam. O primeiro incêndio, provocado por invasores, quando em outubro de 1917 o Brasil declarou oficialmente Guerra à Alemanha, atingiu por equívoco a Escola Brasileira. Os franciscanos, que haviam assumido a Escola em 1903, sentiram na pele a realidade da Guerra. Tudo foi devorado pelo fogo, restando apenas pedaços de carteiras de alunos. Já o segundo incêndio, conforme relata Arns (1997), começou no quarto de um empregado que por descuido não apagou a vela. Era véspera de um feriado nacional, por ocasião da posse do novo presidente da República, Epitácio Pessoa. Cinquenta e dois militares do 15º Batalhão de Caçadores acorreram para extinção das chamas e procuraram salvar os equipamentos e materiais didáticos como lousas, mapas, tabelas, livros, instrumentais de laboratório. Contudo, não foi possível dominar as chamas por falta de água e o prédio se destruiu à vista de todos, restando apenas paredes nuas, quando no fim da noite o incêndio cessou (ARNS, 1997 p. 7). Esses fatos, se por um lado tonam mais difíceis a reconstrução da trajetória histórica do Colégio Bom Jesus, por outro motivam ainda mais a busca por dados em outras fontes que colaborem para desvendar a “caixa preta” da Instituição.

Como se pode notar, a Escola contava com dois professores e um diretor que também ministrava as aulas. Por se tratar de uma pequena escola que estava iniciando suas atividades, a própria comunidade de imigrantes manifestava desconfiança com relação ao funcionamento futuro do estabelecimento. No entanto, em virtude dos bons resultados, a escola foi paulatinamente ganhando reconhecimento e, com isso, tendo condições de ampliar seu número de alunos matriculados.[83]

Quanto às disciplinas ofertadas na escola nesse período inicial, Pe. Auling relata nessa carta, como antes já havíamos mencionado no anúncio de abertura da Escola que: o ensino da escola abrange, além da religião, todas as matérias dos cursos primário e intermediário: religião, escrita, leitura, aritmética, geometria, língua alemã, história geral, geografia, história natural, canto e desenho, dando-se empenho especial ao ensino da língua portuguesa. “A escola tem também muito empenho em ensinar a língua portugueza, sendo o conhecimento da língua ao meu parecer ainda mais necessário para nossos meninos do que a língua materna alemã” (BOLETIM ECCLESIÁSTICO, 1901, nº 1 *sic*.).

Há que se destacar a importância fundamental dada ao Ensino do Catecismo, aliás, um dos motivos, senão o motivo principal, segundo Pe. Auling, para a abertura desta Escola Católica Alemã em Curitiba, no final do século XIX.

> Excusado é dizer, que o ensino do Catechismo e da História Sagrada do Velho e Novo Testamento foi sempre considerado como a missão principal da minha escola. Semanalmente faço em todas as classes 3 ou 4 ou 5 (conforme a idade das crianças) instruções religiosas, sendo cada uma instrução de meia hora. Na idade de 8 ou 9 annos os meninos se preparam para a primeira confissão, recebendo instruções especiaes para este fim durante cerca de 3 mezes. Depois se confessão 3 ou 4 vezes anualmente até se acharem nas condições de poderem receber a primeira comunhão. Para prepara-los para a primeira comunhão faço outra vez durante 4 ou 5 mezes instruções especiaes 3 vezes por semana, sendo cada uma de uma hora inteira. Durante o tempo, que depois da primeira comunhão ainda frequentão a escola, os alunos comungão de dois em dois mezes (BOLETIM ECCLESIÁSTICO, 1901, nº 1 *sic*.).

Como se pode notar, a oferta de formação religiosa e catequética na Escola do Padre Auling era um elemento fundamental na instituição e para o qual o seu diretor

[83] Pela quantidade de alunos matriculados, não era tão pequena para a época. Segundo Fugmann (2010, p. 13) em 1893, por exemplo, a Escola Alemã Protestante tinha seis classes e um total de 349 alunos.

dedicava parte considerável do seu tempo. Considerando que o ensino de Catecismo e História Sagrada é descrito como missão principal da escola, é possível inferir que a oferta de uma preparação religiosa alinhada aos princípios do catolicismo romanizado constituía um dos pilares centrais que motivaram a fundação da escola e a manutenção do seu funcionamento. A ênfase dada à preparação para a primeira comunhão, bem como a prática de fazer os alunos comungarem de dois em dois meses, são fatos que demonstram esse alinhamento com os princípios do catolicismo romanizado e está diretamente relacionado com as práticas exercitadas na escola que expressam traços da cultura escolar própria dessa instituição.

Com relação à realização da primeira comunhão pelos alunos da Escola do Pe. Auling, o jornal A Estrela, de 25 de dezembro de 1898, traz uma descrição repleta de detalhes em que se pode notar como o diretor e os professores da escola eram enaltecidos por terem conseguido incutir nos alunos os valores da doutrina cristã católica:

> Primeira Comunhão. Realisou-se no dia 8 de dezembro, na egreja da Ordem Terceira de S. Francisco, a primeira communhão dos meninos e meninas da escola do Rvmo. Padre Francisco Auling. A egreja estava bella e artisticamente adornada, repleta de fieis, paes e parentes dos neo-comungantes, e de muitas famílias. Cânticos harmoniosos e apropriados intercalados aos actos piedosos recitados pelo rvmo. educador e por um dos seus auxiliares e pelos commungantes, deram um tom grato e emocionante à ceremonia, que devia ter edificado sobre modo aos assistentes, como a nós o fez o brilho da ornamentação do templo e das vellas [...] fizeram-nos admirar o grande e edificante recolhimento, com que os neo-commungantes, meninos e meninas de 8 a 14 annos que ali se achavam, tão respeitosos como se fossem pessoas sexagenárias, piedosas, provando assim a comprehensão perfeita que haviam adquirido, pela instrucção religiosa que lhes ministraram seus distinctissimos preceptores, da grandeza e magestade da graça, que Deus lhes fazia naquelle dia, para elles o mais memorável dês sua vida christã, em que pela primeira vez iam offerecer seus corações a Deus sacramentado e transformal-os também em sacrário do Divino amor de Jesus Hóstia. (A ESTRELLA Nº 40, 25.12.1898, *sic.*).

A descrição de como as crianças se apresentavam para esse momento deliberativo demonstra que a preparação oferecida para a primeira comunhão não estava restrita ao aprendizado de conteúdos religiosos, mas revela a inculcação de comportamentos, conforme destaca Julia (2001). Pelo relato também percebemos a relação direta entre a escola e a Igreja em que a segunda se constituía uma extensão da primeira. Contudo, no que diz respeito ao uso dos espaços há que se destacar a relevância do espaço eclesial no que diz respeito à inculcação de comportamentos

nos alunos. Fossem as instruções religiosas oferecidas na Escola ou no espaço eclesial era a Igreja o espaço privilegiado para que os alunos demonstrassem com o seu comportamento o que tinham assimilado. Nesse sentido, o mesmo artigo do Jornal A Estrela continua:

> Louvado seja Deus! Abençoados sejam esses paes de família que comprehendem ser o divino Jesus nos corações de seus filhos o mais rico thesouro, o mais importante dote, que lhes podem dar sobre a terra, dote que será um penhor seguro para sua felicidade futura no ceo, apoz a missão temporária, neste valle de lagrimas e de tantas vicissitudes. [...]. Nossas saudações ao rvmo. Director padre Francisco Auling e aos seus dignos e distinctos auxiliares". (A ESTRELLA Nº. 39, 19.12.1898, *sic*).[84]

A importância da formação religiosa é reafirmada sendo pais, diretor e professores da escola louvados pelo tipo de educação oferecida aos alunos. Essa centralidade do elemento religioso como fator que justifica esse tipo de formação dada aos alunos é mais um indício de alinhamento com os princípios do catolicismo romanizado e, ao mesmo tempo, revela a primazia, ainda que relativa, da qual gozava o elemento religioso no conjunto das práticas exercitadas na Escola fundada pelo Padre Auling e que nos auxiliam na compreensão da singularidade de sua cultura escolar.

Para completar toda essa instrução e preparação religiosa que, como se pode notar, segundo Padre Auling, constituía a missão principal da escola, os alunos também assistiam aos domingos os ofícios religiosos. Nesse sentido, pode-se citar o depoimento prestado em maio de 1956, durante as festividades do sexagésimo aniversário de fundação do Colégio Bom Jesus, por Augusto Forbeck, ex-aluno dessa Escola, matriculado em 1897. Segundo o depoimento de Forbeck, além das atividades escolares normais, os alunos reuniam-se todos os domingos na escola e de lá, formados, dois a dois, eram conduzidos por um dos professores até a Igreja da Ordem onde assistiam aos ofícios religiosos ministrados pelo Padre Auling. Recordou ainda os nomes dos professores, em sua maioria alemães: Roberto Offer e Paulo Schumann e de seus colegas: João Costa, Adelfo João Bauer, Adolpho Paul, Waldemar Warnecke, Alfredo Krause, Carlos Teske, Alois Kompatcher, Alfredo Gross, Augusto Gloger, Anton Greger, Otto Graff, Emil Greber, Paulo Steiberg, Richard Harth e Albino Glaser (DÓRIA, 1980, p.12).

[84] Consta que eram 12 os comungantes.

Ainda com relação à formação religiosa oferecida no Colégio, nos primeiros tempos, vale destacar que Pe. Auling considerava fundamental a necessidade de buscar em Deus o fundamento da felicidade, a origem da educação da juventude, tendo em vista como ele se dirigiu ao então Bispo Dom José de Camargo Barros:

> A educação da juventude é o fundamento da felicidade para as futuras gerações; porém, se não vae procurar em Deos e se não se funda na ciência da salvação, produz, em vez de bem estar, males indizíveis. Convencido sinceramente desta verdade me esforcei em abrir, reger e, quando possível, aperfeiçoar minha escola e oferecer assim aos pais catholicos uma boa occasião de mandarem educar seus filhos na religião e em todas as sciências necessárias. Para que Deos faça prosperar e ainda mais se desenvolver esta obra, peço como penhor a benção de V. Exa. E assigno-me de V. Exa. Rva. humílimo servo em Christo. Padre Francisco Auling. Corityba, 10-01-1901 (BOLETIM ECCLESIÁSTICO, 1901, nº 1 *sic*.).

É preciso considerar, como atestam matérias publicadas em alguns periódicos da época, como a revista "O Cenáculo", que o contexto desse momento é de frequentes conflitos entre anticlericais e os representantes da Igreja Católica. O Boletim Eclesiástico, além de registrar e informar a comunidade sobre as questões religiosas tinha como uma de suas tarefas principais publicar textos apologéticos para fazer frente ao espírito anticlericalista disseminado pela imprensa laica. A forma como Padre Auling se dirige ao Bispo, manifestando preocupação com a educação da juventude revela ao mesmo tempo seu objetivo ao fundar a escola alemã católica. Segundo Padre Auling, o fundamento para a educação das futuras gerações precisa ser buscado em Deus e na ciência da salvação. Desse modo Padre Auling expressa como o seu trabalho na direção da escola era realizado em conformidade com os princípios do catolicismo romanizado. Não obstante a essa centralidade do elemento religioso como justificativa e fundamento para a criação e manutenção da escola, Padre Auling também salientou a necessidade de os pais católicos educarem seus filhos em todas as ciências necessárias.

Essa conjuntura era marcada pela ação de anticlericais que faziam uso de periódicos para expressar suas ideias e atacar os representantes da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil e, particularmente, em Curitiba. Nesse sentido, Marchete (1996, p. 45) afirma que o poeta e jornalista Euclides Bandeira considerava que o clero conspurcava a imprensa ao utilizá-la como meio de propagação de dogmas religiosos. No entanto, para o clero do Boletim Eclesiástico, moços como Euclides Bandeira utilizavam a imprensa como meio de esconder sua vagabundagem.

De acordo com Balhana (1980), ocorreu um choque entre a Igreja, que procurava expandir o catolicismo romanizado no Paraná, e o anticlericalismo que, por um lado, tinha inspiração europeia contrária ao ultramontanismo, apesar de estar carregado de conteúdo esotérico e, por outro, constituía, até certo ponto, uma via nacionalista contra a chegada de tantos religiosos estrangeiros que vinham tanto para auxiliar na organização da diocese bem como para atender às necessidades religiosas dos imigrantes católicos. A Igreja, para concretizar seu objetivo, criou e organizou a Diocese, estabeleceu um Seminário, introduziu novas Ordens e Congregações religiosas e colégios confessionais.

Assim, vale recordar que o próprio Pe. Auling, fundador da Escola católica elementar alemã, o futuro Colégio Bom Jesus, entrará em um conflito acirrado com a imprensa anticlerical da época[85] que o acusava de usar de violência para com os alunos da sua escola e negligenciar a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa, como está registrado em matérias coladas no seu diário.

Um exemplo desse fato é “O Appello*”,* publicado em 15 de abril de 1899, em um jornal que circulava em Curitiba com o nome “O Município”. O texto condena o desprezo pelo ensino na língua portuguesa.

> APPELLO. Em nome dos futuros interesses de nossa terra, pedimos ao Poder Público Paranaense que determine a obrigatoriedade do ensino da língua vernácula nas escolas que funccionam no estado e que são regidas por preceptores extrangeiros, quer essas escolas sejam subvencionadas pelos cofres públicos, quer não o sejam. É lamentável o despreso em que é atirada nos alludidos estabelecimentos a aprendisagem da língua nacional, da historia e da chorographia do Brasil. Nesta capital, por exemplo, há uma escola na rua do Rosário, freqüentada por mais de cem alumnos de ambos os sexos e onde não se ensina, disseram-nos, a língua portugueza. É prevendo os prejuízos que resultarão da falta gravíssima apontada, que apressamo-nos a dirigir este singello appello ao digno Poder Legislativo do Estado, com bem fundadas esperanças de sermos attendidos”(O MUNICÍPIO, 15.04.1899, *sic*.).

Diante dessa acusação, de que na escola fundada pelo padre Auling, o ensino da língua portuguesa era posto de lado, embora o nome da escola não seja mencionado, seguiu o esclarecimento de seu fundador publicado na “Secção livre”,

[85] O estopim para uma série de atritos com a imprensa teria sido uma nota publicada no jornal Gazeta do Povo criticando os protestos do Pe. Auling a uma matéria veiculada por esse jornal, com o título "Paris", que narrava detalhes de uma festa de cabaré ocorrida na capital francesa (NEGRÃO, 2008).

do mesmo jornal, dois dias depois, procurando enfatizar que na escola a língua portuguesa é ensinada e todos alunos aprendem bem e obrigatoriamente.

> SECÇÃO LIVRE. Corityba 17.4.99. Sr. Redactor. No último numero d' "O Municipio" desta capital se diz que "há uma escola na rua do Rosário freqüentada por mais de cem alumnos de ambos os sexos onde não se ensina a língua portugueza". Por esta escola não pode ser entendida outra senão a escola por mim fundada há três annos sob o título *"Katholische deutsche Volksschule"*, pois é a única nesta rua que tem mais de cem alumnos de ambos os sexos. Mas nesta minha escola de modo nenhum é atirada em despreso a aprendisagem da lingua portugueza, pelo contrario todos os alumnos a aprendem bem e obrigatoriamente. Estando desde o principio convencido de que os filhos das famílias allemãs no Brasil devem igualmente aprender assim a língua portugueza como a língua allemã, não me poupei, mas sim empreguei todos os esforços, para conseguir este resultado (O MUNICÍPIO, 17.04.1899 *sic.*).

Após esclarecer que em sua escola o ensino da língua portuguesa é muito valorizado e realizado de modo a garantir o aprendizado dos alunos, Padre Aluling menciona o fato de estar convencido sobre a necessidade de os filhos dos imigrantes alemães no Brasil aprenderem tanto a língua portuguesa como o alemão.

Desse modo, continua sua resposta descrevendo as providências tomadas para que os resultados almejados fossem atingidos:

> Para este fim procurei obter professores que fallão bem a língua portugueza, e um delles que já durante quatro annos desempenhou o cargo de professor publico no Estado de Santa Catharina, foi no exame prestado em Florianópolis plenamente approvado em todas as matérias e elogiado pelo Director da Instrucção Pública do Estado, o illustre Sr. Horacio Nunes Pires, depois de uma visita feita à escola por elle dirigida em Brusque, em termos sobremodo lisongeiros, publicada em "A República" daquelle Estado. E estes meus professores bem habilidosos cumprem dia por dia conscienciosamente o seu dever de ensinar a língua nacional deste paiz, bem sabendo que quem falla duas línguas, vale por dous homens. (O MUNICÍPIO, 17.04.1899, *sic.*).

Padre Auling faz questão de mencionar que contratou excelentes professores com alguns anos de experiência e cuja capacidade já foi reconhecida inclusive pelo diretor da instrução pública de outro estado. Com isso procura deixar claro que sua escola atuava em concordância com as recomendações legais e que os professores contratados possuíam plena consciência do dever de ensinar a língua portuguesa, ainda que atuassem em uma escola católica alemã.

Prosseguindo sua exposição, busca defender sua escola das acusações recebidas, caracterizando os informantes do periódico "O Município" como ignorantes

e caluniadores. Menciona, portanto, uma matéria publicada no periódico católico "A Estrella", nº. 33, na qual o desenvolvimento intelectual dos alunos é muito elogiado:

> O informante dos redactores d' "O Município", se não é vil calumniador, é com certeza um ignorante ou ao menos não assistiu no dia 19 de dezembro ao exame final do curso lectivo do anno próximo findo da minha escola. Se elle quizer, posso lhe mandar o nº 33 d' "A Estrella", no qual um muito conhecedor das instituições escolares da Itália, França e do Brasil, delineou as impressões que levou deste exame. "Verdadeiramente, diz elle, fiquei não somente satisfeito senão também admirado vendo o desenvolvimento intellectual destes bons meninos e a facilidade e acerto com que liam, escreviam, resolviam problemas arithméticos, mesmo complicados, com que traduziam do allemão em portuguez citando até todos os synonimos das palavras e mostrando conhecer bem a analyse lógica. Admirei em particular o conhecimento e proveito na parte geographica". (O MUNICÍPIO, 17.04.1899 *sic*.).

Padre Auling conclui a defesa de sua escola reafirmando que os redatores do periódico foram mal informados quando denunciaram sua escola ao poder público paranaense acusando-a de não ensinar a língua portuguesa, pois esta era uma atividade fundamental em sua escola que, como se pode notar, atendia meninos e meninas.

> Basta para provar que os Srs. Redactores d' "O Município" foram mal informados quando dirigirão ao Poder Publico Paranaense o "Appello". Se houver outra escola aqui em Curityba, em que não se ensinasse a lingua portugueza, -pois não: chame-se a ella a attenção do poder legislativo! Mas minha escola d'isto não necessita; n'ella é que se está ensinando durante 3 annos a língua portugueza. V. S. tenha a bondade de conceder a esta minha (?) um espaço no seu apreciado jornal. Com muita estima sou de V. S. Amº Obrº. Padre Auling**.** (O MUNICÍPIO, 17.04.1899 sic.).

Nota-se que o contexto era de perseguição e ataque ao ensino oferecido na escola, sobretudo no que diz respeito ao não uso da língua portuguesa. Ao mesmo tempo Padre Auling apresentou sua defesa, informando que sua escola estava funcionando de acordo com a lei e ensinava a língua portuguesa pois, do contrário, seria alvo do poder legislativo.

Há que se considerar o contexto no qual esses fatos ocorreram. Como pano de fundo desses acontecimentos temos a presença do anticlericalismo[86] de caráter

[86] No Paraná, o projeto do grupo de anticlericais visava promover uma crítica ao poder do clero local. Esse grupo contrapunha-se aos católicos e queria disputar os espaços de formação da juventude e da intelectualidade curitibana. As correntes de ideias modernas tiveram suas raízes nos movimentos abolicionistas de 1870; nos propagandistas pró-republicanos, iniciados por Ubaldino do Amaral, em

nacionalista, que procurava de todas as formas extirpar a presença e ,consequentemente, a influência da Igreja Católica, transmitindo e perpetuando seus valores. Assim, o fato de contar com uma escola na qual, além de ensinar em língua estrangeira, ensinava-se o catecismo e oferecia-se uma formação confessional, era sem dúvida motivo para apelos por parte dos anticlericais e não simpatizantes com a Igreja Católica.

A despeito do “Appello”, acusando a Escola do padre Auling de não praticar o ensino em língua portuguesa, Arns (1997, p. 46) observa que:

> A “*Deutsche Knabenschule”* e a *Deutsche Madchenschule”*[87] *já*, então, em 1910, eram consideradas como as melhores escolas bilíngues. A língua portuguesa mereceu sempre destaque especial desde a fundação. O conceito do bilinguismo didático foi criando prestígio. Eram 384 alunos que essas escolas preparavam, com ótimo resultado, para futura vida profissional. Os professores alemães se dedicavam a ambas as escolas, em horários compatíveis.

A partir desses relatos é possível perceber como essa temática do ensino da língua vernácula e na língua vernácula suscitou controvérsias no Colégio Bom Jesus, na virada do século. Numa conjuntura marcada pelo anticlericalismo de cunho nacionalista, Padre Auling e a escola por ele fundada, bem como os Franciscanos que depois assumiram a direção da instituição, tornaram-se alvos de ataques constantes da imprensa anticatólica.

Nesse sentido, convém citar uma matéria publicada no Jornal Diário da Tarde em 10 de abril de 1901 intitulada: “O Colégio Auling. A vara em ação. Menor seviciado. Um educador selvagem", que narra um interrogatório a respeito do castigo aplicado pelo Padre Auling a um aluno que não realizava seus deveres conforme se exigia. Pelo relato, que foi colado no Diário do Padre Auling (p. 200),[88] é possível notar que

---

1871; no Clube Republicano de Curitiba, fundado em 1885 por Eduardo Mendes Gonçalves; nos jornais republicanos, dentre os quais destacamos o jornal "A República", o jornal "Diário da Tarde" e revistas como "Clube Curitibano". Foi no campo educacional (Ginásio Paranaense), no campo literário (movimento simbolista), nos periódicos e na imprensa que se sistematizavam as ideias do grupo denominado livres pensadores. [...]. O grupo criou várias revistas, entre as quais destacamos "O Cenáculo", "Jerusalém", "Ramo de Acácia", "Esphynge", "A Batina", "Lua de Krotona", "Electra". Além disso, contava com espaço nos jornais "Diário da Tarde" e "A República", nos quais abordava a liberdade de consciência, o ultramontanismo, o jesuitismo, o misticismo, a nova religião da humanidade, literatura grega mística, o esoterismo, o medievalismo e outros pertinentes à estrutura eclesiástica católica (CAMPOS,2010, p. 47).

[87] “Escola Alemã para Meninos” e a “Escola Alemã para Meninas”.

[88] Ver anexo C.

a disciplina rígida era uma marca de sua escola. A figura a seguir apresenta um trecho desse relato.

FIGURA 4 – RECORTE DO JORNAL DIÁRIO DA TARDE DE 10.04.1901

O collegio Auling

MENOR SIVICIADO

Um educador selvagem

INTERROGATORIO

Hontem, ás 3 horas da tarde, teve lugar na repartição central de policia os interrogatorios do menor Carlos, do sr. padre Auling e o do sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, relativos ao barbaro castigo inflingido com varas de junco, por aquelle sacerdote no mesmo Carlos, no dia 1º do corrente.

Como se vê das respostas do padre Auling, este declara que o regulamento adoptado em seu collegio é *forte* e que costuma empregar a vara no castigo de seus alumnos.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira[89]

A matéria citada registrou com detalhes um interrogatório realizado, na repartição central da polícia, no qual estiveram presentes o aluno Carlos de Andrade, de treze anos, seu pai, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, e o Padre Auling, então com 48 anos. Conforme a matéria, padre Auling declarou ao delegado que desconhecia a determinação legal proibindo castigos físicos na escola. O menino Carlos relatou que ao ter dito ao Padre Auling que não sabia responder as perguntas em alemão iria receber dele o devido remédio. E o menino continuou relatando que o padre tentou levá-lo para um quarto mas, como o menino gritou, Padre Auling deitou-

[89] Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx> Acesso em: 24/02/2017.

o em um banco, na própria sala de aula, e aplicou-lhe diversas varadas. O articulista confirma que esse fato pode ser comprovado pelas marcas que o menino trazia no corpo.

Ainda de acordo com o relato, segundo o menino Carlos, Padre Auling tinha na mesa da sala de aula diversas varas de junco que serviam para essa finalidade e que o castigo, no seu caso, foi aplicado na presença dos colegas. Sendo questionado sobre se o motivo do castigo não houvera sido desrespeito ao padre, o menino respondeu que não e confirmou que o único motivo do castigo que lhe fora aplicado deve-se ao fato de não ter sabido responder as perguntas em alemão.

No dia 9 de abril de 1901, Padre Auling publicou um artigo, no jornal "A República", respondendo às acusações e afirmando perdoar seus caluniadores.

> Em attenção ao publico curitibano venho à imprensa para restabelecer a verdade dos factos relativos ao castigo do meu ex alumno Carlos. Empreguei todos os meios para corrigil-o, porém inutilmente. Não obtendo nem por este meio, bom resultado, apliquei, por occasião de uma nova licção arithimética pessimamente escripta e em presença dos outros meninos da classe o castigo bem merecido, experimentando assim o ultimo meio possível e dizendo ao menino, que só uma vez queria me servir deste castigo e se agora não se emendasse, o expulsaria da escola. Eis o facto como se deu. Quanto as caluminias, que tem se atirado contra mim, de boa mente perdôo como sacerdote catholico, aos seus autores. Dada esta explicação às famílias curitibanas, que me dispensam a sua confiança, amizade e respeito, não voltarei mais a imprensa, estando convencido de que aquelles que me conhecem, não acreditam nas caluminias mencionadas. (A REPÚBLICA, 09.04.1901, p.03, *sic.*).

Vale ressaltar que em seu diário encontram-se colados recortes de outros jornais, como o "Diário da Tarde", com descrições que também o acusavam de castigar fisicamente seus alunos e não ensinar a língua portuguesa, solicitando providências das autoridades da época. Consta, inclusive, a página de um folheto da Liga Anticlerical, relatando casos de abuso de padres contra crianças.[90] Padre Auling deixou colado no seu diário as notícias que enalteciam sua escola, bem como as manifestações em sua defesa.

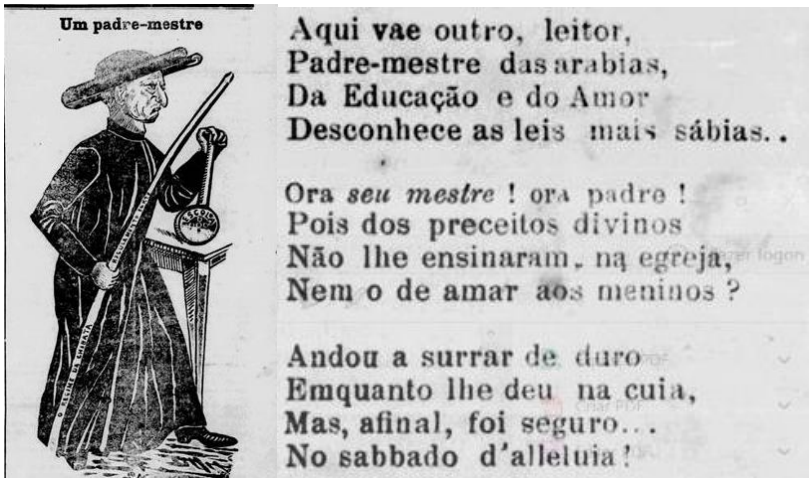
O próprio pai do menino castigado publicou no jornal "Diário da Tarde", na edição de 10 de abril de 1901, uma resposta na qual relatou que apesar de sua decisão anterior de não tornar público os fatos sobre o “brutal espancamento” (p. 2) do seu filho, não poderia se calar diante do fato de Padre Aulling afirmar que perdoava

[90] Ver anexo C.

seus caluniadores, pois o próprio sacerdote havia reconhecido perante o delegado que aplicara o castigo ao menino. No seu relato, o pai do menino castigado descreve ainda que Padre Auling era conhecido por “ser um sacerdote excessivamente grosseiro e mal educado e disto muitas pessoas tem recebido a prova”. O pai do menino termina sua explicação ao público pedindo ao Padre Auling que “para o futuro não aplique castigos corporais aos seus alunos que só servem para deprimir o caráter das crianças e acarretar o desprestígio do nosso clero e santa religião” (DIÁRIO DA TARDE, 10.04.1901, p. 3).

Na primeira página dessa mesma edição de 10 de abril de 1901 do jornal "Diário da Tarde" foi publicada a imagem caricaturada de um padre com uma vara e alguns versos irônicos que expressam a contradição entre os princípios cristãos anunciados pela Igreja e as atitudes do Padre com relação aos alunos na escola aplicando duros castigos.

FIGURA 5 – RECORTE DO JORNAL DIÁRIO DA TARDE DE 10.04.1901



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

A figura e os versos citados revelam um pouco dos confrontos travados pelo Padre Auling com a imprensa em Curitiba no início do século XX e, ao mesmo tempo, confirmam a rigidez disciplinar que era uma marca característica da escola por ele fundada. Nesse sentido, pode-se inferir que os conflitos contínuos com a imprensa é provavelmente um dos principais motivos que levaram Padre Auling a decidir voltar para Alemanha em 1903.

A fotografia mais antiga, disponível no Arquivo Pró-Memória[91] do Colégio Bom Jesus, data de 1898. Como se pode ver, a seguir, a foto registra um grupo de alunos e professores da escola nos fundos do prédio, com aproximadamente 40 meninas e 75 meninos, distribuídos em seis filas, achando-se sentados no centro do grupo o Padre Auling, de batina e solidéu, ladeado pelos professores Paul Schumann à direita e Robert Offer à esquerda.

FIGURA 6 – PADRE AULING COM PROFESSORES
E ALUNOS DA ESCOLA EM 1898

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

Os alunos estão com as roupas costumeiras, provavelmente domingueiras, sendo que os meninos estão de traje completo, inclusive alguns com gravata e a grande maioria, senão todos, estão usando calçados. As meninas estão com vestidos longos, ricos em babados. Na parede do fundo está dependurado o retrato do Imperador da Alemanha e Rei da Prússia, Guilherme II (1888-1918), em grande moldura, e na terceira fileira, seguro por um aluno, o retrato do Presidente da República do Brasil, Manoel Ferraz de Campos Sales (1898-1902). Na frente do Padre

[91]Arquivo do Setor Pró-Memória onde são preservados documentos, fotografias e demais materiais que constituem fontes relativas à história do Colégio Bom Jesus.

Auling acha-se um globo terrestre com suporte e pés metálicos. Na fotografia citada é possível perceber uma síntese dos principais elementos que caracterizavam a escola alemã católica de Curitiba nos primeiros anos de seu funcionamento: Educação de imigrantes, disciplina, religião católica, cultivo do germanismo e o encontro de duas nações.

Ainda com relação ao funcionamento da escola, especificamente no que diz respeito à qualidade do ensino por ela ofertado, o jornal "*Der Kompass"*, nº 48, de 28 de maio de 1903, noticiou a visita do Barão von Treutler, embaixador do Império alemão em Curitiba e descreveu com detalhes a impressão dessa autoridade alemã ao visitar a Escola do Padre Auling.

> As primeiras visitas que o ilustre senhor empreendeu na 2ª feira [25 de maio] nesta cidade levaram-no às escolas, sendo a primeira a do Reverendo Padre Auling. Duas horas completas permaneceu na mesma, em companhia do Cônsul Geral em Florianópolis, Senhor Barão von Wangenheim, do Cônsul italiano, Sr. Tattana, sendo conduzidos por todas as classes e assistindo as aulas de três professores regentes. Os trabalhos das crianças provocaram sua admiração. Entre os menores que freqüentam a escola apenas 4 meses, encontraram crianças que liam correntemente trechos de um livro nunca visto. Toda a 6ª série mostrou capacidade surpreendente em ler de um quadro mural tudo o que se apontasse. Maior foi naturalmente a habilidade da 5ª série [...]. Todos os alunos sabiam ler de um livro qualquer. Na matemática mostraram tal desenvoltura que o Embaixador disse ao deixá-los: - Coisa melhor não vi mesmo nem em Berlim. Maiores eram naturalmente as exigências, maiores os resultados na 4ª e 5ª séries. Nestas, as crianças resolveram problemas difíceis que causaram pasmo aos ilustres senhores. Nas 1ª e 2ª séries apresentaram-se aos amáveis visitantes noções de Geografia e Gramática alemã. (*DER KOMPASS*, nº 48, 28.05.1903, p. 04).[92]

Não obstante o tom laudatório do excerto citado, uma vez que se tratava de um jornal editado pelos Franciscanos, é preciso destacar que a presença do embaixador alemão na escola é um indício do caráter étnico da instituição. A maneira como a visita foi conduzida, especialmente o fato de terem assistido algumas aulas, demonstra a atenção dedicada pelas autoridades estrangeiras no Brasil às escolas de imigrantes. Esse fato ressalta que a escola alemã católica fundada pelo Padre Auling atendia um público específico, em sua maioria filhos de imigrantes alemães católicos, cujos pais traziam consigo a preocupação de preservar na nova Pátria a cultura do seu país de

[92] As matérias traduzidas citadas do jornal "*Der Kompass"* estão disponíveis no acervo do Arquivo Pró-memória do Colégio Bom Jesus. Nos casos de tradução realizada pelo autor, o texto original foi citado em nota.

origem. Para tanto, o aprendizado da língua alemã, ao lado do cultivo da religião, eram elementos fundamentais.

Ao registrar as impressões do embaixador alemão sobre a qualidade do ensino oferecido na escola fundada pelo Padre Auling, o jornal expressa a admiração dessa respeitável autoridade que considera a escola modelo tal como as escolas de Berlim. Em seguida, o relato traz uma descrição clara do cultivo do germanismo na escola que se manifesta no modo como os alunos "desafogaram" seu entusiasmo com a Alemanha e trataram carinhosamente as autoridades presentes que os visitavam.

> Quanto os senhores apreciaram os resultados obtidos nessas séries, prova-o sua declaração ao saírem. Afirmaram ter encontrado uma escola modelo em todos os sentidos. E o Embaixador acrescentou: - O melhor que encontrei em Berlim não passa do que achei nesta Escola! A seguir reuniram-se todos os alunos no grande salão para homenagear o Senhor Embaixador e desafogar seu entusiasmo pela Alemanha, seu soberano e seu representante. Os senhores comoveram-se a tal ponto com as manifestações carinhosas dos "pequenos alemães" que não puderam conter as lágrimas de alegria (*DER KOMPASS,* nº 48, 28.05.1903, p. 04).

Por fim, o discurso proferido pelo Padre Auling confirma ainda mais como o cultivo do germanismo era um dos objetivos principais da escola por ele fundada. A atitude entusiasmada dos alunos e do próprio Padre Auling revela a importância dada para a preservação da cultura alemã. Para tanto a escola apresentava-se como uma instituição estratégica. O reconhecimento manifestado pelas autoridades visitantes desperta no diretor, professores e alunos a alegria pelo dever cumprido.

> No fim o Reverendo Padre Auling fez uma alocução em que se pronunciou a respeito dos objetivos de sua escola (educação, ensino, cultivo do germanismo) e agradeceu a visita honrosa. O Senhor Embaixador assegurou que as duas horas passadas nesta escola foram as mais agradáveis em toda a sua viagem. Afirmou que nem as maiores escolas visitadas se igualam a esta, tanto lhe agradaram os trabalhos, a atitude das crianças, a disciplina e ordem; e lamentava que professores das colônias do interior não pudessem hospedar-se por algum tempo nesta escola, a fim de aprender como ensinar. Ao término da visita o Padre Auling, entusiasmado, deu um "viva" ao Imperador alemão, após o qual os ilustres senhores se despediram das crianças que, tanto quanto os professores, se alegraram com os elogios vindos de pessoas competentes. Nós da nossa parte, nos alegramos que os esforços do padre Auling encontraram tão esplêndido reconhecimento por parte do Embaixador alemão e por este sucesso o cumprimentamos cordialmente". (*DER KOMPASS*, nº 48, 28.05.1903, p. 04).

Após participarem das aulas, as autoridades foram vistoriar o prédio que estava sendo construído na Rua 24 de Maio, próximo à Praça da República, para abrigar a

nova escola. Na ocasião puderam ver três salas de aula que já estavam com os acabamentos finalizados. No entanto, apesar dos bons resultados alcançados na condução da escola, em 11 de julho de 1903, Padre Auling, que já contava com o auxílio dos frades, entregou definitivamente aos Franciscanos a direção da mesma e da pastoral da Comunidade Católica alemã e embarcou para a Europa. Os padres Franciscanos alemães que residiam em Curitiba nessa época eram: Augustin, Wendelin, Julius, Beda, Capistranus, Dionysius e Anselmo (FUGMANN, 2010).

É possível perceber que, nesse primeiro período, desde a sua fundação em 1896 até a passagem para os franciscanos em 1903, embora circunscrita em um contexto marcado pelo anticlericalismo, a Escola Católica Alemã de Curitiba sob a direção do Padre Auling cumpria uma dupla função de propagadora dos valores da religião católica e da germanidade, o que se concretizava principalmente por meio do ensino realizado na língua alemã.

Considerando os critérios de periodização adotados, no próximo capítulo vamos abordar o funcionamento e as mudanças ocorridas na escola a partir do momento em que os franciscanos assumem a sua direção em 1903 até 1937, quando foram tomadas providências para que a instituição pudesse manter-se em funcionamento apesar da política de nacionalização que levou ao fechamento da escola que ensinava em língua alemã em 1938.

4 O COLÉGIO SOB A DIREÇÃO DOS FRANCISCANOS (1903-1937)

Em linhas gerais, no período que compreende os anos de 1903 a 1937, a conjuntura nacional e estadual no que diz respeito à educação é marcada pela busca de regulamentação do ensino no país, sendo que o foco das discussões estava em torno da criação de Leis e Decretos que procuravam retirar o ensino de língua estrangeira das escolas.

Analisar a repercussão dessas medidas nacionalizadoras na organização e funcionamento do Colégio Bom Jesus, no período mencionado, foi o objetivo principal deste capítulo. Trata-se de um dos momentos mais difíceis pelo qual a escola passou em sua trajetória sob a direção dos religiosos franciscanos.

Nesse sentido, apresentou-se nesse primeiro tópico uma síntese histórica sobre a presença dos Franciscanos no Brasil e sua atuação no campo educacional, destacando sua presença no Paraná ,e particularmente em Curitiba, no Colégio Bom Jesus, onde suas atividades pastorais envolviam também atuação na imprensa com a publicação do Jornal *Der Kompass*.

4.1 OS FRANCISCANOS NO BRASIL E A EDUCAÇÃO

> Notemos: a primeira Missa no Brasil é celebrada e o primeiro contato religioso com os índios é estabelecido por Franciscanos; os primeiros missionários são Franciscanos; a primeira capela é dedicada a São Francisco e o primeiro sangue mártir, a fecundar a seara do Senhor, é sangue franciscano. O Brasil nasceu franciscano para a civilização cristã (RÖWER, 1947 p. 29).

Segundo Iglesias (2011), o único autor clássico da historiografia brasileira que dedicou um estudo à Ordem Franciscana foi Gilberto Freyre, que escreveu um livro publicado em Salvador, em 1959, intitulado “A Propósito dos Frades: sugestões em torno da influência de religiosos de São Francisco e de outras Ordens sobre o desenvolvimento de modernas civilizações cristãs”.

Segundo Gilberto Freire, na interpretação de Iglesias (2011, p.255), “a influência dos frades, cuja simplicidade de vida nunca significou simplismo de ideias, não deve ser esquecida, nomeadamente em função da análise das influências culturais da filosofia franciscana”. Ainda de acordo com Iglesias (2010, p. 306), “os

autores que abordam o tema “Franciscanos no Brasil”, em sua maioria, concordam que essa é uma história que ainda está por ser contada”.

Os religiosos Franciscanos estão presentes no Brasil desde o momento considerado de “descobrimento” dessa nova Colônia. A primeira missa em solo brasileiro foi celebrada por Frei Henrique Soares de Coimbra[93]. Assim, até 1549, os religiosos Franciscanos foram os únicos a se dedicarem à catequese dos aborígenes.[94] De 1503 a 1505, dois Franciscanos estiveram em Porto Seguro e, depois de exercerem com muito zelo o seu ministério, foram ambos trucidados pelos selvagens e por isso são considerados protomártires do Evangelho no Brasil (RÖWER, 1947).

O padre Manoel da Nóbrega refere-se ao trabalho evangelizador dos frades franciscanos ao chegar a São Vicente (1549)

> Os gentios são de diversas castas, uns se chamam guaianases, outros, carijós. Este é um gentio melhor do que nenhum desta casta. Os quais foram, não há muitos anos, dois frades castelhanos [na verdade foram cinco] ensinar e tomaram tão bem a sua doutrina, que têm já casas de recolhimento para mulheres como de freiras e outras de homens como de frades. (NOBREGA, *apud* RÖWER, 1947 p. 88).

Como pode-se notar os frades exerciam um trabalho metódico de evangelização e alguns foram mártires. Em Olinda ou nos arredores, no dia 4 de outubro de 1580 foram mortos pelos selvagens diversos frades. Em 1583, o irmão leigo Frei Diogo foi assassinado por um soldado espanhol em São Paulo, porque o repreendeu por causa das suas blasfêmias (RÖWER, 1947).

Porém, de acordo com Willeke, (1980) por maior que fosse o esforço dos grupos missionários, estes não conseguiram implantar no Brasil a Ordem Franciscana

---

[93] No dia 26 de abril de 1500, Frei Henrique Soares de Coimbra, superior da caravana de missionários, celebrou a primeira missa no ilhéu da Coroa Vermelha. Já em terra firme, no dia 1° de maio, celebrou outra missa quando junto com Cabral ergueu uma grande Cruz em sinal da tomada de posse em nome de Cristo e do Rei (RÖWER, 1957 p. 26-27).

[94] Até 1549, os filhos de São Francisco foram os únicos missionários na imensa terra de Santa Cruz, como protomártires anônimos de Porto Seguro, por volta de 1518, como os primeiros arautos de Cristo em São Vicente Salvador e Santa Catarina, onde obtiveram êxito incomum de 20.000 batizados entre os índios carijós e Mbyçá […] (WILLEKE, 1980, p. 33).

de modo definitivo. Esse passo coube ao Ministro Geral Frei Francisco Gonzaga[95], que a pedido do governador de Pernambuco, decretou em 1584 a ereção da Custódia de Santo Antônio do Brasil. Os frades destinados ao Brasil pertenciam à Província reformada de Santo Antônio de Portugal. “Em abril de 1585 chegavam a Olinda – PE os fundadores sob a chefia do primeiro Custódio, Frei Melchior de Santa Catarina” (RÖWER, 1947, p. 48). Os frades, assim que chegaram, começaram o seu trabalho na vila e arredores e de tal modo receberam a estima de todos. Já em 1586 abriram noviciado para os candidatos à Ordem e um seminário, isto é, educandário para os filhos dos aborígenes.

Os Franciscanos recebiam solicitações de diversas localidades para fundarem conventos e missões. “Mas, por esse tempo *El-Rei* proibiu que a custódia se estendesse além dos quatro conventos de Olinda, Salvador, Igaraçú e Pernambuco”. (WILLEKE, 1980, p.33). Tanto o número de conventos como o de religiosos era restringido pelo governo colonial, o que dificultava muito o crescimento natural das Ordens religiosas e suas atividades espirituais e culturais.

A Custódia[96] de Santo Antônio do Brasil, filha da Província de Santo Antônio de Portugal, foi instituída no dia 13 de março de 1584. Em 1650 abriu-se um curso de Filosofia no convento do Rio de Janeiro e, no de São Paulo, o noviciado. Em 1589, dois religiosos vieram para a capitania do Espírito Santo encaminhar a fundação do Convento de Vitória. Esse foi o primeiro convento franciscano nas partes do Sul e também o primeiro da que mais tarde seria a Província da Imaculada Conceição, criada em 15 de julho de 1675 pelo Papa Clemente X por meio da bula *Pastoralis Officii* (RÖWER, 1947; WILLEKE, 1980).

---

[95] Estava em visita canônica aos conventos de Portugal e quando celebrou o Capítulo em Lisboa, aos 13 de março de 1584, decretou a fundação de uma Custódia no Brasil. Destinou para isso seis religiosos de virtude e zelo, sendo superior Frei Melquior de Santa Catarina, com patente de custódio. Todos eles pertenciam à Província reformada de Santo Antônio chamada dos Currais, cujos religiosos o povo alcunhava de “capuchos” por causa do capuz piramidal que traziam (RÖWER, 1957).

[96] Este é o nome dado para presença de religiosos franciscanos quando a quantidade de membros no local ainda não é suficiente para formar uma Província. É o estágio anterior ao *status* de Província. O início da presença se dá por meio da ação missionária. A Custódia tornou-se Província em 1657 quando já contava com doze conventos. “Desmembrou-se em 1659 quando foi instituída a Custódia da Imaculada Conceição, que abrangia os conventos do Sul com sede no Rio de Janeiro. Em 1675 por conta do crescimento do número de frades e conventos foi declarada Província da Imaculada Conceição” (WILLEKE, 1980, p. 34).

De acordo com Neotti (s/d.), apesar do grande número de candidatos que desejavam tornar-se religiosos franciscanos, a Coroa portuguesa impôs a condição de que a Província [97] não excedesse o número de duzentos religiosos [98] para reconhecê-la. A Coroa Portuguesa receava que os conventos, por sua cultura e liderança, pudessem constituir-se foco de apoio aos movimentos separatistas. Dessa maneira, exigiu também que o número de frades portugueses fosse sempre maior do que o de brasileiros. Foi somente em 1739 que o Provincial obteve licença para aumentar o número de religiosos para 350. Contando com um número de 481 religiosos, em 1761 a Província da Imaculada Conceição atingiu o seu auge.

> O motivo principal da criação da nova Província foi a enorme extensão de mais de 2.000km que media entre Olinda e São Paulo, dificultando as visitas canônicas e a solução de problemas urgentes. O primeiro Ministro Provincial foi Frei Eusébio da Expectação, o qual, como último custódio promovera a ereção da Província. A cúria provincial ficou no convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro; neste e no de São Paulo havia os cursos filosóficos e teológicos, enquanto Angra dos Reis e Cassarebu receberam os noviciados. As vocações seráficas recrutavam-se tanto em Portugal como no Brasil, passando todas, pelo crivo racial da chamada “limpeza de sangue”. Pois, quem tivesse ascendentes judeus, índios ou gente de cor, era recusado conforme praxe geral da Igreja de então (WILLEKE, 1980, p.34).

Ainda de acordo com Willeke (1980), apesar das dificuldades e empecilhos, a Província prosperou tanto em número de frades quanto em atividades pastorais e culturais. A principal atividade era a conversão dos índios. Mas, como as tribos eram numerosas, não conseguiam atender a todos permanentemente. Assim, realizavam apenas visitas periódicas. “Foram tantos os missionários franciscanos, que numericamente superavam os de outras ordens” (WILLEKE, 1980, p. 35).

Todavia, um decreto imperial de 1855 proibiu definitivamente a entrada de noviços nas Ordens religiosas no Brasil. O declínio da Província foi enorme, pois à época da Proclamação da República restou apenas um frade. A restauração foi

---

[97] Província Religiosa é a unidade organizacional e territorial de algumas Ordens e Congregações Religiosas. A Província é intermediária entre as unidades locais (no caso dos Franciscanos as Fraternidades locais) e a organização geral (generalato).

[98] Segundo (NEOTTI, s.d.) a Província teve membros famosos por sua santidade e ciência. Entre eles está Frei Antônio de Sant’Ana Galvão. Também o maior orador sacro brasileiro, Frei Francisco do Monte Alverne, e Frei Francisco Sampaio, que escreveu a primeira Constituição do Brasil independente, promulgada por Dom Pedro I.

favorecida pela queda do Império e a separação entre Igreja e Estado. Assim, os franciscanos recoletos da Província de Santa Cruz da Saxônia foram encarregados pelo Ministro Geral da Ordem de promover a restauração da Província da Imaculada Conceição, bem como da de Santo Antônio do Brasil (RÖWER, 1957).

Na Alemanha, o *Kulturcampf*[99] havia provocado uma situação de extrema dificuldade para a Província da Saxônia. Conventos fechados, contínuas humilhações, mas a Província estava se reerguendo. O provincial da época, Frei Gregório Janknecht (1829-1896) entendia que era preciso partir em missão para atrair novas vocações. Sua primeira intenção era ir para o Oriente, mas o Ministro Geral ofereceu o Brasil como campo missionário.

Os padres jesuítas alemães aconselharam os franciscanos da Saxônia a não iniciar a missão pelo Nordeste, nem pelo Rio de Janeiro, mas por Santa Catarina, pois nessa região seriam favorecidos pelo apoio afetivo da comunidade alemã e pelo clima mais ameno. Os primeiros quatro missionários partiram no dia 23 de maio de 1891. Eram eles: Frei Amando Bahlmann, doutor em teologia; Frei Xisto Meiwes, Frei Humberto Themans, que não era clérigo e o irmão terceiro Frei Maurício Schmalor (RÖWER, 1957).

Depois de uma rápida passagem por Salvador, Rio de Janeiro e Santos chegaram a Florianópolis. O vigário de Blumenau, Padre Jacobs gostaria que eles fossem para esse local, mas o destino dos missionários ainda era incerto. Acabaram indo para Teresópolis, como o padre alemão Francisco Topp, onde chegaram no dia 10 de julho. Assumiram a paróquia e 17 capelas. Tinham o sonho de erigir um colégio e o vigário de Blumenau, Padre Jacobs, lhes ofereceu o colégio e a paróquia daquele local (RÖWER, 1957).

Em novembro de 1891, Frei Armando viajou a Blumenau, mas voltou a tempo de encontrar a segunda turma de oito missionários[100] (quatro padres e quatro irmãos

---

[99] Ver nota 38, p. 44.

[100] Frei Zeno Wallbroehl (que pouco depois seria o primeiro vigário franciscano de Blumenau, mas que ficaria na história como o construtor da gruta de Angelina/SC); Frei Lucínio Korte (que seria coadjutor de Blumenau e responsável pela capela dos italianos de Rodeio/SC); Frei Herculano Limpinsel (logo nomeado pároco de Lages/SC, será o primeiro Provincial da Província restaurada, e abandonará a Ordem e o Sacerdócio); e Frei Rogério Neuhauss (nomeado coadjutor de Lages/SC, encherá com sua santidade todo o Planalto Catarinense). Frei Patrício Tuschen era artesão de imagens sacras e Frei Mariano Feldmann que deixou a em 1922 (NEOTTI, s.d.).

leigos), que chegou no dia 12 de dezembro daquele ano. Os que eram sacerdotes não tinham mais que um ano de padre. Entre esses missionários podemos citar Frei Germano Wunsick que, por saber italiano, foi lecionar em Rodeio, mas morreu pouco depois. Também Frei Quintiliano Borren, que construiu o novo colégio de Blumenau e voltou mais tarde para a Alemanha (RÖWER, 1957). Frei Amando viajou para Lages ainda no mês de dezembro, pois o vigário havia morrido e o Bispo do Rio de Janeiro ofereceu aos religiosos franciscanos a paróquia. A restauração da Província de Santo Antônio estava se concretizando. Assumiram a paróquia de Lages (1892), a paróquia e o colégio de Blumenau (1892), Rodeio (1894), Petrópolis (1896) e Curitiba (1898) (NEOTTI, s.d.).

Com relação à presença dos franciscanos no Paraná, já de início é importante ressaltar que, apesar dos muitos pedidos dos curitibanos e de outras vilas que solicitavam a assistência dos frades, o governo colonial sempre indeferia esses pedidos. Assim explica-se porque a Província da Imaculada Conceição deixou inicialmente de estender suas fundações até o Paraná (WILLEKE, 1980). Segundo Willleke (1980), nesse contexto eram os missionários volantes que buscavam satisfazer as necessidades espirituais do povo, pregando não só nas sedes paroquiais, mas também nas capelas filiais e fazendas mais habitadas. Assim constata-se a ação missionária, desenvolvida em Curitiba por frei Bartolomeu do Amparo em 1691 ou mesmo antes. Aproximadamente por volta de 1714 consta atividade missionária dos Franciscanos residentes em Paranaguá junto aos colonos e aos carijós mansos. Em Curitiba temos em 1736 registro do trabalho de frei Jerônimo Rodrigues. Como os esmoleres [101] franciscanos pediam no Paraná, o trabalho missionário era sempre renovado. Em compensação às doações que recebiam para sustentar os conventos, ofereciam o “pão espiritual”. De 1705 a 1706 consta a presença de dois franciscanos em Paranaguá, responsáveis pela fundação da Ordem Terceira. O primeiro visitador dessa fraternidade foi o frei Pedro de Jesus Antunes. Em 1714 esse frade começa a construir a residência dos comissários -chamada de hospício (WILLEKE, 1980).

Ainda de acordo com Willleke (1980), outros missionários importantes que passaram por Curitiba foram: Frei Antônio do Extremo em 1751, Frei José de Santa

[101] Os frades que iam de casa em casa pedindo ajuda para o sustendo dos religiosos, pois faziam voto de pobreza. Em sua origem medieval a Ordem Franciscana é de mendicantes.

Teresa, que acompanhou a exploração do Tibagi em 1771 e participou da expedição aos campos de Guarapuava. Foi o primeiro vigário da Vila Nova de Castro. Também Frei João de Santana, que foi comissário dos terceiros de Paranaguá de 1768 a 1781, prestou assistência religiosa à outra expedição aos Campos de Guarapuava.

Apesar de muitos pedidos para a fundação de um convento franciscano, isso sempre foi negado pelo governo provincial e, depois de 1781, não houve mais franciscanos em Paranaguá, pois o marquês de Lavradio mandou que se recolhessem aos conventos. Assim, os padres diocesanos assumiram a assistência da Ordem III (WILLEKE, 1980).

Em Curitiba, segundo atestam os livros de tombo da primeira matriz, os franciscanos exerceram atividades desde 1737 até 1799, prestaram assistência à Ordem Terceira que sobreviveu até 1880 na Igreja do Terço (RÖWER, 1957). Quase cem anos depois, em 1898, os Franciscanos, que já atuavam em Santa Catarina desde 1891, foram convidados por Dom José de Camargo Barros para atuar novamente em Curitiba. Os primeiros padres Franciscanos chegaram na capital paranaense em outubro de 1898 e fundaram o primeiro estabelecimento no alto de São Francisco. Moravam em uma casa na frente da capela de São Francisco de Paula que lhes foi concedida.

A imagem a seguir mostra a primeira sede dos Franciscanos em Curitiba, no Alto de São Francisco, prédio da Capela aproveitando parte das muralhas e cuja área foi permutada posteriormente por outra na Rua Saldanha Marinho com Desembargador Motta para a construção da Igreja de São Francisco.

FIGURA 7 - PRIMEIRA SEDE DOS FRANCISCANOS EM CURITIBA
NO ALTO DE SÃO FRANCISCO

Fonte: Arquivo Pró-Memória do Colégio Bom Jesus

Já em 1901 foi concedido aos frades um local para construir uma igreja que ficava na Praça da República, hoje Praça Rui Barbosa. Neste local deu-se início à construção da Igreja Bom Jesus, em 1907, sendo que sua inauguração ocorreu somente em 1909, em missa solene presidida pelo Bispo Dom João Braga.

Conforme já analisado anteriormente, sabe-se que o pe. Aulling teve diversos atritos com a imprensa e estava tomando providências para as mudanças na Escola Católica Alemã, de modo que os frades franciscanos Francisco Kamps e Policarpo Schuhem assumiram as funções de professores auxiliares. De acordo com decisão tomada no Capítulo Provincial[102] de 1902, realizado em Blumenau, Frei Menandro Kamps veio para Curitiba com a missão específica de colaborar na Escola Católica Alemã “para preservar as crianças católicas de danosas influências de uma escola ateia e contrária à religião católica” (CRÔNICAS DO CONVENTO BOM JESUS, 1902, p.04 *apud* ARNS, 1997, p. 35).

[102] De acordo com o Dicionário Franciscano, as Constituições Gerais dos Franciscanos (Art. 173) dizem que a autoridade suprema da Ordem Franciscana é o Capítulo Geral e, da Província, o Capítulo Provincial. O Capítulo foi uma forma encontrada pelos institutos de vida religiosa, como assembleia institucionalizada, reunindo os membros convocados em seus diferentes níveis, para abordar questões relacionadas com a forma de vida professada (FRANCISCANOS, 2017).

Sem dúvida que a escolha dos frades franciscanos se deve à reputação brilhante que ambos resguardavam na comunidade por terem uma formação sólida e também por falarem alemão, conforme nos aponta os estudos de Ernani Costa Straube (2007), que foi publicado sob o título “História do Colégio Bom Jesus. Arquivos Pró-Memória do Colégio Bom Jesus”.

Em novembro de 1902 foi realizado o primeiro Definitório[103] em Curitiba, que foi improvisado no barracão da horta, para discutir, além da questão sobre o comando da escola, outros assuntos de ordem pastoral, envolvendo a vinda das irmãs da Divina Providência de Münster, Alemanha. Assim, discutiu-se sobre quais seriam as atribuições pastorais dessas irmãs, e ainda questões sobre a imprensa católica da época, que contava com a revista “A Estrela” e o jornal criado pelos frades Franciscanos, “*Der Kompass”* (ARNS, 1997, p. 36).[104]

Como resultado deste Definitório foram criadas medidas para dar autonomia aos diversos grupos étnicos, especialmente no que diz respeito à criação da Ordem III que, a partir de então, ficaria subdivida em quatro secções, ficando o primeiro domingo para os terceiros de língua alemã, o segundo domingo de língua nacional, o terceiro de língua italiana e, por fim, no quarto domingo, o de língua polonesa (ARNS, 1997).

Com esse esquema bem-sucedido dos franciscanos, a pastoral conseguia acompanhar e formar as crianças na doutrina religiosa católica e expandir o projeto de evangelização entre os imigrantes, combatendo assim a influência dos protestantes entre os mesmos. Assim foram definidas algumas considerações para atender de modo prático aos anseios da comunidade, tais como:1) a partir de então, não se receberia apenas alunos na escola alemã, mas, ao contrário, foi criada mais uma escola para poder abrigar os alunos de outras origens, tendo como característica o ensino na língua portuguesa; 2) as meninas, que até então frequentavam a escola do Padre Auling, seriam transferidas para uma outra escola a ser fundada pelas irmãs da Divina Providência, que viriam de *Münster*, na Alemanha; 3) foi elaborada uma

[103] Trata-se de uma reunião dos dirigentes de uma Ordem religiosa (Ministro Provincial e definidores, neste caso da Ordem dos Frades Menores (OFM) da Província Restaurada da Imaculada Conceição do Brasil). A reunião de definitório pode ser realizada no âmbito de uma determinada Província (Definitório Provincial) ou mesmo de toda a Ordem (Definitório Geral).

[104] O Jjornal "*D*er Kompass" (A Bússola) foi criado pelos Franciscanos principalmente porque a revista "A Estrela" não conseguia penetrar no ambiente hostil da colônia alemã em que dominava o jornal agnóstico “*Der Beobachter*” (O Observador) (ARNS, 1997, p. 36).

espécie de esboço (croqui) do novo local da escola, deixando-a não muito próxima do convento (ARNS, 1936, p. 36).

Ainda que a transferência da Escola para os Franciscanos tivesse sido oficializada na reunião do Definitório de novembro de 1902, Padre Auling, contudo, continuou presente e atuante na direção compartilhada da instituição até junho de 1903, quando ocorreu a transferência definitiva aos frades não só da escola, mas também do trabalho pastoral realizado junto à comunidade católica alemã de Curitiba.

A partir dessas determinações do Diretório, a mando do ministro Provincial, foi enviado para Curitiba, em 7 de janeiro de 1903, o frade arquiteto, Frei Feliciano, que deveria comandar a construção da nova sede para a escola, agora própria, que havia sido aprovada. “A 12 de janeiro designou-se exatamente o local e a 14 de fevereiro lançou-se a pedra fundamental para a construção da Escola, com a dimensão de 22x13,35m para 4 salas de aula de 9,30x6,13”(ARNS, 1997, p. 36).

Na figura a seguir é possível ter uma ideia de como ficou a localização da nova sede da Escola e da distância da mesma em relação ao Convento e à Igreja do Senhor Bom Jesus, tal como havia sido deliberado na reunião do Definitório.

FIGURA 8 - IGREJA DO SENHOR BOM JESUS, INAUGURADA EM 1909 E A CAPELA INAUGURADA EM 25.07.1901 E NO FUNDO O CONVENTO E A 2ª SEDE DO BOM JESUS

Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus

Para Negrão (2008), essas mudanças propostas parecem ter como objetivo extinguir as causas de possíveis conflitos. As medidas são conservadoras. Separar os meninos das meninas, os alunos alemães dos alunos de outras nacionalidades, construir uma escola não muito próxima do convento, impedindo o contato físico entre meninos e meninas e alunos de diferentes nacionalidades, no interior da Instituição e evitando, desse modo, os conflitos étnicos e de gênero.

Dá-se assim o processo de instituição do espaço físico, pois a escola necessitava de um local adequado a fim de que o projeto estabelecido pelos padres Franciscanos ao assumirem a escola pudesse ser concretizado. Não se tratava apenas de se precaver com relação às medidas legais a fim de garantir a continuidade da escola, mas também de melhorar a infraestrutura para que a missão evangelizadora pudesse prosseguir e se ampliar no campo educacional tal como apontavam as orientações eclesiais do catolicismo na época. Nesse sentido percebe-se a preocupação dos franciscanos em cumprir a missão para a qual foram chamados pelo então Bispo Dom José de Camargo Barros.

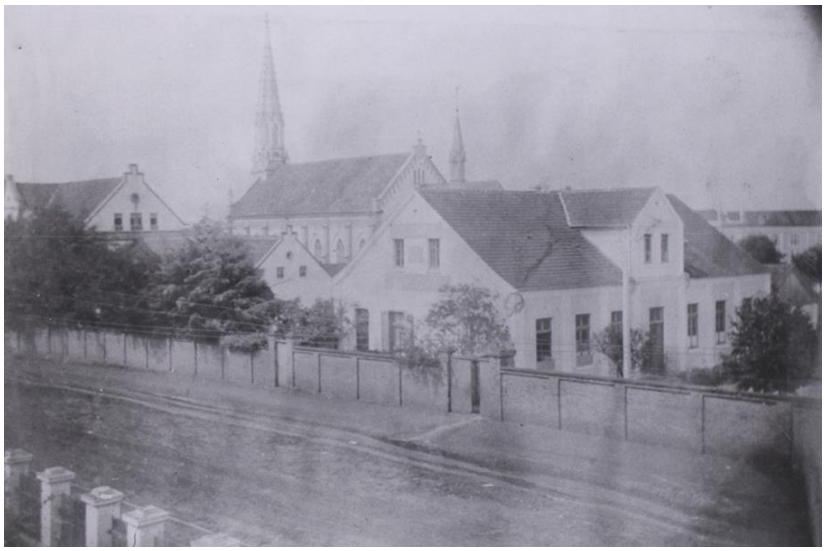
A figura a seguir mostra a segunda sede do Colégio, agora em prédio próprio, localizado na área dos Franciscanos, com a lateral e entrada na Rua 24 de maio e onde também funcionou o jornal "*Der Kompass".*

FIGURA 9 - 2ª SEDE DA ESCOLA 1903-1906

Fonte: Arquivo Pró-memória Colégio Bom Jesus

Como é possível perceber pela figura", o prédio que abrigava a escola e também servia de espaço para a produção do jornal "*Der Kompass"* era modesto, possuía seis grandes janelas e uma porta central. O telhado possui uma espécie de mansarda com duas janelas que proporcionavam maior iluminação e ventilação ao edifício e, ao mesmo tempo, permitiam um maior aproveitamento do espaço. Na figura a seguir é possível ter uma visão panorâmica do edifício e de sua entrada pela Rua 24 de Maio.

FIGURA 10 - 2ª SEDE COM ENTRADA PELA RUA 24 DE MAIO



Fonte: Arquivo Pró-memória Colégio Bom Jesus

Em 1903 foi designado para o cargo de diretor da Escola, que até então estava localizada nas proximidades da Igreja da Ordem, o Frei Agostinho Fremmer. Em julho desse mesmo ano, conforme planejado na reunião do Definitório, chegaram as irmãs da Divina Providência, a bordo do cruzador *"Falke"*(Falcão)*,* motivo de felicidade e festividades tanto para a comunidade de imigrantes alemães como para os curitibanos, como podemos perceber na descrição do jornal *"Der Kompass",* citada por Arns (1997 p. 37):

> Festividades da chegada da tripulação do pequeno cruzador S.M.S. "Falke" transcorreram de acordo com a programação, da melhor forma. Chegando o trem especial da estação ferroviária, já a aguardava uma grande multidão de gente para a recepção das visitas. Havia representação do Presidente da Nação e do General do exército. Acompanhada por 2 bandas de música, pelas Escolas alemãs daqui e por diversas Associações alemãs, encaminhou-se a comitiva para o Salão Hauer, enquanto os oficiais se dirigiram de carro para as hospedagens. Dispensamos detalhes, mas todos

> que assistiram à recepção guardarão boa lembrança dela. – a colônia alemã de Curitiba e, principalmente, os Comitês da festa poderão dar-se por satisfeitos pela recepção concedida aos seus conterrâneos.

Assumindo a escola, os franciscanos empreenderam diversas mudanças na sua direção, procurando sanar as causas dos conflitos que o Padre Auling enfrentou com a imprensa, pois essas discussões deixaram sequelas no relacionamento com a comunidade e os religiosos católicos. Contudo, diferente de Padre Auling, os franciscanos que contavam com um grupo de religiosos, ampliaram suas atividades e passaram a atender não apenas a comunidade de imigrantes alemães católicos, mas também italianos e poloneses. Isso foi possível porque havia frades no grupo que dominavam os respectivos idiomas. “Frei Redento e Prof. Shcmann na imprensa; Frei Floriano assumindo as tarefas na escola e na comunidade polonesa; Frei Policarpo, integrando-se mais e mais na colônia italiana, principalmente na Água Verde (ARNS, 1997 p. 38).

Conforme já observado, como resultado das mudanças realizadas na escola, os franciscanos criaram regras para que meninos e meninas ficassem separados em escolas diferentes. Assim, as meninas passaram a frequentar o Colégio das irmãs da Divina Providência na Rua do Rosário. Quanto aos meninos, foi criada uma seção especialmente para receber os alunos brasileiros e de outras etnias, que não a alemã. Dessa forma, os religiosos franciscanos ficaram responsáveis pela direção de duas seções numa mesma instituição: A *Deutsche Knabenschule* (Escola alemã para meninos) e a Escola Bom Jesus.

De acordo com Straube (s/d.), o depoimento do professor Rosário Farani Mansur Guérios, aluno na Escola Bom Jesus de 1915 a 1918, publicado no Jornal “Estado do Paraná” edição de 19 de junho de 1966, descreve que havia duas Escolas[105] de orientação franciscana: uma frequentada pelos filhos de alemães

[105] De nossa parte, apesar desse depoimento e do que afirma Arns (1997) citando as crônicas do Convento Bom Jesus, consideramos pelo estudo realizado e as fontes consultadas que se tratavam de duas seções de uma mesma instituição, pois não consta registro oficial de duas escolas. Nesse sentido, no Relatório de 1917 do Secretário de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, Dr. Enéas Marques dos Santos, encaminhado ao Presidente do Estado Affonso Alves de Camargo, na Relação dos Estabelecimentos particulares de ensino não subvencionados pelo Município ou pelo Estado, consta: “**Escola Nosso Senhor Bom Jesus**; Congregação: Padres Franciscanos; Director: Frei Innocencio; Matrícula do Estabelecimento: 472” (PARANÁ, 1917, grifo meu). Também no relatório desse mesmo secretário ao Presidente do Estado de 31 de dezembro de 1918, consta no item Relação dos Estabelecimentos particulares de Ensino registrados nesta Secretaria: “Nome do Director ou responsável: - Frei Fidelis Kamp: Nome do estabelecimento: - **Escola do Bom Jesus**: Localidade: - Capital”. (PARANÁ, 1918, grifo meu). Ver anexo D, p. 294.

(*Knabenschule*), localizada na Rua Alferes Poli e a outra por brasileiros (Escola Bom Jesus) localizada na sede da Rua 24 de Maio. Ministravam aulas na Escola Bom Jesus os professores Felipe Vítola, Romeu Sisti e Carlos Decker. Desse modo, a instituição, não atendia apenas alunos de origem alemã, mas também meninos brasileiros e de outras etnias.

Convém salientar, no entanto, que o fato de receber alunos de outras etnias já era uma prática desde a fundação da escola pelo Padre Auling. A condição para frequentar a instituição era que os alunos soubessem falar o idioma alemão. O que se tem de novo quando os franciscanos assumem a direção da instituição é o fato de criarem uma outra escola para atender alunos brasileiros e filhos de imigrantes de outras nacionalidades. Com base nesse fato é possível inferir que os franciscanos propuseram mudanças na organização do espaço da instituição, buscando melhorar o funcionamento da escola e evitar conflitos por conta de questões étnicas.

O idioma utilizado na seção alemã para o ensino era o alemão, ainda que a Língua Portuguesa fosse sempre ensinada. Isso porque o aprendizado da Língua Portuguesa, além de ser exigido por lei, era muito importante para os filhos de imigrantes alemães, tendo em vista a necessidade de comunicação e o trabalho no comércio. O fato do ensino ser no idioma alemão revela a manutenção da identidade étnica, por meio do aprendizado na língua de origem, sem perder a dimensão de que estavam situados em território brasileiro.

Conforme um artigo publicado na revista católica "A Estrela", em 8 de maio de 1904, os alunos da Escola Alemã demonstravam muita habilidade no uso da Língua Portuguesa a tal ponto de os visitantes Dr. Sebastião Paraná e Dr. Teixeira de Freitas quase não perceberem de que se encontravam numa escola alemã.

Ainda com relação ao ensino do Português, tanto a Lei nº 365, de 11 de abril de 1900, bem como a Lei Estadual nº 723, de 3 de março de 1907, enfatizavam a obrigatoriedade do ensino da língua nacional nas escolas primárias. No entanto, a primeira faz reverência à subvenção do Estado para escolas particulares e a segunda não (RENK, 2004 p.83).

Essa obrigatoriedade legal do ensino da Língua Portuguesa nas escolas particulares demonstra a preocupação das autoridades brasileiras com a nacionalização, bem como para impedir que os imigrantes criassem guetos étnicos no país. Sendo a língua um elemento fundamental da cultura era essencial que os

imigrantes aprendessem o mais breve possível a língua da nova pátria, a fim de melhor integrarem-se e colaborarem mais eficazmente para o seu desenvolvimento.

Com o término da construção da escola que receberia os alunos brasileiros e de outras etnias, a seção alemã passou a ser chamada de *Deutsche Knabenschule* (Escola alemã para meninos) e a seção que ensinava em Língua Portuguesa recebeu a denominação de “Escola do Senhor Bom Jesus”.[106] Na Escola do Senhor Bom Jesus o idioma oficial para o ensino era o português, embora o alemão ainda estivesse no currículo escolar como segunda língua. Feitas as devidas mudanças, os franciscanos conseguiram conduzir seu trabalho de modo a proporcionar o crescimento da instituição (STRAUBE, s/d.).

Nesse sentido, o artigo publicado no jornal "*Der Kompass",* em 15 de maio de 1904, informava que a Escola do Senhor Bom Jesus e a Escola Alemã para meninos estavam sendo fortemente frequentadas, contando ambas com o número de 324 alunos, atingindo um crescimento maior do que aquele que foi idealizado pelo Padre Auling.

> O Senhor Inspetor de Ensino, Dr. Sebastião Paraná agiu de maneira diferente: faz 15 dias visitou ele, em companhia do Sr. Dr. Afonso Teixeira de Freitas, a Escola Franciscana Bom Jesus na Praça da República, assistindo ao ensino em diversas classes, de modo especial na subclasse[107] da **Escola dos meninos brasileiros** (do Frei Floriano, OFM) e na classe superior da “**Escola alemã”** (professor Schumann). A impressão de ambos da escola dos “padrecos” foi decididamente a mais favorável; quem duvidar disso dirija-se aos dois citados senhores.[108] (*DER KOMPASS*, 15.05.1904, n.º 92, p. 2, negrito meu).

O artigo do jornal "*Der Kompass"* segue comentando a impressão dos visitantes e tecendo elogios sobre as instalações, os professores, as disciplinas ensinadas e os métodos utilizados na escola, tendo em vista a necessidade de fazer frente aos

---

[106] No entanto, o jornal "*Der Kompass"* utiliza expressão “*Brasilianer Knabenschule” (*Escola para meninos Brasileiros) para designar a escola que ensinava em Língua Portuguesa.

[107] As expressões *Unterklasse* (subclasse*)* e *Oberklasse* (classe superior) certamente se devem ao fato de que as salas da seção para meninos brasileiros ocupavam o andar inferior do prédio, enquanto as classes da seção alemã ficavam no piso superior.

[108] Conforme o texto original: *Herr Schulinspettor Dr. Sebastião Paraná hat ganz anders gehandelt: er hat vor etwa zwei Wochen in Begleitung des Herrn Dr. Affonso Teixeira de Freitas der na der Praça da Republica elegenen* ***Franziskanerschule Bom Jesus*** *einen Besuch abgestattet und in mehreren Klassen derselben dem Unterrichte beigewohnt, besonders eingehend in der Unterklasse der* ***Brasilianer Knabenschule*** *(Herr Pater Florian O. F. M.) und in der Oberklasse der "****Deutschen Knabenschule****" (Herr Lehrer Schumann). Der Eindruck, den beide Herren von dieser* ***“Pfaffenschule”*** *bekommen haben, ist ein entschieden sehr günstiger; wer das bezweifeln wollte, der möge sich getrost um nähere Auskunft an diegenannten Herren wenden.* (*DER KOMPASS,* 15.05.1904, nº. 92, p. 2, negrito meu).

ataques recebidos da imprensa anticatólica que considerava a escola retrógrada e a chamava de “escola dos padrecos”. Para tanto, cita um artigo publicado sobre a escola no jornal “A República" em 05 de abril de 1904.

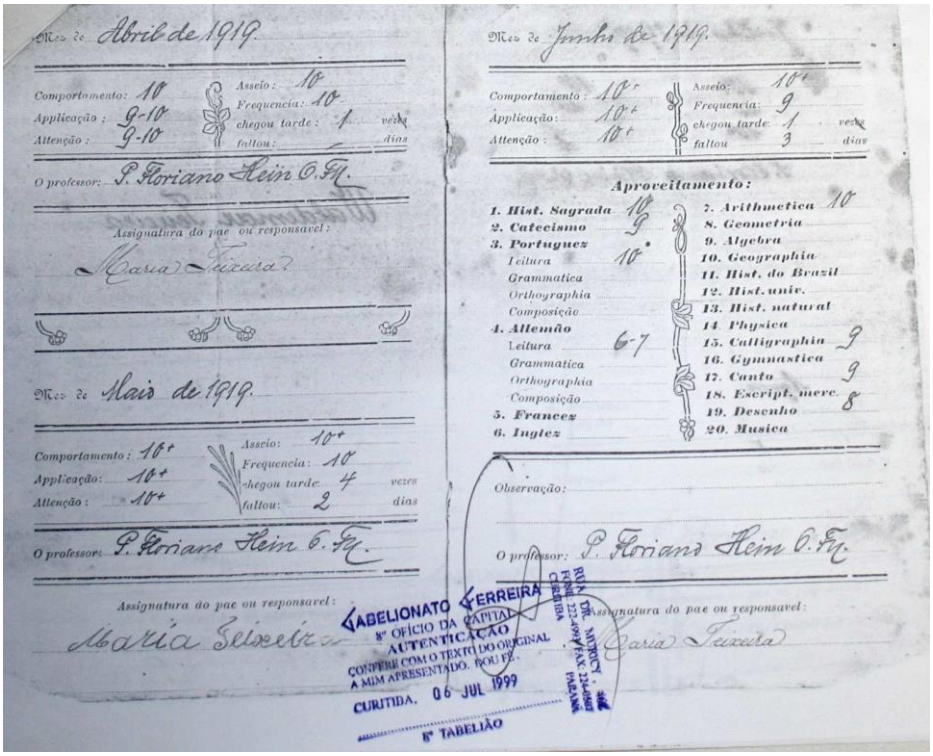
> A impressão de ambos da escola dos “padrecos” foi decididamente a mais favorável; quem duvidar disso dirija-se aos dois citados senhores. Prova disso é também a publicação no jornal “República” de 4.05.1904 sobre dita escola, que sem dúvida provém de um dos dois visitantes e do qual traduzimos o que segue:- a Escola que dispõe de 5 salas de aula, amplas e bem claras é visitada por 300 rapazes. Os professores da Escola Bom Jesus são muito bem preparados e aplicam os melhores métodos da pedagogia moderna. Eles merecem o maior elogio pelo zelo e doação “a sua santa missão de professor. Os excelentes mestres da Escola Bom Jesus são os seguintes: Paulo Schumann, Theodor Winkeler, bem como o Frei Floriano e o Frei Hyazinth (acrescentamos que entrementes chegou mais um professor, o Frei Firmino). Em 3 salas o ensino é só em português e nas demais, em português e alemão. Referem-se às diversas matérias realçando a excelente atuação dos professores e dos alunos. O artigo termina com as palavras - A vitória do ensino escolar é a vitória da República, por isso nunca negaremos nosso apoio a todos aqueles que, para o bem da educação, empreenderam Santas Cruzadas. (*DER KOMPASS*, 15.05.1904, n.º 92, p. 3).

No que diz respeito ao currículo implementado nas duas seções da escola dirigida pelos franciscanos, pode-se perceber que ocorreram algumas mudanças consideráveis. Para as aulas de português foram contratados professores oriundos de uma formação própria em língua nacional. Também foram incluídos o estudo das línguas estrangeiras (francês, latim, inglês) como aulas facultativas; foram adotados materiais didáticos para melhorar o ensino da geografia (física e política), cosmografia, física, química e História Geral e do Brasil; e, por fim, pode-se observar também a inclusão das disciplinas de canto e de caligrafia, com desenho de letras e estenografia, sendo que as aulas de música seriam ministradas diariamente (*DER KOMPASS,* 22.12.1906, p. 03).

Nos boletins escolares dos alunos Waldemar Teixeira, da escola Senhor Bom Jesus em 1919 (Figura 11), e do aluno Rodolfo Belz (Figura 12), da escola alemã em 1928, podemos perceber, apesar da ausência das disciplinas de Química e Latim , que estão presentes as disciplinas mencionadas no artigo do jornal "*Der Kompass"* citado anteriormente. No boletim do aluno Valdemar Teixeira constam as disciplinas de 1) História Sagrada; 2) Catecismo; 3) Portuguez (Leitura, Gramática, Ortogaphia, Composição); 4) Alemão (Leitura, Gramática, Ortogaphia, Composição); 6) Francez; 6) Inglez; 7) Arithmetica; 8) Geometria; 9) Algbra; 10) Geographia; 11) História do Brasil; 12) História Universal; 13) História Natural; 14) Physica; 15) Calligraphia; 16)

Gymnastica; 17) Canto; 18) Escritp. Merc.; 19) Desenho; 20) Música. Os alunos também eram regularmente avaliados quanto ao comportamento, applicação, attenção, asseio, frequencia, bem como o fato de chegarem tarde para as aulas. (sic).

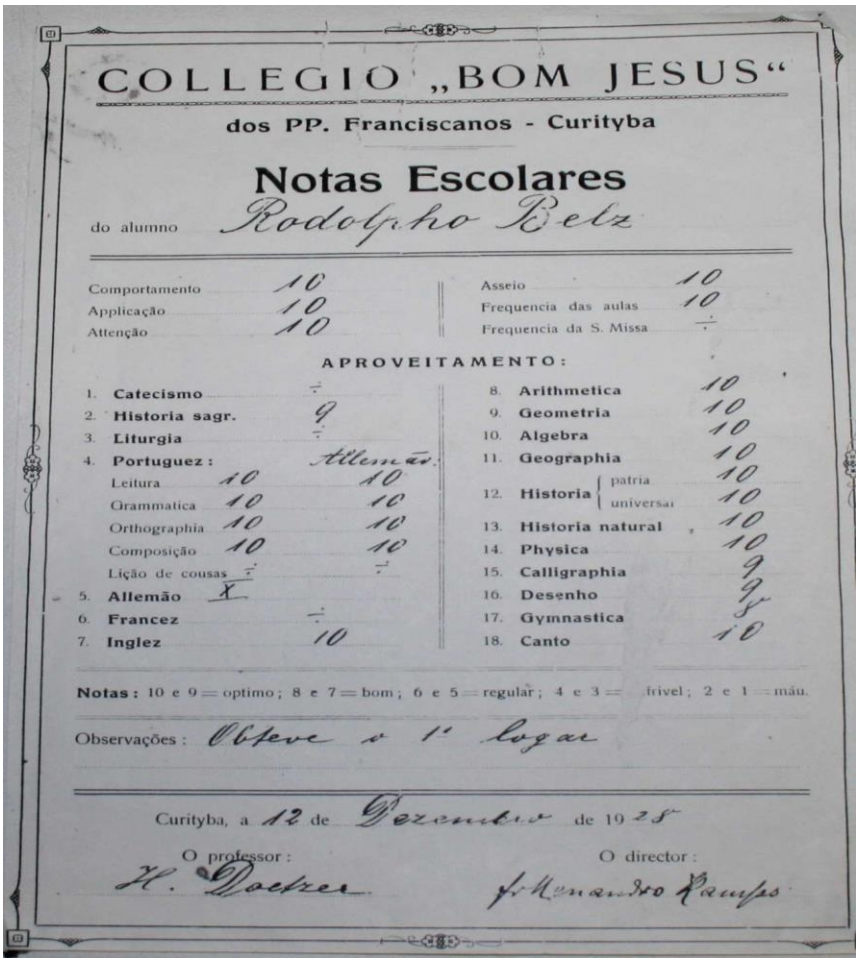
FIGURA 11 - BOLETIM DO ALUNO WALDEMAR TEIXEIRA (1919)



Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus

Já no boletim do aluno Rodolfo Belz, que é de 1928 (figura, 12), constam as disciplinas de: 1) Catecismo, 2) História Sagrada, 3) Liturgia, 4) Portuguez (Leitura, Gramática, Ortogaphia, Composição, Lição de Cousas), 5) Allemão; 6) Francez; 7) Inglez, 8) Arithmetica, 9) Geometria, 10) Algebra, 11) Geographia, 12) História (pátria, universal), 13) História Natural, 14) Physica, 15) Calligraphia, 16) Desenho, 17) Gymnastica, 18) Canto. Os alunos também eram regularmente avaliados quanto ao Comportamento, Applicação, Attenção, Frequencia das aulas e Frequencia da S. Missa. (*sic.*).

FIGURA 12 - BOLETIM DO ALUNO RODOLFO BELZ (1928)



COLLEGIO „BOM JESUS“

dos PP. Franciscanos - Curityba

Notas Escolares

do alumno Rodolpho Belz

Comportamento	10	Asseio	10
Applicação	10	Frequencia das aulas	10
Attenção	10	Frequencia da S. Missa	-

APROVEITAMENTO:

1.	Catecismo	-	8.	Arithmetica	10
2.	Historia sagr.	9	9.	Geometria	10
3.	Liturgia	-	10.	Algebra	10
4.	Portuguez:	Allemão:	11.	Geographia	10
	Leitura	10 10	12.	Historia patria	10
	Grammatica	10 10		universal	10
	Orthographia	10 10	13.	Historia natural	10
	Composição	10 10	14.	Physica	10
	Lição de cousas	- -	15.	Calligraphia	9
5.	Allemão	X	16.	Desenho	9
6.	Francez	-	17.	Gymnastica	8
7.	Inglez	10	18.	Canto	10

Notas: 10 e 9 = optimo; 8 e 7 = bom; 6 e 5 = regular; 4 e 3 = frivel; 2 e 1 = máu.

Observações: Obteve o 1º logar

Curityba, a 12 de Dezembro de 1928

O professor: H. Doetzer

O director: Fr. Menandro Kamps

Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus

Comparando-se as disciplinas que eram ofertadas na escola do Padre Auling, constantes no folheto de propaganda de sua abertura em 1896, bem como no boletim da aluna Tereza Maurer de 1902, com as disciplinas constantes nos boletins dos alunos anteriormente citados, de 1919 e 1928, respectivamente, pode-se notar que o plano das disciplinas sofreu muitas alterações com a passagem da escola para a direção dos franciscanos nesse intervalo de tempo.

Entre as mudanças mais perceptíveis estão a inserção de disciplinas como Aritmética, Geometria, Álgebra, bem como dos idiomas Inglês e Francês. No caso do Alemão, no boletim de 1928 aparece na lista das línguas estrangeiras estudadas, mas consta a nota 10 em algarismo romano. Também se nota um incremento no que diz respeito à questão religiosa pois, além do Catecismo e História Sagrada, consta também no aproveitamento do boletim de 1928 a disciplina de Liturgia, além do fato

de os alunos serem cobrados quanto à frequência na Santa Missa. Outra questão a ser destacada é o fato dos alunos passarem a receber notas e não mais conceitos conforme consta no boletim da aluna Thereza Maurer de 1902.

Ainda com relação ao currículo, de acordo com Arns (1997, p. 14), o mesmo estaria alinhado com as prerrogativas das escolas alemãs, de modo a favorecer uma ideia de nacionalismo aos imigrantes alemães que se instalaram na região, a partir do ensino religioso católico, ou melhor, a partir da sua vontade de “fundar uma Comunidade Católica Alemã” [...].

Conforme um artigo publicado no jornal "*Der Kompas",* em 4 de janeiro de 1908, o currículo adotado na escola foi fundamental para o seu crescimento e desenvolvimento, pois contava com as disciplinas das melhores *Bürgerschulen* (Escolas cidadãs) da Alemanha e da Áustria.

> E como o número de estudantes, bem como os objetivos da escola têm progredido em constante crescimento, especialmente desde que o currículo das escolas cidadãs mais elevados na Alemanha e na Áustria tornou-se decisiva para a elaboração do currículo da Escola alemã para meninos e da Escola Alemã para meninas. [...]. Porque o ensino das disciplinas das Escolas Cidadãs mais elevadas da velha Pátria ocorre aqui no idioma Português com outros recursos educacionais altamente valiosos (para além da sua grande importância para a prática da vida), e uma instrução mais completa em todas as disciplinas especiais de educação comercial, [...].[109]

Além de possuir um currículo, cujo elenco de disciplinas era semelhante ao das melhores escolas cidadãs da Alemanha e da Áustria, a *Deutsche Knabenschule* (Escola Alemã para meninos) também contava com o ensino dessas mesmas disciplinas em Língua Portuguesa, o que conforme a opinião do articulista constituía-se um diferencial importantíssimo da escola na preparação dos alunos para a vida prática, principalmente no que diz respeito às atividades comerciais para as quais a escola também oferecia preparação.

Para Renk (2004 p. 83), “não se observava a intenção da escola de se assemelhar ao padrão das escolas públicas brasileiras, muito pelo contrário, o que se

---

[109] Conforme o texto original: *Und wie die Zahl der Schüler und Schülerinnen, so sind auch die Ziele der Schule beständig empor gediehen, besonders seitdem der Lehrplan höherer Bürgerschulen in Deutschland und Oesterreich für Aufstellung des Lehrplanes der “Deutschen Knaben" und “Deutschen Mädchenschule” maßgebend geworden ist. [...]. Denn zu den Lehrfächern höherer Bürgerschulen der alten Heimat tritt hier noch der Unterricht im Portugiesischen als weiteres höchst wertvolles Bildungsmittel (neben seiner hohen Bedeutung für die praxis des lebens), und ein so gründlicher Unterricht in sämtlichen Spezialfächern der kaufmännischen Vorbildung, [...]. (DER KOMPASS, 04.01.1908, p. 2).*

poderia ver era o enaltecimento da escola étnica alemã e a comparação com o padrão do país de origem". Nessa perspectiva é preciso considerar o fato de as escolas alemãs continuarem ensinando no seu idioma, tendo em visa que a preservação cultural de sua etnia provocava descontentamento na sociedade brasileira, pois considerava-se perigoso o fato de formarem-se guetos culturais no sul do país, o que ficou conhecido como "o perigo alemão". Os conflitos entre imigrantes alemães e a sociedade brasileira eram registrados pela imprensa e as escolas alemãs foram alvo de duras críticas como, por exemplo, a do deputado Barbosa Lima, em 25 de outubro de 1908, que considerava necessário fechar as escolas nas quais se ensinasse em alemão, uma vez que o ensino só deveria ser oferecido em português.

4.1 A PRIMEIRA CAMPANHA NACIONALISTA E AS TRANSFORMAÇÕES NO COLÉGIO BOM JESUS

As discussões sobre a nacionalização do ensino no Brasil já estavam presentes desde o final do século XIX e início do século XX. No jornal "*Der Kompass""*, publicado em 07 de abril de 1906, encontramos algumas referências a esses fatos como, por exemplo, o ato do governador Dr. Vicente Machado em negar o que foi sancionado pelo legislativo do Estado no ano de 1906. A Assembleia do Estado sancionou um projeto de Lei que obrigava o uso do português como língua oficial nas escolas e o então governador do Estado vetou esse projeto para favorecer as escolas étnicas e privadas, que tinham o ensino em outras línguas que não o português. O governo estadual manteve uma posição favorável à presença das escolas estrangeiras, uma vez que o auxílio das escolas étnicas era fundamental nesse contexto, no qual a educação pública era demasiadamente deficitária.

De acordo com Nagle (1974, p. 231), embora a legislação acerca da obrigatoriedade do ensino, tendo o português como língua oficial, permanecesse inalterada, tem-se a influência de um nacionalismo que "procura se estruturar inicialmente como uma corrente de ideias para, em meados da década dos dez, sistematizar-se como um movimento amplo de natureza política social que visa a união de cidadãos e instituições de naturezas ideológicas distintas".

Já Renk (2004, p.64-65) argumenta que o intuito desse nacionalismo era exaltar o homem brasileiro, as coisas brasileiras, procurando destacar as

peculiaridades e a história do povo neste país que estava em vias de se consolidar como uma verdadeira nação brasileira. Esse movimento de cunho nacional certamente influenciou representantes na Assembleia do Estado do Paraná, que viam na obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa uma forma de valorização desse movimento nacionalista, como é o caso do secretário de Estado, Otávio Ferreira do Amaral e Silva, que em seu relatório ao então Governador Francisco Xavier da Silva, no ano de 1910, dizia abertamente que “as escolas estangeiras procuravam não valorizar o ensino na língua portuguesa, mas, ao contrário, tinham desprezo por ela e o governo procurava manter-se neutro para evitar contratempos com os colonos estrangeiros”

Ainda conforme Renk (2004, p.65), essas características são importantes e precisam ser ressaltadas, pois, a razão de as escolas dos colonos estrangeiros desprezarem a língua nacional em seu ensino se deve ao fato de tentarem manter a todo custo a identidade de seu grupo étnico, utilizando a escola como um meio eficiente para esse empreendimento.[110] Vale ressaltar que a Escola Católica Alemã de Curitiba, desde sua fundação até o ano de 1917, época em que a Primeira Guerra estava findando, mantinha uma ligação muito forte com a Alemanha, e esta ligação estava presente no seu cotidiano, com as festividades curriculares e extracurriculares como, por exemplo, o fato de que o aniversário do Imperador da Alemanha era comemorado na escola, prestando os ofícios religiosos e a missa como espécie de marcação da data comemorativa. Também é importante ressaltar o fato de o jornal "*Der Kompass""* fazer o registro da data de aniversário do Imperador alemão ano após ano, inclusive registrar seu jubileu de prata. Outro elemento ressaltado jornal "*Der Kompass”,* em 21 de junho de 1913, como um evento importante foi a visita do cônsul às escolas, sendo divulgado como um ato de muito orgulho.

Além desse realce nas festividades que percorriam o cotidiano das escolas, faz-se mister lembrar que nos momentos de tais festividades, as diferenças religiosas entre protestantes e católicos alemães ficavam em segundo plano, pois a etnicidade destes imigrantes transcendia suas diferenças religiosas, sendo que missas e cultos

[110] Portanto, não era a falta de escolas públicas, no Paraná, que levava os imigrantes a não enviar seus filhos à essas escolas, mas, sim, o interesse e a necessidade de uma escola diferenciada, que mantivesse e cultuasse valores étnicos. [...] a língua foi um elemento de identificação, de coesão e também de limite étnico, porque comunicava um universo de valores culturais significativos. Isso reafirma que a língua foi um elemento de identificação, coesão e também de limite étnico, porque comunicava um universo de valores culturais significativos (RENK, 2004, p. 65)

eram celebrados na comunidade e nas escolas dos alemães para marcar estas festividades que os ligavam à sua mãe pátria alemã (RENK, 2004).[111]

Deste modo, a escola estava a serviço da manutenção da cultura alemã que pretendia conservar-se por meio do uso da língua e da comemoração dessas festividades culturais de seu país de origem. É importante perceber que as escolhas das festividades não eram realizadas de maneira aleatória, mas como estratégias de manutenção das distinções étnicas entre brasileiros e alemães. Essas distinções se faziam notar pela cobertura feita pela imprensa germânica local, que procurava exaltar as visitas das ilustres autoridades alemãs na região com toda pompa cerimoniosa (como foi da visita do Cônsul Alemão à escola, registrado pelo jornal "*Der Kompass"* de 31 de março de 1906) em detrimento da cobertura (ou melhor, da não cobertura) de eventos cívicos próprios da nação brasileira.

A preservação do *Deutschtum* (germanidade) constitui assim um dos principais motivos para a manutenção das escolas para imigrantes alemães em Curitiba, o que é bastante perceptível no caso do Colégio Bom Jesus, sobretudo no período que se estende da sua fundação até a extinção das escolas estrangeiras no Brasil em 1938. Todavia, ainda que este seja um elemento central nas primeiras décadas de funcionamento da escola, é necessário salientar também que, ao lado do caráter étnico, o Colégio Bom Jesus se manteve como uma instituição que promovia unidade religiosa da comunidade alemã católica em Curitiba, ao mesmo tempo que o elemento religioso, ou seja, a presença da Igreja Católica, haja vista seu intento romanizador, atendendo a comunidade alemã, foi fundamental para que o colégio se mantivesse, sobretudo, após a nacionalização do ensino no país.

Também é importante ressaltar que o movimento de nacionalização do ensino encontrou barreiras por parte dos colonos alemães que se instalaram na região de Curitiba, no final do século XIX e início do século XX, e que a cultura escolar

---

[111] Fundamenta este argumento na citação de um dos volumes do jornal "*Der Kompass",* publicado no dia 20.06.1913, n.47, p. 2: Cita-se, por exemplo, a festa comemorativa do Jubileu de Prata do Imperador Guilherme II (14-06-1913), realizada no Bom Jesus ainda com o nome de *Knabenschule*, com a presença do Cônsul da Alemanha. Os alunos apresentaram muitos números comemorativos, como “A Alemanha e seu Kaiser”, desejando vida longa à Sua Majestade. Outras datas, rememorando a história da Alemanha, eram comemoradas como as festividades de 18 de outubro, em homenagem à vitória sobre Napoleão. Essas comemorações se faziam tanto no Bom Jesus como na Escola Divina Providência. Esses eventos levam a pensar que a ligação com a pátria de origem ainda era intensa e o sentimento de ser alemão, de pertencimento étnico, apesar de estar em solo brasileiro, muito real (RENK, 2004, p. 65-66).

manifestada nas práticas desenvolvidas no Colégio Bom Jesus nesse período são um exemplo singular desse fato.

Para Nagle (1974), o nacionalismo que a nação brasileira se propunha neste período estava marcado por uma preocupação com a educação e a definição de novos padrões culturais, sendo que a escolarização da população se transformaria em um instrumento que serviria ao propósito de formar uma base sólida à nacionalidade brasileira.

> Desde o seu aparecimento, o nacionalismo provocou o desenvolvimento de novos padrões de cultura, como o demonstram a efervescência ideológica da época e especialmente as tentativas vitoriosas para repensar a problemática brasileira; da mesma forma, desde o seu aparecimento o nacionalismo esteve associado a uma intensa preocupação com a educação, em primeiro lugar, e com a escolarização, em segundo lugar, que se transformam em instrumento para dar solidez às bases da nacionalidade (NAGLE, 1974, p. 231).

Desse modo, a educação propunha uma pregação que visava a mobilização da nação para a criação de um novo clima moral que desse conta da formação de um "caráter nacional", tornando o Brasil mais "abrasileirado" mediante a escolarização com o ensino da língua nacional e de disciplinas como Geografia e História do Brasil, além de uma formação moral e cívica. O regime republicano queria desenvolver na população este nacionalismo patriótico, mediante uma educação e escolarização que tinham em sua base um espírito cívico. A escola seria a ferramenta para acabar com o analfabetismo e introduzir a moralização do povo.

A erradicação do analfabetismo era uma preocupação das autoridades paranaenses nesse período. O problema envolvia até mesmo os recrutas do Exército. Conforme Oliveira (2006, p. 11):

> Dos movimentos em prol da educação um dos mais relevantes foi o da erradicação do analfabetismo junto à população infantil e adulta, da qual fizeram parte os recrutas do Exército, tendo em vista a avaliação feita pelos oficiais sobre o analfabetismo reinante. Com o apoio da Secretaria de Instrução Pública que designou dois professores para ensiná-los a ler, a escrever e a contar, o Exército inscreveu seus recrutas neste programa.

Para Nagle (1974), a preocupação com a escola primária na orientação alfabetizadora ou integral se apresenta com uma motivação essencialmente nacionalizadora, que vai ser reforçada pela importância que nessa escola passam a

ter determinadas disciplinas. No entanto, a falta de livros didáticos apropriados era um obstáculo.

Nesse sentido vemos os currículos das escolas sofrerem uma guinada de ideal, o estudo de História que até então tinha relação com uma História Sagrada, voltada para a aliança da nação com a religiosidade cristã, passava agora a cumprir um papel civilizatório e patriótico, formando ao lado da Geografia e da Língua Portuguesa o tripé do nacionalismo. Com isso temos instaurado um quadro no qual deveria surgir um novo tipo de brasileiro: o cidadão patriótico (BRASIL, 1997, p. 20).[112] "A tendência é substituir o conteúdo 'patriótico' puramente sentimental e de teor idealista por um outro conteúdo que se baseia mais no 'conhecimento' que se deve ter da terra e da gente brasileira" (NAGLE, 1974, p. 232).

O ensino de História, por exemplo, foi transformado em uma História da Pátria no ensino primário, cujo objetivo era adequar o povo brasileiro ao ideal de uma civilização moderna. Tratava-se de um ensino de História que procurava enfatizar os grandes feitos dos heróis da nação. Do mesmo modo, a moral religiosa cristã foi sendo deixada de lado para dar espaço a uma moral cívica. Os desfiles religiosos foram substituídos pelos desfiles cívicos. O culto religioso foi substituído por um culto cívico, um culto à pátria e seus símbolos (NAGLE, 1974).

No entanto, conforme salienta Nagle (1974), por ser uma preocupação recente, essa tendência nacionalizadora não chegou a influenciar incisivamente o domínio das produções didáticas na década de 1920. Assim, a infiltração das preocupações nacionalizadores na escola, sobretudo a primária, deu-se mais em seus aspectos exteriores por meio de juramentos, discursos e comemorações.

> O ideário nacionalista que se vinha desenvolvendo desde meados da década dos dez, apenas parcialmente impregna as instituições escolares na década dos vinte, mesmo quando se considera que neles existiam muitas proposições a respeito da nacionalização do ensino. Na verdade, especialmente em um setor, o esforço para esta nacionalização se traduziu em medidas concretas, como se pode observar pelas normas traçadas para o ensino particular (NAGLE, 1974, p. 232).

Ainda de acordo com Nagle (1974), um fato importante para a compreensão do impacto das mudanças promovidas pelo nacionalismo é que em 1917 o governo federal decide fechar, no sul do país, todas as escolas estrangeiras. No ano seguinte

[112] Neste ponto o texto dos Paramentos Curriculares Nacionais para História em Geografia de 1997 aborda a temática Civilização e Nacionalismo e considera o período da Primeira República.

começa a ajuda do governo federal aos estados para substituir as escolas primárias que foram proibidas de funcionar devido à sua orientação estrangeira. O que se buscava com isso era conter a resistência dos estados que desejavam impedir a nacionalização para manter seus interesses diante das comunidades étnicas que habitavam seu território.

Atrelado a esse contexto de nacionalização é preciso considerar o fato de que muitos colonos não enviavam seus filhos para escola pública, pois ela não oferecia o ensino na sua língua de origem e consequentemente a possiblidade de que eles cultivassem os valores da sua primeira pátria de origem. Em alguns casos o inspetor pedia a remoção do professor para outra localidade por falta de alunos, pois os pais preferiam mandar seus filhos para a escola étnica. No caso específico da Escola Católica Alemã de Curitiba é possível dizer que contexto social e político do momento reclamava mudanças na escola para que ela pudesse permanecer em funcionamento (RENK, 2004).

Nesse sentido, com base no jornal "*Der Kompas",* de 31 de julho de 1907, é possível tomar conhecimento que a Escola Alemã Católica de Curitiba se preparou para iniciar o ano letivo com mudanças no seu currículo. Incluiu-se o reforço da Língua Portuguesa, contratando-se mais professores para essa disciplina. O ensino de História do Brasil ganhou destaque e também foram introduzidas aulas facultativas de outras línguas estrangeiras como o Inglês, o Francês e o Latim. Mesmo com essas mudanças a comunidade considerava a instituição como uma escola alemã. A partir desse registro do jornal "*Der Kompass"* é possível perceber como a temática do ensino na língua vernácula suscitou controvérsias na comunidade alemã e nas duas seções da escola dirigida pelos franciscanos nas três primeiras décadas do século XX. Assim percebe-se que as determinações legais em prol de uma política nacionalista tiveram uma influência marcante nas escolas para imigrantes que se estabeleceram na região central de Curitiba.

Conforme registrado pela impressa brasileira os conflitos eram frequentes entre brasileiros e imigrantes, pois apesar de se encontrarem em território brasileiro, os imigrantes procuravam manter a cultura de sua pátria de origem. Para tanto, a língua e a religião são elementos fundamentais. Nessa perspectiva, a Igreja, seja católica ou protestante, e a escola eram instituições essenciais. Também conforme analisado por Vechia (1998), o imigrante alemão que já contava com uma tradição de possuir acesso à escolarização em sua pátria de origem procurou na nova terra encontrar

meios para não ficar sem acesso a ela. Na ausência de apoio do estado os próprios colonos se organizavam, construíam escolas, elegiam professores e faziam com que o processo de escolarização, considerado essencial para a manutenção da cultura do país de origem, continuasse a ocorrer.

De acordo com Campos (2006), no final do século XIX e início do XX, os conflitos entre imigrantes alemães e brasileiros apareceram. Nesse contexto, ressalta-se a questão do chamado “perigo alemão” e a mudança na forma como a imprensa e os intelectuais brasileiros abordavam a questão do imigrante. Se num primeiro momento, o imigrante, alemão, branco, trabalhador era considerado o tipo mais apropriado para povoar a terra, protegê-la e favorecer o seu desenvolvimento, algum tempo depois, ele será considerado uma ameaça, pois os imigrantes podiam criar “guetos” e, por estarem concentrados na região sul, passam a ser vistos, por alguns intelectuais e pela imprensa da época como um perigo para a nação brasileira. Esses conflitos ficaram ainda mais latentes na eclosão da Primeira Guerra Mundial.

4.2 A ESCOLA CATÓLICA ALEMÃ DE CURITIBA NO PERÍDO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

As escolas alemãs que se estabeleceram no Brasil mantinham um forte vínculo com a Alemanha e, embora a campanha nacionalista tivesse forçado essas escolas a se enquadrarem dentro de critérios específicos como, por exemplo, o ensino na língua vernácula, nem sempre tais ideais nacionalistas eram colocados em prática. Todavia, com o início da Primeira Guerra, na Europa, em 1914, a realidade dessas escolas mudou significativamente, sendo marcada por diversos conflitos de características étnicas que ocorreram também na cidade de Curitiba.

Arns (1997) faz um relato das tensões que rondavam os imigrantes (não somente os alemães) que moravam nas redondezas da Escola Alemã em Curitiba, no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial e afirma que:

> Os acontecimentos da Europa vão chegando lentamente. Não dizem respeito apenas aos alemães, mas a todos os imigrantes e suas famílias da Áustria, Hungria, e dos Estados próximos, a Croácia, Bósnia e Sarajevo, onde, fora assassinado o Príncipe Herdeiro do Império Austro-Húngaro. O Ministro das Relações Exteriores na Inglaterra, Sir Edward Erey, expressa em tom profético a gravidade do fato para a História. “Neste momento apagam-se as luzes sobre a Europa, e ninguém dos que vivem, vê-las-á iluminadas de novo”. Já a colônia austríaca do Paraná encomendou solene *Réquiem* pelo assassinato Erzherzog Franz Ferdinand, a 4 de julho. O Exmo. Sr. Bispo

> celebrou o *Réquiem* na presença de todo clero, das autoridades civis, com grande participação do povo. Esteve também presente a "*Knabenschule*" com seu corpo docente (ARNS, 1997, p. 56).

O relato de Arns apresenta uma visão de como a comunidade católica de Curitiba vivenciou esses momentos da Primeira Grande Guerra. Em meio a esses tristes acontecimentos, outra notícia também mexe com a comunidade: a morte do Papa Pio X. Essa notícia veio a se confirmar mais tarde com a celebração das exéquias no mundo todo e também no Brasil, por parte do clero, sendo que o representante do presidente brasileiro nas cerimônias fúnebres do Papa Pio X foi o Dr. Lauro Muller, chanceler e membro do corpo diplomático encarregado de representar o povo brasileiro durante as condolências ao Núncio Apostólico (ARNS, 1997, p. 57).

Tais acontecimentos demonstram que o povo desse lado do Atlântico sofreu junto com os acontecimentos do além-mar. Assim, é possível perceber que o povo estava abatido com a tensão das notícias, e dirigia-se "às igrejas com maior participação dos sacramentos e do culto divino" (ARNS, 1997, p. 56).

No que diz respeito às escolas, elas também sofreram as consequências dessas notícias, sobretudo por conta das incertezas que pairavam quanto a informações seguras e precisas acerca dos acontecimentos na Europa, devido à falta de meios de comunicação eficientes e rápidos. A conjuntura do país e da região também se modificou, pois os principais produtos de exportação, como o café, a borracha e a erva mate entraram em crise.

Conforme descreve Arns (1997, p. 57):

> As dívidas do Estado atingiam cifras astronômicas. Os Bancos Internacionais protelavam seus empréstimos. Dr. Cavalcante renunciou a 15 de julho, por motivo de saúde, em favor do Vice-Presidente, Dr. Afonso Alves Camargo. Com toda visível calamidade econômica e social, e talvez por ela, desencadeou-se um movimento de Fanáticos do Contestado.[113] Pobreza e insegurança formavam o clima das atividades pastorais e escolares do Bom Jesus.

Diante desse cenário caótico que se instaurava, tem-se a notícia em 3 de setembro de 1914 de que o cardeal Della Chiesa assumiria o papado, tornando-se o

[113] A expressão se refere a luta dos sertanejos liderados pelos monges (José Maria, João Maria de Jesus, José Maria de Agostinho) no conflito do Contestado. De acordo com Wachowicz (2010, p. 238) Os governos do Paraná, Santa Catarina e o federal, em vez de solucionarem o problema social surgido no Contestado, enviaram militares para submeterem os sertanejos que chamavam de "fanáticos".

então Papa Bento XV. Nesse momento, o Convento dos franciscanos em Curitiba tornou-se um ponto de encontro de frades e outras pessoas envolvidas nos conflitos que estavam acontecendo na divisa do Paraná e Santa Catarina, marcados por um forte movimento messiânico conduzido por monges, entre os quais destaca-se o beato José Maria.

Frei João Crisóstomo Arns chama a atenção para esse momento histórico e narra que dois freis franciscanos acabaram se envolvendo nesses conflitos. Como se já não bastasse os eventos da Guerra na Europa, ainda tinham que lidar com os eventos no vale do Contestado.

> Acontece que, justamente, o primeiro franciscano a lecionar na velha Escola do Pe. Auling, Frei Menandro, vê-se envolvido. Fora encarregado pelo Capítulo Provincial de fundar uma residência franciscana na cidade de Canoinhas. Lá chegando, encontrou a cidade abandonada, por medo dos fanáticos que ameaçavam invadi-la. Frei Menandro fundou a residência, o povo voltou, mas houve um tiroteio entre as forças do governo e de aproximadamente 600 bandidos. O povo fugiu de novo. Marcas por toda parte, também na casa de Frei Menandro. A conflagração se estendeu a Curitibanos, Campos Novos, ameaçando União da Vitória e Lages (ARNS, 1997, p. 58).

Outro personagem franciscano que esteve envolvido com os conflitos do Contestado foi o Frei Rogério Neuhaus, que em 9 de outubro de 1914, chegou a Curitiba com a missão de dialogar com o General Fernando Setembrino de Carvalho, que fora encarregado pelo próprio presidente da República Hermes da Fonseca e por seu ministro de guerra, Vespasiano de Albuquerque, para comandar as operações contra os contestadores. Com um espírito missionário de paz, Frei Rogério empenhava-se pela paz na região do Contestado. Segundo sua biografia, Frei Rogério teria participado ativamente nas tentativas de resolução pacífica dos conflitos com os fanáticos do Contestado.

> Relembrando ligeiramente o episódio dos fanáticos, que nos anos de 1912-1916 conturbaram regiões fronteiriças entre o Paraná e Santa Catarina, e que insuflados por um pretenso monge José Maria de Santo Agostinho (Miguel Lucena de Boaventura, desertor do exército e polícia paranaense), deram origem à guerra do Contestado. Frei Rogério teve contato com esse ‘profeta’, e apesar de toda a caridade e heroísmo, seu papel pacificador resultou inútil (FRANCISCANOS, 2017).

Como se pode perceber, apesar de seu empenho, a missão de paz de Frei Rogério Neuhaus não obteve êxito, embora sua participação seja importante para o contexto da época, para percebermos a influência dos franciscanos na tentativa de

resolução dos conflitos no Contestado, sobretudo na influência que estes movimentos tiveram no Colégio Bom Jesus. Arns (1997, p. 58), com base nas crônicas do colégio, salienta que, mesmo com todas as notícias ruins vindas dos conflitos no Contestado e da Guerra na Europa, “as Escolas do Bom Jesus, mantinham seu ritmo de aprendizagem até o fim do ano escolar”, destacando que a escola encerrou suas atividades de 1914 com seriedade e otimismo.

No entanto, ainda de acordo com Arns (1997), esse otimismo viria a ser confrontado no início do ano letivo de 1915, que começou aos 18 dias do mês de janeiro. Embora distante de Curitiba, a Guerra que ocorria na Europa estava estampada em toda a cidade, nos rostos preocupados dos imigrantes que ali habitavam, a maioria vinda de territórios que pertenciam ao Império Austro-Húngaro (ARNS, 1997).

Outra dificuldade presente nesse contexto era a luta contra os fanáticos na divisa dos Estados do Paraná e Santa Catarina que ganhava novos contornos:

> Muitos rapazes paranaenses são convocados, inclusive jovens pais de famílias. General Setembrino mantém uma tropa de 7000 soldados, na área do conflito com os Fanáticos do Contestado. O povo procura mais as igrejas. O tempo é grave tanto para a Europa como para o povo do Paraná. A Itália também entra na Guerra. Irrompem epidemias. O instituto Pasteur registra 175 atendimentos. O tifo faz suas vítimas. O cenário da guerra na Europa e insurreição dos fanáticos no Paraná dão copioso assunto à imprensa, mas assustam as famílias. Um correspondente do “*Kompass*” acompanha o desenvolvimento das lutas no Contestado (ARNS, 1997, p. 59).

Em meio a tantas notícias e apreensões, a escola procurou manter-se no seu ritmo normal, apesar de todo o cenário de conflitos. Conforme registrado pelo "*Der Kompass”*, de 16 de novembro de 1915, no Salão Hauer, situado na rua 13 de Maio, foi organizada uma festa escolar em benefício dos órfãos de guerra alemães e austro-húngaros, organizada pela *Deutsche Knaben e Madchen Schule.* Na ocasião, foram apresentadas diversas músicas patrióticas e folclóricas, a execução de hinos e danças humorísticas. Constou da programação a participação de Ismênia Loyola, Anita Kaehler, Lisa Raeder, Gertrud Berndt, Hilda Meissner, Gisela e Fedora Freyesleben. O preço do camarote era 10$000, o da frisa 8$000 e a cadeira 1$000. (STRAUBE, s/d).

Segundo o professor Mansur Guerios (1966)[114], no ano de 1916 os professores eram: João (Hans) Doetzer, Theodor Winkler, Anton Koser, Winters, Padre Silvestre e Padre Eduardo. Também, constam na relação do professor Mansur Guérios, os professores Romeu Sisti, Carlos Decker e Felipe Vítola. Estavam matriculados 214 alunos na Escola Bom Jesus, 250 na *Knabenschule,* totalizando 464 alunos (ARNS, 1997, p. 67).

É possível perceber que, a partir dos relatos citados, em um contexto de Guerra e conflitos manifesta-se também a solidariedade, principalmente para com os envolvidos na Guerra. Solidariedade que certamente era um dos valores cristãos e étnicos cultivados nessa escola católica que inicialmente começou atendendo imigrantes alemães, mas que a partir de 1903 passou a contar também com uma seção que ensinava em Língua Portuguesa.

No entanto, com a entrada do Brasil na Guerra a situação de conflito se agravou e as duras consequências não demoraram a se manifestar na Escola Católica Alemã de Curitiba. Com relação a esse fato, na obra História e Estórias do Bom Jesus relata-se que:

> Em 1917, com a entrada do Brasil na Guerra Mundial, a Escola Alemã foi obrigada a fechar por vários meses, reabrindo em março de 1918, sendo-lhe, porém, proibido ministrar aulas em alemão. Também os professores alemães foram impedidos de lecionar. A Escola Alemã foi agregada à Escola Brasileira, então denominada Escola Senhor Bom Jesus. (ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS, 1980, p.21).

Trata-se de um momento delicado na história dessa instituição, que poderia ter fechado permanentemente suas portas. Se isso não ocorreu foi certamente por conta de um projeto maior, o que defendemos ser o projeto católico romanizador. Nesse contexto, o fato de contar com uma rede de escolas confessionais católicas e particularmente com uma escola católica alemã, em Curitiba, era fundamental para a concretização do objetivo almejado.

O momento é de perseguição aos imigrantes alemães e descendentes. A Crônica do Convento Bom Jesus, de acordo com Arns (1997, p. 68) registra nas páginas 193 e 195 que: “Os padres alemães já não meditam nem rezam em alemão.

[114] Trata-se de uma crônica publicada no jornal "O Estado o Paraná" em 19 de junho de 1996 pelo professor catedrático de linguística da Universidade Federal do Paraná, que fora aluno da Escola Bom Jesus entre 1915 e 1918 (ARNS, 1997, p. 73-75).

Tudo é proibido. Até o latim parece suspeito." Com relação a esse ambiente de perseguição, o jornal “Comercio do Paraná”, na edição de 18 de abril de 1917, publicou que:

> [...] foram informados que na redação do “*Der Kompass”* havia uma estação rádio-telegráfica. Na edição do dia seguinte, foi publicado que o Chefe de Polícia Lindolfo Pessoa, acompanhado do Dr. Daltro Filho, Dr. Ernesto de Oliveira, Tenente Luiz de Ferrante, Vicente Wasileski, Acrisio Marques da “República”, Alceo Chichorro da “A Tribuna”, Lauro Lopes do “Diário da Tarde” e de Acir Guimarães do “Comercio do Paraná” chegou à Redação do “*Der Kompass”*, foi bem recebido, examinaram tudo e nada encontraram; posteriormente, acompanhados do superior dos frades inspecionaram todas as instalações, oficinas e as salas de aula da escola e juntamente com o mecânico Wadislau Gredinski, a torre da igreja, onde galgaram as mais altas escadas, nada encontrando que pudesse confirmar as suspeitas relativas à existência de uma estação rádio-telegráfica. Nesse mesmo ano, a Escola Brasileira, localizada na Rua 24 de maio sofreu o ataque da população, quando foram destruídas carteiras, livros, mapas, produtos químicos, quadros de giz, etc. e até imagens de santos, numa fogueira. A fotografia que mostra o vandalismo foi feita pelo fotógrafo Weiss” (COMÉRCIO DO PARANÁ, 18.04.1917).

A imagem a seguir ilustra o episódio relatado da depredação que atingiu a escola e a sede do jornal "*Der Kompas",* conforme mostra a figura:

FIGURA 13 - REDAÇÃO DO JORNAL ALEMÃO “DER KOMPASS” APÓS TER SOFRIDO A DEPREDAÇÃO EM 1917

Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus

Na imagem vemos o prédio onde funcionava, a escola na ocasião, além da seção que ensinava em língua portuguesa, e a redação do jornal alemão “*Der Kompass*”. Houve tentativa de incendiar o prédio, o que foi contido pela polícia. Da escola foram destruídos carteiras, mapas, livros e material escolar.

Como esse local abrigava, além da escola, também a sede do jornal *"Der Kompass",* foi a seção brasileira que acabou sofrendo depredação. Na imagem a seguir com uma seta está indicada a existência de restos da depredação ocorrida em outubro de 1917.

FIGURA 14 - VISTA FRONTAL ESQUERDA DA 2ª SEDE

Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus

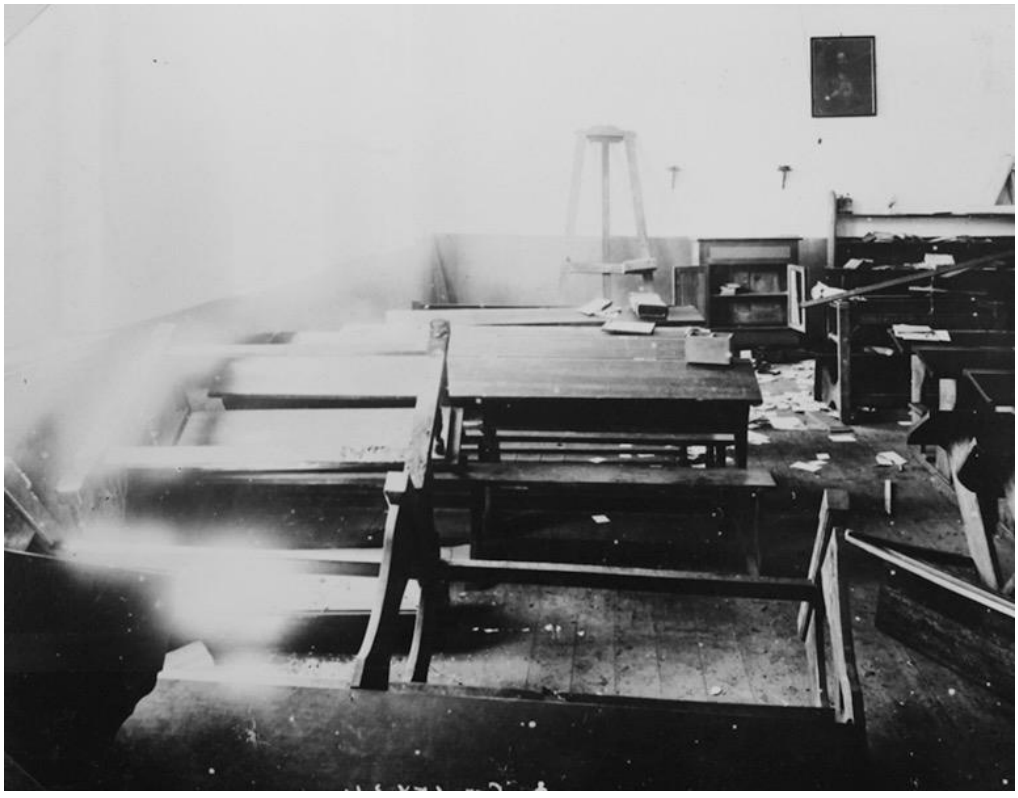
Como ilustram as imagens apresentadas, a Escola Bom Jesus, ou seja, a seção brasileira é que foi invadida sofrendo depredação, saque e incêndio das instalações. Por outro lado, nada aconteceu na *Deutsche Knabenschule.* Os restos de materiais da escola brasileira ficaram espalhados pelas redondezas tais como quadros negros partidos, pedaços de carteiras, material didático de química, física, mapas, entre outros. Talvez a confusão tenha se iniciado em virtude da redação do “*Der Kompass*” ocupar o mesmo prédio.

Segundo a crônica elaborada por Rosário Farani Mansur Guérios, publicada no jornal "*O Estado do Paraná"*, em 19 de junho de 1966, com o título "O Colégio Bom Jesus do meu tempo"", a escola sofreu represálias de parte da população, sendo invadida e depredada.

> Certa manhã, ao chegar para as aulas, tive e tiveram os colegas um espetáculo constrangedor. Em algumas das salas e corredores havia grande desordem: muita coisa quebrada, muito material tipográfico espalhado por aqui, ali e lá adiante. Não nos importa a causa da balbúrdia, mas queríamos embolsar tipos e tipos e tipos... que alegria! O Brasil estava em guerra, conflagração mundial, e os alemães e descendentes sofreram, injustamente, perseguições e depredações da parte de exaltados. Não escaparam os próprios franciscanos. A vandálica destruição era principalmente contra o semanário "*Der Kompass*", cuja tipografia estava junto ao convento e ao educandário (GUÉRIOS, 1980, p. 31).

A figura a seguir ilustra a depredação relatada na citação anterior de modo que é possível ter uma noção de como ficou a situação em uma das salas atingidas. Um armário aberto, papeis espalhados, carteiras quebradas apresentam um cenário de destruição em consequência do vandalismo.

FIGURA 15 - SALA DE AULA APÓS A DEPREDAÇÃO
DO PRÉDIO EM OUTUBRO DE 1917



Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus

Como consequência dessas perseguições, a *Deutsche Knabenschule* teve que interromper suas atividades por vários meses, sendo reaberta em março de 1918. Contudo foi proibida de ministrar aulas no idioma alemão e os professores de origem alemã também foram impedidos de lecionar. A *Deutsche Knabenschule* foi agregada à Escola Bom Jesus, prevalecendo a denominação única de Escola Senhor Bom Jesus. A partir do fechamento das escolas alemãs, os professores vivenciaram momentos difíceis em Curitiba, sendo obrigados a lecionar em particular. Ao término da Primeira Guerra Mundial, as escolas que tinham sido fechadas foram reabertas, mas agora com a obrigação de que todas as matérias lecionadas fossem feitas em português e não mais na língua alemã, como se praticava antes da Guerra (WILLEKE, 1980, p. 39).

Convém salientar que, em 1918, a Lei nº 1.775[115] de 03 de abril, do Presidente do Estado, determinou que as escolas particulares de instrução primária só poderiam funcionar com a aprovação dos programas pelo Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública e o ensino da língua portuguesa era obrigatório, bem como deveriam ser ministradas em português as disciplinas que o Governo determinasse. As duas seções da Escola dirigida pelos franciscanos em Curitiba tiveram que aderir às exigências da legislação.

Straube (s/d.) faz uma descrição dessa Lei sobre como as disciplinas e os conteúdos ficaram organizados nas quatro séries, cuja síntese apresentamos a seguir:

A organização do ensino primário divido em 4 séries compreendia: Na 1ª série: Língua vernácula, com a leitura e escrita; Aritmética com a escrita e leitura dos algarismos arábicos e romanos e a tabuada de somar e subtrair; em Geometria, o conhecimento das principais figuras geométricas; em Geografia, o conhecimento da Terra, conhecimento dos mapas dos Estados brasileiros e capitais e noções sobre o Paraná; em História do Brasil, a dissertação dos principais fatos, por meio de biografias e a lições de coisas, compreendendo caligrafia e desenho linear.

Na 2ª série, a Língua vernácula com noções das ideias de gênero, número e grau e a ideia de substantivo, adjetivo, pronome e verbo; em Aritmética, a tabuada de multiplicação e divisão, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; em Geometria, a nomenclatura e traçado das principais figuras geométricas

[115] O texto dessa Lei pode ser consultado nos anexos.

planas; na História natural, o estudo prático das partes do corpo humano, conhecimento dos animais, vegetais e minerais; em Geografia, estudo pelos mapas dos países da América e suas capitais, estudo do Brasil e do Paraná; em História do Brasil, os primeiros habitantes, as primeiras expedições e divisão do Brasil em capitanias; continuam nas lições das coisas, o Desenho linear e a Caligrafia

Na 3ª série, a Língua vernácula com ampliação dos conhecimentos sobre substantivo, adjetivo, pronome e verbo, análise léxica, ideia de proposição simples e decomposição nos termos essenciais, ditado, recitação de fábulas e poesias; em Aritmética, frações ordinárias e decimais, sistema métrico, quadrado e raiz quadrada; em Geometria, conhecimento da esfera, cilindro, cone, prismas etc.; em Geografia, estudo físico dos cinco continentes, com países e capitais, Brasil e Paraná; em História Natural, estudo do esqueleto humano e noções sobre aparelhos e sistemas e seus órgãos; em História do Brasil, com o primeiro e o segundo período (1500 a 1580 e 1580 a 1664), exposição dos principais fatos a que o aluno deverá reproduzir sem decorar servilmente, mais desenho linear e caligrafia.

Na 4ª série, a Língua vernácula compreendia a leitura em prosa e verso, com explicação dos vocábulos, análise sintática e lexiológica, redação e composição; em Aritmética, estudo do cubo e da raiz quadrada, razão e proporção, regra de juros simples, câmbio; em Geometria, determinação das áreas das figuras geométricas, seções cônicas; em História natural, revisão e ampliação dos programas anteriores; noções de física e química; em Geografia, noções gerais sobre cada país, Brasil e Paraná, desenho de mapas; lições das coisas; Francês, com leitura e tradução e noções de gramática; História do Brasil, com o período de 1640 a 1915, noções gerais de História universal. Em todas as séries seria ministrada gradativamente a Música e a Ginástica.

As determinações impostas pela Lei nº 1.775 de 3 de abril de 1918 e os decretos dela decorrentes revelam os esforços realizados pelo governo do Paraná para se adequar à política nacionalizadora do ensino no Brasil. Entre as mudanças mais significativas no currículo, e que afetariam diretamente o Colégio Bom Jesus, está a ausência do Ensino Religioso no elenco das disciplinas. No entanto, como se pode observar por meio de boletins expedidos entre 1919 e 1922, constavam no elenco das disciplinas: História Sagrada e o Catecismo.

Outra consideração importante a ser feita é que apesar de a Lei nº 1.775 de 3 de abril de 1918 propor a organização do Ensino Primário no Paraná em quatro séries,

no Colégio Bom Jesus, conforme o relato do ex-aluno Ehrhardt Doetzer, que estudou de 1924 a 1930 na Escola católica alemã, havia sete séries, pois a escola ainda não contava com o Ginásio. “Nas séries mais adiantadas, 6ª e 7ª eram ministradas disciplinas como: Geometria, Álgebra, Matemática” (ARNS, 1997, p. 101).

Quanto ao sistema de avaliação adotado na instituição, conforme um boletim expedido pelo “Collégio Bom Jesus”, Grupo B, Divisão I, série 1ª localizado em Curityba, na Praça da República”, correspondente ao período de abril de 1919 até janeiro de 1920, os critérios de avaliação adotados no Colégio Bom Jesus eram os seguintes: As notas 9 e 10 eram consideradas (optimas) ótimas,7 e 8 boas, 5 e 6 regulares, 3 e 4 sofríveis e 1 e 2 más; eram registradas notas para comportamento, aplicação, atenção, asseio e frequência, anotando-se também o número de vezes que o estudante chegava tarde e faltava, nos meses de Abril, Maio Julho, Agosto, Outubro e Novembro de 1919 e Janeiro de 1920. No aproveitamento eram registradas notas nos meses de Junho, Setembro e Dezembro nas disciplinas de História Sagrada, Catecismo, Português: Leitura, Allemão: Leitura, Arithmética, Calligraphia, Canto e Desenho (*sic*.)[116].

Nota-se a relevância dada à formação religiosa na instituição, uma vez que, além do Catecismo, os alunos contavam com uma disciplina de História Sagrada. O alemão estava presente. Também se valorizava a questão da escrita bela, como indica a presença da caligrafia. No plano de estudos constavam ainda as disciplinas de canto e desenho, o que mostra valorização da formação artística e cultural. Com relação ao canto, especificamente é possível deduzir que se tratava de um elemento importante para auxiliar na inculcação de valores germânicos e cristãos.[117] Conforme relata Arns (1997), os alunos do Colégio participavam das missas cantando nas celebrações. Essa participação na liturgia eucarística demandava ensaios periódicos, para o que provavelmente as aulas de canto colaboravam.

Ainda com relação ao Plano de Estudos da escola, nesse período, o boletim do aluno Alfredo Grohs, de 1922, registra 20 disciplinas no aproveitamento, das quais 17 estão com notas, conforme a seguir:

---

[116] Boletim disponível no Arquivo Pró-memória do Colégio Bom Jesus.

[117] Um artigo publicado no jornal "*Der Kompass"* de 18 de dezembro de 1902 nº. 25, p. 3, informou que num dia de exames foram cantados “três hinos nacionais: o brasileiro, o prussiano e o austríaco” (RENK, 2004, p. 66).

FIGURA 16 – BOLETIM DO ALUNO ALFREDO GROHS

Mez de Março de 1922

Comportamento: 9 — Asseio: 6
Applicação: 8 — Frequencia:
Lição: 7 — chegou tarde: 8 vezes
faltou dias

Aproveitamento:

1. Hist. Sagrada	10	7. Arithmetica	6
2. Catecismo	9	8. Geometria	5
3. Portuguez		9. Algebra	6
Leitura	5	10. Geographia	8
Grammatica	3	11. Hist. do Brazil	
Orthographia	3	12. Hist. univ.	8
Composição	2	13. Hist. natural	6
4. Allemão		14. Physica	6
Leitura	8	15. Calligraphia	2
Grammatica	4	16. Gymnastica	
Orthographia	2	17. Canto	9
Composição	3	18. Escript. merc.	
5. Francez		19. Desenho	
6. Inglez	5	20. Musica	

Observação: Lugar

O professor:

Assignatura do pae ou responsavel:

AUTENTICAÇÃO CONFERE COM O TEXTO ORIGINAL A MIM APRESENTADO. DOU FÉ. 24 JUN. 1999 EM TABELIÃO

Curitiba - Paraná 1.º OFÍCIO 232-1731 Reg. de Tít. Docs.

Fonte: Arquivo Pró-memória - Colégio Bom Jesus

Tomando-se como referência as determinações da Lei nº 1.775 de 3 de abril de 1918, é possível dizer que, de modo geral, constam todas as disciplinas exigidas. Embora as informações do boletim não permitam a identificação da série, nota-se uma convergência maior com o currículo da 4ª série. Porém é preciso ressaltar algumas diferenças. Não constam na Lei mencionada as disciplinas de História Sagrada, Catecismo, Inglês, Alemão, escritura mercantil. Enquanto a Lei coloca os conteúdos de Física e Química dentro da disciplina de História Natural, o boletim apresenta as disciplinas de Física e História Natural separadamente.

Dessa forma, com base no relato do ex-aluno Ehrhard Doetzer, que estudou no Bom Jesus na década de 1920, é possível deduzir que provavelmente o boletim em questão era de uma das séries mais avançadas, pois, conforme a descrição do ex-

aluno: “Nas séries mais adiantadas, 6ª e 7ª eram ministradas disciplinas como: Geometria, Álgebra, Matemática” (ARNS, 1997, p. 101).

Observa-se que as questões de comportamento, asseio, aplicação, atenção e frequência eram pontuadas. Também é preciso destacar a presença da disciplina de História Sagrada, além do Catecismo que era oferecido, tendo em vista o preparo necessário para a recepção dos sacramentos, com destaque para as celebrações de Primeira Comunhão que, conforme Arns (1997), eram solenemente realizadas e para as quais se dedicava grande preparação. Esses conteúdos ensinados e as práticas a eles diretamente relacionadas revelam a importância dada à formação religiosa oferecida na instituição. Tal como observou Julia (2001), percebemos um conjunto de normas e práticas que conjugadas promoviam a inculcação de comportamentos, moldavam condutas.

Ainda com relação ao currículo da escola, nesse período é relevante o fato de no elenco das disciplinas ofertadas constar a presença de três línguas estrangeiras, a saber: o francês, o inglês e o alemão, que era o idioma mais utilizado na escola junto com o português. Porém, no caso do boletim citado, apenas as disciplinas de inglês e alemão apresentam notas. Nesse sentido, vale ressaltar de acordo com Straube (s/d.) que a Lei estadual n. º 2.157 de 08 de abril de 1922, tratava do exercício do magistério no Estado e a necessidade do registro das Escolas particulares, bem como a obrigação da escola de ministrar o ensino em vernáculo, salvo o das línguas estrangeiras. Também é preciso mencionar o fato de que os alunos não praticavam esportes nem tinham aula de Educação Física e, para promoção de ano, havia exame escrito e oral.

A análise da proporção das disciplinas no elenco curricular do Colégio Bom Jesus, citadas anteriormente no boletim apresentado, faz notar que o plano curricular estava relativamente mais voltado para a oferta de uma formação humanística. No entanto, pode-se se dizer que essa ênfase na formação humanística é relativa pelo fato de no plano curricular estarem presentes também as disciplinas como História Natural e Física, além de Aritmética, Geometria e Álgebra.

A presença do francês e do inglês ao lado do alemão demonstram a adaptação do currículo da escola às necessidades da época e às exigências legais. A presença das disciplinas de Português, Canto, Desenho, Ginástica, Música, História do Brasil, Aritmética, Geometria, Álgebra, Geografia, Caligrafia demonstram adequação da proposta curricular com as exigências legais do Estado nesse período.

Em novembro de 1918, Curitiba foi atingida pela epidemia denominada “febre espanhola” como consequência da 1ª Guerra Mundial. Por determinação do governo do Estado as escolas foram obrigadas a encerrar as atividades. Foi grande a mortandade em Curitiba, atingindo mais de 56 mortos num único dia.

4.3 A DISCIPLINA, O ESPAÇO E AS PRÁTICAS ESCOLARES A SERVIÇO DA FORMAÇÃO CRISTÃ

A escola reabriu em janeiro de 1919 e, nesse ano, o ensino do alemão foi liberado, mas apenas como língua estrangeira. Os professores estrangeiros foram proibidos de ensinar História do Brasil, Língua Portuguesa e Geografia.[118] (PICCOLO, 1980, p. 21; ARNS, 1997, p. 76). O relato do ex-aluno Pedro Mortensen Netto, aluno do Bom Jesus entre 1924 e 1929, confirma o fato de que apenas o professor de português não era de origem alemã:

> Existiam realmente dois Bom Jesus, um com aulas em português e este outro, para descendentes de alemães. Naquela época o Bom Jesus funcionava à Rua Alferes Poli, no prédio antigo ao lado da Igreja. O resto da quadra era um bosque com casas onde moravam alguns professores, como Herr Winkler Herr Hoffmann, Herr Zimmermann e outros, todos descendentes de alemães. Apenas o professor de português não tinha origem tedesca, inclusive era bem moreno (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº 29).

O *relato* do aluno Pedro Mortensen Netto traz ainda outros dados relevantes sobre algumas das práticas educativas ligadas principalmente à religião, mais especificamente à Igreja Católica, que faziam parte do cotidiano da escola e se entrelaçavam com outras para configurar sua cultura. Entre elas merece destaque o fato de os alunos receberem mais nota caso participassem de todas as missas durante o mês:

> Dizia Herr Winkler conduzindo amavelmente um aluno pela orelha para fora da sala. Nem sempre. Às vezes era só RUHE! Em voz alta, para pedir silêncio. Menos rigoroso, mas mesmo assim ainda rigorosíssimo, era Herr Hoffmann. Já Herr Koser, professor de Geografia contava piadas e era amigo da turma, portanto o mais amado, mas o menos respeitado. Crianças. Todos piás de 8 a 10 anos. Calças curtas, suspensórios e mochilas de couro nas costas. Curitiba, 1924. Meu pai tinha ascendência dinamarquesa e, portanto, queria que os filhos aprendessem a língua de seus pais. Mas o que existia de

[118] Não obstante o que afirmam os autores, o Código de Ensino do Paraná de 1917, nos Artigos 180 e 181 estabeleceu para as escolas particulares a obrigatoriedade do Ensino da Língua Portuguesa e do ensino em português das disciplinas de História do Brasil, Chorographia do Brasil (*sic*.) que deveria ser realizado de acordo com o programa oficial do curso primário. Essas obrigações também foram exaradas no Artigo 2º da Lei Estadual 1775 de 3 de abril de 1918.

> mais próximo da Dinamarca aqui, naquela época, era a língua alemã, na *Deutsche Schule* do Colégio Bom Jesus (Bom Jesus *Schule,* para os íntimos), onde ele matriculou seus três filhos, assim que aqui veio morar [...]. A entrada para a sala de aula era, como sempre, organizada no pátio da escola, quando o badalar de um sino indicava o início da aula. Formávamos filas e subíamos para a aula, já que o Bom Jesus *Schule* funcionava no primeiro andar do prédio e a escola brasileira no térreo. Chegando às salas, rezávamos um Pai Nosso (em alemão). O Frei Boaventura era o responsável por selecionar os sacristãos amadores entre nós, para ajudar nas missas dominicais na Igreja da Ordem. Ademar, meu irmão, era um sacristão tarimbado, apesar de que, na sua primeira participação, de tão emocionado, tenha caído com o livro da missa. Ninguém é perfeito. Obviamente nossa boa vontade em participar tão espontaneamente das celebrações era motivada pelo fato de que os alunos recebiam bônus de frequência às missas, com data. **Indo a todas as missas tínhamos mais nota no fim do mês** (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº. 29, negrito meu).

Como se pode notar, a formação cristã dos alunos do Colégio Bom Jesus extrapolava os muros da instituição. Também não se resumia apenas à compreensão das verdades da fé, mas incluía a participação nas missas, que era incentivada com bônus de frequência que se convertiam em nota no boletim. Assim, a inculcação de comportamentos conforme Julia (2001), contava com o auxílio poderoso das práticas religiosas.

O relato do aluno Pedro Mortensen Netto traz ainda outros detalhes da formação religiosa recebida na escola, bem como da disciplina que era rígida para com os estudantes. Conforme atesta esse aluno, alguns professores recorriam a castigos físicos, entre os quais a palmatória para garantir a ordem e promover o disciplinamento de corpos e mentes. Apesar da disciplina rígida e dos castigos físicos que eram aplicados, o estudante recordou com respeito e gratidão a formação recebida na Escola:

> Mas voltemos às aulas. O mais importante era a disciplina. Assim, entrávamos e saíamos da sala em fila. Quem não apresentasse a *Hausaufgabe* (lição de casa) era gentilmente convidado a permanecer em pé de frente para o quadro negro. Obviamente não se podia olhar para a turma. Isto durante alguns minutos significava para nós um terrível castigo, pois nem mesmo à nossa imagem refletida tínhamos acesso. Mas Herr Winkler tinha castigos mais eficazes. Além da palmatória, comum na época, o pior deles era ser obrigado a se ajoelhar (sempre) em frente ao quadro negro e sustentar dois compêndios (mais ou menos como a Bíblia Ilustrada da Barsa), um em cada mão, enquanto o aluno aguentasse. Isso era muito raro, mas muito edificante. Em compensação, o Bom Jesus *Schule* era conhecido como um dos colégios mais disciplinados de Curitiba. “Amar alguém é aceitar envelhecer com ele”, disse A. Camus. Hoje acho que isso também é válido para mim e o Colégio Bom Jesus, depois de tanto tempo. Não olvidei o que lá assimilei e tive, inclusive, a possibilidade de passar a meus descendentes muito do que lá aprendi. *Danke Sehr*. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº. 29).

Entre outros elementos chama atenção no relato do aluno a afirmação de que o Bom Jesus *Schule* era conhecido com um dos colégios mais disciplinadores de Curitiba. Nesse sentido percebe-se como o disciplinamento dos corpos (FOUCAULT, 2013) e mentes era uma das características da Escola desde os seus primeiros tempos, sob a direção do Pe. Auling, o que permaneceu com a direção dos franciscanos. Além disso, o aluno descreve com muito respeito os anos passados na escola e a formação recebida que não esqueceu. Afirma ainda que pôde passar para as futuras gerações de sua família os valores assimilados na escola.

Nesse sentido, de acordo com Julia (2010), a cultura escolar permite que valores e comportamentos inculcados por meio de práticas educativas realizadas no espaço escolar sejam transmitidos para futuras gerações. As marcas da cultura escolar repercutem assim na sociedade da mesma forma que as mudanças na sociedade repercutem no interior das instituições escolares.

No que diz respeito ao quotidiano da escola e a algumas práticas que revelam a cultura escolar da instituição nesse período, Jorge André Werner, aluno de 1921 e 1922, descreveu:

> O horário das aulas era das 8 às 12 e da 14 às 16 horas, as turmas eram masculinas, o currículo incluía o alemão e o português, o castigo mais comum era escrever um certo número de vezes uma frase sobre a falta cometida, ou ficar de pé; a vara de marmelo era raramente usada. Uma vez por mês era obrigatória a ida à Igreja da Ordem para confissão e comunhão. Todas as aulas iniciavam e terminavam com uma oração e os não católicos dirigiam-se para outra sala" (WERNER, *apud* STRAUBE, s/d.,)[119]

Não obstante às questões relativas ao horário, currículo e a disciplina na escola, merece destaque no relato citado o fato de ser mencionada a necessidade de que "uma vez por mês era obrigatória a ida à Igreja da Ordem para a confissão e comunhão, bem como, o fato de todas as aulas começarem e terminarem com uma oração. Além disso, destaca-se que os alunos não católicos íam para outra sala.

Esses fatos expressam como a cultura escolar da instituição em estudo é marcada por práticas que visavam, além da transmissão de conhecimentos, a inculcação de comportamentos, tal como afirma Julia (2001). Esses comportamentos a serem incutidos, que se manifestam em práticas religiosas formais, que são os sacramentos da penitência (confissão) e eucaristia (comunhão), estão diretamente

relacionados com os objetivos da Igreja Católica de difundir no Brasil, e especificamente em Curitiba, o catolicismo romanizado. Também o costume de iniciar e terminar as aulas com uma oração demonstra a importância dada à questão da formação religiosa, que ocupava posição central na Escola Católica de Curitiba dirigida pelos frades franciscanos.

As consequências da Guerra - o clima de perseguição aos imigrantes alemães - aumentavam os desafios para os franciscanos que assumiram a direção da escola e procuravam mantê-la em funcionamento, tendo em vista seus objetivos pastorais e o projeto maior da Igreja Católica de fortalecer sua presença e disseminar o catolicismo romanizado numa região marcada pela presença de imigrantes europeus, entre os quais uma parcela considerável era protestante.

Além de todos esses desafios, os frades franciscanos tiveram que redobrar seus esforços para reconstruir a segunda sede própria da escola que, em 1920, foi completamente destruída por um incêndio. Segundo o relatório dos bombeiros da época o incêndio foi causado pelo descuido de dois empregados que deixaram uma vela acesa no quarto em que residiam (ARNS, 1997).

O jornal "Diário da Tarde" descreveu o ocorrido salientando a gravidade do incêndio e informando inclusive o valor do prejuízo causado. Alguns detalhes da descrição nos ajudam a conhecer a própria estrutura da escola que contava, entre outros recursos, com laboratórios de física e química[120], que ficaram bastante danificados.

> Incêndio. Próximo à igreja do S. Bom Jesus, sita à Praça da República, funccionava o collegio do mesmo nome. Hontem, os empregados da escola, Estevam de tal e Nicolau de tal que ali dormiam num quarto do sótão, por descuido deixaram sobre uma mesa, num castiçal, uma vela accesa. Ás 20 horas aquelles empregados se dirigiram ao correio, a fim de buscar as correspondências do collegio. A vela accesa incendiou a cortina da janella e esta a janella e a parede que eram de taboas. Alguns soldados do 15º batalhão de caçadores vendo às 21 horas, sahirem pela janella do edifício, labaredas de fogo, correram promptamente ao local, avisando do ocorrido aos frades professores. [...]. Foi salvo também um laboratório de physica e chimica, os quaes ficaram um tanto damnificados. O prédio foi quase todo destruído pelas chammas, calculando-se o prejuízo em 40 contos de reis, approximadamente. O corpo de bombeiros foi comandado pelo capitão Scherer. Prestaram também auxilio diversos soldados do 45º BC do exercito e um contingente policial commandado pelo tenente Morais. Foi aberto inquérito pela polícia, tendo ali comparecido o Dr. Leopoldo Costa, delegado do 1º distrito, capitão Antonio Francisco, inspector de agentes e amanuense Fausto Pereira" (DIARIO DA TARDE, 23.02.1920, *sic.*).

[120] Apesar de se tratar de uma Escola Primária, o curso era de 7 anos e o currículo incluía essas disciplinas nas séries finais, 6ª e 7ª.

O fogo que se propagou pelo restante das instalações foi consumindo carteiras, mesas, material didático, quadros-negros. O prédio ficou irrecuperável e os alunos foram provisoriamente transferidos para uma sala do Convento e nas instalações do jornal "*Der Kompass"* a fim de que o andamento das atividades escolares não fosse prejudicado. “O convento viveu semanas de emoção. Alunos e professores ficando à mercê da chuva e do sol” [...] (ARNS, 1997 p. 78).

Imediatamente o diretor, Frei Innocêncio Engelke, iniciou uma campanha para a obtenção de recursos, tendo em vista a reconstrução do prédio. Assim, a Colônia alemã foi chamada para colaborar financeiramente ou com material de construção. Os pais dos alunos tiveram presença marcante nessa campanha e, assim, o prédio foi sendo reconstruído.

Conforme Straube (s/d.), as paredes não comprometidas com o incêndio foram levantadas pela firma de Paul Hermann. No mês de junho de 1920 o prédio já estava em condições de uso, o que foi concretizado no segundo semestre. Foi mantido o estilo arquitetônico do Convento e da antiga sede da escola na construção do novo prédio, com três pavimentos e um sótão, usado como Salão Nobre, com a frente para a rua Alferes Poli. A construção era afastada da referida rua, encostado à esquerda com a Casa Paroquial, com uma porta ampla central, 14 janelas de abrir e uma sacada no 2.º pavimento. A área ocupada é aproximadamente a mesma da sede anterior que sofreu incêndio.

FIGURA 17 - SEGUNDA SEDE DESTRUÍDA POR INCÊNDIO
E RECONSTRUÍDA EM 1921

Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus

Do episódio relatado podemos inferir a unidade da comunidade alemã católica de Curitiba, em torno do objetivo de reconstruir a escola que para eles tinha um valor inestimável. Essa instituição, além de oferecer uma formação cristã e católica, também era um local de manutenção e cultivo do germanismo. Era o local onde a língua alemã era cultivada, onde inclusive rezava-se em alemão antes de se iniciarem as aulas.

Na década de 1920, o relacionamento dos frades com as famílias intensificou a ação pastoral com reuniões programadas, festas de escola, noites de canções e representações teatrais, criação de órgão de imprensa como foi o "*Der Kompass""* e a "Folha do Povo", divulgações de mensagens e de postulados da Igreja. Por outro lado, os frades franciscanos que ampliavam cada vez mais sua atuação evangelizadora em Curitiba também eram alvo de ataques anticlericais na imprensa.

De acordo com Balhana (1980, p.79), o periódico "Ramo de Acácia" procurava levar ao público com exagero qualquer incidente ocorrido entre os franciscanos e os seus estudantes e anunciava com certo escândalo que os franciscanos espancavam seus alunos. Com sarcasmo, o periódico chamava os frades de “vadios, usurpadores, hipócritas”, além de repetir afirmações sobre a libertinagem e a corrupção nos conventos. Segundo o "Ramo de Acácia", o jornal "*Der Kompass”,* editado pelos

frades, era o porta-voz da fradaria em marcha contra a República. Também o periódico "*A Esphynge"* combatia a atuação dos franciscanos do Bom Jesus, sobretudo as publicações do jornal "*Der Kompass"*, “essa folha que é escrita no potreiro da praça da República, onde moram os padres de hábitos ruivos". O motivo desses ataques era a oposição que o jornal dos franciscanos fazia a Lauro Sodré e à própria Maçonaria.

Nos anos vinte, a reação da Igreja Católica no Brasil assumiu um papel decisivo, pois a hierarquia preocupou-se em sustentar os princípios católicos na sociedade brasileira. Nessa década foram criados, no Rio de Janeiro, o Centro Dom Vital, e a revista “A Ordem". No Paraná foram criados a União dos Moços Católicos de Curitiba, a Imprensa Católica, o Círculo de Estudos Bandeirantes e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Apesar de cumprir funções peculiares, essas instituições foram constituídas para ajudar o clero na concretização do projeto romanizador do catolicismo (CAMPOS, 2010). Dessa forma, é preciso observar que a reação católica ao anticlericalismo não é uma demanda específica da Igreja Católica em Curitiba e no estado do Paraná, mas diz respeito à situação eclesiástica em todo o território nacional, haja vista a separação entre Igreja e Estado.

Nessa perspectiva, também os franciscanos que dirigiam a Escola Católica Alemã de Curitiba tomaram iniciativa de criar uma associação de caráter religioso e social, a *Joseph verein* (União São José). Fundada em 1920, por iniciativa de Frei Eduardo Vogot, que na época era o Cura da comunidade, a associação tinha como objetivo proporcionar um novo ambiente para os jovens, promovendo atividades culturais como teatro e esporte, tornando-se um elo entre a escola e a família (ARNS, 1997).

A *Deutsche Katholische Knabenschule* (Escola Alemã Católica para meninos), apesar de passar por diversos percalços, conseguiu manter o bom nome e a confiança da comunidade. No entanto, a situação econômica da escola estava bastante comprometida e eram grandes as dificuldades para mantê-la em funcionamento. Como não era possível contratar professores com salários adequados, os frades franciscanos davam aulas na “Escola Brasileira”. Mesmo com essas dificuldades, sobretudo, de ordem financeira, “a Escola Alemã, bilíngue, destacava-se no ambiente cultural e resistira a todos os ataques anticlericais, maçons e aos fanáticos de *Post-Kulturkampf”* (ARNS, 1997, p. 78).

Como estratégia para manter a escola em funcionamento optou-se pela criação de uma Associação Mantenedora, fundada em 17 de janeiro de 1922, que recebeu o nome de "*Verein Deutsche Schule"* (Associação Escola Alemã). Essa ideia é decorrente da visita do Dr. Timpe, diretor da Escola Católica *Realschule* de Hamburgo que, em 1921, pronunciou uma conferência no recém fundado *Josphsverein* (União São José) e recomendou a fundação de uma sociedade mantenedora da Escola "*Schulverein".*

O livro de atas da Associação mantenedora da escola, o *"Verein Deutsche Knabenschule",* narra os detalhes dessa fundação, como segue:

> Em 1921, visitou a Escola Dr. Timpe, Diretor da Escola Católica "*Realschule"* de Hamburgo. No dia 20 de outubro, Dr. Timpe pronunciara uma conferência no *"Josephsverein"* recém-fundado, recomendado, entre outros, a fundação de uma sociedade mantenedora da Escola *"Schulverein".* A ideia foi bem recebida. Houve reunião para discutir os objetivos gerais e, a 17 de janeiro de 1922, foi fundado o "*Verein Deutsche Knabenschule"* com a eleição de sua primeira Diretoria com a presença de Frei Inocêncio Engelke, Anton Minjn, Paul Hauer, Hans Dotzer, Alois Janaschka, Bernhard Guielen, Hugo Hochmmmann, Antonio Koser, Fernando Schinzel, Josef Hans Stratmann, Jacob Schell, Theodor Winkeler, B. Gielen Jr. Franz Fendrich, Alexander...,Emil Heins, Joao Jede, João Malinowski, Augusto Maurer, João Groger Jr. Alfredo Grohs,, José Schinzel, Emil Ernesio, Reinaldo Schinzel, R. Eduardo Vogt. (LIVRO DE ATAS DO *VEREIN*, p. 4, *apud* ARNS, 1997, p. 78-79).

Ainda de acordo com Arns (1997), na ata de fundação dessa sociedade mantenedora está registrada a "discussão sobre os princípios que regem a Educação de base cristã" e os objetivos da nova entidade. Enfatiza-se que a constituição definitiva da sociedade seria elaborada tendo sempre em vista o espírito de cooperação e de harmonia. Também que os propósitos da nova instituição deviam ser publicados pelo jornal "*Der Kompass".*

Conforme Arns (1997, p. 79), as resoluções da primeira reunião de 1922 foram as seguintes:

> 1) As mensalidades devem ser diminuídas para que todos possam participar. A medida visa atender o aspecto social e de paridade que só pode ter exceção em casos temporários, específicos, como atender famílias que têm dois ou mais filhos na escola. 2) Fixar folha de Pagamento dos Professores em $ 500.000 mensais. 3) Estabelecer uma escrituração *(Protokolbuch*) livros caixa, blocos de recibos impressos. 4) O Secretário Minjon fica encarregado de organizar coletas regulares na porta da igreja (alemã), como na Bélgica. Esta proposta foi retirada. 5) Organização e procedimentos serão discutidos em reuniões do *Verein.*

As resoluções citadas dessa primeira reunião do "*Verein Deutsche Schule"* demonstram um grande empenho da comunidade alemã para manter a escola católica alemã em funcionamento. Destaca-se o objetivo de difundir e manter o catolicismo romanizado, concretizado na atuação dos frades franciscanos que eram responsáveis pela direção da escola. A educação promovida pela escola era de base cristã e era pela manutenção dessa educação que a associação criada se empenhava. Assim, manter a escola em funcionamento significava sustentar uma instituição chave para a difusão e manutenção do catolicismo romanizado em Curitiba. Da mesma forma significava manter uma instituição fundamental para a conservação e promoção da cultura alemã, com destaque especial para a língua.

Das sínteses de algumas atas do "*Verein Deutsche Schule",* apresentadas por Arns (1997), nota-se que os temas mais recorrentes eram a folha de pagamento dos professores e a defesa de uma formação de base cristã. Por exemplo, na ata da reunião de 2 de fevereiro de 1922: "Foi sugerido elaborar uma folha volante para os pais, a fim de conscientizá-los da obrigação de dar aos filhos uma educação sadia, com estímulos a favor das Escolas Cristãs". Tal folheto deveria ser elaborado pelo Pe. Guardião, Frei Eduardo, com a colaboração do Prof. H. Dotzer e do Secretário Minjon (ARNS, 1997. p. 79).[121]

Tendo em vista a necessidade de captar recursos para a manutenção da escola, bem como oferecer ao público curitibano um curso voltado para o atendimento das necessidades da época em que o comércio da cidade se desenvolvia em 1925, na Escola Bom Jesus, à Rua 24 de maio, foi aberto um curso noturno para formação de jovens para o comércio. Ofertava as disciplinas Português (ortografia, pontuação e correspondência comercial), Matemática comercial e contabilidade (guarda livros). As aulas eram dadas em língua portuguesa conforme prospecto (CRÔNICAS DO CONVENTO BOM JESUS, 1925 p. 312 *apud* ARNS, 1997, p. 85). Ainda conforme registram as Crônicas do Convento Bom Jesus, 420 alunos estavam matriculados na "Escola Franciscana" no primeiro semestre de 1925. Esse número baixou para 400 no segundo semestre (ARNS, 1997, p. 89).

---

[121] Reunião 23.02.1922 – Levanta-se a questão da folha de Pagamento dos Professores com um acréscimo de 02% para a caixa da Pensão *(Pensionskasse).* Reunião 02.03.1922 – O Diretor, Frei Inocêncio, comunica que a folha de pagamento dos professores teria que ser diminuída em vista da situação financeira do *Verein.* Em vez de $ 1070.000, a Folha deveria ser reduzida a $ 970.000 (ARNS, 1997, p. 79-80).

Ainda com relação ao "*Verein Deutsche Schule"*[122] é preciso destacar que havia uma relação muito próxima com o *Josephsverein.* Essas duas entidades procuravam por estes meios promover a escola. As festas escolares promovidas pela escola eram realizadas nos amplos salões da *Sociedade Handwerker*, (posteriormente Sociedade Rio Branco), da rua Carlos de Carvalho, com participação expressiva dos pais, professores e população em geral. De acordo com Arns (1997, p. 80):

> Trata-se de uma constante: A Educação dentro e fora da Escola. Promovem-se conferências para os pais dos alunos, arquivos e bibliotecas, e seguro contra Incêndios. Discutem-se os objetivos do *Verein* em relação a um estatuto lembrando vez ou outra, que deve preceder à elaboração de planos, um entendimento com o convento, responsável pelo patrimônio da Escola. Durante a construção de novo Colégio,1925 e 1926, não há referências substanciais, o que faz crer que o Diretor, Frei Gabriel, assumiu a administração das obras, angariando fundos com festas populares. Foi uma movimentação mais abrangente em que outros segmentos da sociedade promoveram ajuda.

Assim, ainda em 1925, considerando as condições estruturais do antigo prédio reconstruído e o aumento expressivo do corpo discente, a direção da escola resolveu construir um novo edifício. Diversas senhoras e senhoritas da sociedade, organizadas em comissões, iniciaram campanhas para angariar fundos, através de apresentações, festas, competições, jogos, realizadas nas instalações da escola e na Praça Ruy Barbosa, conforme noticia o jornal "O Estado do Paraná" de 13 de março de 1925.

Conforme Straube (s/d.), a planta organizada da nova instalação ligada ao prédio anterior manteve a frente para a rua Alferes Poli e destacava-se pela imponência da construção, numa Curitiba que se desenvolvia para os lados da Praça Ruy Barbosa, ainda considerada "longe do centro da cidade". A escola, desse modo, com raras exceções, atendia à população das cercanias. A imagem a seguir é um cartão montagem que apresenta as diversas sedes da Escola Bom Jesus, atual Colégio Bom Jesus, de 1896 a 1926. Destaca-se no cartão a sede, inaugurada em 1926, para cuja construção aproveitou-se o prédio da sede anterior destruída por um incêndio, que foi ampliada.

---

[122] O registro das atas das reuniões, manuscrito em alemão gótico, em livro com 150 folhas, tem início em 19.12.1921 até 31.03.1938, correspondente às folhas 127 e acha-se arquivado na Coordenadoria Pró Memória da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus.

FIGURA 18 - CARTÃO MONTAGEM DAS DIVERSAS SEDES
DO COLÉGIO BOM JESUS, DE 1896 A 1926

Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus.

Ainda de acordo com Straube (s/d.), no dia 9 de maio de 1926 o novo prédio foi inaugurado solenemente, destacando-se no panorama da cidade, cuja expansão ia se acentuando. O Sr. Bertoldo Hauer fez a doação de um piano *Essenfelder* para uso na escola. No mês de outubro as duas seções[123] foram reunidas nesse prédio, tendo o prédio da antiga seção brasileira da Rua 24 de maio passado a abrigar a Congregação Mariana e a tipografia do "*Der Kompass".*

No amplo Salão Nobre da nova escola, localizado no terceiro pavimento, eram promovidas conferências, apresentações teatrais, festividades cívicas, entre outras. Nessa perspectiva, com relação às práticas educativas nesse período, um fato relevante ocorrido em 1928 foi a criação da Orquestra de harmônicas *"Hohner",* dirigida pelo Frei Boaventura Klemmer e tendo como regente o maestro Scharles. Foi chamada de "*Primeira Orchestra em Paraná - Collegio Bom Jesus - Harmônica Hohner",* cujo registro acha-se em fotografia no arquivo Pró-Memória do Colégio Bom Jesus, conforme expresso na figura a seguir:

[123] Conforme descreve Arns (1997, p. 94), "No mês de outubro realizou-se a grande mudança dos alunos. A Escola brasileira e a escola bilíngue chamada *"Dnabenschule",* ocupam, agora, o mesmo prédio".

FIGURA 19 - ALUNOS PARTICIPANDO DA PRIMEIRA ORQUESTRA NO PARANÁ DE HARMÔNICAS DA MARCA HOHNER

Fonte: Setor Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

Os alunos na fotografia estão dispostos em duas colunas com 5 filas cada, todos com as gaitas na boca em posição de execução e com a mão direita na cintura, exceto o maestro, que está com a batuta na mão direita e um diapasão na esquerda. Na figura, a orquestra é conduzida pelo maestro Scharles no centro, na companhia de Frei Ludgero Kroesmann e o professor Theodor Winkeler nos fundos, no pátio da escola.

De acordo com Arns (1997, p. 101), que cita o relato do Sr. Erbardt Doetzer, aluno do Bom Jesus de 1924 a 1930 na Escola Alemã, o total de alunos participantes da orquestra era entre 25 e 30. Porém na fotografia o número parece ser de uns 70 a 80 alunos, pois estão dispostos em 10 filas com aproximadamente 7 ou 8 alunos cada uma. Ainda de acordo com o relato do ex-aluno Erbardt Doetzer, as apresentações eram apenas internas (somente na escola) para alunos, pais e professores. O regente da Orquestra deveria ter sido enviado pela própria fábrica *Honher,* na Alemanha, com a finalidade de montar a referida orquestra e divulgar os seus instrumentos musicais.

Além da orquestra de harmônicas a instituição contava também com uma fanfarra que se apresentava em datas comemorativas importantes como Tiradentes e Sete de Setembro. Nesse sentido, ao lado das manifestações de cultivo da

germnanidade, como a celebração do aniversário do Imperador alemão, os alunos das duas seções da escola dirigida pelos franciscanos participavam das festividades cívicas nacionais.

Outra prática presente na instituição desde a fundação da escola era a de preparar os alunos para a Primeira Comunhão. Além de receber uma adequada formação catequética a respeito dos conteúdos da doutrina cristã, os alunos participavam das missas, confessavam-se e eram instruídos a como se comportar nas cerimônias religiosas. Alguns alunos eram designados para serem coroinhas e ajudavam diretamente nas cerimônias litúrgicas.

A figura a seguir reproduz uma fotografia da década de 1930 e mostra alunos em sua Primeira Comunhão, portando velas com fitas, tendo no centro o Frei Amando Doetsch e lateralmente os Professores João Mosimann (à direita) e Agnello (á esquerda). Vale ressaltar que todos os estudantes estão com mão esquerda na altura do coração, mostrando fé e respeito.

FIGURA 20 - ALUNOS COMUNGANTES NA DÉCADA DE 30

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

Arns (2004, p. 7) menciona o fato de que no início do século, quando os luteranos mantinham sua escola confessional, também a escola alemã católica era concebida como tal, pois a maioria das famílias de imigrantes austríacos, suíços e outros de procedência de províncias católicas da Alemanha reclamavam um pedaço

cultural dentro da Igreja. Muitas dessas famílias dedicavam-se ao comércio e à incipiente indústria.

Arns (1997 p. 98), ao comentar o trabalho dos franciscanos em Curitiba em 1927, afirma que “Igreja, imprensa e escolas formam a trilogia da pastoral franciscana, a serviço da Verdade, da Religião e da cidadania”. Esse era um roteiro característico dos franciscanos da velha guarda. Nesse sentido, os franciscanos nessa época prestavam assistência espiritual ao Abrigo de Meninos, Escolas de Reforma, Instituto Santa Maria, Asilo São Luiz e Colégio Divina Providência.

Com relação ao Colégio Divina Providência, é preciso salientar o forte vínculo que essa instituição mantinha com o Colégio Bom Jesus. Deste modo os “professores de uma escola completavam os horários noutro” (ARNS, 1997 p. 99). Escolas que na sua origem eram uma só continuavam a compartilhar dos mesmos valores pela ação de seus professores. A formação confessional católica e o cultivo do germanismo eram características de ambas as instituições desde a sua fundação.

Contudo, a manutenção das escolas dirigidas pelos franciscanos estava difícil em 1928, principalmente da escola para alunos brasileiros que não contava com uma associação mantenedora como o *Verein,* que subsidiava a escola alemã e acabava sendo a única mantenedora. Dessa forma, como estratégia para suprir essa falta de recursos, surgiram iniciativas como a do professor Henrique Pedro Zimmermann, que em 1929 criou um Curso particular de Guarda Livros. Funcionava três vezes por semana e tinha no currículo as disciplinas de Português, Escrituração Mercantil, Aritmética Comercial, Correspondência e Noções de Direito Comercial. O ensino era ministrado nos idiomas português e alemão e, no término do curso, o aluno recebia o diploma. Esse curso foi mantido aproximadamente até 1932.

Nessa perspectiva, de acordo com Arns (1997), consta na Ata de reunião da Associação Mantenedora do Colégio Bom Jesus nessa época, o *Verein,* que 50% da renda alcançada com o curso criado pelo professor Zimmermann deveria ser depositada no caixa da escola. Nessa mesma reunião foram discutidas outras propostas semelhantes como a da criação de um curso de Eletrônica e foram expostos os principais problemas da escola que demandavam recursos para serem solucionados.

Entre esses problemas estavam o pedido de aumento do responsável pela limpeza das salas de $100 para $125000 réis, a falta de saibro no pátio da escola, problema com encanamentos expostos no pátio dos alunos e deficiências higiênicas.

De maneira geral, pela análise das atas da mantenedora em 1928, conforme relata Arns (1997, p. 100), a situação não estava fácil. Assim, uma das principais alternativas era a organização e realização de festas beneficentes das quais o Colégio da Divina Providência também participava com apresentações teatrais. “As festas foram o grande sucesso do ano e representaram o espírito de iniciativa e de verdadeira ajuda à Escola”.

Ainda de acordo com Arns (1997), em 1929, quando o Brasil sentia os reflexos de uma crise econômica mundial desencadeada pela quebra da bolsa de Nova York, os frades franciscanos em Curitiba receberam o auxílio do Sr. Josef Hauer, que assumiu as dívidas do Convento transferindo o total de $ 15000000 reis como doação para o fundo da igreja católica alemã, cujo diretor era Frei Anselmo.

Na Revolução de 1930, na noite de 4 para 5 de outubro, a saída do Convento Bom Jesus ficou sob a guarda de policiais. Contudo, não chegou a ser revistado como ocorreu no Seminário Diocesano e no Convento Cajuru. Conforme registra a Crônica do Convento, dois políticos[124] pediram asilo aos frades e foram alojados na Enfermaria do Convento para não chamar atenção dos poderes revolucionários. Dois frades do convento foram designados pelo Arcebispo para serem capelães das tropas.

Arns (1997, p. 104) reproduz a descrição dos fatos da Revolução conforme constam nas Crônicas do Convento Bom Jesus:

> Dia 7 é preso o ilustre cientista e pedagogo paranaense, Dr. Lisímaco Ferreira da Costa, secretário do governo caído com a revolução outubrina. Dia 9 verifica-se o primeiro combate entre paranaenses e paulistas, em Sengés. Dia 17 chega em Ponta Grossa o generalíssimo Getúlio Vargas. Dia 20 é recebido delirantemente em Curitiba. Em 28 é detido no quartel-general do 5º B.C. o Dr. Moreira Garcez, ex-prefeito de Curitiba. Dia 29 as tropas gaúchas estacionadas em Curitiba prestam homenagem ao Cel. Plínio Tourinho, chefe revolucionário do Paraná. Como se depreende dos acontecimentos, foi uma época de verdadeira turbulência. Todos os setores da vida sofreram verdadeira paralisação. Para o ensino público foi um ano dos mais desastrosos. Inúmeros professores abandonaram suas cadeiras para ingressar nos corpos revolucionários, outros fugiram das suas escolas e a maioria as conservou fechadas até que a ordem se restabelecesse. Essa situação perdurou até 1932, quando foi designado para assumir o cargo de Interventor Federal o Senhor Manuel Ribas, que então dirigia importante cooperativa em Santa Maria, no Rio Grande do Sul).

Apesar dessa conjuntura de conflitos, expectativas e incertezas em razão das consequências da Revolução de 1930, houve festa de confraternização no

[124] Um deles era o Senador e Ex-Governador Caetano Munhoz da Rocha que ficou num apartamento da Enfermaria com vista para Praça Rui Barbosa (ARNS, 1997 p. 104).

encerramento do ano letivo na Escola com a participação de pais, alunos e professores como ocorria de costume.

Com relação ao espaço da escola nesse período, o relato do ex-aluno Luiz Alberto Glaser, que estudou na seção alemã do Bom Jesus entre 1931-1932, traz algumas informações sobre como se dava a organização do ambiente escolar nesse período, uma vez que o prédio e o pátio da escola eram compartilhados pelos alunos das alas “brasileira” e alemã.

> Nos idos de 1932 fui matriculado no primeiro ano do Colégio Bom Jesus. A quadra toda já pertencia à Congregação Franciscana, sendo que a Igreja, o Convento e o velho prédio do colégio eram os que existem hoje, com a diferença de que todo o resto da quadra era ocupada pela horta e pomar da congregação, onde também ficava a residência de alguns professores, entre eles a morada do saudoso professor Hugo Hofmann. Guardo cartões postais onde se observam cinco épocas diferentes do prédio do Colégio. Na época, a sede do Colégio era o prédio ainda hoje existente, que se localiza na Rua Alferes Poli, que foi inaugurado em 1926 e abrigava o Colégio que era dividido em dois, lado brasileiro e lado alemão. Subindo a escadaria havia o *Deutsche* Bom Jesus. O pátio era dividido em duas partes por uma cerca de madeira, permitindo que os alunos dos dois lados “confraternizassem”: gracejos e apupos, como é normal nessa idade. (GLASER *apud* ARNS, s/d, p. 25).

Como se pode notar, a seção que ensinava em língua portuguesa ficava localizada no andar inferior do edifício, enquanto a ala da escola bilíngue localizava-se no segundo piso. Também o pátio da escola era dividido por uma cerca de madeira, mas isso não impedia que os alunos das duas seções tivessem contato. De qualquer maneira é preciso destacar o fato de que os espaços das duas seções estavam bem demarcados, o que certamente influenciou a cultura escolar dessa instituição.

Já no que diz respeito ao público atendido pela escola nesse período o relato do ex-aluno, Otto Hildebrando Doetezer, filho do professor (Hans) João Doetzer, que estudou na seção alemão do Bom Jesus entre 1931 e 1936, mostra como a escola atendia também filhos de famílias de alemães russos.

> Na segunda quinzena de janeiro foi meu primeiro dia de aula. Tinha eu 6 anos de idade. Morávamos na então na rua dos Bandeirantes, hoje rua Engenheiro Rebouças, próxima ao Rio Água Verde. Do outro lado do rio residiam inúmeras famílias de alemães russos, em cujo meio papai era conhecido como *“Herr Schulmeisster”* (mestre-escoa), pois os filhos de toda esta gente também estudava no Bom Jesus. Nomes como: Danndorfer, Haag, Jungblut, Honneger, Kreisman, Eckerman, Glock, eram frequentes na lista de chamada. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº44).

Conforme o relato de outro ex-aluno, Luiz Alberto Glaser, estudante na seção alemã entre 1931 e 1932, os filhos de imigrantes alemães russos constituíam a maioria do alunado da ala alemã da escola nesse período. Conforme descreve o ex-aluno, esses estudantes tinham o costume de ir para escola sem calçados.

> Os alunos do lado alemão eram em sua grande maioria filhos de imigrantes russos brancos, que também utilizavam a língua alemã, e residiam no bairro Boqueirão, onde se dedicavam à criação de vacas leiteiras, constituindo, na época, a bacia leiteira de Curitiba. Pessoas simples, tinham como costume não utilizar calçados, vindo para o Colégio descalços. Este fato me causava um certo constrangimento. Achava que deveria ir também descalço à escola, Minha mãe foi contra: "Você não pode ir sem sapatos, não está acostumado, vai ficar doente". (GLASER *apud* ARNS, s/d, p. 26).

Em 1932, [125] quando se deu a Revolução Paulista, foi a Associação Mantenedora do Colégio, o "*Verein",* que precisou da ajuda do Convento para quitar suas dívidas. A conjuntura nacional e internacional de crise afetou também a escola que estava endividada e vendo suas matrículas diminuírem. No período de janeiro de 1931 até janeiro de 1933 os alunos matriculados caíram de 300 para 162.[126] As notícias que chegavam da Alemanha sobre a ascensão de Hitler deixavam ainda mais perplexos os imigrantes da comunidade católica alemã em Curitiba. A resistência da Igreja Católica na Alemanha contra o fascismo era informada pelo Jornal *Der Kompasss.* O clima era de incerteza e pessimismo quanto ao futuro próximo da Alemanha (ARNS, 1997).

Ainda de acordo com Arns (1997, p. 108), a passagem de Plínio Salgado, chefe dos integralistas no Brasil, por Curitiba, em setembro de 1932, foi motivo de calorosa recepção e teve consequências consideráveis. Os discursos integralistas contagiaram a juventude. Escolas e igrejas de Curitiba foram invadidas pelos "camisas-verdes" que atingiram todas as organizações paroquiais. Até mesmo coroinhas foram contagiados pelas ideias do movimento, "menos os padres do convento que previam com sofrido realismo o que estava por vir na Alemanha conquistada pelos nazistas".

Por força dessa situação pela qual passava a Alemanha em razão do regime totalitário do Nacional-Socialismo, líderes políticos de outros partidos eram aconselhados a se refugiar em outros países. Assim, veio para Curitiba um intelectual

---

[125] A partir de setembro de 1932 as crônicas do convento passaram a ser escritas em português. As duas seções passaram a ser citadas como: Grupo A (Escola Alemã) e Grupo B (Escola Brasileira).
[126] Conforme dados citados por Arns (1997, p. 10) registrados nas Crônicas do Convento Bom Jesus.

que era chamado pelos frades de Dr. Jochamann. Ele colaborou no jornal *Der Kompass* e na *Knabenschule*. Em 8 de março de 1936 foi apresentado no Teatro da Escola Bom Jesus um drama escrito por esse intelectual intitulado: *"Ein Totenspiel"* (Um jogo morto) (ARNS, 1997).

Em 11 de maio de 1936, a Escola comemorou 40 anos. Foram organizados três dias de festa da qual participaram os membros da comunidade alemã, independente do credo religioso professado. Os festejos também contaram com a participação de representantes do governo alemão e de alguns outros países. Entre os atos festivos pode-se destacar: a ginástica esportiva realizada pelos alunos no pátio do colégio, o festival cívico, missa pelos falecidos da escola, visita ao cemitério e a excursão dos alunos e professores. O Colégio Bom Jesus passou a contar com um novo diretor em 1933, Frei Armando Dötsch, um universitário veterano da Primeira Guerra Mundial que se refugiou no Brasil e decidiu ser padre entrando para Ordem Franciscana. Apesar de afirmar que o Colégio Bom Jesus nada tinha a ver com a ação integralista, uma de suas primeiras ações foi pedir ao Frei Geraldo Roderfeld, que era pintor, a confecção de um novo Estandarte para a escola. Após a benção desse símbolo, deu-se a execução do Hino do Juramento do Estandarte pelos alunos, composto pelo reitor do convento. Também não católicos vieram participar dessa cerimônia. O tema artístico do símbolo apresentava dois meninos uniformizados no traje oficial do colégio que "representariam as duas escolas franciscanas: A teuto-brasileira e a brasileira" (ARNS, 1997, p. 109).

No que diz respeito ao currículo da escola nesse momento, o relato do ex-aluno Odair Oliveira, que estudou na Escola do Senhor Bom Jesus, seção brasileira entre 1931 e 1934, traz algumas considerações importantes, principalmente no que se refere às aulas de religião.

> Sessenta e quatro anos são passados e é muito tempo para que possa lembrar-me das matérias escolares que constavam do currículo e também de fatos especiais, pois a nossa idade era de 11 a 12 anos. Mas, alguma lembrança ficou gravada e quero ver se posso reproduzir com minúcias. As aulas de religião são uma das fortes lembranças que tenho pois sempre foram muito significativas: a leitura que fazíamos da Bíblia, os ensinamentos de fé cristã que eram ouvidos com muita atenção e silêncio, causando algumas vezes os fatos lidos emoção tão grande que nos levavam às lágrimas. O querido professor Mosimann era muito exigente na disciplina durante as aulas e também quando responsável pelo recreio da manhã. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº. 23).

Apesar de não se lembrar de todas as disciplinas que faziam parte do currículo da escola nesse período, o modo como o ex-aluno descreve o ensino de religião demonstra a importância que ela tinha para a formação dos alunos e como esses ensinamentos marcaram a vida dos estudantes. A forma como o processo de ensino era conduzida envolvendo o aspecto emotivo dos alunos sugere a preocupação com a formação da consciência dos estudantes para além do aprendizado de conteúdos religiosos. Como se pode notar a preocupação com a disciplina era constante e o professor era muito exigente, inclusive nos momentos de recreio.

Ainda com relação ao aspecto disciplinar da escola nesse período conforme descreve o mesmo ex-aluno:

> Muitas vezes brigávamos com os colegas da Escola Alemã na entrada e após o recreio da manhã. Estes colegas tinham como professor, João Doetzer. Ainda tenho na lembrança sua figura alta, robusta e de voz forte, que intervinha e colocava ordem no empurra-empurra dos alunos. Tendo conseguido aprovação, passei para o 3º ano, cujo professor era João Mosimann. [...]. Lembro-me que já no 4º ano tive uma falta disciplinar, procedi mal em alguma coisa que não consigo recordar. Sei que foi dentro da sala de aula e lembro-me do castigo que recebi. O professor João Mosimannn chamou-me para a frente de toda a turma de colegas e aplicou-me umas varadas de marmelo no traseiro. Senti muito, tive vergonha e chorei debruçado na carteira. No almoço, contei ao meu avô, também professor, Brasílio Ovídio da Costa que disse: - Você mereceu, portanto não pode lamentar. Este castigo serviu muito em minha vida, pois aprendi a ter disciplina que foi complementada no transcorrer dos anos e valorizada quando tive que servir o Exército Brasileiro, integrando a Força Expedicionária Brasileira e que ainda hoje, aos 74 anos cumpro e transmito aos meus filhos e aos meus netos, pelo exemplo. Um simples castigo, mas, que penso, mudou a minha vida e devo ao meu professor do Colégio Bom Jesus. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº. 23).

A descrição do ex-aluno evidencia a maneira como se processava a inculcação de comportamentos e valores no ambiente escolar. O castigo aplicado marcou profundamente a vida do ex-aluno, que manifestou ter sofrido muito. No entanto, apesar da vergonha e do sofrimento vivenciados, ele reconheceu que o castigo aplicado o ensinou a ter disciplina. Esse valor aprendido na escola foi posteriormente muito importante para sua trajetória de vida.

As práticas educativas e os relatos citados revelam marcas muito próprias da cultura escolar do Colégio Bom Jesus e que estão profundamente relacionadas com sua origem enquanto escola étnica e católica. A prática de se celebrar missa pelos falecidos da escola e em seguida visitar o cemitério alemão é uma demonstração de como a religião e cultivo do germanismo faziam parte do cotidiano da escola.

Arns (1997) cita a Crônica do Convento que registra a criação de uma União Católica de Militares em Curitiba em 1937. A finalidade dessa União era reforçar entre os seus membros o exercício das virtudes militares por meio da prática das virtudes cristãs. As reuniões ocorriam nas terças-feiras à noite e contavam com a participação do Frei Guardião do Convento.

Na trajetória do Bom Jesus, 1937 é um ano marcado, entre outros fatos, pela aposentadoria de professores alemães. Já em março aposentou-se o professor Theodor Winkeler e no fim do ano os professores Hans Doetzer e Hugo Hohamm. De certa maneira, a instituição, ao se adequar às exigências que foram sendo impostas pela conjuntura da época, acabou também se preparando para o fechamento definitivo da Escola católica alemã, que iria ocorrer em 1938, ainda que esse fato tenha se dado de forma abrupta. Esse período de dificuldades pelo qual a escola passou se, por um lado, aponta fragilidades na sua trajetória, por outro realça a solidariedade de pais, professores, alunos e de toda comunidade, especialmente a de imigrantes alemães, que já trazia na sua cultura a preocupação com educação e consequentemente somavam esforços para construir e manter escolas.

5 A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL E AS MUDANÇAS NO COLÉGIO BOM JESUS (1937-1953)

Buscou-se, nesse capítulo, analisar as transformações que ocorreram no Colégio Bom Jesus em virtude da política de nacionalização do ensino a partir do Estado Novo (1937-1945), quando ocorreu a campanha de nacionalização do ensino até 1953, ano em que Frei João Crisóstomo Arns assumiu a direção da Escola e procurou realizar mudanças com a finalidade de dar-lhe segurança jurídica, administrativa e financeira, ao mesmo tempo que procurou torná-la mais franciscana nas suas práticas escolares.

No Paraná, a concretização dessas medidas nacionalizadoras se deu em 10 de janeiro de 1938, com a publicação do Decreto n. º 6.149, pelo interventor Manoel Ribas. Essa normativa provocou mudanças profundas na organização didática e pedagógica do Colégio Bom Jesus. Professores alemães tiveram que ser demitidos, alguns se aposentaram e outros se naturalizaram para poder continuar lecionando.

Ao lado da análise sobre a importância do fator religioso como caracterizador da cultura e justificador da continuidade da instituição, apesar da campanha de nacionalização que marcou parte desse período, também foram considerados outros elementos caracterizadores da cultura do colégio, tais como as atividades cívico-patrióticas realizadas pelos alunos em razão do cumprimento de obrigações previstas na legislação educacional.

5.1 O ESTADO NOVO: A EXTINÇÃO DA ESCOLA ALEMÃ E A FUSÃO DAS DUAS SEÇÕES

De acordo com Romanelli (2000), com o estabelecimento do Estado Novo as lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais entraram em hibernação e o que na constituição de 1934 era um dever do Estado passou, a partir de 1937, a ser uma ação meramente supletiva. Por iniciativa do Ministro de Vargas, Gustavo Capanema, alguns ramos do ensino foram reformulados. Todavia, essas reformas, nem todas realizadas no período Estado Novo, foram parciais e visavam sobretudo estruturar o ensino técnico-profissional, haja vista a preocupação do governo de engajar a indústria na preparação de seu pessoal.

Com relação às lutas ideológicas[127], na que se refere Romanelli é importante destacar principalmente as disputas que se davam entre católicos e liberais. Os liberais representados pelo movimento da Escola Nova defendiam uma proposta educacional renovada, consonante com as recentes descobertas da biologia, sociologia e psicologia na época. Segundo essa proposta, a escola deveria ser laica, única, pública, obrigatória e gratuita.[128] O Manifesto dos Pioneiros, assinado por vários educadores brasileiros e cujo redator foi Fernando de Azevedo, é o documento central que expressou os fundamentos dessa proposta de renovação educacional no Brasil.

Os católicos, por sua vez, em consonância com seus princípios doutrinais, defendiam uma educação com fundamento religioso para que o ser humano pudesse alcançar a felicidade eterna. Conforme preconizava Pio XI na *Divini Illius Magistri,* consideravam fundamental: "não errar na educação, como não errar na direção para o fim último com o qual está conexa íntima e necessariamente toda a obra da educação". Desse modo, defendia que uma concepção educacional que "tem em vista, em última análise, assegurar o Sumo Bem, Deus, às almas dos educandos, e a máxima felicidade possível, neste mundo, à sociedade humana" (PIO XI, 1929).

O texto da Constituição aprovada em 1934 trouxe as marcas dessas disputas no contexto brasileiro. Essa Carta Magna foi a primeira a dedicar um capítulo à educação e a cultura com 11 artigos sobre o tema. No Artigo 150, parágrafo único, exarou-se quanto ao Plano Nacional de Educação:

---

[127] Na verdade, nunca como nos tempos presentes se discutiu tanto acerca da educação; por isso se multiplicam os mestres de novas teorias pedagógicas, se excogitam, se propõem e discutem métodos e meios, não só para facilitar, mas também para criar uma nova educação de infalível eficácia que possa preparar as novas gerações para a suspirada felicidade terrena. É que os homens criados por Deus à sua imagem e semelhança, e destinados para Ele, perfeição infinita, assim como notam a insuficiência dos bens terrestres para a verdadeira felicidade dos indivíduos e dos povos, encontrando-se hoje, mais que nunca, na abundância do progresso material hodierno, assim também sentem em si mais vivo o estímulo infundido pelo Criador na mesma natureza racional, para uma perfeição mais alta, e querem consegui-la principalmente com a educação. Todavia, muitos deles, quase insistindo excessivamente no sentido etimológico da palavra, pretendem derivá-la da própria natureza humana e atuá-la só com as suas forças. Daqui o errarem facilmente nisto, pois que se concentram e imobilizam em si mesmos, atacando-se exclusivamente às coisas terrenas e temporais, em vez de dirigirem o alvo para Deus, primeiro princípio e último fim de todo o universo; desta maneira será a sua agitação contínua e incessante, enquanto não voltarem os olhos e os esforços para a única meta da perfeição, Deus, segundo a profunda sentença de S. Agostinho: « Criaste-nos Senhor, para Vós, e o nosso coração está inquieto enquanto não repousa em Vós » (PIO XI, 1929).

[128] A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins articulares e parciais (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação (AZEVEDO, 1932, p. 45).

> ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível; c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual; d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras; e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso; f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna. (BRASIL, 1934).

Conforme Vieira e Farias (2007), a presença desses dispositivos na Constituição poderia ser vista como uma expressão dos ideais buscados pelos liberais. No entanto, os católicos também mostraram sua força, uma vez que o texto constitucional assegurou a presença do ensino religioso nos currículos escolares e favoreceu a escola privada ao isentar os estabelecimentos particulares de tributos.

> Art 153 - O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.
> Art 154 - Os estabelecimentos particulares de educação, gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo. (BRASIL, 1934).

Dessa maneira, é possível perceber que a Constituição de 1934 não fica à margem dos embates entre católicos e liberais. As reivindicações laicas de defesa da escola pública e religiosas de favorecimento da escola privada convivem no texto. Contudo, esses avanços foram atropelados pelo texto constitucional exarado em 1937 sobe a égide do Estado Novo (VIEIRA e FARIAS, 2007, p. 96).

Sobretudo no período que coincide com a II Guerra Mundial (1937-1945) o Colégio Bom Jesus passou por um dos momentos mais complicados da sua trajetória histórica. Correu o risco inclusive de fechar suas portas completamente pois, em parte, isso aconteceu com o fechamento da escola católica alemã. O fato de contar com uma escola que ensinava em língua portuguesa será fundamental para a continuação das atividades da Instituição.

Nesse sentido, considera-se estratégico esse fato por parte dos religiosos franciscanos que procuraram garantir a permanência da atuação da Igreja no setor educacional em Curitiba, o que corrobora com o que defendemos nessa pesquisa. Se em um primeiro momento da história da instituição temos a questão étnica e religiosa como fatores principais para a permanência da escola, a partir do fechamento da

seção alemã o aspecto religioso, ou seja, da propagação e manutenção da fé católica, se tornará o epicentro que justifica a continuação de suas atividades.

Uma das principais características do Estado Novo (1937-1945) foi a centralização do poder na pessoa do representante supremo da nação. Com isso objetivava-se mostrar um Estado forte. Era preciso integrar a nação. Nessa conjuntura a educação era considerada um setor estratégico.

Conforme salienta Vechia (2008, p. 9):

> A constituição da nacionalidade brasileira deveria ser a culminação do plano de governo e esta deveria se dar, principalmente, via educação. Deveria ser dado um conteúdo nacional à educação escolar e não-escolar, pelo ufanismo ao verde e amarelo, à história mitificada dos heróis e das instituições nacionais. A homogeneização da educação seria feita por meio do controle e da fiscalização. Esta questão tomou cores mais fortes a partir de 1937, quando Getúlio Vargas, novamente, instaurou um regime ditatorial no país – o Estado Novo, que perdurou até 1945.

Nesse sentido, a Constituição outorgada pelo presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, no mesmo dia em que, por meio de um golpe, foi implantada a ditadura do Estado Novo no país, ampliou a competência da União no que diz respeito à educação em relação à Carta de 1934. Conforme exarado no texto da nova Constituição (Art. 15, IX), a União deveria agora não apenas traçar diretrizes, mas “fixar bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude".

Como se pode notar, a Constituição de 1937 carregava a marca do autoritarismo, pois concentrava os poderes nas mãos do presidente da República que deveria nomear as autoridades estaduais, ou seja, os interventores, os quais por sua vez deveriam nomear as autoridades nos municípios. Assim, a Carta de 1934 colocava-se em sintonia com os modelos fascistas que estavam presentes na época em diversas partes do mundo (CPDOC, FGV, 2017).

De acordo com Capelato (1998), o Estado Novo possuía quatro pilares fundamentais, quais sejam: o anticomunismo, trabalho, pátria e moral. Um dos mecanismos criados para divulgar a proposta desse Estado forte foi a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que atuou em todos os veículos de comunicação possíveis: jornais, revistas, cinemas, competições esportivas, desfiles, atos públicos, para exaltar o patriotismo e a figura de Vargas.

Para Schwartzman (1983, p. 61), esse departamento tinha como objetivo,

> [...] a propaganda em si mesma, destinada a discutir de público os imperativos do Estado moderno, mostrando o sentido de suas realizações, a fim de conseguir o máximo de colaboração dos cidadãos. A tarefa do novo departamento deveria ser mais de experimentação, estudando a utilização do cinema, da radiotelegrafia e de outros processos técnicos, no sentido de empregá-los como instrumentos de difusão.

De acordo com Santos (2012), o Estado Novo foi o governo ditatorial liderado por Getúlio Vargas no qual a ação governamental caracterizou-se pela busca da formação de uma nacionalidade e identidade brasileiras. Essa ditadura brasileira ocorreu num momento em que outras formações políticas autoritárias já estavam em curso em outros países, como é o caso de Itália, Alemanha, Portugal e Espanha. As diretrizes governamentais no Brasil objetivavam proporcionar a formação de uma pretensa identidade brasileira, fator aglutinador em torno da ideia de configuração de uma nação única. Desta forma, fez-se uso de recursos dos mais diversos para inculcar essa ideologia que tinha em vista a transformação do Brasil em uma grande Nação. Para tanto, era necessário formar os indivíduos em consonância com os interesses nacionais e as escolas eram consideradas ambientes estratégicos para concretização dessa tarefa.

Nessa conjuntura, a educação da juventude ocupava um lugar de destaque no projeto político de construção do Estado Novo. O Estado deveria modelar o pensamento dos jovens e tutelá-los a fim de que fossem preparados para conviver em um regime marcado pelo autoritarismo. Para garantir o cumprimento desse objetivo haviam programas a serem cumpridos, símbolos a serem difundidos e cultuados e mitos a serem exaltados (SCHWARTZMAN, 1983, p. 83).

Assim, a educação no Estado Novo, em conformidade com o projeto de soberania nacional, estava circunscrita em um projeto estratégico de mobilização controlada que previa a inferência direta do Exército na política educacional a fim de promover “a construção de barreiras eficazes à propagação de doutrinas consideradas perigosas à defesa da nacionalidade” (BOMENY 1999, p. 147).

Ainda de acordo com Bomeny (1999), o que se buscava era a implantação de um grande projeto cívico no Estado Novo. Para tanto, o governo procurava arregimentar e docilizar a juventude. Um exemplo característico dessas iniciativas

governamentais pode ser observado na criação da Organização Nacional da Juventude que, em 1940, resultou no movimento denominado Juventude Brasileira.[129]

Santos (2010) explica que o projeto de nacionalização no Estado Novo era sustentado por um aparato legal adequado. Assim, vários decretos-lei foram publicados com a finalidade de levar a cabo o processo de abrasileiramento do imigrante. Entre esses decretos, os que tiveram impacto direto nas políticas educacionais foram: O Decreto nº 808, de 18 de novembro de 1938 e o Decreto nº 948, publicado no mesmo ano em 13 de dezembro.

Nesse sentido, o campo educacional foi marcado profundamente pelos objetivos nacionalistas presentes nesse período. Com a aprovação do Decreto lei nº 808, de 18 de novembro de 1938, foi criada a Comissão Nacional do Ensino Primário e estabelecidas suas competências:

> a) organizar o plano de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo, mediante a cooperação de esforços do Governo Federal com os governos estaduais e municipais e ainda com o aproveitamento das iniciativas de ordem particular; b) definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira; c) caracterizar a diferenciação que deve ser dada ao ensino primário das cidades e das zonas rurais; d) estudar a estrutura a ser dada ao currículo primário bem como as diretrizes que devam presidir a elaboração dos programas do ensino primário; e) opinar sobre as condições em que deve ser dado nas escolas primárias o ensino religioso; f) indicar em que termos deve ser entendida a questão da obrigatoriedade do ensino primário; g) estudar a questão da gratuidade do ensino primário, opinando sobre as contribuições com que as pessoas menos necessitadas são obrigadas a concorrer para as caixas escolares, bem como sobre o destino a ser dado ao produto destas contribuições (BRASIL, 1938).

Pelas competências citadas é possível notar como nas décadas de 1930 e 1940 buscava-se expansão da escola pública primária. A fim de resolver o problema do analfabetismo e o ensino em Língua Portuguesa era necessário para promover a homogeneização. Para tanto era necessário contar com o apoio de todas as esferas do poder público que precisavam ter seus papeis bem definidos também para cumprir a tarefa de nacionalização do ensino primário. Dessa maneira, ter clareza do tipo de ensino a ser ofertado na cidade e no campo, bem como a elaboração de um programa

[129] Conforme Schwartzman (1983, p. 83), as finalidades dessa instituição paramilitar de apoio ao governo juventude eram essencialmente: 1) a educação moral, cívica e física; 2) a educação pré-militar; 3) a educação doméstica.

nacional para o ensino primário, eram requisitos fundamentais. Contudo, conforme salienta Santos (2010), como a assimilação dos colonos e a nacionalização integral dos filhos dos imigrantes exigia medidas muito complexas, o Decreto nº 948, de 13 de dezembro de 1938, estabeleceu que elas fossem tomadas pelo Conselho de Imigração e Colonização que foi criado para controlar a distribuição de estrangeiros no país.

Conforme Campos (2006, p.104), a preocupação dos governantes do Rio de Janeiro não era apenas o crescimento da população alemã no sul do Brasil. Mais do que isso, era a possibilidade de que esses imigrantes expandissem sua língua e cultura e exercessem influência entre os imigrantes de outras etnias habitantes da região como: italianos, poloneses, romenos e portugueses. Isso porque as condições de ensino nas escolas de imigrantes alemães eram melhores do que naquelas que o Estado estava implantando.

Para reagir a esse “perigo” de dominação cultural alemã no Sul do Brasil, no final da década de 1930, o Estado centralizou o controle do ensino. As medidas tomadas levaram à proibição do ensino familiar e o uso de línguas estrangeiras nas aulas. Os inspetores e superintendes fiscalizavam rigorosamente as práticas escolares. A inspeção dos estabelecimentos de ensino ficou subordinada ao Departamento Nacional de Ensino (CAMPOS, 2006).

Conforme Bomeny (1999), apenas um Estado cuja ideologia fosse precisa poderia levar a cabo um projeto educacional autoritário de dominação e controle para garantir a eficácia do governo na condução das massas. Assim buscava-se em todos os níveis a homogeneização e interferência do exército na política educacional, o que foi fundamental para que esse objetivo fosse concretizado e se mantivesse.

De acordo com Campos (2006, p.107), “os representantes do Governo Vargas chegaram aos níveis mais privados possíveis de intervenção”. Até mesmo panos bordados com dizeres escritos em alemão com letras góticas, que enfeitavam as paredes das casas dos camponeses, eram rasgados e queimados, pois eram considerados indícios de propaganda nazista. No entanto, os dizeres continham frases como: “Se tiveres paz no coração teu casebre é um palácio”, "Deus saúda! Entre e traga sorte para dentro”.

Em âmbito nacional, com a intensificação da fiscalização quanto ao uso da língua portuguesa, também a prática de escutar programas de rádio em língua alemã

foi proibida. Dessa maneira, a ocupação do tempo nas rádios para a transmissão do programa “Hora do Brasil”[130] se tornou obrigatória.

> Os agentes do nacionalismo de Vargas perceberam muito bem que quebrar a unidade linguística significava solapar as bases de uma unidade cultural, de um elo muito forte que mantinha os grupos; significava tirar dos grupos possibilidades de se autogerirem. Essa mesma operação abria ao Estado os caminhos para controle de padrões de conduta dos grupos do Sul do Brasil e, muito importante também, para o controle do trabalho desses mesmos grupos. (CAMPOS, 2006 p. 130).

Já no que diz respeito à atuação da Igreja Católica no período do Estado Novo, de acordo com Horta (2010), foi estabelecida uma forma de relacionamento entre o Estado e a Igreja de modo a assegurar a liberdade ao clero para realizar sua missão. Contudo, na compreensão de Vargas, tal atuação deveria restringir-se ao campo estritamente religioso, ou seja, à pregação e “domínio sobre as almas”. Em contrapartida, a Igreja Católica, por meio da atuação do clero, deveria ensinar aos fiéis a obediência à lei, à disciplina e à ordem de modo a colaborar com a inculcação da ideologia de nacionalização proposta e imposta pelo Estado Novo.

Conforme Campos (2006, p. 127), “diante da ‘pátria nova’ de Getúlio Vargas, a concepção de ‘entidade católica’ toma lugar privilegiado e afirma-se contra o estrangeirismo”. O próprio discurso de Vargas aos bispos brasileiros confirmava esse privilégio ao afirmar que desde o Brasil Colônia, o lugar da Igreja Católica se destaca “como fator preponderante na formação espiritual da raça, e as suas doutrinas e ensinamentos constituem as bases da organização da família e da sociedade”.

Está presente a ideia de um projeto educacional militar para a formação de um estado nacional totalitário de cunho fascista[131]. Nesse sentido, as políticas educacionais ao promoverem práticas de inculcação da ordem, disciplina e exaltação

---

[130] Desde 1931, com o Departamento Oficial de Publicidade, substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), o governo já vinha implantando uma política de controle da informação transmitida pelo rádio e pela imprensa. Quando o DPDC se transformou no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), em 1938, inaugurou-se o programa "Hora do Brasil", transmitido diariamente por todas as estações de rádio, com duração de uma hora, visando à divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional. A partir de 1939 a "Hora do Brasil" passou a ser feita pelo DIP, que tomou o lugar do DNP. O programa destinava-se a cumprir três finalidades: informativa, cultural e cívica (CPDOC – FGV, 2017).

[131] Usado de maneira genérica, fascismo é uma palavra que designa um gênero singularmente multiforme de política moderna, inspirado pela convicção de que um processo de renascimento nacional (palingênese) se tornou essencial para pôr fim a um prolongado período de decadência social e cultural, e expressando-se ideologicamente em uma forma revolucionária de nacionalismo integral (ultranacionalismo) (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996, p. 300).

dos símbolos pátrios incitavam o nacionalismo e a militarização da infância. Os movimentos de direita que surgiram no país, em especial o Movimento Integralista, tinham como alvo o combate ao socialismo e outras ideologias consideradas como uma ameaça ao nacionalismo brasileiro. Entre esses movimentos merece destaque a Juventude Integralista. Apensar de inspirados nos mesmos princípios, o nacionalismo brasileiro começou a entrar em confronto com os outros nacionalismos presentes no país. Dessa forma, o Estado brasileiro tornou-se um Estado militarizado e no início deste período o Estado Nacional implementou uma política nacionalizadora que objetivava a contenção da assimilação dos diferentes grupos étnicos estabelecidos no país. Essa questão era considerada de "segurança nacional" (VECHIA, 2008).

Ainda de acordo com Vechia (2008), esta Campanha de nacionalização, cujo estopim para o desencadeamento deu-se em Curitiba, em 7 de setembro de 1937,[132] tinha como lema: "Antes ignorantes do que traidores". A ação do exército foi preponderante desde a sua concepção até a efetivação desfechada pelo Governo Brasileiro de 1937 a 1945.

Nessa mesma linha, também as Leis Orgânicas de Ensino[133] são direcionadas para níveis estratégicos: o Ensino Primário e Secundário, o Curso Normal, o Ensino Industrial, Comercial e Agrícola. Assim, as reformas aprovadas por Gustavo Capanema, a partir de 1942, procuraram dar novos contornos à educação brasileira.

---

[132]O estopim para desencadear a Campanha de Nacionalização foi aceso em Curitiba, em 7 de setembro de 1937. O General Meira de Vasconcellos, recém-chegado à capital paranaense como Comandante da 5ª. Região militar, ao assistir ao desfile das tropas em comemoração ao dia da Independência do Brasil, não foi recebido com a empolgação que esperava da "gente brasileira', numa ocasião cívica. O Exército esperava que a data máxima da Pátria fosse festejada com a maior imponência possível e, em contraste chocante para o General, o povo de Curitiba o recebeu "com frieza, os jornais mornamente, as sociedades e os colégios, assistiram tristonhamente ao desfilar das tropas de forma indiferente, executaram uma passeata sem entusiasmo e sem vida. O General Vasconcellos descobriu que quem restou para celebrar a data foi a juventude das sociedades dos imigrantes, que desfilou com algum garbo. Considerando uma afronta da população, ele alertou as autoridades militares contra a "atitude que insidiosa e traiçoeira vem minando o ambiente da vida nacional" e decidiu dar início à Campanha de Nacionalização que vinha sendo planejada pelo exército. Curitiba, sede da 5º. Região militar, transformou-se na "Meca do Civismo Nacional"; no Quartel General das operações. Segundo o alto comando do Exército, o lançamento oficial da Campanha em 10 de dezembro de 1937, foi efusivamente festejado por uma plêiade de oficiais do Exército sob o comando de Meira de Vasconcellos, representantes de associações e de escolas, jornalistas e políticos. A Ata do lançamento da Campanha foi assinada por todos que tinham o direito, muito embora segundo observou o General, houvesse "insinceridade por parte de muitos" (BETHLEM, 1939, p. 8-11 *apud* VECHIA, 2008, p. 12).

[133] Os Decretos publicados nos três últimos anos do Estado Novo foram: Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI; Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial (ROMANELLI, 2000, p.153).

Nos Estados, os interventores adotavam medidas controladoras, baixando Decretos para concretizar o projeto varguista de forjar uma nação forte e unida.

Nesse sentido, uma das finalidades do Ensino Secundário, conforme o Artigo 1º do Decreto-Lei n. º 4.244, de 9 de abril de 1942, era “acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística”. Essa lei também determinou, em seu Artigo 20, que a educação militar deveria “ser dada aos alunos do sexo masculino dos estabelecimentos de ensino secundário, ressalvados os casos de incapacidade física”. Os menores de dezesseis anos deveriam receber instrução pré-militar, sendo que diretrizes pedagógicas para essas instruções militares seriam fixadas pelo Ministério da Guerra.

Com relação ao Paraná, especificamente no que diz respeito ao campo educacional, na mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Estado de 1937, o interventor Manoel Ribas informava que houvera melhora no nível educativo do Paraná e que estava sendo realizada uma reforma nos métodos e processos de ensino com vistas à reconstrução do sistema educacional paranaense. Mencionou o fato que vários problemas já haviam sido solucionados principalmente pela aplicação de métodos atuais de ensino, como os dos brasileiros Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, bem como os estrangeiros de Decroly, Montessori, Kiltpatrick, entre outros. Falou também do Código de Educação do Estado - que estava em elaboração - da Semana da Educação, da reativação e criação de Cooperativas Escolares nas instituições públicas, das Escolas Normais e da reformulação do curso de especialização pedagógica com a criação da Escola de Professores para aperfeiçoamento técnico-cultural do magistério (PARANÁ, 1937).

Entretanto, apesar das melhorias mencionadas na mensagem do governador Manoel Ribas, citadas anteriormente, Oliveira e Vogot (2010, p. 14) afirmam que no período entre os anos 1930 e 1945 não ocorreram inovações pedagógicas, a não ser as tentativas feitas por Erasmo Piloto na Escola Normal e de alguns idealistas que desconheciam a revolução. O que ocorreu foi somente a reimpressão dos planos de Grupos-escolares e Escolas isoladas que tinham como orientação fundamental o Código de Ensino elaborado por Prieto Martinez em 1917.

Contudo, conforme Vechia (2008), mesmo antes da deflagração da Campanha de Nacionalização já haviam chegado denúncias ao comandante do exército Pinto de

Oliveira, que na Escola Alemã[134] de Curitiba “tudo” era alemão. Desse modo, o Exército decidiu nacionalizar essa escola e realizou uma intervenção na festa de encerramento do ano letivo, que deveria ser realizada em língua portuguesa. A direção da escola reagiu, mas a campanha saiu vitoriosa, sendo apreendidos centenas de documentos.

É importante ressaltar que não encontramos registros que comprovassem uma intervenção semelhante no colégio dos franciscanos.[135] Apesar das dificuldades para sua manutenção, a instituição continuava ativa. No entanto, no início de 1939,[136] um fato marcaria profundamente a história da Instituição. Em 10 de janeiro, o Interventor Federal do Estado, Manoel Ribas, baixou o Decreto nº 6.149, que visava a nacionalização do ensino no estado.

Dessa maneira foram estabelecidas normas para o registro de escolas particulares, tais como: o diretor e os professores de Português, Geografia e História do Brasil deveriam ser brasileiros natos, o estabelecimento não poderia ser mantido nem subvencionado por governo ou instituição estrangeira, era obrigatório o ensino das disciplinas no idioma nacional. O decreto previa também a multa de dois a três contos de reis ao estabelecimento quando não ensinasse e nem fizesse os alunos cantarem o Hino Nacional e o da Bandeira, não fizesse sua escrituração em português, não adotasse os programas oficiais e não usasse os livros didáticos adotados pela Diretoria Geral de Educação. Em caso de descumprimento das determinações do referido Decreto, o estabelecimento poderia também ser interditado por tempo determinado ou terminantemente fechado.

Em âmbito federal para fazer frente às resistências encontradas no processo de nacionalização do ensino principalmente em áreas rurais, o Decreto-Lei nº. 406 de 4 de maio de 1938, que dispôs sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, e ficou conhecido como Lei da Nacionalização, e determinou sobre a questão educacional que:

---

[134] Não se trata do Colégio Bom Jesus, mas da *Deutsche Schule* fundada em 1869.

[135] De acordo com Arns (1997, p. 151), a Crônica do Convento Bom Jesus (1938) silencia sobre as operações nacionalizadoras que, durante dois anos de guerra, estavam sempre na ordem do dia das autoridades, especialmente encarregados de execução das medidas de segurança nacional.

[136] Nesse ano letivo, a Escola Bom Jesus contava com 343 alunos. No final do ano foi designada pela Diretoria Geral de Educação, uma Banca Examinadora, para os alunos da 4ª série, para verificação do aproveitamento escolar. As denominações encontradas do Estabelecimento variavam: ora Escola Senhor Bom Jesus, ora Colégio Senhor Bom Jesus (STRAUBE, s/d.).

> Art. 85. Em todas as escolas rurais do pais, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas. § 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos. § 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos. § 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa. § 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil. § 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país (BRASIL, 1938).

Com relação à *Deutsche Knabenschule*, cuja localização era urbana, Arns (1997) comenta que o diretor da Escola em 1938, Frei Mateus Hopers, foi falar com o interventor Manoel Ribas a fim de tentar salvar essa escola bilíngue. No entanto, não foi possível evitar o seu fechamento. Já em 1937 todas as providências necessárias haviam sido tomadas o que acarretou inclusive a demissão de professores alemães. Além de proibir o ensino em língua alemã, o decreto reafirmou o veto federal a toda atividade cultural nessa língua.

Diante da publicação do Decreto 6.149, de 10 de janeiro de 1938, o então diretor da Instituição, Frei Mateus Hopers, [137] e o vice-diretor, Frei Ludgero Kroesmann,[138] procuraram tomar medidas para manter a escola em funcionamento. Além disso, tiveram a difícil missão de explicar aos alunos, familiares e professores o alcance da normativa legal anteriormente mencionada de modo a tranquiliza-los na medida do possível.

Nesse sentido foram contratados os professores Ervino Klein e Francisco de Lima para substituir os professores estrangeiros dispensados, face à determinação do decreto. Ainda em consequência, as duas seções, a alemã (a *Deutsche Knabenschule)* e a "brasileira" foram fundidas em uma só, com a denominação de "Colégio Senhor Bom Jesus". Contudo, apesar de toda preparação ocorrida ao longo de 1937, o processo foi muito traumático para a escola que precisou rapidamente adaptar-se às determinações impostas para que não fosse fechada completamente.

Conforme descrito nas Crônicas do Convento Bom Jesus, volume II folha 47, reproduzidas por Arns (1997, p. 15):

> A fusão das duas escolas, há muito tempo estudada dentro duma adaptação que o tempo exigia, fez-se abruptamente, sem tomar em consideração que a colônia alemã católica sempre fora a mais forte resistência ao nazismo. Os franciscanos viram-se numa situação difícil, pois a Mantenedora "*Verein"*

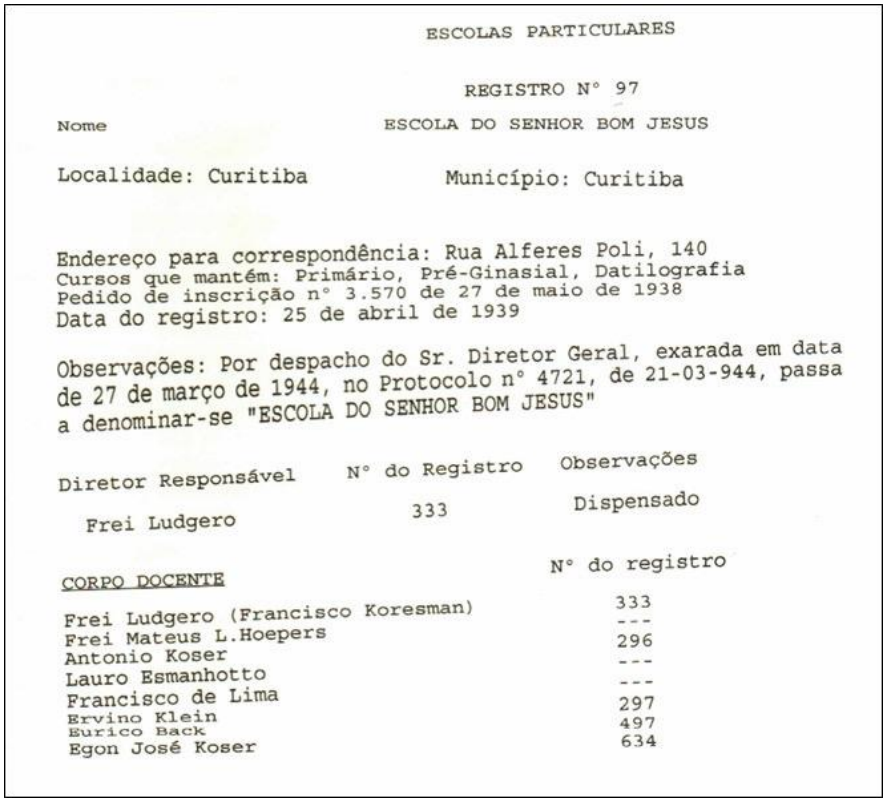
[137] Nascido em São Martinho, Santa Catarina, 31.10.1898 e falecimento no Rio de Janeiro, em 29.03.1983.
[138]Nascido em Münster, Alemanha, 02.01.1914 e falecimento em Curitiba, 23.01.1983.

> deixava de existir. Era ela a Mantenedora não só da Escola bilíngue, mas representava o S.O.S. das duas escolas. Assim, tudo se reduzia à estaca zero.

A instituição já há algum tempo procurava meios para a convivência didática entre as duas seções da escola. Desse modo, os professores de uma escola também atuavam como substitutos na outra quando era necessário. Mas a ofensiva da campanha nacionalizadora lançando mão, entre outros meios de imposições legais, não permitiu que a escola bilíngue se mantivesse em funcionamento. Diante dessas dificuldades, sobretudo de ordem financeira, algumas iniciativas foram tomadas, entre as quais pode-se destacar a criação da Academia de Datilografia Olympia, em 18 de novembro de 1938. Essa academia tinha como objetivo oferecer um melhor preparo aos alunos para enfrentar a vida profissional futura e traria mais recursos para colaborar na manutenção da escola.

Vale ressaltar que, naquela época, o conhecimento e a destreza na datilografia eram importantes e exigidos nos concursos públicos e admissões particulares, sendo a máquina de escrever um instrumento fundamental nos escritórios. Tal como o da escola, o registro da Academia de Datilografia foi também providenciado, tendo a Diretoria Geral da Educação, em 25 de abril de 1939, expedido o respectivo documento sob nº 97 conforme expresso na figura a seguir:

FIGURA 21 - CÓPIA DO DOCUMENTO DE REGISTRO DA ESCOLA EM 1939



ESCOLAS PARTICULARES

REGISTRO N° 97

Nome ESCOLA DO SENHOR BOM JESUS

Localidade: Curitiba Município: Curitiba

Endereço para correspondência: Rua Alferes Poli, 140
Cursos que mantém: Primário, Pré-Ginasial, Datilografia
Pedido de inscrição n° 3.570 de 27 de maio de 1938
Data do registro: 25 de abril de 1939

Observações: Por despacho do Sr. Diretor Geral, exarada em data de 27 de março de 1944, no Protocolo n° 4721, de 21-03-944, passa a denominar-se "ESCOLA DO SENHOR BOM JESUS"

Diretor Responsável	N° do Registro	Observações
Frei Ludgero	333	Dispensado

CORPO DOCENTE	N° do registro
Frei Ludgero (Francisco Koresman)	333
Frei Mateus L.Hoepers	---
Antonio Koser	296
Lauro Esmanhotto	---
Francisco de Lima	---
Ervino Klein	297
Eurico Back	497
Egon José Koser	634

Fonte: Setor Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

A Academia de Datilografia Olympia, conforme relata Arns (1997), foi uma das diversas propostas aventadas para tentar salvar o colégio do caos econômico. Sua criação foi concretizada a partir de uma promoção realizada pela empresa alemã fabricante de máquinas de escrever, Olympia. Para poupar recursos, inicialmente foi designado um franciscano para gerenciá-la. Porém, já no ano seguinte, foram os leigos que assumiram a administração da Academia de Datilografia, na qual atuaram professores como: Luiz Bonamin, Osvaldo Arns, Nunes Leal, Felipe e Bertodo Arns.

Na imagem a seguir é possível ter uma ideia de como era a sala de datilografia da Academia Olympia em 1938:

FIGURA 22 - SALA DE DATILOGRAFIA “OLYMPIA” EM 1938

Fonte: Arquivo Pró-memória Colégio Bom Jesus

Na figura anterior estão presentes os Freis Mateus Hopers e Ludgero Kroesmann, então diretor do colégio, bem como os professores: Francisco de Lima, Ervino Klein, Anton Gossner e Lauro Esmanhoto. Como se pode notar, tratava-se de uma sala de aulas com 10 máquinas de escrever. Os alunos estão uniformizados e os professores vestidos de terno e gravata.

Nota-se pela fotografia que a preocupação com uma boa apresentação por parte dos professores, no que diz respeito ao traje utilizado para trabalhar na instituição, fazia parte do seu cotidiano. Da mesma forma, os alunos estão todos uniformizados, vestindo camisa e paletó com botões que dão às vestimentas características de indumentária militar. A imagem na parede ao fundo e as mesas com as máquinas mostram que o espaço foi preparado para ser um ambiente adequado especificamente para as aulas de datilografia.

A denominação Academia de Datilografia “Olympia” decorre da marca das máquinas de escrever utilizadas, visando à Academia oferecer aos alunos outra oportunidade de preparação para o trabalho (STRAUBE, s/d.). Na figura a seguir é possível ter uma visão geral das instalações da Escola de Datilografia “Olympia” em 1938.

FIGURA 23 - VISTA GERAL DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA DE DATILOGRAFIA OLYMPYA EM 1938

Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus

Conforme já mencionado, a criação dessa Escola de Datilografia deve-se, entre outras razões, ao fato de a escola passar por um período difícil na sua trajetória, correndo o risco inclusive de ser fechada por falta de recursos financeiros. Além disso, é preciso acrescentar todos os problemas decorrentes da II Guerra Mundial que levaram à perseguição aos imigrantes alemães e às instituições por eles fundadas.

Essa Escola de Datilografia foi em algumas ocasiões o sustentáculo financeiro da entidade, chegando a complementar a folha de pagamentos dos funcionários[139]. Também foi elaborado posteriormente um manual de datilografia pelos professores Felipe Arns, Luiz Bonamin e René Reis. Nesse sentido é preciso notar como a necessidade de a Escola Bom Jesus conseguir recursos para manter-se em funcionamento levou também à uma adaptação às demandas da própria cidade de Curitiba nesse momento, cujas atividades no ramo do comércio, entre outras que exigem o domínio da datilografia, estavam em desenvolvimento.

[139] Em 1953, ano em que Frei João Crisóstomo Arns chegou em Curitiba para assumir a direção do Colégio Bom Jesus, a Academia Olympia era o único curso autossustentado e seu *superávit* chegou a complementar a folha de funcionários de outros cursos da Sociedade Ginásio Senhor Bom Jesus (ARNS, 1997, p. 116).

Em 1938, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela escola, o ano letivo foi encerrado em clima de festa com a distribuição de prêmios, realização de leilões, entre outras atividades. Porém, em virtude da conjuntura que estava posta, a direção da escola elaborou um extenso folheto explicativo para esclarecer o aspecto da nova situação e animar a comunidade para o prosseguimento das obras de educação, apesar de todas as condições desfavoráveis (ARNS, 1997).

A escola de um modo geral, na década de 1930, possuía uma estrutura compatível para atender sua demanda de alunos na época, cuja soma antes do fechamento da escola bilíngue girava em torno de 300 a 500 alunos, conforme o número de matrículas em cada ano. Em 1935, por exemplo, conforme Arns (1997, p. 110-116), que reproduz os dados das crônicas do Convento, os números eram: Alunos do Colégio: Luso-brasileiros: 192; Teuto-brasileiros-brasileiros: 262. Já em 1937 e 1938 a estatística indicada nas crônicas registra: 460 e 320 alunos respectivamente, apenas do Colégio Bom Jesus.

Na figura a seguir é possível ter uma ideia de como eram as salas de aula na escola na década de 1930.

FIGURA 24 – SALA DE AULA NOS ANOS 30

Fonte: Arquivo Pró-memória - Colégio Bom Jesus

O crucifixo dependurado no centro da parece acima do quadro-negro - o que é comum encontrar em escolas confessionais católicas - é um dos símbolos que expressam a centralidade ocupada pela religião na escola. Carteiras com tampa-tinteiros e porta lápis alinhadas, cujas cadeiras estavam unidas às mesas, mostram uma configuração do espaço destinado aos alunos nas aulas. Na frente da sala, à direita, é possível ver um órgão certamente utilizado para aulas de música.

Com a Campanha de Nacionalização, as entidades com denominação alemã tiveram que trocar as suas designações. Assim, por exemplo, a *Teuto Brasilianische –Turnverein*, (Sociedade de Ginástica Teuto Brasileira) passou a ser designada em 1938 como Sociedade de Cultura Física Jahn e, em 1944, como Sociedade Duque de Caxias. Já a *Deutscher Sängerbund* passou a ser denominada Sociedade Concórdia. A *Deutsche Schule,* (Escola alemã protestante) trocou seu nome para Colégio Progresso e a *Handwerker Unterstuetzungs Verein* (Sociedade Beneficente dos Operários Alemães) passou a ser denominada como Sociedade Rio Branco (ARNS, 1997).

Nesse sentido, conforme salienta Campos (2006), as intervenções incidiram principalmente no uso da língua, que foi alvo de uma política nacionalizadora, cujas ações foram direcionadas principalmente para as regiões que concentravam imigrantes alemães. Em razão do seu forte vínculo com a cultura de sua pátria de origem, as regiões que concentravam imigrantes alemães eram consideradas as maiores ameaças ao projeto de unificação nacional almejado.

Para a Escola Senhor Bom Jesus, no entanto, com relação ao nome da Instituição, nada foi mudado, pois a denominação anterior em língua alemã já não mais prevalecia. Nesse sentido, a Diretoria Geral da Educação, por meio de despacho de 21 de março de 1944[140], reconheceu oficialmente o estabelecimento com a denominação de “Escola do Senhor Bom Jesus”, a qual nesse momento contava com oito professores, conforme constava no documento de registro citado anteriormente. Também é importante ressaltar que, nesse ano, quem assumiu a direção do colégio foi o vice-diretor, Frei Ludgero Kroesmann, pois seu antecessor, frei Mateus Hopers, fora eleito Ministro Provincial. Como era alemão, frei Ludgero precisou se naturalizar para poder assumir a direção da escola.

[140] Conforme o documento da Diretoria Geral de Educação citado, p.159.

Um fato importante que ocorreu nesse período, diretamente relacionado com a história do Colégio Bom Jesus, foi o fechamento do jornal "D*er Kompass",* em 20 de junho de 1941. O "*Der Kompass"* foi fundado por Frei Ciríaco em 1902 e era editado por Emil Heinz e Hans Doetzer nas dependências do Colégio Bom Jesus. A publicação, toda em alemão, era trimestral. O jornal, além de contar com um público majoritariamente católico, teve também alguns leitores da comunidade protestante de Curitiba de língua alemã. Os temas abordados eram diversos, não ficando restrito à esfera religiosa. As notícias publicadas diretamente da Alemanha colaboravam eficazmente para manutenção dos laços com a pátria de origem dos leitores e editores (ARNS, 1997).

O "*Der Kompass"* era um instrumento a serviço do cultivo e preservação da germanidade e dos valores da religião cristã católica em Curitiba. Por ser um jornal de cunho católico cristão travou verdadeiras “batalhas” com a imprensa laica e anticlerical de Curitiba em vários períodos, desde sua fundação até seu fechamento em 1941. Entre seus opositores estava o periódico teuto-brasileiro de Curitiba, "*Der Beobachter".* Contudo, apesar das disputas, o ""*Der Kompass""* foi o único periódico publicado em língua alemã que resistiu às consequências da Primeira Guerra, ainda que tenha tido um intervalo sem publicações entre 1917 e 1919. Também merece destaque o fato do jornal conseguir continuar publicando durante os primeiros anos do Estado Novo, ainda que fosse com adaptações editoriais por conta das campanhas nacionalizadoras (DOKUMENTE.BR. 2016).

Outra organização importante relacionada ao Colégio Bom Jesus e que também precisou passar por mudanças para não deixar de existir foi o *Josephs-Verein.* Até 1938 essa Associação foi o sustentáculo financeiro das duas seções da escola dirigida pelos franciscanos. Conforme Arns (1997, p. 124), “o “*Josephs-verein*” também teve suas horas difíceis, de explicações necessárias na área, cada vez mais sensível, da nacionalização das instituições estrangeiras”.

Ainda conforme Arns (1997), a última ata do *Josephs-Verein*, redigida em língua alemã, data de 27 de abril de 1938 e refere-se aos preparativos para a festa do jubileu de prata a ser celebrado em março do ano seguinte. Já a ata de 08 de junho de 1938 registra a necessidade de acabar com as encrencas na associação. Para que os sócios tivessem mais benefícios canônicos, o Provincial dos franciscanos sugeriu a fundação de uma Congregação Mariana dentro do *Josephs-Verein*. Contudo, a ideia não foi muito bem recebida pela diretoria. Na ata da Assembleia Geral de 16 de

outubro de 1940 registrou-se a reorganização da seção esportiva e teatral do *Josephs-Verein*, que passou a ser identificada pela abreviação U.S.J. (União São José). A política de nacionalização do Estado Novo mostrava cada vez mais a sua força.

5.2 A CRIAÇÃO DO GINÁSIO: UMA ALTERNATIVA PARA CONTINUAR EDUCANDO E CATOLICIZANDO

Em um momento conturbado da história do Colégio Bom Jesus, chegou a Curitiba, em 31 de janeiro de 1945, em plena II Guerra Mundial, Frei Quirino Adolpho Schmitz,[141] para substituir Frei Ludgero Krösmann na direção da instituição. No mínimo é possível supor que a principal razão para essa mudança se deve à necessidade de colocar na direção da escola um frade de nacionalidade brasileira.[142]

Em âmbito nacional, nesse período, convém salientar, conforme Romanelli (2000), que após a queda de Vargas e durante o Governo Provisório, a Lei Orgânica do Ensino Primário exarou diretrizes gerais que organizaram esse nível de ensino. Também foram lançados decretos para organização do ensino normal e do ensino agrícola e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.[143]

Com relação ao Paraná, Eckstein (2013) afirma que o Governador Moyses Lupion, ao assumir o Governo em 1945, entre outras ações, criou a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, que seria responsável pela inserção e controle dos imigrantes no estado. Na mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa em 1º de maio de 1948, Moyses Lupion, ao falar sobre a situação da educação no estado, comentou que, apesar dos gastos em 1947 terem sido altos, a estrutura educacional paranaense ainda era muito deficitária para atender aos alunos que solicitavam matriculas no ensino primário. Além do problema da falta de recursos materiais, o governador mencionou também a questão do rendimento escolar e destacou: “o problema da formação da personalidade, da formação moral, da formação da sociabilidade, da

[141] Nascido em Gaspar, Santa Catarina, 22.11.1918.

[142] Conforme determinava o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938 e o Decreto-Lei 1.545 de 15 agosto de 1939.

[143] Os Decretos-Lei aprovados foram: Decreto-Lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional; Decreto-Lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal; Decretos-Lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC; Decreto-Lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola (ROMANELI, 2000, p. 154).

formação cívica", questões essas que segundo ele demandavam muito mais "do que a aquisição de um mínimo exigível de conhecimentos" (PARANÁ, 1948, p. 11).

Na Escola do Senhor Bom Jesus a falta de recursos era uma realidade vivida há vários anos. No entanto, a escola se mantinha, sobretudo em razão da colaboração da Ordem Franciscana e principalmente da comunidade católica alemã de Curitiba. Dom Frei Quirino Schmitz narra com detalhes as dificuldades para manter a instituição em funcionamento:

> 1. O PRIMEIRO PROBLEMA. Eram poucos os alunos matriculados na Escola. Não chegavam a 200. Os pais preferiam matricular os filhos em estabelecimentos que tivessem também o curso ginasial e colegial: Nós só tínhamos o curso primário, felizmente, com ótimos professores!
> (SCHMITZ, s/d., p. 1).

Pela maneira como Frei Quirino descreve a situação percebe-se que uma das razões da escola estar com poucos alunos matriculados era por ofertar apenas o curso primário. O fato de contar com excelentes professores, no curso primário ofertado, não era suficiente para atrair uma quantidade de alunos mais adequada para a manter a instituição em funcionamento, pois conforme consta no relato, os pais preferiam colocar seus filhos em escolas que oferecessem a possiblidade dos mesmos continuarem seus estudos.

> 2-O QUE FAZER? Os professores e eu, com também os confrades do Convento, começamos a nos perguntar: "O que fazer?" Mais uma das nossas escolas poderia fechar suas portas, como outras da Província já o tinham feito. Estávamos ante o dilema: progredir ou continuar "vegetando" até morrer!! (SCHMITZ, s/d., p. 1).

Nesse cenário, postulava-se para a Escola Senhor Bom Jesus a criação do Curso Ginasial de 4 anos, o que implicava, entre outras exigências, a preparação de um processo com documentos, fotografias e plantas do prédio, das salas de aula, das instalações de educação física, bibliotecas e pátios, entre outros. A sede do Ginásio seria também no prédio da Rua Alferes Poli, inaugurado em 1926.

Nesse sentido, com relação à estrutura exigida para o funcionamento de um Ginásio o Decreto-Lei 4.244 de 9 de abril de 1942 - Lei orgânica do Ensino Secundário - no Artigo 84 estabelecia que os estabelecimentos de ensino secundário, para poderem funcionar, deveriam "satisfazer, quanto à construção do edifício ou dos edifícios que utilizarem e quanto ao seu aparelhamento escolar, as normas pedagógicas estabelecidas pelo Ministério da Educação" (BRASIL, 1942).

Com relação aos documentos necessários, o Decreto Lei n. º 8.347, de 10 de dezembro de 1945, que, entre outros, deu nova redação ao Artigo 85 do Decreto-Lei 4.244/42, exarou a necessidade de que cada estabelecimento de ensino secundário organizasse um regimento para definir “a sua organização e a sua vida escolar, e bem assim o seu regime disciplinar, claramente definido para os respectivos corpos docente, discente e administrativo” (BRASIL, 1945).

Quanto à ideia de criar o ginásio, Frei Quirino relata que os professores foram os primeiros que tiveram a ideia de abrir um ginásio, continuando o curso primário. No entanto, como estava em dúvida sobre a forma de dar o primeiro passo para que o ginásio fosse criado, resolveu falar com o Ministro Provincial, frei Ludovico Gomes de Castro (SCHMITZ, s/d., p. 1).

Apesar da ideia de criação do ginásio ser compartilhada pelos professores, Frei Quirino teve a precaução de consultar seu superior, o Ministro Provincial. Aliás, é preciso lembrar que um dos votos feitos pelos frades é o de obediência. Não se tratava de uma decisão simples, pois demandaria inclusive recursos financeiros. No entanto, era o futuro do funcionamento da escola que estava em jogo. E Frei Quirino relata também a resposta de seu superior:

> 4-QUE ACHOU O PROVINCIAL? Frei Ludovico me ouviu com atenção, fazendo as mais variadas perguntas. Depois de tudo, sentenciou: Não deixe fechar a escola! Procure dar os passos necessários para que isso não aconteça! Para mim, não havia dúvida. Aquilo que os professores pediam, poderia salvar a querida escola, fundada no dia 11 de maio de 1896 (SCHMITZ, s/d p. 1).

Considerando ter recebido uma resposta afirmativa do padre Provincial, Frei Quirino tratou logo de tomar as primeiras providências para que a proposta de criação do Ginásio pudesse ser concretizada. Entre outras medidas foi criada a mantenedora “Sociedade Ginásio Bom Jesus” como base legal para fundação do ginásio. Essa mantenedora tinha como sócios alguns professores. Esses sócios professores gozavam de absoluta confiança da comunidade, pois tratava-se dos eminentes mestres, prof. Antônio Koser, prof. Francisco de Lima e prof. Eurico Back (ARNS, 2002, p. 100).

No entanto faltavam os recursos para comprar equipamentos e preparar a escola adequadamente para oferecer o curso ginasial. Foi então que os professores da época decidiram doar a soma de seus salários, 300 mil réis, para que o projeto de

criação do ginásio pudesse seguir em frente com a oferta do primeiro ano do curso. Depois desse gesto outras escolas também se solidarizaram e auxiliaram com empréstimos e doações de materiais e objetos necessários. Diante desses fatos, a Província Franciscana decidiu dar uma solução definitiva à situação precária em que se encontrava a escola, devolvendo o salário doado pelos professores e disponibilizando recursos para que o curso ginasial fosse integralmente ofertado (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, n.º 59).

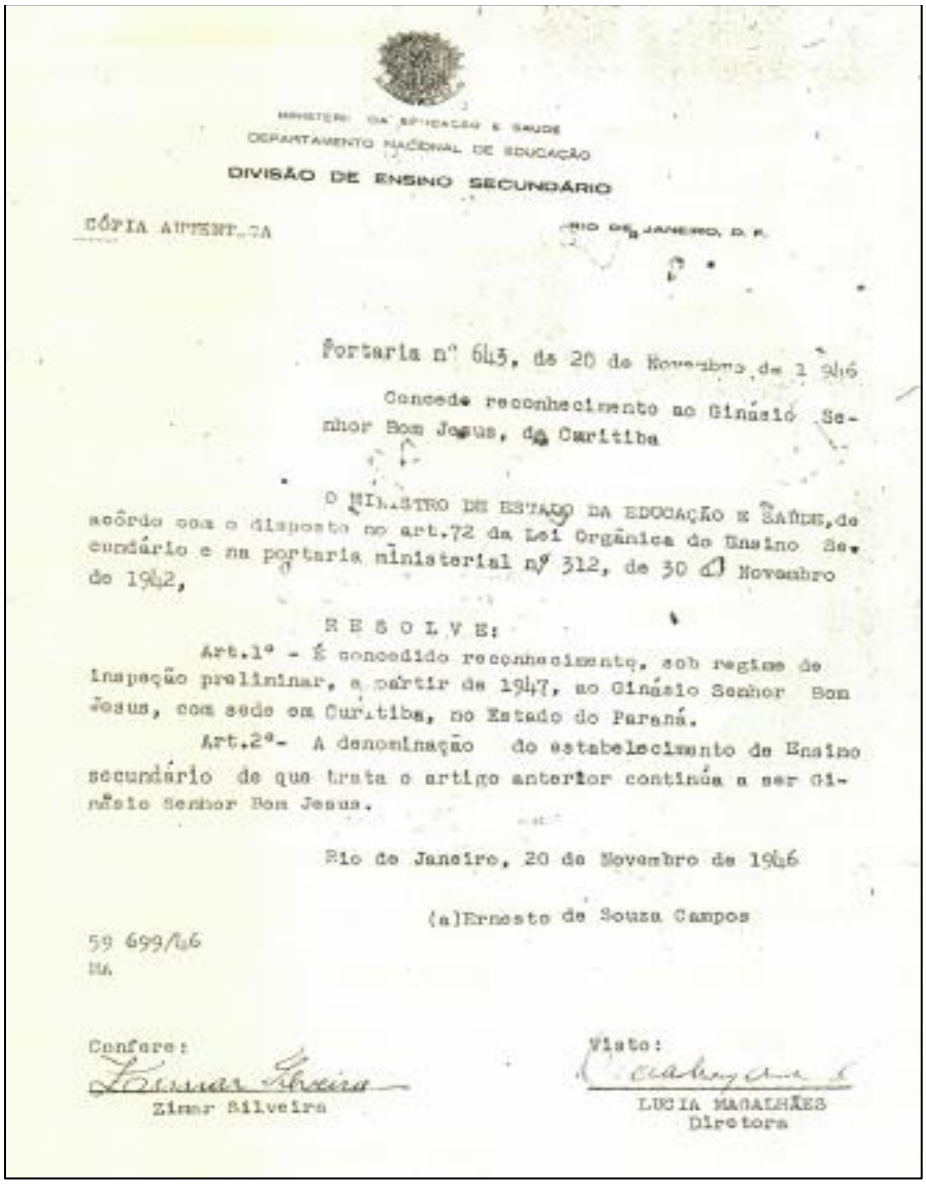
Frei Quirino foi pessoalmente ao Ministério da Educação no Rio de Janeiro, em junho de 1945, a fim de obter autorização para concretizar seu objetivo.

> 5-DEI OS PASSOS. Talvez os passos tenham sido largos demais, mas eu achava que era isso que se podia fazer para salvar a escola. Preparei toda a papelada, com pedido de inspeção prévia para o Ginásio Bom Jesus. No dia 29 de junho de 1946, o último dia útil para esse pedido ser apresentado ao MEC, peguei o avião, um velho DC# da Real (Hoje extinta) e segui para o Rio de Janeiro. Na escala em São Paulo, liguei para o Provincialado, informando que estava a caminho do Rio para tratar da fundação do novo ginásio. Quem me atendeu, foi o Vice-Provincial, Frei Heliodoro Muller que me deu a licença para a viagem (SCHMITZ, s/d p. 1).

Tal proposta foi oficializada pela Portaria do Ministério da Educação e Saúde[144] nº 643, de 20 de novembro de 1946. O curso ginasial foi autorizado para começar a funcionar no ano seguinte. Para tanto ocorreu uma Inspeção Federal, de modo que a instituição passou a ser denominada “Ginásio Senhor Bom Jesus”, conforme o Art. 2º da Portaria exarada, expresso na figura a seguir:

[144] Na época era ministro, Ernesto de Souza Campos.

FIGURA 25 – PARTE DO DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO GINÁSIO EM 1946



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO

CÓPIA AUTENTICA — RIO DE JANEIRO, D. F.

Portaria nº 643, de 20 de Novembro de 1946

Concede reconhecimento ao Ginásio Senhor Bom Jesus, de Curitiba

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, de acôrdo com o disposto no art.72 da Lei Orgânica do Ensino Secundário e na portaria ministerial nº 312, de 30 de Novembro de 1942,

R E S O L V E:

Art.1º - É concedido reconhecimento, sob regime de inspeção preliminar, a partir de 1947, ao Ginásio Senhor Bom Jesus, com sede em Curitiba, no Estado do Paraná.

Art.2º- A denominação do estabelecimento de Ensino secundário de que trata o artigo anterior continúa a ser Ginásio Senhor Bom Jesus.

Rio de Janeiro, 20 de Novembro de 1946

(a)Ernesto de Souza Campos

59 699/46
MA

Confere:
Zimar Silveira

Visto:
LUCIA MAGALHÃES
Diretora

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

O documento citado concedeu reconhecimento ao Ginásio Senhor Bom Jesus de Curitiba sob regime de inspeção preliminar a partir de 1947. Frei Quirino descreve mais alguns detalhes importantes de sua ida ao Rio de Janeiro com o objetivo de obter a autorização para abertura do ginásio que merecem ser citados:

> Chegando ao Rio, fui direto ao Ministério, onde a diretora do Ensino Secundário me recebeu. Ela era conhecida por suas atitudes rígidas e sua inflexibilidade. Recebeu minha pasta com os papeis e, no meio deles, uma estampa de Santo Antônio. Ela olhou o santinho e perguntou: “Ele também faz parte dos documentos?” Ante minha resposta afirmativa, repôs o Santo Antônio com satisfação, no lugar onde estava. E, agora, vejam a força da

> intercessão do santo: dentro de poucos dias estava concedida a inspeção prévia para o Ginásio Bom Jesus. Foi este o primeiro passo para se conseguir a portaria de funcionamento do ginásio, o que se deu no dia 20 de novembro de 1946 (SCHMITZ, s/d p. 2).

A reforma de ensino vigente, fixada pelo Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, denominada de "Reforma Capanema[145], modificou a anterior conhecida como Reforma Francisco Campos.[146] Agora, segundo a Lei Orgânica do Ensino Secundário, o curso fundamental, que antes tinha duração de cinco anos, passou a ser denominado curso ginasial com duração de quatro anos. Já o Curso Complementar de dois anos passou a ser chamado Curso Colegial com a duração de três anos, compreendendo o Clássico e o Científico. A referida lei só admitia duas denominações para os estabelecimentos de ensino secundário, a saber: Ginásio, oferecendo o curso de primeiro ciclo do ensino Secundário ou Ginasial e o Colégio, de segundo ciclo ou Colegial.

Ainda em 1946 foi fundada a Associação dos Professores do Ginásio Senhor Bom Jesus, que tinha como objetivo propiciar recursos financeiros para a manutenção do curso ginasial recém-criado. O primeiro exame de admissão ao curso Ginasial foi realizado no mês de dezembro de 1946 e contou com 100 candidatos. Foram realizadas provas escritas e orais de Português e Aritmética e para as disciplinas de História e Geografia foram realizadas apenas provas escritas. A média mínima para aprovação deveria ser cinco.

Nessa ocasião participou o inspetor federal Armando Jorge Machado Lima. A banca examinadora era formada pelo diretor Frei Quirino Schmitz e os professores Francisco de Lima e Francisco Frigério. Vale destacar que apesar da escola estar precisando de alunos para se manter, já que se tratava de uma escola particular, ocorreu a reprovação de 33 candidatos. Em fevereiro de 1947 o exame de admissão em segunda chamada contou com 40 candidatos inscritos. Nesse exame foram aprovados mais 28 candidatos. Frei Quirino afirma que "ante nossa falta de recursos,

---

[145] Gustavo Capanema foi Ministro da Educação e Saúde, no governo do Presidente Getúlio Vargas. Art. 1º O ensino secundário tem as seguintes finalidades: Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes. 2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística. 3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

[146] Conforme o Decreto-Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931 o ensino secundário compreendia dois cursos seriados: fundamental e complementar. O Curso fundamental era de 5 anos e complementar de 2 anos.

os professores Francisco de Lima, Eurico Back e Antônio Koser se cotizaram e só assim, pudemos comprar o equipamento indispensável para o curso" (SCHMITZ, *apud* ARNS, 1997, p.133). O ano letivo começou no primeiro dia do mês de março. A 1ª série do curso ginasial contava então com 68 alunos matriculados[147]. "No currículo constavam as disciplinas de Português, Latim, Francês, Matemática, História Geral, Geografia Geral, Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico" (STRAUBE, s/d.).

Se, comparado, esse elenco citado com o exigido para a primeira série do curso ginasial pelo Decreto lei 2.44 de 9 de abril de 1942 percebe-se que estão em perfeita harmonia. Conforme exarado no Art. 11 do Decreto mencionado: "As disciplinas indicadas no artigo anterior terão a seguinte seriação: Primeira série: 1) Português, 2) Latim, 3) Francês, 4) Matemática, 5) História geral, 6) Geografia geral, 7) Trabalhos manuais, 8) Desenho, 9) Canto orfeônico" (BRASIL, 1942).

No que diz respeito ao Ensino Religioso especificamente, o Decreto 4.244 de 9 de abril de 1942 determinava em seu Artigo 21º: "O ensino de religião constitui parte integrante da educação na adolescência, sendo lícito aos estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nos estudos do primeiro e do segundo ciclo". E esclarecia em Parágrafo único, quanto ao regime didático e ao conteúdo desse ensino que: "Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica" (BRASIL, 1942).

Com relação ao Ginásio Bom Jesus, chama atenção no elenco de disciplinas citado a falta do idioma alemão, em razão da proibição legal, bem como a ausência de disciplinas como História Sagrada ou Ensino Religioso. Todavia, conforme relato do diretor na época, Frei Quirino Schmitz, o Bom Jesus era um Ginásio católico no qual o ensino religioso recebia uma atenção especial:

> Sendo Ginásio católico, **é natural que se desse a maior atenção possível ao ensino religioso**. Lembro-me como fomos apreciados por dois padres de então. Com prazer cito seus nomes: o primeiro, Padre Geraldo Fernandes (Claretiano), mais tarde arcebispo de Londrina (PR). Chegou a emprestar o seu nome para figurar entre os professores do Ginásio! O outro, Monsenhor Jerônimo Mazzarotto (Pároco de S. Teresinha), hoje bispo emérito de Curitiba (com mais de 100 anos de idade). Diziam eles: **"O Ginásio de vocês é católico; o de alguns outros é apenas- Colégio de católicos".** Era muito elogio para nós! **Eu, como Diretor do Ginásio, dava as aulas de religião**. (SCHMITZ, s/d., p.4).

[147] O primeiro Inspetor Federal designado em março de 1947, pelo Ministério da Educação e Saúde para o curso Ginasial, foi Aldo Penteado de Almeida (STRAUBE, s/d.).

Nota-se, pelo relato de Freio Quirino, que a importância dada às aulas de religião não se justificava apenas pela garantia de que esse conteúdo doutrinal fosse transmitido aos alunos, mas principalmente pelo fato da formação religiosa católica oferecida na escola caracterizar a identidade da instituição. Nesse sentido também o uso do Novo Testamento pelos alunos era obrigatório, conforme segue a descrição de Freio Quirino:

> O uso do NT (Editora Vozes) era obrigatório. Com ele dávamos quase todas as aulas, **assistidas por católicos e não católicos**. Adotávamos o seguinte método: escolhido o trecho, seguia-se a leitura e o comentário. Depois, o mesmo texto era dialogado por todos. Havia o narrador e as outras personagens que ocorriam e o povo. Esse tipo de leitura cativava os alunos. Mais de 40 anos depois, um aluno daquele tempo, veio visitar-me. Era um empresário, de religião menonita. Ele se lembrava das aulas de religião e vinha agradecer-me por lhe ter dado a oportunidade de participar delas (SCHMITZ, s/d p. 4, grifo meu).

O fato descrito por Freio Quirino revela detalhes da metodologia utilizada com os alunos – nem todos católicos - nas aulas de religião. A escolha do texto, a leitura, o comentário e posteriormente a "leitura teatral dialogada" colaboravam para a transmissão dos conteúdos bíblicos-doutrinais e a inculcação dos comportamentos deles decorrentes nos alunos. O comportamento de agradecimento no exemplo do ex-aluno citado revela como as marcas da formação religiosa cristã oferecida na escola criava raízes profundas.

Atrelada à formação religiosa oferecida no colégio, com relação à atuação pastoral de Frei Quirino convém mencionar, de acordo com Straube (s/d), que no final da década de 1940 o então diretor do Colégio Bom Jesus realizava na Rádio Guairacá de Curitiba um programa intitulado: "A voz de São Francisco". Esse programa de rádio franciscano ia ao ar todas às sextas-feiras às 20h15min. Mantinha também outro programa denominado "Na encruzilhada dos tempos novos", na Rádio Emissora Paranaense que ia ao ar às segundas, quartas e sextas-feiras às 18h15min.

A figura a seguir demonstra como na contracapa dos cadernos dos alunos constava convite informando os dias e horários dos programas radiofônicos ligados ao ginásio.[148]

[148] Consta também, na parte superior da contracapa do caderno, o anúncio para fazer o curso de Datilografia oferecido pela Academia de Datilografia Olimpya.

FIGURA 26 – CONTRACAPA DE CADERNO UTILIZADO NO GINÁSIO

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

O relato do ex-aluno Francisco Strasser, que foi aluno da Instituição entre 1947 e 1954, tendo cursado as 5 séries do curso primário e as 4 séries do curso ginasial traz alguns registros importantes sobre a formação religiosa oferecida na escola.

> As aulas de Catecismo e História Sagrada eram ministradas pelos próprios Professores. Mas, de vez em quando, Frei Quirino assumia a sala para ministrar aulas especializadas de Religião. Aos sábados, Frei Quirino reunia todos os alunos, no Salão Nobre, após o recreio, para o ensaio dos Cantos e Orações da Missa Dominical. As aulas somente eram encerradas quando todos os Cantos estavam bem ensaiados, senão, havia “reprise”. Havia uma Missa dentro do horário de aulas, quartas-feiras, e também a Missa Dominical, somente dispensada aos alunos não católicos. A preparação anual para a 1ª Comunhão também era feita por Frei Quirino. (STRASSER *apud* ARNS, 1997, p. 134-135).

Em consonância com o que solicitavam os documentos eclesiásticos ao longo da história, entre eles a Encíclica *Divini Illius Magistri* de Pio XI, que tratava especificamente da educação cristã da juventude, o Ginásio Bom Jesus procurava formar o verdadeiro cristão que também é o cidadão mais nobre e útil. De acordo com

o Papa Pio XI (1929, *sic.*): “O fim próprio e imediato da educação cristã[149] é cooperar com a graça divina na formação do verdadeiro e perfeito cristão, isto é, formar o mesmo Cristo nos regenerados pelo Baptismo”.

O alinhamento a essas prerrogativas pode ser constatado na preparação oferecida na escola para a Primeira Comunhão. A participação constante nas missas, inclusive durante a semana, no horário das aulas, além das dominicais, o ensaio de cantos, as orações, são práticas que confirmam a relevância do aspecto religioso na caracterização da cultura escolar do Colégio Bom Jesus. A figura a seguir mostra um grupo de alunos comungantes na década de 1940 com seus familiares no pátio da Igreja, acompanhados de Frei Quirino Adolfo Schmitz.

FIGURA 27 - COMUNGANTES COM SEUS FAMILIARES NA DÉCADA DE 1940

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

Outra fotografia da época mostra os alunos neocomungantes em 7 de outubro de 1945, acompanhados de Frei Quirino Adolfo Schmitz e Professor

[149] Precisamente por isso a educação cristã abraça toda a extensão da vida humana, sensível, espiritual, intelectual e moral, individual, doméstica e social, não para diminuí-la de qualquer maneira, mas para a elevar, regular e aperfeiçoar segundo os exemplos e doutrina de Cristo. Por isso o verdadeiro cristão, fruto da verdadeira educação cristã, é o homem sobrenatural que pensa, julga e opera constantemente e coerentemente, segundo a sã razão iluminada pela luz sobrenatural dos exemplos e doutrina de Cristo; ou antes, servindo-Nos da expressão, agora em uso, o verdadeiro e completo homem de carácter. Pois que não é qualquer coerência e rigidez de procedimento, segundo princípios subjectivos, o que constitui o verdadeiro caráter, mas tão somente a constância em seguir os eternos princípios da justiça, como confessa o próprio poeta pagão quando louva, inseparavelmente, “o homem justo e firme em seu propósito”. Por outro lado, não pode haver justiça perfeita senão dando a Deus o que é de Deus, como faz o verdadeiro cristão (PIO XI, 1929, *sic*.).

Ervino Klein. O 10º aluno da 1ª fila é o atual cineasta Silvio Lüer Bach (STRAUBE, s/d.), conforme se pode ver na figura a seguir:

FIGURA 28 – AUNOS NEOCOMUNGANTES EM 1945

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus.

Pelas figuras e relatos de ex-alunos citados, é possível observar que os conteúdos ensinados na escola e as práticas exercitadas - que estavam em consonância com as exigências legais desse período - buscavam, ao lado da formação do verdadeiro cristão, proporcionar o desenvolvimento do cidadão bom e útil.

Ao lado das práticas de formação religiosa também estavam presentes aquelas relacionadas aos ideais de civismo, tal como preconizavam os dispositivos legais na época. Nesse sentido, conforme o Artigo 1º do Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, que criou a Juventude Brasileira, a educação cívica, moral e física era obrigatória para a infância e a juventude de todo o país.

Sobre as práticas de civismo no Colégio Bom Jesus, descreve o ex-aluno Francisco Strasser, que ingressou no Bom Jesus em 1946:

> Após o recreio, diariamente cantávamos o Hino Nacional ou o Hino da Bandeira, alternadamente. Se não saísse bem, tínhamos que entoá-lo novamente e, com certeza, saia muito vibrante. Nosso uniforme de brim, cor

> cáqui, com botões cor de ouro, calça curta, bibico, sapatos escuros; até parecíamos uns mini-soldados (STRASSER *apud* ARNS, 1997, p. 134-135).

Nota-se uma confluência das práticas exercitadas na escola com as normativas legais que norteavam os rumos da educação escolar nesse período. Os próprios uniformes[150] utilizados pelos alunos eram instrumentos a serviço da inculcação da disciplina com características que indicam, ainda que relativamente, certa militarização.

É preciso observar que, pela legislação da época - especificamente os artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 2.072/1940 - a educação cívica, moral e física era obrigatória e visava a formação da consciência patriótica nas crianças e jovens. Dessa forma, considerava papel da educação “formar nas crianças e nos jovens do sexo masculino o amor ao dever militar, a consciência das responsabilidades do soldado e o conhecimento elementar dos assuntos militares [...]” (BRASIL, 1940).

Nesse sentido, a instituição contava também com uma fanfarra que se apresentava em datas comemorativas importantes, como Tiradentes e Sete de Setembro. Conforme se pode ver na figura a seguir, na qual alunos do Bom Jesus adentram na Avenida João Pessoa, atual Luiz Xavier.

[150] O Artigo 29 do Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, determinou que a Juventude Brasileira deveria ter uniformes e distintivos projetados por especialistas e que deveriam ser adotados pelos estabelecimentos de ensino a ela vinculados, com outros distintivos que lhes fossem peculiares.

FIGURA 29 - FANFARRA DO COLÉGIO BOM JESUS NO DESFILE DE 7 DE SETEMBRO DE 1942

Fonte: Setor Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

Chama atenção nesta imagem a presença de Frei Ludgero Krösmann acompanhando a fanfarra. Os alunos, uniformizados como pequenos soldados, desfilam tocando instrumentos. Pela imagem é possível notar como religião e civismo eram elementos presentes na cultura escolar do Colégio Bom Jesus nos anos 1940.

Nessa perspectiva, de acordo com Boschilia (2002, p.114),

> Como se sabe, dentro da proposta de ordenamento, idealizada pelo Estado Novo, a nação brasileira necessitava de uma sociedade composta de homens sadios e equilibrados, tanto no plano físico quanto moral e, nesse sentido, o governo precisava investir maciçamente na imagem do corpo saudável como veículo transformador da sociedade. Para a construção desse discurso e sua aplicação prática, o governo Vargas estreitou laços com as duas grandes instituições detentoras de poder - a Igreja e o Exército - e elegeu a escola como um dos espaços onde o indivíduo poderia ter o corpo doutrinado e militarizado a partir da introjeção de noções como tempo e espaço, fundamentais para a disciplina.

Assim, no Colégio Bom Jesus não eram apenas os integrantes da fanfarra que desfilavam em datas comemorativas, como no dia da Pátria, mas também os demais alunos da escola, que vinham logo em seguida, conforme demonstram a figura a seguir:

FIGURA 30 - DESFILE ESCOLAR DO DIA DA PÁTRIA DOS ALUNOS DO BOM JESUS EM 1942

Fonte: Setor Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

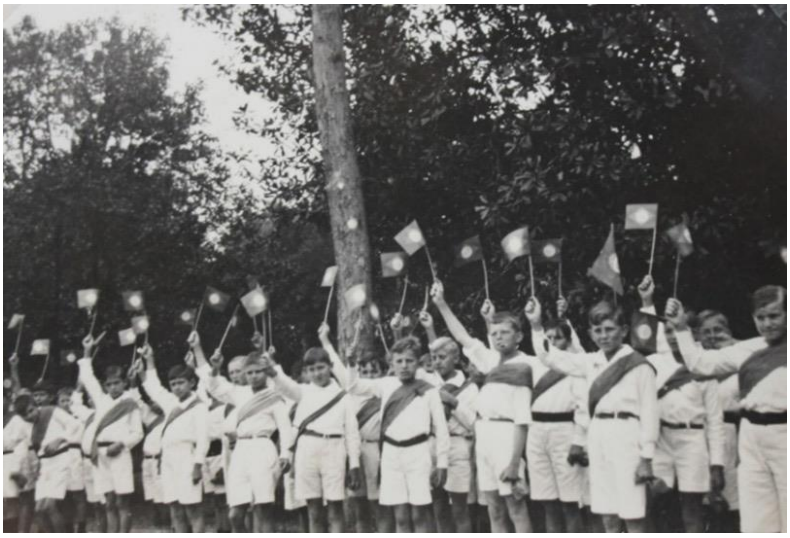
Nessa fotografia, os alunos estão uniformizados com traje militar e levam uma espécie de mastro apoiado no lado esquerdo do corpo. Nota-se a presença dos professores vestidos com terno e gravata que conduzem o desfile dos alunos no dia da pátria. Essa prática permite observar que o Colégio, com relação às práticas de civismo, pautava suas atividades em consonância com a legislação vigente nesse período.

Outro elemento de nacionalização presente no Colégio Bom Jesus era a Educação Física. Com relação a esse componente, o Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, estipulava que:

> Art. 4º A educação física, a ser ministrada de acordo com as condições de cada sexo, por meio da ginástica e dos desportos, terá por objetivo não somente fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando-os resistentes a qualquer espécie de invasão mórbida e aptos para os esforços continuados, mas também dar-lhes ao corpo solidez, agilidade e harmonia. Parágrafo único. Buscará ainda a educação física dar às crianças e aos jovens os hábitos e as práticas higiênicas que tenham por finalidade a prevenção de toda a sorte de doenças, a conservação do bem-estar e o prolongamento da vida. Será, neste particular objeto de especial atenção o esclarecimento do papel que, na manutenção da saúde, desempenha a alimentação, e bem assim dos preceitos que sobre ela devam ser continuamente observados. (BRASIL, 1940).

No Colégio Bom Jesus, além do uniforme utilizado para frequentar as aulas e em desfiles cívicos, os alunos possuíam uma vestimenta específica para prática de ginástica, conforme mostra a figura a seguir dos anos 1940:

FIGURA 31 - ALUNOS COM UNIFORME DE GINÁSTICA PORTANDO BANDEIRAS NACIONAIS



Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

Pela maneira como estão posicionados e pelo gesto realizado, os alunos estão saudando com bandeiras nacionais autoridades que desfilam. O comportamento e a ordem exigidos dos alunos eram também qualidades compartilhadas pelos professores que procuravam, pelo seu exemplo, dar provas da importância dos valores que ensinavam e dos comportamentos que procuravam inculcar nos estudantes.

> Os Professores eram somente homens, sempre de terno e gravata, sempre bem trajados. Nenhum professor, na época, tinha automóvel. A merenda dos Professores era feita no Convento Bom Jesus, numa sala ao lado do refeitório dos funcionários. Mais tarde, o recreio dos Professores passou para o prédio do Ginásio. Os Professores eram assíduos, pontuais, rígidos na disciplina e na ordem, exigentes nos trabalhos, tarefas. Deveres de casa, arguições orais, testes e provas. Eram conscientes e cumpridores dos seus deveres (STRASSER *apud* ARNS, 1997, p. 134-135).

O apelo para a formação de uma juventude ordeira estava presente inclusive nos materiais utilizados pelos estudantes no colégio, conforme pode ser observado na capa do caderno utilizado pelos alunos no ginásio, expressa na figura a seguir:

FIGURA 32 – CAPA DE CADERNO DO GINÁSIO

Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus

Na parte superior da capa do caderno de aritmética do aluno João C. C. Silva, da 4ª sério do curso ginasial, a frase do Ministério da Educação e da Saúde "*Tudo por uma juventude sorridente e pura, nobre e sadia, ordeira e culta"*, que pode ser vista como um indício de que a escola procurava atuar sempre em concordância com as exigências dos órgãos fiscalizadores e, mais do que isso, estava alinhada com os princípios norteadores da proposta educacional para o ensino secundário idealizada e promovida pelo governo federal nos anos 1940.

Ainda que tardia, por ter ocorrido em 1951, a criação do Grupo de Escoteiros foi também um elemento do nacionalismo presente no Colégio Bom Jesus. Criada em 10 de agosto de 1951, a Tropa de Escoteiros "Jorge Frassati" era anexa ao Ginásio Senhor Bom Jesus, onde estava instalada. Estava sob a chefia do professor Abílio Heiss e sob orientação do Frei Quirino Schmitz. Começou a funcionar com apenas 12 escoteiros, recebendo autorização provisória sob o n.º 8 da Região do Paraná da União dos Escoteiros do Brasil. Posteriormente assumiu uma nova denominação,

seguindo a regulamentação escoteira, passando a ser chamada Grupo Escoteiro “Jorge Frassat”.(STRAUBE, s/d.).

Ligado ao escotismo, o colégio contava também com um programa radiofônico denominado "Escoteiro Sempre Alerta"', que era transmitido nas sextas-feiras às 17h45min pela Rádio Guairacá. Esse programa contava com a orientação do professor Renê Reis, secretário do ginásio e também escotista (STRAUBE, s/d.).

De acordo com Arns (s/d., p. 45), o professor Renê Reis não foi apenas secretário do Bom Jesus por uma década.

> Nele vejo um paradigma de dedicação às boas causas, nas quais se empenhou em prol da juventude. Meticuloso e dedicado em tudo, organizou os arquivos dos Colégio e a secretaria, a ponto de receber elogios de quantos inspetores federais dos anos 50 e 60 exerceram suas funções em nosso estabelecimento. O **movimento escoteiro do Paraná**, teve, talvez, naquelas décadas, período áureo de sua história. A organização e as promoções localizavam-se no gabinete do Prof. Renê Reis (negrito do autor).

Como se pode notar, o escotismo, ainda que estivesse incipiente, dada a pequena quantidade de alunos do ginásio que participava, era uma atividade incentivada na escola, contando inclusive com um programa radiofônico. Os princípios do escotismo, e ainda mais do escotismo cristão, iam ao encontro da formação cristã católica oferecida na escola. Por seu conjunto de normas e práticas, o escotismo constituía-se um aliado dos frades e professores na tarefa de inculcação de valores cristãos católicos e franciscanos nos alunos.

Dessa forma, tal como analisado por Boschilia (2002), estão aliadas as questões de civismo e religião, colaborando para a formação física e moral dos estudantes. Igreja e Exército, instituições detentoras de poder, estão presentes na escola para promover a introjeção de valores morais, religiosos, de amor à pátria e de ordem e disciplina nos estudantes que são ao mesmo tempo doutrinados e militarizados.

A imagem a seguir, que mostra os preparativos para o desfile de 7 de setembro na década de 1940, ilustra essa conciliação entre as questões religiosas e de civismo.

FIGURA 33 – PELOTÕES DE ALUNOS DO COLÉGIO BOM JESUS AO LADO DA IGREJA NA DÉCADA DE 1940

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus.

Na imagem vêem-se os pelotões formados no pátio do colégio, ao lado da Igreja do Senhor Bom Jesus, acompanhados com bandeiras e a fanfarra. Estavam presentes o Frei Ludgero Kröesmann e o professor Anton Gossnerilustra. Os alunos estão organizados em batalhões para o desfile do dia da pátria. Dessa tarefa de formação religiosa, física, moral e cívica participavam não apenas os religiosos no Colégio Bom Jesus, mas toda a estrutura escolar, com destaque para os professores, que além de exigirem a disciplina a promoviam por meio do seu exemplo.

No Colégio Bom Jesus, dentro da proposta de dar exemplo e ser modelo para os alunos, como era próprio na época, uma prática realizada pelos professores do Ginásio Bom Jesus era a realização de “aulas modelo”: “Mais ou menos uma vez por mês quando um professor era escalado e os demais e o Diretor assistiam à aula. Após a aula, os alunos eram dispensados e os Professores se reuniam, creio que para uma avaliação”. (STRASSER, *apud* ARNS, 1997, p. 136).

Quanto à disciplina vivenciada no colégio, o ex-aluno Francisco Strasser menciona alguns castigos aplicados por seus professores no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, a fim de garantir a ordem e a disciplina em sala de aula e, por consequência, um comportamento adequado dos alunos. Entre esses castigos estavam: O uso da palmatória, dar “uns pés de ouvido”, prender o aluno por algum tempo no armário da sala de aula, atirar objetos como apagadores, giz ou livros nos

estudantes. E o ex-aluno faz questão de dizer que a recordação desses castigos não é para constranger os seus professores, mas sim elogiá-los, “pois na época era assim mesmo, e eu trago isso com grata recordação.” (STRASSER *apud* ARNS, 1997, p. 136).

Nota-se que para a promoção e a manutenção da disciplina no colégio, os professores lançavam mão de castigos físicos que incluíam até mesmo prender o aluno no armário da sala de aula. O castigo era utilizado como meio para disciplinar não só o corpo, mas também para formar a consciência dos estudantes, ainda que fosse ancorada numa “pedagogia do medo”. Percebe-se também que a importância dada ao aspecto disciplinar no colégio extrapola a esfera do aprendizado de conteúdos e se estende ao âmbito da formação do caráter dos alunos. Dessa forma, a disciplina vivenciada na instituição deixou marcas duradouras que influenciaram os estudantes na trajetória de suas vidas.

Já no que diz respeito à estrutura física e ao espaço do ginásio, nesse período, o professor e ex-aluno Francisco Strasser assim o descreve:

> Ingressei como aluno em 1946... O pátio do Bom Jesus se localizava entre a igreja e o prédio da Escola (hoje Solar), estendendo-se com a Pia União de Santo Antônio até a Praça Rui Barbosa com dois portões de passagem ao pátio da Igreja: a outra parte do pátio era na lateral do prédio, considerando-se a entrada principal pela rua Alferes Poli. Essa parte era inicialmente pequena, estendendo-se até uma cerca que separava a horta do Convento. Paralelamente à rua Alferes Poli existiam diversos e enormes pés de cedro. Pouco depois, provavelmente em 1947, essa segunda parte do pátio foi ampliada, fazendo divisa com a cerca que separava o pátio de uma casa, com 3 ou 4 moradas, pertencente à Ordem Franciscana, onde já haviam residido diversos professores da Escola Bom Jesus, (do tempo da Escola Alemã) e outros mais recentes (STRASSER, *apud* ARNS, 1997, p. 134).

Nota-se, pela descrição, que o ginásio, na sua estrutura física, conservava os traços de uma escola católica anexa a uma igreja e a um convento de religiosos. Essa proximidade do convento e da igreja dava à instituição escolar características singulares que, certamente, refletiam diretamente na formação dos alunos que a frequentavam. Mas, com o crescimento da escola e abertura do curso ginasial, foi necessário realizar mudanças visando melhorias e ampliações para atender às novas demandas da escola. Conforme continua a descrição do ex-aluno Francisco Strasser:

> No período do início do curso ginasial foi construída uma cantina de madeira, no pátio, paralela à rua Alferes Poli, que servia merenda aos alunos e cujo primeiro cantineiro foi o zelador Sr. Armindo Ruiz. Foram também construídos mais banheiros para alunos e mais duas peças, uma para guarda do material

> esportivo e outra para os serviços de zeladoria, além do equipamento para exercícios de ginástica e aulas de educação física, nas proximidades das instalações da cantina. O pátio era de chão batido revestido com brita fina. Nele havia uma quadra de futebol, muito usada nas aulas de educação física, competições, jogos inter-classes, campeonatos internos e as famosas "peladas" [...]. O Bom Jesus quase não tinha funcionários: havia o Diretor, um Tesoureiro, um Secretário e um zelador (*apud* ARNS, 1997, p. 135-136).

Percebe-se também que foi necessário ampliar a estrutura física da escola, em aspectos básicos como a quantidade de sanitários, para que o curso ginasial pudesse funcionar. Ainda de acordo com o relato, a instituição contava com poucos funcionários. Em parte isso pode ser explicado pelo fato da instituição ainda ser pequena e continuamente passar por dificuldades financeiras.

Nesse sentido, o futuro diretor do ginásio, Frei João Crisóstomo Arns, relatou em entrevista que, quando assumiu a direção do colégio, "uma coisa estava muito evidente: o prédio em questão não tinha as mínimas condições para o funcionamento de um estabelecimento de ensino" (ARNS, 1997 p. 144).

O próprio Frei Quirino reconhecia que "apesar das conquistas, não havia por onde criar um Colégio moderno no acanhado prédio do Bom Jesus, ´o Bom Jesus de Frei Quirino'! Assim, conforme descreveu o próprio Freio Qurino, "Deus providenciou um futuro melhor para o 'Bom Jesus', quando depois de sua transferência em 1953 para cidade de Lages, Santa Catarina, "veio para Curitiba o confrade dinâmico e empreendedor, Frei João Crisóstomo Arns. Foi ele o criador do 'moderno Bom Jesus' que hoje com seus alunos encanta a todos" (SCHMITZ, s/d p. 6).

Conforme a "Crônica do Convento Bom Jesus" (vol. II folha, 119 *apud* ARNS, 1997), em 8 de janeiro de 1953, na reunião do Definitório foram deliberadas diversas mudanças, entre as quais a designação de Frei João Crisóstomo Arns para o cargo de diretor do Ginásio Bom Jesus. Frei Quirino foi designado para assumir a direção do Internato do Colégio Diocesano de Lages. Esse novo período da história do Bom Jesus, tendo como diretor Frei João Crisóstomo Arns, será marcado por transformações fundamentais, não apenas na estrutura administrativa da instituição, mas também na sua própria identidade, que ganhará paulatinamente características de uma escola cada vez mais franciscana. Para tanto, a criação de um espaço afastado do centro da cidade, onde os alunos e professores pudessem ter especialmente contato com a natureza, será uma das principais estratégias. É sobre essas transformações que se discorrerá no último capítulo.

6 MUDAR PARA PERMANECER: UM COLÉGIO RENOVADO (1953-1971)

> O drama da pobreza sempre foi um drama franciscano. As escolas mantidas pelos franciscanos[151], na história da Província restaurada, foram concebidas como alavancas pastorais. Elas existiam em quase todos os conventos restaurados, e mereceriam um estudo, uma tese, sobre a escola franciscana na história da Província (ARNS, 2002, p. 104).

Este capítulo teve como objetivo apresentar as mudanças que ocorreram no Colégio Bom Jesus a partir de 1953. Destacou-se a atuação do diretor Frei João Crisóstomo Arns que, além de promover uma reestruturação administrativa, de modo a oferecer estabilidade ao funcionamento da escola, também trabalhou intensamente para garantir uma identidade franciscana à instituição. Assim enfatizou-se ainda mais a presença na escola do elemento religioso pela ação pastoral que foi fortificada. Tal fato vai ao encontro do que aqui se defende, qual seja: que o elemento religioso, presente desde o início da fundação da escola é fundamental para a manutenção do colégio e caracterização de sua cultura escolar própria, sobretudo após a nacionalização do ensino.

Fundada inicialmente como uma escola católica étnica para imigrantes alemães católicos, na qual notava-se claramente a importância da língua enquanto elemento de aglutinação cultural, após a nacionalização do ensino o Colégio Bom Jesus permaneceu em funcionamento principalmente em razão do fator religioso, cuja base relaciona-se diretamente com a presença e a atuação da Igreja Católica no campo educacional tal como recomendavam os documentos eclesiásticos.

6.1UM FRADE RESTAURADOR: FREI JOÃO CRISÓSTOMO ARNS

Quando da chegada de Frei João Crisóstomo Arns em Curitiba, no ano de 1953, para assumir a direção do Colégio Bom Jesus, consta em crônicas que a situação financeira do colégio era bastante difícil. “Aqui não há dinheiro nem para refazer as chaves do Colégio”, afirmou o professor aposentado Antônio Koser,

[151] Havia escolas junto aos conventos de Florianópolis, Blumenau, Lages, Curitiba, na Capital de São Paulo, no Pari e São Francisco, Amparo, Guaratinguetá, no Rio de Janeiro, em Petrópolis, Quissamã, Ipanema. Eram pequenas, muitas delas hoje esquecidas, mas que serviram para começar uma obra missionária de frades alemães que mal falavam português (ARNS, 2002, p. 104).

conforme ficou registrado (CRÔNICAS DO COLÉGIO BOM JESUS, *apud* ARNS, 2002 p. 100).

O próprio Frei João Crisóstomo Arns no livro: "Educação passos de uma jornada", narra como foi sua chegada a Curitiba e como enfrentou o desafio de assumir a direção de um colégio que, apesar de contar com quase sessenta anos de existência, encontrava-se em uma situação muito precária, sobretudo financeiramente. Conforme descreve Arns (2002, p. 100):

> Depois de trocar ideias com os padres do convento e com meu guardião[152] Frei Cipriano Chardon, este também transferido para o Bom Jesus pelo capítulo de janeiro, fui aconselhado por todos, que estudasse o funcionamento jurídico da mantenedora [...].O padre provincial [153] Frei Ludovico Gomes de Castro e seu definitório não haviam aprovado os estatutos da mantenedora por não considera-los adequados à tradição do Governo da Província. O novo Pe. Provincial era Frei Heleodoro, anteriormente vice- provincial de Frei Ludovico. Na primeira visita que fez ao convento e ao colégio mostrou-se bastante otimista. Disse-me em outras palavras: Você estuda essa situação toda, consulta juristas de sua confiança e elabora um estatuto novo. Há opinião formada que as nossas obras sociais não podem sofrer interferência de fora. Isso para evitar possíveis transtornos no futuro.

Como se pode notar, os problemas pelos quais estava passando o Colégio Bom Jesus, nesse período, estão ligados a questões administrativas que dizem respeito ao próprio entendimento do Governo Provincial[154] com relação ao trabalho com obras sociais. O risco de problemas futuros como por exemplo, a perda do patrimônio, parece ser uma das preocupações presentes, certamente por conta de experiências passadas (ARNS, 2002).

Além disso, percebe-se a preocupação tanto do Pe. Provincial, bem como de Frei Arns, em organizar a situação do colégio. Como relata Arns (2002), o Colégio Bom Jesus ainda não tinha uma denominação definida[155], pois o que existiu era uma escola primária que nasceu em 1896 e foi reformada em 1903, quando os

---

[152] Denominação que é dada ao superior local de uma fraternidade franciscana.

[153] Denominação que é dada ao superior responsável pela província. Nesse caso, a província da Imaculada Conceição.

[154] Trata-se dos superiores responsáveis pela direção de uma Província religiosa, o Provincial e Definidores.

[155] A escola já era chamada de colégio desde os tempos da escola bilíngue e conservou essa denominação, pois na tradição alemã o termo *Kolleg* era utilizado para designar escolas que, além do primário, de sete anos, ofereciam algum curso extra ou prático (ARNS, 2002). Contudo, é preciso observar que, oficialmente, a escola não poderia ser denominada colégio antes da criação do ginásio, conforme determinava o artigo 7º do Decreto-Lei 4.244 de 9 de abril de 1942.

franciscanos assumiram a instituição. Em 1946 foi criado um pequeno ginásio com poucos alunos. Dessa maneira, para que fosse possível se manter economicamente, foi colocado em funcionamento uma escola de datilografia no mesmo prédio da escola. Essa escola de datilografia atendia a demanda do comércio, de congregados marianos da paróquia e dos próprios ex-alunos.

Ainda de acordo com Arns (2002), as razões para tal situação podem ser buscadas no histórico do colégio, pois esta escola inicialmente procurava atender a filhos de imigrantes alemães católicos e, por esse motivo, sofreu as consequências de duas Campanhas de Nacionalização do governo brasileiro e paranaense. Tratava-se de uma situação muito complexa, com causas históricas passando por duas guerras mundiais, período em que todas as escolas alemãs foram mantidas sob rigorosa vigilância, chegando a ser fechadas quando das declarações de guerra. Na visão de Frei Arns, apesar de toda a tradição de boa qualidade da instituição, faltavam bases sólidas para a manutenção do ensino, como ocorreu nos casos dos internatos de Blumenau e de Lages, que se mantiveram sempre atualizados com as normas legais, apresentando propostas novas de ensino.

Como é possível notar, Arns (2002) compara a situação do Colégio Bom Jesus nesse momento histórico com outras escolas também dirigidas por franciscanos, que ele conhecia muito bem, e expressa preocupação com a falta de bases sólidas para a manutenção do ensino. Contudo, é preciso esclarecer aqui que não se tratava de má qualidade na estrutura didática educativa.

> Detalhes a parte, o que realmente representava a preocupação da Província era: dar ao Colégio Bom Jesus a necessária estabilidade jurídica e econômica, e um funcionamento administrativo como era praticado nos tradicionais colégios Santo Antônio de Blumenau e o Diocesano de Lages. Não se pretendia mexer na estrutura didática educativa que era reconhecidamente de boa qualidade (ARNS, 2002, p.101-102).

A necessidade de restauração, sobretudo na perspectiva jurídica e econômica, fica latente e os superiores da província franciscana restaurada da Imaculada Conceição encontraram em Frei João Crisóstomo Arns o religioso mais indicado para dar conta de tal desafio, uma vez que isso demandaria preparação intelectual, mas ao mesmo tempo capacidade administrativa e de influência política para além dos muros

da escola, tendo em vista o futuro do colégio e o que ele representava para a província e a Igreja Católica de um modo geral.

De acordo com Arns (2002), não foi difícil encontrar soluções para os problemas administrativos do Colégio Bom Jesus. Tendo recebido apoio integral de seu superior local, Frei Cipriano Chardon, e do ministro provincial, Frei Heleodoro Müller, Frei Arns esforçou-se em tomar as providências necessárias para garantir ao colégio a estabilidade futura. “Havia os problemas de higiene (falta de banheiros) e de espaço para Educação Física. A infraestrutura reduzia-se ao essencial de uma administração escolar que era representada pelo diretor e professores voluntários” (ARNS, 2002, p. 102).

Nesse sentido, com relação à situação do espaço físico da escola nos anos 1950, o relato do ex-aluno Luís Antônio Hungria de Camargo, que estudou no Bom Jesus a partir de 1954 e ali cursou primário, ginásio e científico, faz uma descrição sintética do espaço escolar, em particular o antigo prédio e do pátio da escola.

> 1954, fevereiro. Passo a fazer parte de um grupo de alunos, privilegiado, a estudar num dos mais tradicionais colégios de Curitiba, dirigido na época pelo Frei João Crisóstomo Arns. Ocupávamos para nossas aulas, as saudosas e inesquecíveis salas do antigo prédio onde funcionava até pouco tempo atrás a Editora Vozes, com todas as características da época, ou seja, portas grandes e altas com vidros em cima, etc.... além das inesquecíveis e antigas escadarias de madeira, já gastas por inúmeros pés que por ali passaram [...]. Lembro-me como se fosse ontem... do pátio, dos cedros, dos velhos WC (com “aqueles versinhos” escrito nas portas ou paredes), a velha cantina [...]. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº. 74).

Pelo relato do ex-aluno, é possível perceber que o colégio contava com uma estrutura envelhecida, que necessitava de reformas, ou mesmo, como de fato aconteceu posteriormente, a construção de um prédio novo.

Dessa maneira, Frei Arns expôs ao seu ministro provincial essas e outras precariedades, por meio de uma carta enviada em junho de 1954, e propôs a construção de novo prédio na faixa do terreno de frente para a rua Visconde de Guarapuava. Em troca, ficaria o Convento com o antigo prédio e os pátios de recreio laterais à Igreja. Essa carta foi assinada também por Frei Cipriano Chardon, superior do convento, Frei Martinho Meyer, Frei Justino Girardi e Frei Pedro Claver Vier (Frei Raimundo Vier).

Diante da situação apresentada por Frei João Crisóstomo Arns, o ministro provincial, Frei Heleodoro, decidiu verificar a situação *in loco* juntamente com Frei Cipriano Chardon e Frei Arns, para que pudessem decidir sobre as providências a serem tomadas.

> E aí, fomos. Atravessamos a grande horta com caramanchão de recreio dos clérigos até uma cerca, atrás da qual havia um casarão de madeira, bastante precário. Moravam lá, em abrigo provisório, alguns professores com suas famílias e gente de Ordem Terceira. Além dessa construção o convento mantinha lá um enorme galinheiro. Contamos 70 e tantas galinhas que estavam ao cuidado de Frei Gervásio Perardt, dedicado irmã cozinheiro do Convento. Aí o Pe. Provincial se voltou para mim e disse: "Se você e o padre Guardião conseguirem transferir essas famílias para um local melhor, e o padre Guardião puder dispensar essa criação de galinhas, o colégio teria um ambiente bastante folgado. Acho que podia até construir um novo colégio atendendo a todos os ditames do Ministério da Educação. (ARNS, 2002, p. 102).

Não obstante todos os detalhes apresentados na citação anterior, merece destaque a preocupação demonstrada pelo ministro provincial em não apenas melhorar as condições estruturais do colégio, mas também atender às exigências do Ministério da Educação. Uma estrutura precarizada colocaria em risco o funcionamento do colégio e comprometeria o seu futuro. Assim, também os objetivos pastorais e de evangelização e inculcação dos valores cristãos e católicos, por meio da educação escolar, seriam frustrados (ARNS, 2002).

Nesse sentido, uma das preocupações iniciais de Frei João Crisóstomo foi a de melhorar as condições físicas do colégio, pois o antigo prédio se tornara pequeno para abrigar, ao mesmo tempo, o colégio e a Congregação Mariana.[156] A Congregação já

[156] A Congregação Mariana é uma associação pública, formada por leigos católicos que procuram seguir melhor o Cristianismo através de uma vida consagrada à Mãe de Deus, a Virgem Maria. "Santidade e apostolado" são as metas da congregação para a transformação cristã da sociedade. As Congregações Marianas tiveram início em 1563, quando o padre jesuíta Jean Leunis formou um grupo, entre os alunos do Colégio Romano (Roma), cujos membros se distinguiam por uma vida cristã e mariana fervorosa e pela prática de diversas formas de apostolado. Enquanto as Congregações Marianas se espalhavam pelo mundo, principalmente nos colégios da Companhia de Jesus, a Congregação Mariana do Colégio Romano foi qualificada canonicamente, em 1584, com o título de *"Prima Primaria"* (a primeira). A ela passaram a ser agregadas até 1967 as diversas Congregações de todas as partes do mundo, as quais podiam participar dos mesmos benefícios espirituais que lhe haviam sido concedidos pela Sé Apostólica. Mesmo após a supressão da Companhia de Jesus em todo o mundo, as Congregações Marianas continuaram a existir. No Brasil, as Congregações Marianas surgiram no período colonial, nos colégios da Companhia de Jesus, e praticamente desapareceram com a expulsão dos jesuítas, em 1759. Em 1870, foi fundada novamente uma Congregação Mariana,

contava 400 congregados e necessitava de mais salas para alojar seus diversos departamentos. Outras associações também se encontravam precariamente instaladas em um barracão, que não oferecia a necessária segurança.

A escola crescia, o número de alunos aumentava e ela iria completar sessenta anos em 1956. O crescimento das matrículas também justificava a construção de outro prédio. Até 1952 o movimento de matrículas nos cursos primário e ginasial atingia, anualmente, em média, 500 alunos. De 1953 a 1955 verificou-se um crescimento considerável. As matriculas subiram para 868 alunos em 1953, 943 em 1954 e 1022 em 1955 (STRAUBE, s/d).

A província concordou em ampliar o colégio, no entanto, o padre provincial exigiu que fossem redigidos os novos estatutos da mantenedora, a qual recebeu o novo título de Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus e funcionou experimentalmente no ano de 1955.

Dessa forma, no que diz respeito à necessidade de oferecer segurança jurídica à instituição, em 28 de fevereiro de 1955 foi fundada a Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, com caráter religioso, beneficente, caritativo, educativo, cultural, instrutivo e de assistência social, tendo por fim amparar a juventude, visando à formação integral do adolescente. Essa sociedade foi constituída como pessoa jurídica autônoma e independente, reconhecendo como Superior o Provincial da Província Franciscana de Imaculada Conceição do Brasil. O Termo de abertura do Livro de Atas das Assembleias Gerais está datado de 19 de março de 1955, assinado pelo Secretário do Ginásio, Prof. René Reis e pelo Diretor, Frei João Crisóstomo (STRAUBE, s/d.).

Em maio de 1955 foram aprovadas as plantas do novo prédio (bloco A), a ser construído na rua Alferes Poli, pela Construtora Acrópole, sob a responsabilidade do engenheiro Ralph Jorge Leitner, com início aprovado pela Prefeitura Municipal, em outubro, conforme Alvará nº 22.143, classe A. Constam no projeto as seguintes áreas

---

agregada à *Prima Primária*, em Itu (SP), e logo os congregados se espalharam por todo o país. A primeira Federação Estadual surgiu em São Paulo, em 1927. A Confederação Nacional, com sede no Rio de Janeiro, foi criada em 1937. Os congregados marianos do Brasil podem ser reconhecidos nas reuniões ou nas celebrações da Igreja pela fita azul, no pescoço, com uma medalha prateada com a imagem de Jesus Cristo de um lado e de Nossa Senhora do outro (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA CONGREGAÇÃO MARIANA DO BRASIL, 2017).

dos diversos pavimentos do Bloco “A”: 1º - 764,94 m², 2º - 679,70 m², 3º - 679,70 m², 4º - 200,70 m², perfazendo o total de 2.325,04 m².

Conforme Straube (s/d), em 26 de junho de 1955 é lançada a pedra fundamental desse novo prédio do Ginásio Bom Jesus, sob o papado de Sua Santidade Pio XII, sendo Arcebispo de Curitiba, Dom Manoel da Silveira D’Elboux, Presidente da República João Café Filho, Governador do Estado Dr. Adolpho de Oliveira Franco, Prefeito Municipal, Ney Amintas de Barros Braga, Vigário da Paróquia e Guardião do Convento do Senhor Bom Jesus, Frei Cipriano Chardon, e Diretor do Ginásio, Frei João Crisóstomo Arns. Discursaram na ocasião, em nome dos professores, o ex-aluno e ex-professor do estabelecimento, Senhor Henrique Pedro Zimmermann e o professor Arsênio de Azevedo e, em nome dos alunos os ginasianos João Mossignan e Francisco Lazzari de Freitas, ressaltando a história e a participação dos franciscanos. Dom Manoel da Silveira D’Elboux, dando início à cerimônia, focalizou o profundo sentido da obra em fase inicial, procedendo à benção da pedra fundamental.

A figura a seguir, na qual ao fundo, no lado direito é possível ver tijolos, e, no esquerdo, o diretor do colégio, acompanhado da presença de alunos e professores, ilustra o momento dessa cerimônia de benção da pedra fundamental do novo prédio da instituição realizada por Dom Manuel da Silveira D’Elboux.

FIGURA 34 - BENÇÃO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO NOVO PRÉDIO EM 26 DE JUNHO DE 1955

Fonte: Setor Pró-Memória – Colégio Bom Jesus.

Nessa conjuntura de crescimento e abertura de novas perspectivas para a instituição, a fim de lhe assegurar legalidade, segundo Straube (s/d), em 22 de março de 1956, foi realizada a primeira Assembleia Geral Ordinária da Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus. Ela foi conduzida no princípio pelo Frei Cipriano Chardon, na qualidade de superior do Convento do Senhor Bom Jesus, que designou para presidi-la o Frei Martinho Meyer. Essa assembleia teve por objetivo eleger e dar posse ao diretor do ginásio, tendo sido eleito Frei João Crisóstomo Arns, que desde 1953 exercia esse cargo. Também foram apresentados os demais componentes da diretoria, quais sejam: para secretário, René Reis, para tesoureiro, Frei Cipriano Chardon, para assistente do diretor em assuntos ginasiais, Francisco de Lima e assistente para assuntos do curso primário, Lauro Esmanhoto. O mandato da diretoria se estendeu até 1958. Os estatutos registrados em cartório [157] dessa mantenedora foram aprovados pela província que já há bastante tempo solicitava tal instrumento jurídico, haja vista todos os riscos presentes.[158]

Nessa perspectiva, após a aprovação dos estatutos da mantenedora pela Província Franciscana da Imaculada Conceição, ocorreram mudanças consideráveis no Colégio Bom Jesus, principalmente no que diz respeito à abertura de novos cursos de nível secundário.

Assim, conforme Straube (s/d.), em 9 de novembro 1955 o Ministério da Educação e da Cultura pela Chefia da Seção de Prédios e Aparelhamento Escolar, expediu a Portaria nº 429, designando o Inspetor René Marumbi de Paula para proceder a verificação prévia das instalações do Curso Técnico de Contabilidade no Colégio Bom Jesus. Em 28 de setembro de 1955 o Frei Heleodoro Müller, provincial dos franciscanos da Província da Imaculada Conceição do Brasil, com sede em São Paulo, referia que o Definitório reunido recentemente, “atendendo aos apelos que lhes tem sido dirigidos e às necessidades de maior desenvolvimento do ensino”, [...] “ resolveu criar anexo o curso científico em desdobramento do atual curso ginasial [...],

---

[157] Os estatutos foram registrados em 04 de abril de 1955, conforme Diário Oficial do Estado do dia seguinte.

[158] Esses estatutos aprovados se fizeram ainda mais necessários depois que a Portaria Ministerial nº 505 de 22 de fevereiro de 1956 autorizou o funcionamento do **curso científico** e a portaria nº 217 de 1º de março do mesmo ano aprovou o Curso Técnico em Contabilidade. Com o desenvolvimento desses cursos colegiais, começou-se a pensar na implantação do ensino superior, na criação de uma faculdade que viesse possibilitar aos alunos do colégio a continuidade de seus estudos, sob a mesma filosofia e princípios de uma educação cristã voltada para o desenvolvimento integral do homem.

“devendo o estabelecimento em questão passar a denominar-se Colégio Senhor Bom Jesus”.[159] Em 28 de novembro, alegando as mesmas razões, Frei Heleodoro também reconheceu em nome do Definitório, o Curso Técnico de Contabilidade, do 2º ciclo, como extensão do Ginásio Senhor Bom Jesus, passando o estabelecimento a denominar-se Escola Técnica de Comércio Senhor Bom Jesus.

Ainda com relação às mudanças ocorridas no colégio após a aprovação dos estatutos de sua mantenedora, Arns (1997, p. 156) cita as Crônicas do Convento Bom Jesus que contêm o seguinte registro:

> Frei Crisóstomo introduziu as seguintes novidades: 1º Curso Científico; 2º Curso Comercial (à noite); 3º Curso de preparação sob a responsabilidade e ônus do Ministério da Aeronáutica de especialistas para a Escola Técnica de Aeronáutica. O novo prédio também cresce. Promete ser um belíssimo edifício.[160] [...]. Pela Portaria Ministerial, nº 505/56 de 22 de fevereiro, foi autorizado a funcionar o Curso Científico, iniciando com a 1ª série, nesse mesmo ano. O Estabelecimentos passou à denominação de “Colégio Senhor Bom Jesus”. Por autorização de funcionamento da Diretoria do Ensino Comercial do M.E.C. pela Portaria nº 217 de 1º /03, foi iniciado o Curso Técnico de Contabilidade, em turno noturno, com frequência mista, passando a existir a Escola Técnica de Comércio Bom Jesus, também chamada de Colégio Comercial Bom Jesus. (ARNS, 1997, p. 156).

Nota-se, pelas transformações ocorridas, que Frei Arns empenhou-se muito para cumprir a tarefa que havia recebido. Para tanto, procurou resolver as questões jurídico-administrativas da situação da mantenedora, pois os estatutos da antiga “Sociedade Civil Ginásio Bom Jesus”, fundada em 1946, não haviam sido aprovadas pelo Governo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Também, ainda em 1956, solucionou o problema do terreno ocupado pelos franciscanos que abrigava a igreja, o colégio e o convento. Por meio de uma venda fictícia, o terreno foi passado do nome da Mitra Diocesana para a Província Franciscana. Em seguida, no mês de setembro, a província, por meio de certidão registrada em cartório, passou à Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus o uso e gozo pleno e irrestrito de todo o terreno e prédio ocupado pelo colégio e a Escola Técnica de Comércio, bem como o terreno do novo prédio que estava em construção (ARNS, 1997, p. 156).

---

[159] Anteriormente a instituição era denominada Ginásio Senhor Bom Jesus.
[160] Crônica do Convento Bom Jesus de 1956, vol. II folha 125.

Na figura a seguir é possível visualizar o prédio em construção na década de 1950.

FIGURA 35 - NOVO PRÉDIO DO COLÉGIO EM CONSTRUÇÃO NA DÉCADA DE 50

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

Em 1959, aos dezesseis dias do mês de abril foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas pelo Decreto Federal nº. 4.581, publicado no Diário Oficial da União no dia 23 do mesmo mês. Em 12 de maio de 1959 ocorreu a instalação definitiva da faculdade e ainda nesse ano iniciaram os cursos de Administração Pública e Sociologia Política ocupando também o Bloco A já construído.

FIGURA 36 - BLOCO A DO NOVO PRÉDIO NA DÉCADA DE 1950

Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus

As obras continuaram, pois o projeto compreendia também um outro bloco, de frente para a rua 24 de Maio, bem como a construção de um ginásio de esportes. Esse segundo bloco, de sete pavimentos, foi concluído em 1971, com exceção do auditório, terminado somente em 1974 (ARNS, 1997).

Como se pode notar, Frei João Crisóstomo Arns procurou dar ao Colégio Bom Jesus as mesmas condições de estabilidade econômica, financeira e administrativa que os tradicionais colégios catarinenses, Santo Antônio de Blumenau e Santo Antônio de Lages, já possuíam e que ele tinha como referência (ARNS, 2002).

O fato de contar com professores catarinenses parece ser visto por Frei Arns como um elemento que favorecia a concretização de tal objetivo, uma vez que, conforme já relatado, não se pretendia fazer mudanças na estrutura didática educativa que, apesar das dificuldades financeiras, era de boa qualidade.

6.2 CONHECIMENTOS A ENSINAR

Nessa perspectiva, no que diz respeito ao currículo do colégio nos cursos primário e ginasial, convém observar que as legislações, de 1942 (Lei Orgânica do

Ensino Secundário) e 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário), vigoraram até 1961 quando se deu a aprovação da Lei 4.024 em 20 de dezembro, que foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 1953, ano em que Frei João Crisóstomo assumiu a direção do colégio, as aulas do curso primário tiveram início em 3 de fevereiro, e ocorriam das 13h às 16:45h. Com relação ao currículo, a figura a seguir apresenta uma cópia do boletim de notas de um aluno que cursou a terceira série do ensino primário em 1955 e que foi aprovado para ingressar na quarta séria com média 6,8.

FIGURA 37 - CÓPIA DO BOLETIM DE UM ALUNO DO 3º ANO PRIMÁRIO EM 1955

CÓPIA DO BOLETIM DE NOTAS

	Fever.	Março	Abril	Maio	Junho	Agosto	Setem.	Outub.	M. anual	P. Escr.	P. Oral	N. final
Comportamento	8	9	8	8	8	7	7	7				
Aplicação	8	9	9	9	9	7	8	6				
Ordem	6	7	6	7	7	6	6	6	6,8	8,5		7,2
Religião	7	8,5	6	7	8,5	7	6,5	5	5,6	6	6	5,7
Português	6	5	6	6,5	6,5	3	6,5	5,5	7	7	9	8
Aritmética	6	8	9	8	9	8,5	10	7	8,1	10		7,1
Geografia	2	6	6	9	7	4	8	10	6,2	8		6,5
Hist. do Brasil	2	6,5	8	10	9,5	3,5	8	1,5	6,1	7	7	6,8
Ciências		6	9	5	9,5	10	6	2	6,7			
Canto								5				
Caligrafia				5								
Ginástica												
Desenho												
Nota Média		6,66	7,33	7,07	8,33	6	7,50	5,12				6,8
Classificação	D.	20º	20º	19º	16º	28º	15º	36º				22º
Total de Alunos	49	47	46	48	47	46	47	47				47

Aprovado com grau 6,8 para o ingresso na 4ª série do curso primário

Curitiba, 29 de novembro de 1955

José Adolfo Tribemann
Professor

Diretor

Fonte: Setor Pró-memória Colégio Bom Jesus

Este boletim ficava na parte interna da caderneta que cada aluno possuía, nela também havia espaço reservado para correspondência com os pais e registro dos pagamentos. Como se pode notar, no currículo da 3ª série do curso primário constavam as disciplinas básicas exigidas pela legislação da época. Se consideramos

a Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei n. 8.529 de 02 de janeiro de 1946,[161] que foi a primeira iniciativa concreta do governo federal para este nível de ensino. De acordo com o artigo 7º, a matriz curricular para o curso primário elementar[162] estava assim organizada: “I. Leitura e linguagem oral e escrita. II. Iniciação à Matemática. III. Geografia e História do Brasil. IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho. V. Desenho e Trabalhos Manuais. VI. Canto Orfeônico. VII. Educação Física”. Já no curso primário complementar, conforme estabelecia a legislação da época, acrescentou-se: “Noções de Geografia Geral e História das Américas, Ciências Naturais e Higiene e conhecimento das atividades econômicas da região” (BRASIL, 1946).

No que diz respeito ao curso ginasial, convém mencionar que, em 1953, as aulas começaram nos dias 2, 3 e 4 do mesmo mês respectivamente, para a o 5º ano e 1ª série, 2ª série e 3ª e 4ª, as aulas ocorriam das 12:45 às 17:30h. A escola também oferecia condução nos dias de aula em ônibus do estabelecimento, sendo cobradas 10 prestações de sessenta cruzeiros. O endereço do estabelecimento era Rua Alferes Poli, 52, fone 4430.

Conforme relata Straube (s/d), em 3 de fevereiro de 1953 foi designado Inspetor Federal o Dr. Roberto Barroso, substituído em 1º de agosto pelo Dr. Francisco Genaro Cardoso. Pelo ofício s/nº de 26 de fevereiro, os Inspetores Federais João de Souza Ferreira, Oswaldo Nascimento Bittencourt e Milton Viana, dirigido ao Diretor do Ensino Secundário do MEC, encaminharam o Relatório de verificação das condições do 1º ciclo do Ginásio Senhor Bom Jesus para fins de reconhecimento.

Ainda de acordo com Straube (s/d), para o ano de 1953 ocorreram exames de admissão em primeira época para o curso ginasial, nos dias 2, 3 ,4, 5, 7, 9, 10 e 11 de dezembro do ano anterior, com 140 candidatos, sendo 53 reprovados. As disciplinas eram: Português Aritmética, Geografia e História, provas escritas e orais. Os exames de admissão em segunda época ocorreram nos dias 20, 21, 22 e 25 de fevereiro de 1953, com 132 candidatos, sendo 43 reprovados. O inspetor era Roberto Barrozo.

---

[161] Antes disso, o ensino primário e secundário eram de competência das províncias, depois dos estados.

[162] Esta legislação não especificou a distribuição das disciplinas em cada série.

A organização das turmas e disciplinas ofertadas no curso Ginasial em 1953 estava assim distribuída:

- **1ª série:** Turma A com 52 alunos, turma B com 50 e turma C com 50, ficando 30 em segunda época. As disciplinas eram: Português. Latim, Francês, Matemática, História do Brasil, Geografia do Brasil, Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico.

- **2ª série:** Com 40 alunos, ficando 16 em 2ª época, com Português Latim, Francês, Inglês, Matemática Geografia Geral, História da América, Trabalhos manuais, Desenho e Canto.

- **3ª série:** Com 28 alunos, e 07 em 2ª época. As disciplinas eram: Português Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências, História Geral, Geografia do Brasil, Desenho e Canto Orfeônico.

- **4ª série:** Com 19 alunos e 03 em 2ª época. As disciplinas eram as mesmas da 3ª série. (STRAUBE, s/d).

Com relação a currículo do curso ginasial, em linhas gerais ele estava de acordo com a legislação federal que, conforme o Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, estabelecia:

> O curso ginasial abrangerá o ensino das seguintes disciplinas: I. Línguas: 1. Português. 2. Latim. 3. Francês. 4. Inglês. II. Ciências: 5. Matemática. 6. Ciências naturais.7. História geral. 8. História da Brasil. 9. Geografia geral.10. Geografia do Brasil. II. Artes: 11. Trabalhos manuais. 12. Desenho. 13. Canto orfeônico. Art. 11. As disciplinas indicadas no artigo anterior terão a seguinte seriação: Primeira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Matemática. 5) História geral. 6) Geografia geral. 7) Trabalhos manuais. 8) Desenho. 9) Canto orfeônico. Segunda série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) História geral. 7) Geografia geral. 8) Trabalhos manuais. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico. Terceira série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico. Quarta série: 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.(BRASIL, 1942, Artigos, 10 e 11).

Algumas pequenas divergências podem ser notadas em relação ao que estabelecia o Decreto-Lei nº 4.244, no que diz respeito à distribuição das disciplinas no decorrer das séries. Por exemplo, na primeira série, enquanto o currículo do Bom Jesus oferecia as disciplinas de História do Brasil e Geografia do Brasil, o decreto estabelecia que fossem dadas História Geral e Geografia Geral nesta série. Também

destoa da norma legal a disciplina de História da América que aparece na segunda série.

Com base na consulta em boletins e históricos de ex-alunos que estudaram no curso ginasial diurno do Colégio Bom Jesus entre 1954 e 1957 foi possível elaborar um quadro com a distribuição das disciplinas em cada série, que é apresentado seguir:

QUADRO 1 - DISCIPLINAS DO CURSO GINASIAL
NA DÉCADA DE 1950

ANO / SÉRIE	**DISCIPLINAS DO CURSO GINASIAL DIURNO - COLÉGIO BOM JESUS – 1954 até 1957**												
1954 1ª SÉRIE	Português	Latim	Francês		Matemática			História do Brasil	Geografia	Trabalhos Manuais	Desenho	Canto Orfeônico	Educação Física
1955 2ª SÉRIE	Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática		História Geral		Geografia	Trabalhos Manuais	Desenho	Canto Orfeônico	Educação Física
1956 3ª SÉRIE	Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	Ciências Naturais	História Geral	História do Brasil	Geografia	Trabalhos Manuais	Desenho	Canto Orfeônico	Educação Física
1957 4ª SÉRIE	Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	Ciências Naturais	História Geral		Geografia		Desenho	Canto Orfeônico	Educação Física

Fonte: Elaborado pelo autor com base em históricos e boletins consultados no Arquivo Central da Aldeia Franciscana

Pela análise das disciplinas expostas no quadro anterior é possível notar que o Colégio Bom Jesus seguia de maneira geral o que determinava a legislação nesse período, no que diz respeito à organização curricular do curso ginasial. Uma observação importante precisa ser feita com relação à ausência da disciplina de Religião nos boletins e históricos consultados nesse período. Contudo, essa omissão

não significa que a instrução religiosa estivesse ausente, pois os alunos recebiam tal formação no colégio, embora nem sempre ela fosse registrada nos documentos oficiais dos alunos expedidos pela instituição.

De acordo com Straube (s/d), em 1962 todos os cursos do colégio e da Escola Técnica de Comércio passaram a funcionar no novo prédio da rua Alferes Poli e se adaptaram às exigências da Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. O colégio, que já gozava de uma estabilidade administrativa, jurídica e financeira não teve grandes dificuldades para cumprir o que essa legislação determinou, pois de maneira geral ela foi benéfica para as instituições de ensino particulares.

Segundo Romanelli (2000), apesar das posições tomadas diante da promulgação dessa lei, que abarcavam desde o otimismo exagerado até o pessimismo extremado, ela nada mudou de essencial, pois foi mantida a estrutura tradicional do ensino conforme a legislação anterior com a seguinte organização:

> 1.Ensino pré-primário, composto de escolas maternais e jardins da infância; 2. Ensino primário de 4 anos, com chance de ser acrescido de 2 anos mais, com programa de artes aplicados; 3. Ensino Médio, subdividido em dois ciclos: o ginasial de 4 anos e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores); 4. Ensino Superior, com a mesma estrutura já consagrada antes (ROMANELLI, 2000, p. 181).

Ainda segundo Romanelli (2000), o fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido talvez seja sua única vantagem em relação às legislações anteriores, pois proporcionou a quebra de rigidez e certo grau de descentralização. Apesar de ser uma abertura necessária, foi apenas timidamente ensaiada. Com relação à possibilidade dos estados e estabelecimentos encaixarem disciplinas ao currículo mínimo estabelecido, Romanelli afirma que foi um progresso apenas em matéria de legislação pois, na prática, as escolas acabaram mantendo seus currículos a partir dos recursos humanos e materiais que já possuíam.

Quanto ao ensino secundário, a situação se agravou ainda mais em razão da variedade de currículos admissíveis. Ao colocar quatro modelos possíveis muito semelhantes, o Conselho Federal de Educação, em vez de criar possibilidade de escolha, acabou delineando um arquétipo curricular que foi adotado pela maioria das escolas brasileiras. A Lei 4.024/61 também manteve a orientação do substitutivo

Lacerda de igualdade de direitos para escola privada em relação à escola pública (ROMANELLI, 2000, p. 182).

Com relação ao ensino técnico, a Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 determinava que:

> Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos: a) industrial; b) agrícola; c) comercial. Parágrafo único. [...]. Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginasial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos. § 2º O 2° ciclo incluirá além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa. § 3º As disciplinas optativas serão de livre escolha do estabelecimento. § 4º Nas escolas técnicas e industriais, poderá haver, entre o primeiro e o segundo ciclos, um curso pré-técnico de um ano, onde serão ministradas as cinco disciplinas de curso colegial secundário. [...]. Art. 51. § 1º Os cursos de aprendizagem industrial e comercial terão de uma a três séries anuais de estudos. (BRASIL, 1964).

Ainda de acordo com Straube (s/d), em 1963 o Curso Técnico de Contabilidade era ofertado no período noturno e destinava-se ao uso e formação de técnicos nessa área. O início das aulas nesse ano foi no dia 4 de fevereiro. Relacionado a esse curso, ainda em 1963 foi inaugurado solenemente, em 4 de outubro, dia da festa de São Francisco, às 20 horas, o “Escritório Modelo Senhor Bom Jesus”, com a presença do Cônsul da República Federal da Alemanha, cuja doação de 40.000 marcos alemães, concedidos pelo Governo de Bonn-Alemanha, através do *Katholishen Missionsrat,* de Aachen, permitiu a sua instalação. O Escritório Modelo destinava-se aos alunos na prática da contabilidade.

Conforme Straube (s/d), em 1963 a Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus mantinha: o Jardim de Infância e Pré-Primário, para crianças de 3 a 6 anos no período da tarde (13 às 16:30h), para ambos os sexos; o Curso Primário do 1º ao 4º ano no período da tarde e também o 4º e 5º no período da manhã; o Curso Ginasial, pela manhã, tarde e noite, sendo aceitos para esse turno alunos de ambos os sexos; o Curso Colegial Científico de 1ª à 3ª séries pela manhã, sendo a 2ª e 3ª séries com currículo diversificado para os vestibulares de Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia, Agronomia, Veterinária e Filosofia e à noite foi iniciada a 1ª série para alunos de ambos os sexos. Funcionou também nesse ano um cursinho gratuito de preparação para vestibulares.

6.3 COMPORTAMENTOS A INCULCAR

Com relação ao perfil dos professores que atuavam no Colégio Bom Jesus no início dos anos 1950, no livro “Educação passos de uma jornada”, Frei João Crisóstomo Arns (2002) faz uma descrição de Curitiba na década de 1950 e da situação do Colégio Bom Jesus. Destaca o fato dos franciscanos serem considerados bons hospedeiros para estudantes que vinham, sobretudo de Santa Cantarina, para fazer curso superior em Curitiba nas áreas de Medicina, Engenharia e Direito, uma vez que ainda não havia cidade universitária em Santa Catarina e as opções mais próximas eram Curitiba e Porto Alegre.[163]

> Quando fiz uma das primeiras visitas no Colégio ainda nas férias, verifiquei que muitos professores eram catarinenses, inclusive o Deão dos professores, que era prof. Antônio Koser, pai do meu contemporâneo de estudos, Frei Constantino Koser, mais tarde Ministro Geral da Ordem Franciscana com sede em Roma. O ambiente de professores, era mais ou menos, tão catarinense quanto o de Blumenau e Lages. O professores mais compenetrados, no entanto, eram paranaenses, prof. Lauro Esmanhoto, prof. Francisco Lima e prof. Angelino Kotoski, opinião por consenso. (ARNS, 2002, p. 101).

Conforme já observado, como Frei Arns ao assumir a direção do Colégio Bom Jesus, tinha como referência de qualidade os colégios de Lages e de Blumenau, é possível considerar que o fato de contar com alguns professores de Santa Catarina era visto por Frei João Crisóstomo Arns como um elemento que favorecia a concretização de seu objetivo, qual seja, dar ao Colégio Bom Jesus as mesmas condições materiais e administrativas que já possuíam aqueles dois colégios dirigidos pelos franciscanos em Santa Catarina.

Ainda no que diz respeito ao perfil dos professores que atuavam na instituição, Arns (1997) afirma que, em 1953, quando assumiu a direção do colégio, a equipe de docentes estava preparada para enfrentar as dificuldades do momento. Entre outros, destaca os seguintes professores titulares: Francisco de Lima, que era congregado mariano e fazia do magistério um prolongamento de sua vivência religiosa; Francisco Frigério, que era professor de português e fazia a comunicação nos eventos do

---

[163] Conforme Boschilia (2002, p. 85), o Bom Jesus e o Santa Maria atendiam exclusivamente aos alunos externos; o Internato Paranaense recebia apenas internos e o Juvenato Champagnat e o Seminário São José atendiam aos candidatos à vida eclesiástica.

colégio, manifestando suas convicções religiosas e cívicas; Lauro Esmanhoto, que era ex-seminarista franciscano, formado na Universidade Federal do Paraná; Prof. Kein, formado em seminário de professores no Rio Grande do Sul. Além dos professores titulares, faziam parte do elenco de docentes do Colégio Bom Jesus os professores auxiliares que. em geral, eram ex-seminaristas e haviam sido alunos de Frei Arns em cursos na Pontifícia Universidade Católica ou na Universidade Federal do Paraná. Eles moravam em uma república supervisionada pelo professor Abílio Heiss.

O relato do ex-aluno Luís Antônio Hungria de Camargo, que estudou no Bom Jesus a partir de 1954 e ali cursou primário, ginásio e científico também descreve um pouco o corpo docente do colégio no seu tempo:

> Quanto aos professores, então... o inesquecível João (do Canto); o perfeccionista Angelino; o até folclórico professor Hamilton (o Tarzan do Banhado); o rígido professor Ervino Klein, matemática da pesada; todos nossos mestres no primário, mas com os quais nos encontraríamos no ginásio e científico, junto com outro time: Osni Dacol, Paulo de Deus, Lima, Frei Gervásio, Frei Antônio, professora Ida e sua irmã Otília Arns; professor Rene Reis, Medeiros, Azevedo, professor Darci (Educação Física, com seus famosos abdominais e frente de apoio sob solo, para não falar dos famosos jogos de caçador quando estava menos inspirado para dar aula, mas que era uma farra! Citemos ainda professores como Becker de Química, Bley e Lisímaco (desenho e Trabalhos Manuais), professor Schimidt, inglês, e que hoje é por merecimento mui digno Diretor do nosso querido Colégio... e, dentre outros, que devo ter esquecido – e peço desculpas. Não poderia deixar de citar o nome de mais duas pessoas que fizeram parte deste inesquecível grupo, ou seja, o professor José Daniel Van Der Brooke, que lecionava Biologia, além de ter sido um de nossos orientadores para a vida futura, e finalmente o carismático, disciplinador, enérgico, Frei João Crisóstomo Arns, então nosso Diretor, e responsável pela realização da construção do novo prédio do Colégio, hoje Complexo Bom Jesus. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 n. 74).

Pelo relato é possível notar como os professores eram identificados e apelidados pelos alunos, de acordo com suas características no modo de conduzir cada disciplina. Dessa maneira, o ex-aluno recorda com muita gratidão os seus professores, aponta algumas características que eram marcantes em cada um deles, de acordo com a disciplina que ministravam. Merece destaque o fato do aluno, ao se recordar do seu professor de biologia, afirmar que ele foi um dos seus orientadores para a vida futura. Também é preciso salientar a recordação do ex-aluno quanto ao diretor do colégio, que ele considerava carismático, disciplinador e enérgico e que não mediu esforços para construir um novo prédio para a instituição.

Também relacionado ao perfil dos professores que atuavam no Bom Jesus convém citar parte do relato do ex-aluno Ilson Teixeira que estudou na instituição entre 1950 e 1954:

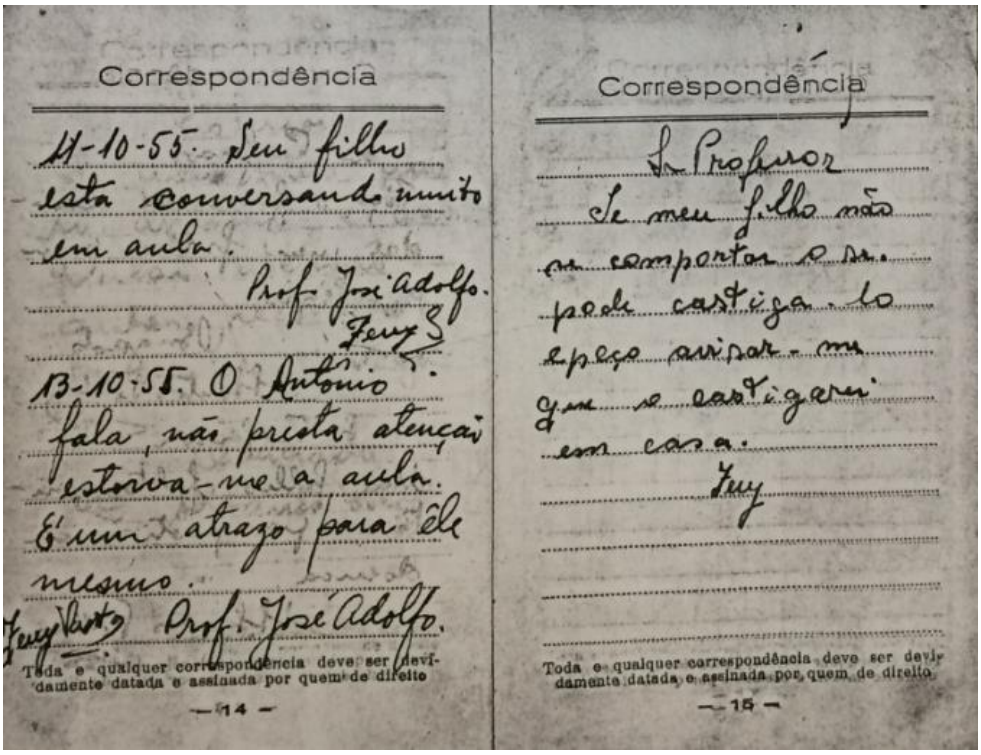
> Do 4º ano, lembro-me muito bem, do professor Eurico Bach, dos colegas, etc. Devo muito a este professor. Soube motivar-me, a ponto de, entre 34 alunos, ter sido aprovado em 5º lugar (média 7,8), numa turma seleta. Recordo-me principalmente de suas aulas de História do Brasil. Ele realmente contava a história, dramatizava, fazia enfim, a matéria perfeitamente intelegível. Demonstrava amar a sua profissão e seus alunos. E seu trabalho foi reconhecido, pois chegou a ocupar o cargo de Diretor do Colégio Estadual do Paraná. No ano que lecionou para nós, ocorreu o seu casamento. Fizemos uma vaquinha, compramos um presente simples; era um quadro com ponteiro, para se colocar nos pontos: hoje está de bom humor; hoje está zangado, etc. A entrega foi comovente: um dos colegas disse algumas poucas palavras que ele recebeu muito emocionado. Ficou vermelho, virou-se para o quadro negro, puxou o lenço e enxugou as lágrimas que não conseguiu conter; agradeceu com a voz embargada. Ao senhor Eurico – esteja onde estiver – depois de 44 anos, meu muito obrigado! (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº 98).

Como é possível notar, mesmo se referindo à forma como o professor ministrava as aulas de história, o ex-aluno destaca o fato e agradece seu professor de 4ª série pelo exemplo dado de amor à profissão, pelo qual o professor recebeu reconhecimento. O exemplo do professor marcou a trajetória desse ex-aluno. Ele recorda com muita gratidão a formação recebida, sobretudo pelo fato de ela ter-lhe preparado para a vida.

Com base nesse e outros relatos já citados é possível afirmar que, ao menos relativamente, havia coerência entre o que se exigia dos estudantes, em termos de disciplina moral, dedicação, aprendizagem e a prática dos professores, ou seja, o modo como conduziam as atividades a fim de que os resultados esperados fossem alcançados.

Com relação à disciplina no colégio nesse período, merece destaque o fato dos alunos serem avaliados quanto ao comportamento, aplicação e ordem, pois esses são elementos diretamente relacionados à inculcação de comportamentos que marcarão a vida desses estudantes. Nesse sentido, vale citar o registro do aviso enviado aos pais de um aluno em 1955, conforme consta em sua caderneta no espaço reservado à correspondência, conforme expressa a figura a seguir:

FIGURA 38 - CORRESPONDÊNCIA NA CADERNETA DE UM ALUNO DA 3ª SÉRIE DO PRIMÁRIO EM 1955



Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

Pelo conteúdo dos avisos apresentados na figura anterior, nota-se que os professores comunicavam os pais sobre o mal comportamento dos alunos. No rodapé da figura citada é possível ler a seguinte informação: “Toda e qualquer correspondência deve ser devidamente datada e assinada por quem de direito."

Neste exemplo temos dois registros entre os dias 11 e 13 de outubro de 1955. Conforme consta do lado esquerdo da imagem, o professor informa que o estudante fala muito nas aulas e o atrapalha e assim também prejudica a ele mesmo: “O Antônio fala, mas não presta atenção estorva-me a aula. É um atraso para ele mesmo”. Já ao lado direito está o registro da resposta da mãe do aluno, que além de autorizar o professor a castigar seu filho, caso ele não se comporte, também solicita que seja comunicada a fim de castigá-lo em casa.

A partir desse registro é possível ter uma ideia de como a questão do comportamento era tratada com muita seriedade e rigidez, sendo recomendada inclusive pela própria mãe do aluno a aplicação de castigos. Por um lado, a aplicação de castigos pode parecer contraditória à reputação de um colégio católico dirigido por

franciscanos. Por outro, como já assinalado anteriormente, a disciplina rígida era uma característica da escola desde que foi fundada pelo Padre Auling. Essa importância dada ao aspecto disciplinar permaneceu e foi recebendo novos contornos com o passar dos anos. Contudo, permaneceu a noção de que para educar é preciso inculcar comportamentos. Promover ações que favoreçam o desabrochar de virtudes e afugentem os vícios. Nesse sentido, convém citar aqui parte do relato do ex-aluno Ilson Teixeira, que estudou no Bom Jesus entre 1950 e 1954:

> Ah! Quantas lembranças! Todas agradáveis! Antes das recordações, um reconhecimento, um preceito de gratidão, pelo fato de minha personalidade, caráter, educação, preparação para a vida, enfim, terem – em sua maior parte – sido forjados no Bom Jesus, embora só tenha estudado 4 anos: dos 9 aos 13 anos (anos 50 a 54). Não lembro o nome do professor. Era um jovem. Alto e magro. Na época, não era muito estudioso, não. Porém, deu pra passar (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº 98).

O relato desse ex-aluno reforça o fato de que a formação oferecida no Colégio Bom Jesus não apenas transmitia conteúdos, mas inculcava condutas e incorporava comportamentos (JULIA, 2001) que colaboravam para formação dos seus estudantes. Todavia, há que se mencionar também um outro lado desse ambiente de formação religiosa voltada para solidariedade e permeada por uma rígida disciplina, pois os estudantes procuravam formas de burlar as regras, infringir a disciplina, como se pode notar no relato do ex-aluno Flávio José Arns, que estudou onze anos no Colégio Bom Jesus, entre 1958 e 1969, expresso a seguir:

> Brincadeiras na sala de aula, visitas à casa do Professor Darci – de Educação Física– às 6:30 da manhã dos sábados para pedir autorização para jogar futebol, sumiço nos fichários de ocorrências – tudo envolvia a trama, o divertimento, a amizade, o planejamento, a gargalhada ou riso furtivo. No início dos anos 60 – afinal, não faz tanto tempo assim – resolvemos, com uma constância que não era muito apreciada pelo professor Schimidt, grudar o apagador no quadro-negro, bem no centro, com uma boa quantidade de chicletes. Tudo era aprontado, no intervalo, com muita risada, participação e observação, para ver quem se aproximava. O professor entrava na sala, olhava para o quadro e para a turma, puxava o apagador e, naturalmente, o chicletes se esticava. Os alunos obviamente estavam surpresos com o que viam. O diretor era chamado, as broncas devidas aplicadas, o tempo da aula já se esvaindo e, claro, os objetivos atingidos. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº 10).

Não obstante o contexto de brincadeira que transparece nos fatos relatados, nota-se uma clara inobservância da disciplina rígida que é considerada uma das

marcas do Colégio ao longo de sua trajetória. Mesmo conscientes das consequências, os estudantes planejavam e executavam ações para quebrar o andamento considerado normal das coisas na sala de aula e proporcionar divertimento à turma. Também os métodos utilizados pelos professores para solucionar questões disciplinares e reestabelecer a boa ordem em sala de aula iam além dos tradicionais, como se pode observar na continuação do mesmo relato:

> Um dia, porém, isto foi feito também no intervalo anterior à aula do Professor Ernani Straube. Ele entrou na sala, percebendo obviamente o que estava grudado no quadro-negro, mas não deu qualquer importância para o fato. Começou a sua aula, ditando uma parte da matéria. Quando erguemos os olhos do caderno para observar o que ele faria, o apagador não estava mais no quadro-negro. Diante da perplexidade da turma, ele disse: “O que é que vocês estão procurando? ” Deu uma boa gargalhada, mostrando ser muito esperto para a turma. Daquele dia em diante, obviamente, a turma perdeu o interesse pela brincadeira (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº. 10).

É preciso salientar que as atitudes de indisciplina dos estudantes tinham suas consequências, entre as quais estava a prática de exigir dos alunos de mau comportamento copiarem cinco ou dez vezes o ponto, ou copiarem, cinquenta, cem ou até duzentas vezes, frases como: “Não devo fazer barulho em aula”, conforme está registrado no relato do ex-aluno Eduardo Haj Mussi Filho, que estudou no Bom Jesus entre 1953 e 1960:

> Na 2ª série do ginásio era comum o professor mandar os alunos de comportamento menos ortodoxo, copiarem cinco ou dez vezes determinada matéria ou ponto, como era chamado na época, ou escreverem cinquenta, cem ou duzentas vezes, frases como “não devo fazer barulho em sala de aula” ou outra qualquer, de acordo com o delito cometido. Alguns traziam o “castigo” pronto de casa e quando ficava evidente que haviam usado papel carbono, o “castigo” podia dobrar. Outros recorriam à ajuda de colegas, era comum cada folha ser apresentada com letra diferente, a solidariedade era grande e o professor fazia vista grossa. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº. 99).

Chama atenção no relato do ex-aluno o fato de que, mesmo nos momentos de castigo, os alunos apelavam para a solidariedade dos colegas, a fim de que a tarefa exaustiva de copiar muitas vezes um ponto ou escrever determinada frase fosse cumprida. Ma, além de servir como medida disciplinar, o ato de copiar muitas vezes um mesmo ponto acabava se constituindo como uma forma de aprendizagem, ainda que meramente decorativa, conforme outro trecho do mesmo relato que citamos a seguir:

> Uma ocasião, o professor de geografia, Hamilton, também conhecido como "Tarzan do Banhado", castigou dois alunos que estavam brigando dentro da sala; a mim coube copiar dez vezes o ponto "O Café", e o meu adversário copiou dez vezes "Erva Mate". Passados uns dias, prova de geografia; o professor sorteia o ponto, olha para mim e ri – caiu "O Café". Tirei dez na prova. O meu ex- adversário não se deu por vencido e a sua redação foi mais ou menos assim – "O Café é o maior produto agrícola do Paraná e do Brasil, mas a erva-mate nada lhe fica a dever, pois... (a seguir transcreveu toda a matéria sobre a erva-mate que ele tão bem havia decorado). Não sei que nota tirou, mas acho que também merecia dez. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº. 99).

As questões relativas à disciplina marcaram profundamente a vida dos ex-alunos do Colégio Bom Jesus. Mesmo nas recordações mais engraçadas transparece o objetivo de formar bons cidadãos, cristãos conscientes, que pudessem também fazer repercutir na sociedade os frutos da formação recebida no colégio. Para tanto lançava-se mão de práticas disciplinadoras como a palmatória, conforme atesta o relato de outro aluno que estudou no Bom Jesus na década de 1950, Ariel Müller:

> Já em 1951, no segundo ano do primário, eu estudava no Colégio Bom Jesus. O professor era o Sr. Angelino Cotoski, enérgico, consciente, determinado e que ensinava maravilhosamente bem. Ainda era a época da palmatória e quem não respondesse a tabuada em três segundos ganhava algumas reguadas na palma da mão. Eu mesmo levei várias destas. Mas era uma injeção de ânimo, que ajudava a evoluir cada vez mais o raciocínio e que, até hoje, fico gratificado por ter o raciocínio rápido e muito bem desenvolvido, graças à técnica espetacular do Professor Angelino. No ano seguinte tinha aulas de Francês, e até hoje, com 53 anos, sei o livro inteiro e com a gramática francesa correta. Guardo o livro original e posso provar o que afirmo. Estudei mais doze anos neste exemplar Colégio, o qual adoro como se fosse meu lar. Meus filhos e minha esposa ali também estudaram. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº 33).

Como se pode notar, o ex-aluno recorda com muito respeito o seu professor da segunda série primária que fazia uso da palmatória. Segundo o ex-aluno, essa prática funcionava como uma espécie de injeção de ânimo a fim que os estudantes tivessem um raciocínio rápido e muito bem desenvolvido. Apesar de ter recebido algumas reguadas na palma da mão, o ex-aluno reconhece que o professor ensinava maravilhosamente bem e considera o colégio exemplar como se fosse o seu lar. Há que se destacar o fato do professor conquistar o respeito dos estudantes não apenas pelo fato de ser enérgico e usar a palmatória, mas era também determinado e ensinava bem, conforme atesta o ex-aluno. Assim a inculcação de comportamentos

se fazia por meio de práticas que contavam com o exemplo dos professores na sua atuação docente em contato com os alunos.

Com relação às práticas educativas “exercitadas” no Colégio Bom Jesus nesse período, embora a construção do novo prédio só tenha sido iniciada em1956, já a partir do ano de 1954 Frei Crisóstomo começou a providenciar material e os recursos financeiros necessários. Assim, nesse ano foi iniciada a campanha do “tijolo”, visando a construção de novo prédio quando cada aluno recebeu uma cartela quadriculada e os quadrados perfurados correspondiam ao número de tijolos obtidos. Os alunos que vendessem o maior número de cartelas recebiam um prêmio. Somente naquele ano os alunos contribuíram para a compra de 80 mil tijolos. A direção do ginásio também firmou convênio com o Convento Franciscano para a permuta de uma faixa de terreno na rua Alferes Poli, com as áreas de terreno utilizadas como pátios de recreio laterais à igreja (STRAUBE, s/d.).

A divulgação das campanhas para construção do novo prédio do colégio tinha espaço também no programa denominado “A voz de São Francisco”, que ia ao ar às quartas feiras às 20:15h, através da Rádio Guairacá de Curitiba, “A voz nativa da terra dos pinheirais”.[164] O registro de um dos programas do dia 26 de maio de 1954 traz no bloco intitulado "Notas e fatos uma fala sobre a Campanha dos tijolos e telhas para a construção da nova ala do Ginásio Senhor Bom Jesus”.

> Breve se erguerá à rua Alferes Poli e a Guarapuava, um novo prédio. Será o novo edifício escolar do Ginásio Senhor Bom Jesus. Fundado há 58 anos, cresceu o número de seus alunos. Impõem-se a construção de novo prédio para atender as crianças que desejam ingressar no Ginásio Senhor Bom Jesus e para instalar o curso científico para os ginasianos que terminaram o curso. Confiamos em Deus e na boa vontade do povo de Curitiba. Ele compreenderá que unicamente nos preocupa melhor servir os pais que lutam pela educação de seus filhos. Nosso primeiro apelo dirigimos às próprias crianças que acolheram com indescritível entusiasmo. Sabemos que nossos alunos têm por sua vez o apoio incondicional dos seus queridos pais. Quisera nesta hora dizer a estes bondosos pais: - Cada tijolo com que auxiliais os Padres Franciscanos na construção da nova ala do Colégio, será um tijolo na construção da felicidade do nosso próprio lar. Vossos filhos dirão um dia com orgulho: - Neste prédio coloquei dezenas e centenas e milhares de tijolos e telhas. Este colégio é o meu colégio, o Colégio do Senhor Bom Jesus. E eu vos digo desde já, Senhores pais: Que Deus lhes pague. Passa a ler agora a colocação por séries, turmas e alunos desta campanha em prol do novo prédio. (ARNS, 1954).

[164] Consta no arquivo Pró-Memória a reprodução de algumas locuções proferidas em 1954, pelo Frei João Crisóstomo Arns, manuscritas a pena e tinta, em caderno pautado do Ginásio Senhor Bom Jesus.

Como se pode notar, a campanha de arrecadação de tijolos e telhas para a construção do novo colégio se realizou no contexto de uma atmosfera religiosa que é uma característica marcante da cultura escolar do Colégio Bom Jesus em sua trajetória. Nesse sentido, no mesmo programa radiofônico citado anteriormente, Frei João Crisóstomo Arns informou sobre a realização da Primeira Comunhão dos alunos do colégio:

> Domingo próximo farão os alunos do Curso Primário do Ginásio Senhor Bom Jesus sua comunhão Pascoal. Pedimos aos Senhores Pais que levem seus filhos à missa das 8 horas na Igreja do Senhor Bom Jesus. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue terá a vida eterna! São palavras de N. Senhor Jesus Cristo. Deixai vir a mim as crianças, porque delas é o reino dos céus, disse o mesmo Senhor em outra ocasião. Não as afastais! Convido com estas palavras de Nosso Senhor todos os alunos do Curso Primário do Ginásio Senhor Bom Jesus para a comunhão Pascoal, na missa das 8 horas na nossa Igreja do Senhor Bom Jesus. A Páscoa dos ginasianos se realizará dia 30 de maio. Portanto, domingo vamos ter a Igreja do Senhor Bom Jesus repleta de crianças de nosso Curso Primário. Como é edificante quando os próprios pais acompanham neste dia de festa suas crianças à missa sagrada, comungando e rezando com os filhinhos. O exemplo do pai é uma poderosa força para o bem e a virtude dos filhos. (ARNS, 1954).

Um relato, que consta no livro 100 Histórias do Bom Jesus, do aluno Ivan Kuster, estudante no Colégio Bom Jesus entre 1956 e 1957, ajuda a compreender traços marcantes da cultura escolar do colégio nessa época, cuja influência da religião católica na formação dos alunos fica latente.

> Até 1956, o prédio do Colégio era o atual Solar. Naquele ano foi iniciada a construção do “prédio novo”, na Alferes Poli com Visconde de Guarapuava. Em 1957 foi feita uma campanha entre alunos para comprar tijolos. Dessa maneira, cada aluno recebia uma cartela com o desenho de cem tijolos e, a cada contribuição conseguida, pintava-se um tijolo na cartela. Quando foi distribuída na minha classe (1ª série do Ginásio), foram-me entregues dois cartões de tijolinhos. Fiquei quieto e os vendi, mas só dei o dinheiro de uma cartela. O dinheiro arrecadado com a outra cartela gastei em sonhos e pastéis na cantina do seu Antônio. Na semana seguinte, terça-feira, durante a aula de religião, haveria confissão, missa com Comunhão celebrada pelo Frei Fidélis. O furto que eu havia cometido teria que ser contado na confissão. Para mim seria impossível confessar ao Frei que eu havia furtado o Colégio. Dessa maneira, na segunda-feira fui à Igreja da Ordem e lá me confessei. Na terça-feira, não precisei me confessar. Durante a missa, entrei alegremente na fila da comunhão. Quando Frei Fidélis ia me dar a hóstia, ele parou e perguntou o motivo pelo qual não tinha me confessado. Eu menti, dizendo que havia me confessado em uma igreja na qual minha mãe conhecia o padre. Frei Fidélis ouviu a explicação e, satisfeito, deu-me a comunhão. Após voltar ao banco da Igreja, um desespero tomou conta de mim. Eu havia

> mentido e, assim, comungado em pecado. Depois disso, só tive sossego quando confessei tudo ao Frei Fidélis. Levei uma bronca, mas, ao mesmo tempo, rindo, ele me perdoou. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº 12).

Percebe-se, pelo relato citado, que a formação da consciência era uma marca da cultura escolar do colégio nesses tempos. E não se tratava de mera aparência externa. Os conhecimentos ensinados e principalmente as condutas inculcadas estão relacionadas com um conjunto de práticas que possibilitam a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos (JULIA, 2001, p.9). Nesse sentido, a manutenção das condutas inculcadas ao longo do tempo por meio das práticas realizadas dispensava a própria vigilância de professores, inspetores, ou, nesse caso específico, do padre católico, uma vez que o próprio aluno reconheceu ter “pecado” ao mentir e não ficou tranquilo até que confessasse seu erro.

Os motivos da preocupação manifestada pelo estudante e sua mudança de atitude diante da situação são sobretudo religiosos. Isso deixa evidente o quanto os ensinamentos proporcionavam a inculcação de condutas que repercutiam na formação do caráter dos estudantes, o que leva a um certo tipo de controle que se manifesta também de dentro para fora. Ou seja, os próprios alunos, a partir dos ensinamentos aprendidos e condutas assimiladas, eram capazes de reconhecer seus erros e procurarem meios para voltar a ter harmonia com as normas e desse modo ”ficarem e paz” com a própria consciência.

Nesse sentido, de acordo com Foucault (2013, p. 192):

> A eficácia do poder, sua força limitadora, passaram de algum modo, para outro lado – para o lado de sua superfície de aplicação. Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo: e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação.

Diante de uma tal situação de manifestação de controle por meio do oferecimento de uma formação religiosa, em que é possível notar a influência em decisões, nos comportamentos dos sujeitos, apresentando-se como uma espécie de

autocontrole, percebe-se a força disciplinar que tal formação exercia nos estudantes, ao ponto de torná-los seus próprios vigias. Não obstante as suas implicações éticas, um tal disciplinamento ultrapassa o âmbito do exterior, ou daquilo que se faz ou se deixa de fazer quando não se está sendo observado, mas vai além, pois chega até o interior dos sujeitos que se sentem culpados por desobedecerem a preceitos religiosos.

Ou seja, o estudante não se sente culpado por ter cometido um delito, ou ter sido antiético, mas por ter infringido uma norma religiosa, cujo aprendizado se deu via aulas de ensino religioso no interior do ambiente escolar. Nessa perspectiva, pode-se compreender a disciplina como "um princípio de controle de produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras" (FOUCAULT, 2008, p. 36).

O relato de outro aluno da época, Glaucio José Geara[165], publicado com o título "O tijolo sagrado", também expressa a importância que tinham os ensinamentos religiosos e de como eles são marcantes e permanecem ao longo da vida. Da mesma forma apresenta outros elementos que auxiliam na compreensão da cultura escolar do Colégio nesse período:

> Éramos 35 alunos em cada sala de aula. Adentrávamos todas as manhãs pelo largo corredor, alegres, felizes e confiantes no futuro. Aquele colégio era nosso templo. Antes das aulas, orávamos piedosamente e entoávamos hinos religiosos. Com a alma branda, estávamos preparados para receber os ensinamentos religiosos tão necessários na formação moral e intelectual das pessoas. Éramos ginasianos. O ginásio era um nível de ensino abrangente: ainda deveria existir. Aula após aula, dia após dia, moldávamos nossas personalidades. Nossos mestres deixaram em cada um de nós a marca da qualidade daquela instituição. O ensino religioso era ministrado pela Família Arns, que nos legou um príncipe da Igreja Católica – Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal – Arcebispo de São Paulo – e toda uma geração de religiosos educadores. Nossos mestres tratavam do nosso futuro com rigor e seriedade. Entre eles, o professor João (Canto Orfeônico) e o professor Arsênio (Ciências). (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº 07).

O relato do estudante expressa um pouco do ambiente cultural que fazia parte do Colégio Bom Jesus nesse momento histórico. Não obstante as suas idiossincrasias, nota-se que a presença do elemento religioso na formação dos alunos é uma constante. E não são apenas as práticas[166] que colaboram para esse tipo de

[165] Empresário e Ex-Secretário da Fazenda do Paraná.

[166] Entre essas práticas destaca-se nesse momento a campanha solidária para ampliação do colégio.

formação, mas a própria arquitetura escolar, a organização do espaço, o tamanho das portas e janelas, conforme expressa em outra parte do relato que citamos a seguir:

> O Colégio Bom Jesus é o grande marco educacional e existencial da minha vida. Após muitos anos de ausência, em outubro de 93, voltei orgulhosamente a adentrar o antigo prédio. Havia sido convidado a proferir palestra para formandos em Administração de Empresas da FAE. Tomado pela emoção, caminhei pelo pórtico das nossas orações, pelas salas de aulas com suas grandes portas e janelões abaloados e relembrei os momentos emocionantes ali vividos. Senti que, entre todos os ensinamentos, o mais importante foi o da solidariedade. Relembrei um gesto simples que praticávamos, o de ir buscar junto à comunidade, em cada pessoa amiga que encontrávamos, como doação, um tijolo para a construção do novo prédio que hoje abriga a FAE. Mas transformou-se em gesto permanente. De outras maneiras, viemos repetindo-o por nossas vidas. Além da educação, ganhamos também o direito de participar da história do Bom Jesus. Foi aquele tijolo, um simples tijolo, que me marcou profundamente. Ele também serviu para construir meu espírito, o meu ser completo e liberto. Para mim é um tijolo sagrado. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº 07).

Conforme a descrição do ex-aluno, o fato de voltar ao lugar o faz relembrar o quanto a vida nesse espaço foi marcante, não apenas para sua formação intelectual, mas também para formação do seu espírito. Há que se destacar o fato da formação recebida, sobretudo no que diz respeito à formação do caráter, constituir algo que permanece. Entre tantas práticas realizadas, o próprio ex-aluno faz questão de mencionar que o ensinamento mais importante foi o da solidariedade concretizado na campanha de arrecadação de tijolos da qual participou. Assim, por mais que o aluno tivesse tido longas preleções sobre solidariedade o fato que realmente o marcou foi o gesto concreto de realizar uma campanha para arrecadar tijolos para construção de um novo prédio para o colégio.

Nesse sentido, Arns (1997) afirma que foi através de campanhas junto à comunidade e graças a uma boa administração dos escassos recursos financeiros de que o colégio podia dispor, o primeiro bloco do novo prédio, de frente para a rua Alferes Poli, com área de 2081,75 m², pôde ser concluído em poucos anos e começou a ser ocupado a partir de 1959.[167]

[167] Em 1959, por meio de um convênio estabelecido com a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, o próprio Frei João Crisóstomo Arns passou responder como inspetor federal do estabelecimento (ARNS, 1997, p. 157).

Considerando a missão assumida pelos franciscanos e seus objetivos pastorais com a manutenção da escola, há que se destacar a presença da Congregação Mariana da Imaculada Conceição, que foi fundada em 1917 por Frei Silvestre, destinada ao cultivo da devoção à Nossa Senhora e à preservação da juventude. Em 1949, conforme registro da época, a Congregação compreendia diversas seções: a Colegial com 60 membros; a dos Menores com 50; a dos maiores com 262, e a dos pais Católicos, com 102 membros. Além da biblioteca, Capela e amplos salões para leitura, instruções, jogos etc., a Congregação possuía ainda uma Secção Eucarística, duas Conferências Vicentinas, Teatro, Secção de Esportes e editava o mensário “O Ideal” (COLÉGIO BOM JESUS, 1985 p.23).

O número 1 do mensário “O Ideal”, publicado em outubro de 1948, trazia na sua apresentação:

> Na arena das competições jornalísticas, surge vitorioso, após superar inúmeras dificuldades o órgão de imprensa da Imaculada Conceição da Igreja do Senhor Bom Jesus, numa continuação da obra esplêndida realizada no passado, por aqueles moços entusiastas que redigiram e fizeram publicar revista sob a denominação de IDEAL. “O IDEAL” traz no pórtico de honra o lema: “A PENA A SERVIÇO DA CRUZ”. Esta legenda define a e exalta o seu sentido esplêndido. Não alimenta outras pretensões que não aquela de realizar um jornalismo sadio e honesto, orientado pelos cânones dos ensinamentos da Santa Igreja. É apenas, um soldado a mais que se incorpora às fileiras dos que se batem pela boa imprensa; é outra barreira que se ergue para enfrentar a onda de corrupção, que sorrateiramente se vai infiltrando no recesso sagrado dos lares através de publicações atentatórias da honra e da dignidade da família brasileira. O Ideal nasceu na luta, arrostando pessimismo e descrenças, e na luta permanecerá, com as bênçãos de Deus e a proteção da Virgem Santíssima! Será uma voz mariana do Paraná levando ao Brasil a mensagem sacrossanta da fé, num apostolado cheio de vigor e entusiasmo. Servirá de trincheira para a defesa e propagação da doutrina católica. (O IDEAL, ano I, outubro de 1948, número 1, p. 1).

Esta apresentação do mensário “O Ideal” explicita um pouco o que significava a presença da Congregação Mariana na Igreja do Senhor Bom Jesus em Curitiba, bem como da ação dos franciscanos que dirigiam o colégio em estudo. Essa constatação vai ao encontro do que aqui se defende com relação às razões da permanência da instituição em funcionamento, sobretudo após a nacionalização do ensino no Brasil. Tal como a pena estava a serviço da cruz na imprensa católica, e particularmente no mensário "O Ideal", também o Colégio Bom Jesus e seu conjunto de normas e práticas produziam uma cultura escolar que estava a serviço da manutenção e propagação da fé católica.

Sobre a atuação da Congregação Mariana, Arns (1997, p. 176) traz um resumo histórico elaborado por dois congregados muito atuantes na vida mariana do Bom Jesus, o médico Benito A. Parolin e o professor aposentando do Bom Jesus, Darcy Cron Alves. Desse relato convém citar aqui um pequeno excerto que explicita a relação da Congregação Mariana com o Colégio Bom Jesus e o que isso representava para a formação dos alunos.

> Não lhes facilitava apenas o conhecimento sólido da religião, ponto de que o Colégio nunca se havia descuidado, mas os introduziu na prática de uma religiosidade consciente e atuante, bem correspondente à sua idade e lhes assegurou nas dependências da escola um ambiente bom para os seus encontros e as suas competições esportivas. Em breve seria então inaugurado novo Colégio ao lado da Igreja, ficando então o velho, na rua 24 de maio, repartido entre a Congregação Mariana e as instalações ampliadas do bissemanal jornal de língua alemã, “Der Kompass”. Nessas amplas acomodações se desenvolveu a vida dos congregados: sala de conferências e capela, sala de jogos, sala de instrução, biblioteca; salas de redação e de despachos (para um jornal católico mensal O Ideal, precursor da Voz do Paraná, hoje, Atualidade), estiveram à disposição dos marianos e as próprias salas do Kompass, quando este fechou durante a segunda guerra mundial. (ARNS, 1997 p. 176).

A partir do registro desse relato é preciso destacar a atuação católica por meio da imprensa na divulgação da doutrina e manutenção da fé. No caso da Congregação Mariana temos o mensário "O Ideal", mas é preciso considerar também o *Der Kompass,* que a seu tempo também apresentava matérias de caráter apologético a serviço da fé católica.

Outro meio de comunicação ligado diretamente ao Colégio Bom Jesus, tal como o mensário "O Ideal" para os marianos, foi o jornal de nível secundário "Eco Estudantil". Lançado em outubro de 1956 por alunos da 4ª série do Ginásio. Conforme o relato do ex-aluno José Maria Guarmartter:

> Em outubro de 1956 foi lançado o nº 01 do “Eco Estudantil”, jornal estudantil de nível secundário editado no Paraná, fundado por alunos da 4ª série do ginásio, os quais, também, eram diretores, repórteres, agentes de publicidade, relações públicas, distribuidores, vendedores, jornaleiros e propagandistas, assim como os seus representantes junto aos demais colégios da capital, especialmente os colégios femininos, para o que se apresentava mais voluntários do que trabalho. O primeiro número do “Eco Estudantil” teve uma tiragem de 1000 (mil) exemplares, com seis páginas, tendo por matéria de primeira página um artigo sobre o Colégio Bom Jesus e o projeto do “prédio novo”, com sua fotografia estilizada em branco e preto, contando desde a sua fundação, pelo Pe. Auling e um resumo de sua história, seu desenvolvimento, os diretores que impulsionaram o estabelecimento, notadamente enfatizando o Frei João Crisóstomo Arns, que dirigia o colégio

> na época e muito apoio moral deu a criação do jornal, bem como exaltava o frei Quirino, em cuja gestão “houve grandes progressos no colégio, principalmente, a compra do ônibus...” A reportagem destaque da primeira página era uma homenagem aos sessenta anos do Colégio que este ano completou CEM. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº 100).

Pelo relato desse ex-aluno nota-se que a criação de jornal estudantil de nível secundário foi concretizada graças à iniciativa dos próprios alunos que realizavam todas as tarefas desde a organização do que se publicaria no jornal até a sua venda e distribuição. Além de meio de divulgação do colégio, o "Eco estudantil" servia como meio para desinibir os que participavam e abrir horizontes profissionais.

> O “Eco Estudantil” foi pioneiro no jornalismo estudantil e, também, ajudou a despertar muitas profissões das letras e da justiça, além de abrir os horizontes daquela juventude e desinibir os que o faziam, iniciando-se a concretização da presença do jovem na vida do mundo curitibano, E, por trás daqueles sorrisos amigos e daqueles corações cheios de vida e amor brilhava a benção do nosso querido diretor e amigo Frei Crisóstomo. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº 100).

Outro ponto importante a ser destacado quanto ao jornal "Eco Estudantil" é que seus membros diretores podiam ter acesso aos colégios frequentados apenas por meninas. No primeiro número do jornal os alunos fizeram questão de publicar uma síntese da história do colégio que estava completando sessenta anos, enaltecendo a atuação dos diretores da instituição. Contudo, a ideia de tornar o "Eco estudantil" órgão oficial de comunicação do Colégio Bom Jesus não foi aprovada pelo diretor, conforme está expresso em outra parte do relato do ex-aluno José Maria Garmatter:

> A ideia da criação de um jornal surgiu dos alunos José Maria Garmatter, Marat Veiga Amorim, Manoel Afonso Loyola e Sbilva, Etelvino Gonçalves e Lauro Esmanhoto, que formaram a primeira diretoria, cujos cargos eram determinados como: Diretor, Redator Chefe, Redator Secretário, Diretor Tesoureiro e Repórter Chefe. Era muito chefe para pouco índio. Uma ideia difícil, com muita vontade e pouco dinheiro. Eu diria, até, uma ideia arrojada para um grupo de jovens de quatorze anos, em média. Primeiramente elaboramos um projeto, o qual foi levado ao frei Crisóstomo para aprovação, com intenção de ser o “Eco Estudantil” órgão oficial do Colégio Senhor Bom Jesus, o que o bondoso frei cortou de imediato, porém, não se opondo a realização do jornal. Também a diretoria se lançou a angariar o patrocínio publicitário, o que conseguiu com muito trabalho, obtendo pleno êxito aos seus parentes e conhecidos que exerciam atos do comércio e profissões liberais. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº 100).

Apesar de não ter concordado com ideia de tonar o "Eco Estudantil" órgão oficial de comunicação do Colégio Senhor Bom Jesus, o diretor, frei João Crisóstomo, não deixou de apoiar a ideia de criar o jornal estudantil. E, como relata o mesmo aluno, apesar de causar arrepio naqueles que procuravam para que apoiassem o jornal, eles tinham a contrapartida de ter o próprio nome e do estabelecimento publicado no jornal estudantil de maior circulação em Curitiba na época. Nas palavras do ex-aluno:

> Eles ficavam “arrepiados” ao ver algum diretor do “Eco chegando com sua pastinha debaixo do braço. Em compensação viam seu nome e o seu estabelecimento brilhar nas páginas do maior jornal estudantil de Curitiba. Outra missão da diretoria era, alguns dias antes de sair o jornal, procurá-lo nas bancas de revistas e jornais da Praça Rui Barbosa, Praça Carlos Gomes, Rua das Flores e demais locais de vendas de periódicos igualmente famosos. Quando o representante do jornal ia ofertar a venda era fácil dada a procura. Houve muita banca de revista fazendo “liquidação” do “Eco”. Outro detalhe interessante era a circulação do “Eco” nos colégios femininos, pois o Bom Jesus era, na época, só para homens. Os principais colégios femininos eram o Sagrado Coração de Jesus, Divina Providência, São José, Cajuru e Nossa Senhora de Sion. A diretoria do “Eco” tinha permissão para circular dentro desses colégios, contatar com as alunas, entrevistá-las e publicar os seus trabalhos. Também os diretores se encarregavam, pessoalmente, de oferecer a distribuição do jornal logo que este era editado. Além de excelentes jornalistas eram uns “tremendos caras de pau”! (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº 100).

Nota-se pelo relato que os estudantes lançavam mão de algumas estratégias para que a distribuição do jornal que era vendido alcançasse sucesso. Os próprios estudantes procuravam anteriormente pelo jornal nas bancas a fim de que o representante ao oferecê-lo tivesse facilidade nas vendas. Destaca-se também, no relato citado, a circulação do jornal "Eco Estudantil" nos colégios femininos e a permissão concedida à diretoria do mesmo para circular dentro desses colégios e ter contato com as alunas para entrevistá-las e publicar seus trabalhos. Esse parecia ser um privilégio disputado pelos diretores do jornal na época, pois o Bom Jesus era um colégio frequentado apenas por rapazes.

O colégio também passou a contar, a partir de 1967, com um Boletim Informativo que era um Órgão da Associação de Pais e Mestres. Nesse boletim eram divulgadas notícias referentes ao colégio e ações promovidas pela APM, conforme expressa a figura a seguir:

FIGURA 39 – CAPA DO BOLETIM INFORMATIVO
DO COLÉGIO BOM JESUS DE 1968

BOLETIM INFORMATIVO

DO COLÉGIO BOM JESUS

Órgão da Associação de Pais e Mestres

Ano II - N.º 3 junho de 1968

A. P. M.

Este ano a Associação de Pais e Mestres têm por objetivo uma série de empreendimentos, além dos costumeiros. Todos dedicados aos nossos alunos. A fanfarra irá se apresentar com um novo uniforme. Uniforme êste que será pago pela A.P.M. no valor de NCr$ 3.000,00 (Três mil cruzeiros novos). Vamos nos apresentar devidamente na Semana da Pátria. Já temos diversos convites para exibição da mesma. Contratamos um mestre em fanfarras, Sr. Antonio Alberto Ramos, que vem correspondendo às nossas expectativas. Os ensaios são realizados duas vêzes por semana, sem prejuizo das aulas.

Na parte de atletismo, temos todos os fins de semana,

Nossos amigos

Fonte: Setor Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

Esse boletim também trazia anúncios dos patrocinadores e divulgava ações promovidas pelo próprio colégio, como a organização de viagens ao exterior que os alunos poderiam fazer no período de férias. Também se publicavam artigos de professores e alunos sobre diferentes temas. Particularmente nesse número citado abordou-se o tema do racismo. Esse número do jornal, em um espaço denominado "Você Sabia?", informava que o colégio contava, nesse momento, com 72 alunos no Jardim e Pré-primário, 385 no primário, 685 no ginasial diurno, 158 no Científico diurno, 91 no Ginasial noturno, 170 no Científico Noturno e 379 no Curso Técnico em Contabilidade (BOLETIM INFORMATIVO DO COLÉGIO BOM JESUS, ano II, nº 3, junho de 1968, p. 2).

6.4 UM COLÉGIO FRANCISCANO EM CURITIBA: PROJETOS INOVADORES

De acordo com Vieira e Farias (2007), o contexto introduzido com o regime militar no Brasil começou a ser gestado desde a renúncia de Jânio Quadros, quando as forças de maior peso político tentaram impedir a posse de João Goulart. As circunstâncias para essa renúncia se acirraram na medida em que Jânio Quadros se aproximou das teses de reformas de base defendidas pela esquerda.

Ainda segundo Vieira e Farias (2007), os tempos inaugurados com a ditadura conceberam uma estratégia de ajuste entre o modelo político que, com Jango,

buscava alento em teses socialistas, e o modelo econômico de base capitalista. Os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, apoiaram o golpe militar no Brasil, promovendo a radicalização do regime e proporcionaram suporte financeiro que era indispensável para o desenvolvimento de grandes projetos.

Sobre a situação do Brasil e particularmente de Curitiba e do Colégio Bom Jesus durante os anos 1960, com relação ao regime militar, Arns (1997) relata que, ao retornar dos Estados Unidos, em 1961, encontrou um ambiente de polêmicas, desencadeadas pela renúncia de Jânio Quadros e o governo de esquerda de João Goulart. Nesse ambiente os professores da FAE participavam vivamente dos debates tomando posição na revista “SPEA", na qual publicavam artigos com títulos como "O cristão e o mundo hoje", "As novas tendências do parlamentarismo", "Democracia Social da Família", "Democracia Cristã", entre outros.

Também o cronista do Convento Bom Jesus faz um registro desse momento e descreve que o clima era de cultura num período turbulento em que os militares se preparavam para decidir os rumos do país. Em Curitiba, de maneira geral, a guinada de Jânio Quadros para a esquerda era vista com crescente apreensão. Nesse sentido, prossegue o cronista:

> Nada, nem mesmo a tola e inútil provocação da condecoração de Che-Guevara, Gangster argentino a serviço de Fidel Castro deixava entrever a terrível crise em que caiu o Brasil a 25 de agosto de 61, dia do Soldado. As autoridades civis e militares presidiam a competições de atletas militares, quando estoura a bomba: Jânio renunciou. A V região militar, comandada pelo General de Divisão, Benjamim Galhardo, declarou-se solidário ao III exército, ao qual, aliás, pertencia, Assim, alguns milhares de soldados foram mandados para as fronteiras de São Paulo, visando dificultar uma possível marcha dos I e II exército (Rio e São Paulo) rumo ao Rio Grande do Sul. Contudo não houve aqui, Graças a Deus, vontade alguma de guerra civil. Nem mesmo entre os militares. Parece, o maior foco de perigo foi o litoral catarinense para onde se dirigiu poderosa formação aeronaval, conduzindo, como tropa de desembarque, milhares de fuzileiros navais e de paraquedistas da marinha. Felizmente, tudo terminou bem. O parlamentarismo foi introduzido no país e Dr. João Goulart tomou posse da presidência. Se não houve paz pelo menos tivemos trégua. (CRÔNICAS DO CONVENTO BOM JESUS, Vol. II. p.135-136 *apud* ARNS, 1997 p. 159).

Apesar de concluir o registro expressando alívio pela trégua alcançada, o cronista deixa transparecer o clima de tensão e apreensão pelo qual passava o país

que estava na iminência de sofrer um Golpe Militar.[168] Pela descrição do cronista, percebe-se o temor de que houvesse no Paraná uma guerra civil. Nessa atmosfera conturbada, na qual a liberdade estava sendo ameaçada e com ela a liberdade de ensino, o Colégio Bom Jesus prosseguia com suas atividades. Nesse sentido, convém mencionar alguns destaques comentados por Arns (1997), que sintetizamos a seguir.

Na edição de 23 de março de 1963 o jornal “Estado do Paraná” publicou uma nota destacando a menção honrosa recebida pelo ex-aluno do Colégio Bom Jesus, Ivo Carlos Leissner, pela conclusão do *High School* em Atlanta, Georgia, nos Estados Unidos. Comentando esse fato, Arns (1997 p. 163) afirma que o mesmo “confirma o merecido prestígio do recém-fundado curso científico que já conquistara os primeiros lugares em vestibulares”. Nesse sentido, cita os exemplos dos ex-alunos: Luiz Aprad Driesel, que foi aprovado em 1º lugar no vestibular da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná e Manoel Affonso Viana de Loyola e Silva, que foi aprovado com distinção tanto no vestibular da Faculdade de Engenharia da UPFR quanto no do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, tendo optado pelo segundo. Pelo registro que consta na Crônica do Convento Bom Jesus, o Colégio, em 1963, apesar do contexto de tensão e apreensão pelo qual passava o país, estava indo bem e seu número de alunos já era superior a 2 mil.

Ainda de acordo com Arns (1997), na Faculdade de Ciências Econômicas, por iniciativa dos próprios alunos do Curso de Sociologia, foi fundado o Instituto de Pesquisa e Sociologia. Diante do contexto de crise e da necessidade de mudanças pelo qual passava o Brasil, os estudantes buscaram o patrocínio de empresas e convênios com municípios para desenvolver pesquisas e atividades que foram interrompidas quando ocorreu o Golpe Militar em 1964. O veto do governo militar à profissionalização dos Cursos de Sociologia nas Universidades Católica do Rio de Janeiro e Belo Horizonte afetou profundamente também os cursos de Sociologia Política e Administração Pública ofertados pela FAE.

---

[168] Conforme Arns (1997 p. 164), apesar do cronista fazer referência à situação política, às concentrações e passeatas e às novas situações emergentes, não consta nas crônicas do Convento Bom Jesus notícias referentes à Revolução de1964. Consta apenas uma menção à Romaria de Ação de Graças pela proteção divina: ”Para agradecer a proteção divina durante os dias da Revolução, resolveu-se fazer uma romaria a N. Sra. Do Rocio, Padroeira do Estado do Paraná. No dia 8 de outubro, o Convento fez sua visita ao Santuário e, no domingo imediato, à Paróquia também. Os religiosos fizeram a viagem de trem, ao passo que os paroquianos usaram 7 ônibus. Queira N. Sra. continuar a nos proteger” (Crônica CBJ vol. II folha 141).

Vale lembrar que em 1963, no dia 21 de junho, foi eleito Papa o cardeal Giovani Battista Montini, Papa Paulo VI, cujo pontificado durou até 06 de agosto de 1978. Sua primeira Encíclica, "*Ecclesian Suam"*, trata da Igreja e sua relação com o mundo moderno. “Por esses motivos, propomo-nos nesta Encíclica esclarecer o melhor possível aos olhos de todos, quanto importa à salvação da sociedade humana e, ao mesmo tempo, quanto a Igreja tem a peito que ambas se encontrem, conheçam e amem” (PAULO VI, 1964, *Ecclesiam Suan*, n. 1). Nesse sentido sua primeira Encíclica vai ao encontro das discussões que se realizavam no Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII, em 1961 e que teve início em 11 de outubro de 1962. Com relação à educação, especificamente Paulo VI a relaciona à missão da Igreja, quando afirma ainda que o seu anúncio seja da verdade e da salvação necessária, tal anúncio não é realizado por meio de coação, mas “só pelas vias legítimas da educação humana, da persuasão interior e do trato ordinário, respeitando sempre a liberdade pessoal e civil” (PAULO VI, 1964, *Ecclesiam Suan*, n. 43).

Já o Concílio Vaticano II, no que diz respeito à educação, publicou em 1965 a Declaração "*Gravissimum Educationis"*. Nesse documento, o Concílio manifesta sua preocupação com a gravíssima importância da educação na vida do homem e enuncia alguns princípios fundamentais sobre “a educação cristã mormente nas escolas, princípios que serão depois desenvolvidos por uma Comissão especial e aplicada nos diversos lugares pelas Conferências episcopais” (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, Declaração *Gravissimum Educationis*, Proêmio).

Em linhas gerais o documento trata do direito universal à educação, da natureza e fim da educação cristã, dos educadores, pais, sociedade civil e a Igreja, dos meios da Igreja para a educação cristã, da importância das escolas, das obrigações e direitos dos pais, da solicitude pelos alunos das escolas não católicas, da importância, diversas espécies e coordenação das escolas católicas, faculdades e universidades católicas, das Faculdades de Ciências Sagradas. A Declaração é concluída com uma exortação e agradecimento aos educadores e alunos. Professores, sacerdotes, religiosos, religiosas ou leigos são convocados a “encher os alunos do espírito de Cristo”, de modo “que não só promovam a renovação interna da Igreja, mas também conservem e aumentem a sua presença benéfica no mundo hodierno, sobretudo no intelectual” (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, Declaração *Gravissimum Educationis*, Conclusão).

Os esforços realizados por frei João Crisóstomo Arns para manter e ampliar as atividades educativas realizadas no Colégio Bom Jesus evidenciam plena concordância com as recomendações dos documentos eclesiásticos que exortavam à perseverança no serviço da educação, a fim de conservar e ampliar a presença benéfica da Igreja no mundo. Também corroboram com a tese aqui defendida de que a permanência do funcionamento do Colégio Bom Jesus deve-se sobretudo a motivos de ordem religiosa, com vistas a permanência da presença da Igreja e a manutenção da fé católica em Curitiba.

Desde que assumiu a direção do colégio em 1953, frei João Crisóstomo não se esforçou apenas para organizá-lo administrativamente e dar-lhe condições para poder crescer, mas buscou incansavelmente conferir ao colégio um caráter franciscano. A expressão máxima desse esforço se concretizou com a construção da Aldeia Franciscana[169] de Rondinha, onde o Colégio Bom Jesus procura realizar uma pedagogia ecológica baseada nos princípios franciscanos.

Em 1955, o Colégio Bom Jesus ultrapassou o número de mil matrículas e já não era a mesma escolinha à sombra do convento. A Igreja do Bom Jesus mais distante não comportava a massa de alunos que crescia anualmente. Esse crescimento justificava a reformulação tanto de suas estruturas como na ação postural. Nas palavras de Arns (1985, p. 8): “Impunha-se desmassificar a pedagogia e a educação religiosa. Para tanto construir-se dentro do novo complexo educacional, uma capela em que a Santa Missa e encontros de caráter religioso pudessem ser de vivência individual e aprofundamento”.

Com o crescimento de Curitiba, os efeitos da massificação começaram a ser sentidos também no Colégio Bom Jesus. E, conforme relata Arns (1985, p. 53),

---

[169] Ao publicar em 1985 um livro intitulado "Histórias da Aldeia", em um tópico intitulado "A instalação do Colégio Bom Jesus na Aldeia"", Arns (1985 p. 35) comenta que: “A criança de hoje é a principal vítima dos efeitos da massificação e do ambiente que nos atinge a todos”. Sacrificamos a principal do espírito humano: a liberdade. A criança vive fechada entre paredes do apartamento, entre as muralhas das habitações, nas calçadas, no trânsito e mesmo nos automóveis que as conduzem para a escola e para o lazer. Os grandes colégios se veem obrigados a adaptar-se para preservar a incolumidade física e, mais que isso, afastar perigos de toda sorte de contágio a que estão expostas a infância e a juventude estudantil”. Assim, de acordo com o seu idealizador, a Aldeia Franciscana constituiu-se como uma resposta aos desafios que se apresentavam à educação nas grandes cidades marcadas pela insegurança, nas quais muitos colégios localizados em regiões centrais contavam com pouco espaço acabavam cercados por muros altos e arranha-céus privando seus alunos do contato com a natureza e dos estímulos que ela proporciona. O que se buscava era um ambiente adequado a fim de proporcionar uma educação para a liberdade no qual a criança pudesse desenvolver suas potencialidades sem o artificialismo.

“apesar das aulas de religião bastante bem ministradas e como disciplina integrante do currículo oficial, faltava-nos um instrumento para uma ação educativa mais individualizada”. Nesse sentido, realizou em 1954 no Bom Jesus em Curitiba um encontro de diretores e prefeitos dos Colégios da Província Franciscana. Decidiu-se naquela ocasião que os colégios franciscanos procurassem adquirir uma casa de campo a fim de que os alunos, professores e sacerdotes pudessem realizar confraternizações, realizar retiros espirituais, piqueniques e atividades esportivas. E foi nessa perspectiva de proporcionar retiros, encontros, cursos para lideranças que Frei João Crisóstomo Arns conseguiu a doação da Família Weiss de um barracão no Bairro de Pinhais e a compra facilitada de vinte e cinco lotes (ARNS, 1985).

O barracão, que era amplo, fora construído pelo comendador da Soberana Ordem Militar da Cruz de Malta, Sr. Umberto Scarpa, como clube para os operários da sua firma Guilherme Weiss. Todavia, conforme destaca Arns (1985), o barracão encontrava-se abandonado e necessitava de uma restauração completa. No restante do espaço adquirido pretendia instalar canchas de esportes, um pequeno bosque e pomares. Como o novo prédio de sete pavimentos já estava sendo construído, as reformas e construções necessárias nessa chácara foram demorados.

Contudo, o que se buscava era dar uma característica mais franciscana e de conscientização moral e espiritual à formação oferecida no colégio inserido no centro de uma Curitiba que estava se desenvolvendo. Conforme relata Arns (1985 p. 53):

> Essa experiência de conscientização moral e espiritual, que os Padres Orientadores sempre organizam com grande carinho e dedicação, chegando a atender a totalidade dos alunos de doze a dezoito anos distribuídos por semana em pequenos grupos, com missas, meditações, conferências e esportes, é certamente, uma das experiências positivas de inegável valor para imprimir uma dose de franciscanismo na consciência individual de quantos participaram de tais encontros.

Assim, a chácara no bairro de Pinhais serviu como espaço de convivência e cultivo dos valores franciscanos, em especial o contato com a natureza, de modo a proporcionar aos alunos do colégio uma formação diferenciada com traços marcantes de franciscanismo. Essa constatação demonstra como o espaço também é educativo e formador. Conforme atesta Arns (1985, p. 28), foi na Chácara de Pinhais que, durante 15 dias realizou-se o programa decidido naquele encontro de educadores

franciscanos em 1954. “Só Deus sabe quanto bem aconteceu na Chácara de Pinhais: Retiros de alunos, confraternizações de professores, dias dedicados ao esporte e ao lazer”. Porém, com o passar do tempo, o espaço da chácara ficou pequeno para atender os milhares de alunos do colégio e também da Faculdade (FAE). Assim o sonhado projeto da Aldeia Franciscana apresentava-se como excelente alternativa para que as experiências pedagógicas de cunho ecológico continuassem e fossem ampliadas.

Dessa maneira, a inculcação de comportamentos e valores tende a ser mais eficaz quando realizada em um espaço adequado condizente com o que se propõe. Nessa perspectiva inseriu-se no colégio o departamento religioso em um setor ao mesmo tempo de orientação religiosa e educacional. Foram contratados orientadores educacionais para que, sob a orientação do sacerdote, organizassem um esquema de atendimento aos alunos e suas famílias. Segundo Arns (1985, p. 9): “Esse departamento ocupa, desde então, lugar privilegiado nas estruturas de ensino e da educação”. Nesse contexto, o diretor técnico, que geralmente era um leigo, tomava conta especificamente da qualidade do ensino, da disciplina e dos processos para a execução das iniciativas didáticas.

Arns (1985, p. 9) menciona outras iniciativas de cunho pastoral que visavam proporcionar integração entre as famílias dos alunos e professores.

> Com a fundação da Associação de Pais e Mestres, o departamento de orientação encontrou instrumentação valiosa para iniciativas mais simples de integração entre família e professores e ação pastoral. O jornalzinho do Colégio a fanfarra, encontros em forma de programações múltiplas com enfoques de aprofundamento religioso na chácara de Pinhais,[170] no subúrbio de Curitiba, dramatizações, um especial direcionamento pedagógico na organização dos esportes, contribuíram para ampliar a ação pastoral do Colégio.

Como se pode notar, a ação pastoral no Colégio Bom Jesus de meados da década de 1950 e, posteriormente, não era apenas uma somatória de iniciativas isoladas, mas uma ação conjunta, muito bem planejada e que ocupava lugar de destaque entre os principais objetivos da instituição, a ponto de se poder dizer que

esta era sua principal finalidade para a qual os demais objetivos convergiam e colaboravam.

Nesse sentido, tendo em vista as transformações do colégio nesse período, há que se mencionar algumas das ações no campo cultural que, de acordo com Arns (1985), foram surgindo espontaneamente. Entre essas destaca-se o curso de teatro do qual participavam todas as professoras do primeiro grau que, sob orientação do dramaturgo Prof. Armando Maranhão, do Teatro Guaíra, se prepararam para introduzir o Teatro Pedagógico em todas as salas de aula como estratégia de desinibição e valorização do aspecto comunicativo. Também foram criados no subsolo do colégio espaços para teatro, música, uma nova biblioteca com duas seções, uma infantil e uma juvenil, instaladas salas especiais de artes plásticas e projeção, a oficina e, nos arredores, a botânica experimental.

Segundo Arns (1985), o importante de tudo isso foi o despertar para nova conscientização pedagógica que conduziu para idealizar o amplo plano da Aldeia Franciscana[171] de Rondinha, no qual o Colégio Bom Jesus iria realizar uma pedagogia ecológica baseada nos postulados franciscanos: natureza, individualidade, humanismo, enfim, uma pedagogia que atenda à conclamação de João Paulo II quando proclamou São Francisco de Assis Padroeiro da Ecologia.

[171] A própria escolha do nome Aldeia tem uma inspiração franciscana que remonta ao tempo de São Francisco na baixa Idade Média. Conforme Arns (1985), aldeia é uma forma mais espontânea de moradas de famílias que foram encontrando maneiras de vida, de interesses comuns onde trabalho, lazer, religião e escola tomam um significado comunitário. Em uma aldeia o fator ecológico é determinante para a vida. Trata-se de uma paisagem tocada, mas não violada, e que precisa ser preservada. Ainda é característico nas aldeias, considerando o modelo europeu medieval, a presença da Igreja com uma torre. Muitas dessas aldeias contavam também com um coventinho que pode ser entendido como um sinal de advertência ou mesmo acolhida. Segundo Arns (1985), a Aldeia Franciscana, que só começou a ser construída em 1979 e foi inaugurada em 1981, tem como base uma filosofia pedagógica franciscana que visa promover uma educação ecológica, religiosa, artística e esportiva. O Colégio da Aldeia não se destinaria apenas a um colégio local, mas ainda o próprio Colégio Bom Jesus, da cidade, enviaria todos os dias, conforme planejamento adequado, três turmas que, em rodízio, lá receberiam suas instruções ecológicas, experiências religiosas e complementação artísticas. As Irmãs Escolares de Nossa Senhora iniciaram essas atividades no primeiro ano de funcionamento da Aldeia. Ainda de acordo com Arns (1985), desde o início foram visados dois objetivos distintos, dois programas diversos: no primeiro, a Aldeia Franciscana devia oferecer aos alunos do Bom Jesus de Curitiba uma vivência intensiva do meio ambiente, da natureza, na Aldeia Franciscana de Rondinha, o segundo programa previa a instalação de um colégio ecológico com toda a sua filosofia pedagógica especial, a instalação de uma nova escola e a realização de um velho desiderato nosso da criação duma Escola Especial para Deficientes Recuperáveis.

6.5 O COLÉGIO BOM JESUS E A FORMAÇÃO DE UMA PARCELA DA ELITE CURITIBANA

Conforme relata Arns (1985, p. 7), o público atendido pelo Colégio Bom Jesus começou a ser definido desde o início do século XX, quando os franciscanos assumiram a direção da escola primária fundada pelo Pe. Auling.[172]

> A clientela da ação educativa franciscana definiu-se desde a sua fundação quando Pe. Auling entregou aos franciscanos os primeiros cento e tantos alunos, na sua maioria filhos de comerciantes e pequenos empresários. Essa classe social chamaríamos hoje de micro ou miniempresas. Muitos artesãos qualificados melhoraram sua situação econômica e social para constituírem sólida classe média de Curitiba. Constata-se que, através do tempo, a integração de classes veio caracterizar toda a fisionomia social do Colégio Bom Jesus. Empregadores e empregados estudaram lado a lado. No processo de competição tão natural a toda atividade, uns subiram pelo estudo, trabalho; outros, por razões várias, desceram de uma posição avantajada para uma condição mais humilde (ARNS, 1985, p. 7).

Apesar da nítida preocupação expressa na citação anterior de frei Arns em corroborar que no Colégio Bom Jesus ocorria uma integração de classes, nota-se também o apelo à naturalização como forma de explicar as desigualdades. Quanto ao público específico do colégio, evidencia-se que ao longo do processo histórico que ele se consolidou como uma sólida parcela da classe média de Curitiba.

O relato do ex-aluno Eduardo Marecki, que estudou no Ginásio do Senhor Bom Jesus e Colégio Bom Jesus entre 1954 a 1960, nos ajuda a compreender um pouco da trajetória de alguns alunos:

> Colégio Bom Jesus, final da década de 50 e início de 60. Alunos do Curso Científico, o escriba, Peregrino Neto, Orlando Mello, Iduilton, Augusto Carraro, Laurindo, Lourenço, João Francisco, Sassaba, Albert Marx, Agostinho Hauer, Luiz Carlos Santos e outros colegas que fogem da memória. Aula de Biologia. Ministrada soberbamente por um professor "gozador", amigo e disciplinador. Competente na sua profissão. Caracterizado pela sua elegância no trajar. Terno completo, combinando a cor da gravata com a pulseira do relógio, cinto de couro e sapatos. No

[172] No início do século XX, quando os luteranos mantinham sua escola confessional, também a *Deutsche Knabenschule* (Escola Alemã para meninos) era concebida dessa forma, pois a maioria das famílias de imigrantes austríacos, suíços e outros de procedência de províncias católicas da Alemanha requisitavam um espaço cultural dentro da Igreja. Grande parte dessas famílias dedicavam-se ao comércio e à indústria, ainda incipientes na época. "Deve-se à esta clientela o fato de os Franciscanos atenderem na longa história do Bom Jesus, a área do comércio e da economia" (ARNS, 1985, p. 6-7).

> inverno, trajando um elegante sobretudo preto que valeu-lhe o apelido de "LORDE". Além da elegância e competência, duas frases o caracterizavam quando uma atitude enérgica se impunha: "RECOLHA-SE AO SEU BIOCORO" e "RESTRINJA-SE À SUA INSIGNIFICÂNCIA". Eram estas as palavras mágicas que restauravam a ordem e a hierarquia. Final da década de 70, exercendo a Medicina, acompanhado de esposa e filhos, numa tarde domingueira, avistei o amigo Mestre cercado por seus familiares em uma mesa no restaurante que frequentava. Um pouco modificado pelo implacável tempo, mas ainda mantendo seu espírito de liderança, elegância e carisma. Emocionado, dirigi-me a ele e situando-nos no tempo e espaço, fiz com que o Mestre recordasse a "Turma do Científico", 58-60 do COLÉGIO BOM JESUS. Contei as lembranças daquele tempo e o conceito que ele gozava entre seus alunos. Todos admiravam sua elegância, didática, bondade e amizade com os jovens alunos. **Perguntou-me o destino dos mesmos e disse-lhe que éramos médicos, advogados, engenheiros, economistas, etc.** e que para tanto ele havia colaborado e participado. Num tom de "quebrar segredo", disse as duas frases lapidares, "RESTRINJA-SE À SUA INSIGNIFICÂNCIA" e "RECOLHA-SE AO SEU BIOCORO", salientando que emprego-as na vida profissional quando necessito ser enérgico. Confidencialmente, disse que seu apelido ainda é lembrado nas rodas de seus ex-alunos e que sua pessoa é sempre citada com carinho, admiração e respeito. Então, o professor chorou. Lágrimas correram pelo seu rosto envelhecido. Soluçando, abraçou-me fortemente e disse – "Deus foi bom para comigo, meu aluno, muito obrigado. Obrigado meu Deus". Professor ARSENIO AZEVEDO, aliás, "LORDE AZEVEDO" meu professor e tipo inesquecível. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº. 4, grifo meu).

Além de trazer detalhes do dia-a-dia na sala de aula no colégio, os recursos utilizados pelo professor para reestabelecer a ordem com a turma, nota-se no relato do ex-aluno que, ao ser perguntado sobre o destino dos seus colegas, faz questão de mencionar que "éramos médicos, advogados, engenheiros, economistas".

Nessas profissões citadas, bem como nas entrelinhas de todo o relato citado, é possível perceber que um objetivo, entre outros, é o de demonstrar como a formação oferecida no Colégio Bom Jesus de certa forma garantiu um futuro promissor aos seus alunos que exercem profissões consideradas de destaque na sociedade.

No relato de outro ex-aluno, Gilberto Patriota, que estudou no Bom Jesus na década de 1960, também é possível notar esse traço marcante da cultura do colégio, qual seja, a de que oferece uma formação diferenciada para se alcançar num futuro bem próximo profissões respeitadas e de destaque na sociedade.

> Os anos 60 tem especial significado para mim, lá que há anos coleciono seriados daquela época, como Zorro, Bat Masterson e Bonanza, sendo bastante conhecido por este fato. Pois foi justamente nesta fantástica nostálgica década que estudei no Bom Jesus, juntamente com colegas também bastante respeitados e de variadas profissões, como Geraldo Pichet, Jonas Luiz Dalla Stela e tantos outros, que preencheriam vários temas como

> este. Lembro-me bem da sala do saudoso frei Antonio que dividia conosco sua sabedoria e franqueza, do enérgico Prof. Schimith, Diretor que até hoje faz parte dos quadros da Instituição, que costumava punir com severidade os bagunceiros na famosa sala 7 que me fascina, e sim o 9, exatamente o número de anos em que estudei nesta valorosa Instituição de Ensino, lembrando com muita saudade do derradeiro dia, 17 de dezembro de 1970, que fechou o ciclo do pré-primário ao 4º ano do ginásio, hoje chamado simplesmente 1º grau, com uma formidável despedida patrocinada pelo Colégio, em uma chácara, sob o comando do Prof. Laurindo. Que teve a ideia de fotografar os lances de uma partida de futebol entre os bons alunos, chamados "cdf" e os maus, com a expressiva vitória dos maus (só porque eram mais bagunceiros, no entanto, todos bons alunos), pelo escore de 8 a 2, justamente pelo fato do autor desta ter sido o goleiro nos primeiros 15 minutos, quando aconteceram 5 gols... (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº. 87).

O relato do ex-aluno Gilberto Patriota descreve com orgulho a passagem pelo colégio, a disciplina rígida, a formação oferecida, professores, diretor e principalmente os seus colegas, "também respeitados" e de "variadas profissões". Transparece no relato situações que revelam um pouco a cultura escolar do Colégio nesse período e a mensagem que desse colégio o estudante saía muito bem encaminhado para realizar um curso superior e ter uma profissão de respeito e lugar de destaque na sociedade.

A passagem pelo colégio marcou profundamente os estudantes, que levam para toda a vida o que ali aprenderam, não apenas os conhecimentos, mas a disciplina, a formação do caráter ou, para dizer em uma expressão, um modo de ser. A forte marca da presença religiosa, atrelada à rígida disciplina, são aspectos recorrentes nos relatos dos ex-alunos, que fazem questão de enfatizar que a disciplina, a correção, as aulas de ensino religioso, as práticas religiosas, educativas foram fundamentais para a sua formação não apenas profissional, mas principalmente humana.

Nesse sentido, outro ponto que precisa ser mencionado é o fato de os ex-alunos demonstrarem orgulho para com a instituição em que estudaram e que consequentemente lhes proporcionou acesso à continuação de sua formação e a possibilidade de exercer uma profissão de destaque e respeito na sociedade.

Nesse sentido convém citar o relato de outro ex-aluno, Gilberto Serpa Griebeler, que foi presidente do Conselho Regional de Administração e aluno do Bom Jesus entre 1952 e 1958:

> No começo da década de 50 eram o Bom Jesus, Santa Maria e Internato Paranaense, as opções de ensino com gerenciamento de entidades religiosas disponíveis aos alunos do sexo masculino. Já ao sexo feminino destinavam-se com igual orientação, o Cajurú, Sion, Sagrado, Divina Providência e, para alegria da turma do Bom Jesus, o São José, do outro lado da Praça, para onde, ao final das aulas e após os indispensáveis no "visual", nós abalávamos, tendo em vista o "desfile" das meninas de uniforme azul-marinho e branco. Quando ingressei no Colégio, em 52, o nosso Diretor era Frei Quirino, a quem, não obstante a curta convivência, aprendi a admirar pela bondade e dedicação, bem como pela calma e paciência. Com ele muitos alunos fizeram a sua 1ª Comunhão, e até hoje guardo a foto de minha turma, lembro que participávamos das aulas de catequese sem que, em momento algum, as achássemos chatas, mesmo porque, naquele tempo, era a única forma de frequentarmos turma mistas. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº. 83).

Além da menção às opções de colégios gerenciados por ordens e congregações religiosas, em que se pode notar uma menção a colégios distintos e recomendados, o ex-aluno também menciona uma prática extra-oficial, de um colégio frequentado apenas por meninos, que era observar as meninas do outro colégio próximo com seus uniformes e que revela detalhes do dia-a-dia dos alunos na escola.

Entretanto, o que mais chama atenção na descrição do ex-aluno é a recordação das aulas de catequese, que "não eram consideradas chatas", bem como a realização da primeira comunhão e o fato de ainda guardar a foto de sua turma. Ao mencionar as aulas de catequese, também explica que essa era a única forma de frequentar turmas mistas. Pelo relato desse ex-aluno é possível ter uma ideia de como a formação religiosa era considerada importante e deixou marcas profundas nos estudantes. O ex-aluno também lembra com muito respeito do diretor do colégio no seu tempo e faz questão de mencionar algumas características desse frade: Bondade, dedicação, calma e paciência. O fato de mencionar essas características também indica que a formação oferecida no colégio não estava limitada a simples transmissão de conteúdos, sejam eles de natureza religiosa ou não, mas, inculcavam-se comportamentos por meio de práticas em que o exemplo dos professores, do diretor e de todos os envolvidos com a formação oferecida no colégio era fundamental.[173]

O relato de outro ex-aluno, o advogado Marcos Surugi de Siqueira, que estudou no Bom Jesus de 1968 a 1973 também menciona a disciplina como uma das maiores lições recebidas.

> Fui aluno do Colégio Bom Jesus no período de 68 até 1973, sempre junto com meu irmão, Sérgio Surugi de Siqueira, bioquímico, e o nosso "quase irmão", o inseparável Victor Ferreira do Amaral Neto, hoje médico. [...]. Uma das maiores lições que levei no Colégio Bom Jesus foi a disciplina, que na época, por mais incompreensível que fosse, hoje me traz muita satisfação, pois sem traumas, consigo passar à minha filha, tentando diferenciar para ela, liberdade de anarquia, coisa que aprendi no Bom Jesus. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº. 48).

Conforme expresso pelo ex-aluno, ele acabou sendo levado para a "sala 7" quando tentou avisar seu irmão e o colega Victor que ficassem em silêncio no momento de cantar o Hino Nacional, quando já estavam devidamente enfileirados. Recebeu como castigo a tarefa de copiar o Hino Nacional dez vezes enquanto seu irmão e o quase irmão Victor cantaram apenas uma única vez (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº. 48). O que poderia ter sido um motivo de revolta para o aluno constitui-se em aprendizado disciplinar que marcou sua trajetória escolar e passou a fazer parte da sua vida enquanto valor aprendido.

Nessa perspectiva, também o relato do médico Casimiro Twadowski, cujos seis filhos homens estudaram no Bom Jesus: "Minha esposa Leonor (76) e eu (79) somos pais de oito filhos: duas mulheres e seis homens [...]. Curioso é que, dos homens, todos estudaram no Bom Jesus" (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº 55). O próprio Casimiro considera essa uma história com "h" familiar e explica que as meninas não foram matriculadas no Bom Jesus porque ele não era misto. Ao comentar sobre os motivos que levaram o casal a optar pela escolha do Bom Jesus para matricular seus filhos, assim se expressa:

> Quando chegou a época de matricular os três meninos mais velhos na escola, apresentava-se como melhor opção o Colégio Senhor Bom Jesus, já que minha esposa e eu procurávamos uma instituição séria que ensinasse a eles não só cultura e conhecimentos gerais, como também princípios cívicos, morais e religiosos. Outro motivo que nos levou a escolher o Bom Jesus, foi a proximidade de nossa casa no Batel, na Rua Pasteur. De lá saíam, contentes, todas as manhãs, Beto, Flávio e o Ronaldo, todos em uma só bicicleta. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº. 55).

Fica bastante evidenciado, no relato citado anteriormente, que o motivo principal para escolha do Colégio Bom Jesus para matricular seus três primeiros filhos foi o fato dessa instituição não ensinar apenas cultura e conhecimentos gerais, mas também princípios cívicos, morais e religiosos. Dessa maneira, percebe-se que o colégio já era reconhecido na década de 1950 não apenas pela formação que oferecia em termos de cultura e conhecimentos gerais, mas também por proporcionar aos seus alunos uma formação ancorada em princípios cívicos, morais e religiosos. Nesse sentido, Casimiro destaca com orgulho os frutos colhidos no esforço realizado para manter os filhos matriculados no Bom Jesus:

> No início não foi fácil mantê-los em colégio particular, mesmo sendo concedido pelo Frei Crisóstomo Arns um abatimento de 10% nas mensalidades. Mas logo obtivemos a recompensa, pois vimos nossos filhos progredindo e conquistando seus objetivos. Esse período durou oito anos, de 1953 a 1961. Hoje, João Alberto (53) é o “Dr. João” de Guaíra, médico homeopata que há vinte anos lá reside. Flávio Fernandes (51), dedica-se ao comércio de produtos de instalações comerciais, bem como à indústria de plásticos e metalurgia. Já Romualdo (50), cursou Medicina em Petrópolis e lá exerce a especialização em Dermatologia. (COLÉGIO BOM JESUS, 1996, nº. 55).

Essa trajetória de sucesso e realização também faz parte da vida dos outros três filhos de Casimiro, José Álvaro, Sérgio e Junior, que também estudaram no Bom Jesus de 1964 a 1984. José Álvaro formou-se engenheiro e especializou-se no exterior em tráfego e transportes, Sérgio, dentista, e Casimiro Júnior, economista. Contudo, não obstante a trajetória de sucesso trilhada por seus filhos, destaca-se no relato de Casimiro o reconhecimento expresso com orgulho, felicidade e convicção de que a formação complementar recebida pelos filhos no Bom Jesus “foi de fundamental importância para a formação do caráter de cada um deles (COLÉGIO BOM JESUS, 1996 nº 55).

Ainda com relação as marcas da formação escolar na trajetória de vida dos ex-alunos, vale citar aqui o relato do engenheiro e professor Aloísio Felix Krebsbach, que estudou no Bom Jesus durante onze anos. Ele relata que, em 1970, em uma aula de Português, cujo professor era o sr. José Laurindo Pereira, os alunos receberam como tarefa o desafio de desenvolver em sala de aula uma redação sobre o tema “O meu ideal”. Conforme descreve Aloísio, visando apenas alcançar uma boa nota, decidiu deixar de lado suas perspectivas profissionais até então e escolheu colocar seu ideal

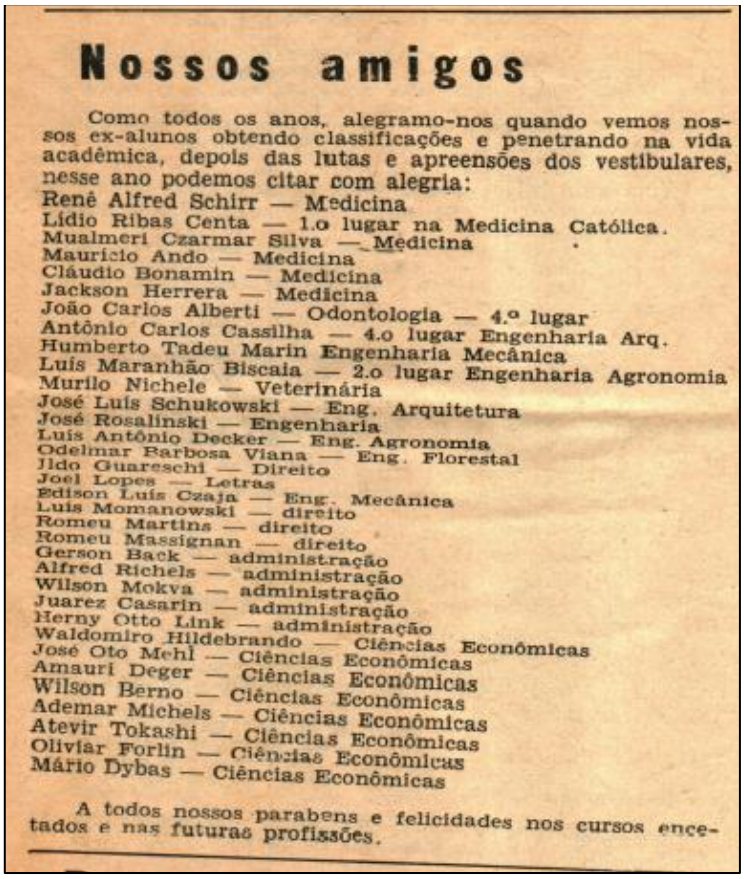
na figura de um professor. Obteve o grau máximo e para sua surpresa o professor fez a leitura de sua redação para os colegas de turma, dos quais alguns o intitularam de puxa-saco, o que, segundo Aloísio, a bem da verdade, não era mentira (COLÉGIO BOM JESUS, 1996). E. ao recordar esse momento de sua vida escolar, o ex-aluno comenta um pouco da sua trajetória estudantil e profissional na atualidade:

> Passados os anos, fiz o Curso de Engenharia Elétrica na Universidade Federal do Paraná, tendo nela me formado. Há cerca de vinte anos, o meu trabalho desenvolvido por meio do ensino a adolescentes, e que hoje, além de ser profissional nesta área, sinto-me plenamente realizado. Refletindo sobre a minha atual profissão, procuro uma ligação ao dia em que resolvi ser "puxa-saco", penso que poderia ter sido uma mera coincidência do destino ou que seria o dedo de Deus em minha vida. Prefiro acusar esta última. Com muito orgulho, faço parte da história do Bom Jesus, pois o Bom Jesus faz parte da minha História.

Como se pode notar, mesmo uma atividade simples como a escrita de uma redação durante uma aula de português pode deixar marcas profundas na trajetória de vida dos estudantes. Não apenas pelo conteúdo abordado, mas pelos significados expressos nas práticas realizadas em sala de aula o no espaço escolar de um modo geral. Nesse exemplo, é preciso destacar que o tema dizia respeito ao ideal de cada estudante quanto à sua carreira profissional. Há que se mencionar ainda o orgulho manifestado pelo aluno por fazer parte da história do Bom Jesus.

O colégio também divulgava, por meio do Boletim Informativo do Colégio Bom Jesus, Órgão da Associação de Pais e Mestres, a lista de ex-alunos que eram aprovados nos vestibulares. No Boletim de junho de 1968, a seguinte lista foi divulgada conforme expresso na figura a seguir:

FIGURA 40 - RECORTE DO BOLETIM INFORMATIVO DO COLÉGIO BOM JESUS DE JUNHO DE 1968



Nossos amigos

Como todos os anos, alegramo-nos quando vemos nossos ex-alunos obtendo classificações e penetrando na vida acadêmica, depois das lutas e apreensões dos vestibulares, nesse ano podemos citar com alegria:

René Alfred Schirr — Medicina
Lídio Ribas Centa — 1.o lugar na Medicina Católica.
Mualmeri Czarmar Silva — Medicina
Maurício Ando — Medicina
Cláudio Bonamin — Medicina
Jackson Herrera — Medicina
João Carlos Alberti — Odontologia — 4.º lugar
Antônio Carlos Cassilha — 4.o lugar Engenharia Arq.
Humberto Tadeu Marin Engenharia Mecânica
Luís Maranhão Biscaia — 2.o lugar Engenharia Agronomia
Murilo Nichele — Veterinária
José Luís Schukowski — Eng. Arquitetura
José Rosalinski — Engenharia
Luís Antônio Decker — Eng. Agronomia
Odelmar Barbosa Viana — Eng. Florestal
Jldo Guareschi — Direito
Joel Lopes — Letras
Edison Luís Czaja — Eng. Mecânica
Luís Momanowski — direito
Romeu Martins — direito
Romeu Massignan — direito
Gerson Back — administração
Alfred Richels — administração
Wilson Mokva — administração
Juarez Casarin — administração
Herny Otto Link — administração
Waldomiro Hildebrando — Ciências Econômicas
José Oto Mehl — Ciências Econômicas
Amauri Deger — Ciências Econômicas
Wilson Berno — Ciências Econômicas
Ademar Michels — Ciências Econômicas
Atevir Tokashi — Ciências Econômicas
Oliviar Forlin — Ciências Econômicas
Mário Dybas — Ciências Econômicas

A todos nossos parabens e felicidades nos cursos encetados e nas futuras profissões.

Fonte: Arquivo Pró-Memória - Colégio Bom Jesus

Conforme se pode notar pela figura, os alunos aprovados no curso de Medicina são listados primeiramente seguidos de um aluno aprovado em Odontologia. Depois aparecem os alunos aprovados nas áreas de Engenharia, Veterinária, Direito, Letras, Administração e Ciências Econômicas. Nota-se na própria forma de divulgar a lista dos ex-alunos aprovados em vestibulares que há uma valorização de áreas, cujos vestibulares são mais concorridos e consequentemente possuem vagas reservadas a uma clientela seleta. Assim, ao divulgar os resultados alcançados pelos ex-alunos nos vestibulares, o Boletim Informativo do Colégio faz questão de divulgar que seus egressos conseguiram aprovação nas áreas com maior concorrência e que, por consequência, oferecem maior possibilidade de sucesso profissional aos estudantes. Não obstante o merecido reconhecimento devido aos alunos e ao colégio pelo trabalho realizado, é preciso salientar que transparece nesse cenário certa elitização do público atendido pela Instituição, ainda que dirigida por frades franciscanos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa procurou analisar a cultura escolar do Colégio Bom Jesus no recorte temporal que compreende os anos entre 1896 e 1971. Para tanto, considerou-se como problema de pesquisa a discussão sobre a inserção dessa instituição no processo de implantação do catolicismo romanizado no Paraná e particularmente em Curitiba.

No que diz respeito ao referencial teórico, tomou-se com elemento balizador a noção de cultura escolar como objeto histórico, tal como foi proposta por Julia (2001), bem como os eixos de análise sugeridos por ele para compreensão da cultura escolar, quais sejam: as normas e finalidades que regem a escola, o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador, os conteúdos ensinados e as práticas escolares. Contudo, tal como advertem Nosella e Buffa (2009), sem deixar que essas categorias se tornassem barreiras ou camisas de força na busca de desvendamento da “caixa preta” da instituição estudada.

Julia (2001) salientou a necessidade de buscar decifrar a “caixa preta” das instituições escolares em um movimento que volta o olhar dos pesquisadores para o interior das escolas. Dessa forma, essa pesquisa procurou ressaltar o fato das instituições escolares possuírem uma cultura escolar própria, cujas marcas podem ser percebidas na organização do seu espaço escolar, nas suas práticas escolares, bem como na trajetória de vida dos seus ex-alunos.

Considerando a necessidade de analisar os condicionantes regionais, nacionais e internacionais, a fim de procurar compreender a cultura escolar do Colégio Bom Jesus e analisar a sua trajetória no espaço temporal de 75 anos, procurou-se no primeiro capítulo lançar um olhar sobre as transformações que ocorreram na Europa e particularmente na Alemanha, focalizando a região dos *Hunsrück,* de onde partiram grande número de imigrantes católicos para o Brasil. Ressaltou-se o aspecto comunitário que caracteriza a cultura dessas comunidades alemãs na região citada, marcadas pelo trabalho na agricultura, a presença da religião e principalmente pela valorização da língua alemã como elemento aglutinador e gerador de identidade.

O recuo temporal realizado até o Iluminismo justifica-se pela necessidade de expor, ainda que sinteticamente, uma análise comparativa e de contraposição entre

os ideais provenientes do Século das Luzes, cuja ênfase estava na emancipação individual pela via da razão, e o Romantismo alemão caracterizado pela ênfase na coletividade. Essa ênfase no aspecto comunitário legada do Romantismo contribuiu para a formação do “espírito de identidade nacional que envolve sentimentos de amizade, solidariedade e esteve nas bases do patriotismo das comunidades alemãs” (CAMPOS, 2006, p.35).

Os valores citados no parágrafo anterior também estavam presentes na comunidade católica alemã de Curitiba, que colaborou diversas vezes para que o Colégio Bom Jesus continuasse suas atividades, principalmente até 1938. Basta citar por exemplo os incêndios ocorridos e como as campanhas realizadas foram essenciais para a rápida construção de um novo prédio. Nesse sentido, é possível concluir que, para o imigrante alemão católico de Curitiba do final do século XIX e início do século XX, colaborar com o Colégio Bom Jesus era contribuir com a sua comunidade e, consequentemente, com sua pátria de origem, pois a escola, além de constituir-se um espaço propagador do catolicismo romanizado, era também uma instituição a serviço do cultivo do germanismo.

Com relação à trajetória da Igreja Católica e as transformações ocorridas no processo histórico de implantação do catolicismo romanizado no Brasil, e particularmente na Diocese de Curitiba, procurou-se balizar as análises nas recomendações exaradas nos documentos eclesiásticos da Cúria Romana e dos Bispos Brasileiros. Evidenciou-se a necessidade de fazer vigorar no Brasil um catolicismo de tendência ultramontana, uma vez que o catolicismo aqui praticado até o início da República era o luso-brasileiro. Nesse sentido, a presença de religiosos de ambos os sexos foi fundamental para a consecução da tarefa de implantação do catolicismo romanizado no Brasil, uma vez que esses religiosos já o cultivavam nos países da Europa de onde vieram. Essas Ordens e Congregações religiosas foram progressivamente conquistando espaço no campo educacional com a fundação de escolas confessionais.

Assim procurou-se analisar a trajetória de algumas Ordens e Congregações religiosas que vieram para o Brasil destacando a atuação dos franciscanos no campo educacional, pois eles assumiram em 1903 a direção da escola fundada pelo Padre Auling, que era um sacerdote secular alemão, missionário no Brasil.

No período em que esteve à frente da direção da escola que fundou, Padre Auling enfrentou dificuldades principalmente no seu relacionamento com alguns representantes da imprensa local de cunho anticlericalista, que o criticavam principalmente por conta dos castigos físicos que aplicava aos seus alunos. A partir dos registros deixados no seu diário, bem como em periódicos da época foi possível perceber como o cultivo da religião e do germanismo eram princípios norteadores que guiavam as atividades da escola católica alemã para meninos nos seus primeiros tempos.

Já no que diz respeito ao funcionamento e às transformações ocorridas na escola a partir do momento que os franciscanos passaram a dirigi-la, procurou-se destacar como paulatinamente o fator religioso foi se sobressaindo em relação ao cultivo da germanidade, sobretudo após a nacionalização do ensino no Estado Novo e o fechamento da escola bilíngue. Nesse sentido pôde-se destacar também a atuação pastoral dos Frades franciscanos junto à comunidade que se estendeu também aos imigrantes italianos e poloneses, uma vez que havia religiosos no Convento que dominavam os idiomas dessas etnias. Isso pôde ser constatado sobretudo no acompanhamento junto a Ordem III, hoje denominada Ordem Franciscana Secular.

Contudo, a relação da escola com a cultura alemã não foi completamente cortada, uma vez que os religiosos que continuaram na direção da instituição pertenciam à Província da Imaculada Conceição do Brasil, que foi restaurada por franciscanos alemães. A catequese oferecida na escola, as missas realizadas no horário das aulas, bem como as celebrações de Primeira Comunhão são algumas práticas que evidenciam o cultivo de elementos do catolicismo romanizado, o que foi uma constante na trajetória da instituição em todo o período analisado.

Entretanto, foi principalmente a partir de 1947, com a criação do curso ginasial, e mais ainda na década de 1950, com a chegada de Frei João Crisóstomo Arns para assumir a direção da escola, que ela ganhou contornos nítidos de uma escola confessional católica e franciscana. As transformações levadas a cabo por Frei Arns deram segurança financeira, jurídica e organização administrativa para que a instituição pudesse crescer e ampliar seu campo de atuação oferecendo, além do ensino primário e secundário, cursos superiores a partir da criação da Faculdade de

Ciências Econômicas. Nesse sentido, o público que frequentava a escola foi também cada vez mais se elitizando.

Para concretizar seus objetivos de ampliação do colégio, Frei Arns realizou campanhas junto à comunidade contando com a colaboração dos alunos da escola. A forma como essas campanhas foram conduzidas contribuíram para marcar a cultura escolar do Colégio Bom Jesus como se pôde constatar nos relatos de ex-alunos que participaram dessas empreitadas em benefício da construção de um novo prédio para a escola. A expressão “tijolo sagrado”, conforme manifestou um ex-aluno, pode ser vista como um indicativo de que essas campanhas também eram animadas principalmente por motivações de cunho religioso.

Também o reforço, dado às atividades pastorais realizadas junto aos alunos do colégio, quando da chegada de Frei João Crisóstomo Arns, evidenciam que o fator religioso, presente em todos os momentos da trajetória do colégio, no recorte temporal analisado, tornou-se a justificativa fundamental para a permanência da instituição em funcionamento, bem como para sua ampliação. Nessa perspectiva, a preocupação de Frei Arns em oferecer uma educação na qual os alunos tivessem oportunidade de um contato com a natureza foi um dos aspectos mais relevantes na caracterização da cultura escolar do Colégio Bom Jesus no período posterior a 1953.

Como se pôde notar ao logo da análise da trajetória da Instituição, desde o início do século os frades franciscanos realizavam passeios e piqueniques com seus alunos. Contudo, foi Frei João Crisóstomo Arns que tratou de institucionalizar essas práticas buscando para isso um lugar adequado, que começou com uma chácara no município de Pinhais. Todavia, foi com a construção e implantação da Aldeia Franciscana que o ideal almejado por Frei Crisóstomo se concretizou completamente.

A título de conclusões, ainda que não definitivas, com base nas categorias elegidas que nortearam a construção desta tese e tendo em vista o objeto, o problema, os objetivos e a hipótese colocados, convém expressar algumas considerações finais que sintetizam os resultados alcançados com a pesquisa.

No que diz respeito às normas e finalidades da escola, buscou-se evidenciar como o fator religioso esteve presente desde o primeiro momento como justificativa para fundação da escola, como mostram as fontes, principalmente o diário do Padre Auling, no qual ele registrou todo processo de discussão que culminou com a

fundação da Escola Católica Alemã em 11 de maio de 1896. Conforme descreveu Padre Auling, o estopim para criação da escola católica foi a resposta negativa de que não poderia ensinar catequese aos alunos católicos da *Deutsche Schule.*

Com relação aos conteúdos ensinados, buscou-se no decorrer das análises enfatizar as transformações pelas quais a instituição passou desde seu início, como escola para filhos de imigrantes alemães católicos e outros que quisessem estudar no idioma alemão. Ressaltou-se a criação da seção brasileira na escola em 1903, o fechamento da escola alemã católica em 1937, a criação do ginásio em 1947, e a implantação do segundo ciclo do curso secundário na década de 1950. Em todos esses momentos, principalmente nos mais complicados, a solidariedade da comunidade foi fundamental para a permanência da instituição em funcionamento. Mostrou-se também como o currículo da escola passou por modificações, principalmente em razão das mudanças na legislação educacional às quais a instituição precisou se adequar. Também a atuação pastoral dos frades franciscanos junto aos alunos do colégio foi reforçada ao longo de sua evolução.

Com relação às práticas escolares, destacou-se principalmente as práticas educativas relacionadas aos elementos da religião católica, o que pôde ser confirmado pelos relatos dos ex-alunos. A catequese na escola, as aulas de religião e História Sagrada, as missas no horário de aula e as celebrações de Primeira Comunhão são alguns elementos constantes na trajetória da instituição e que caracterizam sua cultura escolar.

Por fim, no tocante às trajetórias de ex-alunos, tendo como guia o questionamento de Julia (2001), qual seja: O que fica da escola depois da escola? Buscou-se, a partir dos relatos de ex-estudantes, evidenciar o fato de que a formação oferecida no Colégio Bom Jesus possibilitava aos estudantes um futuro promissor em profissões consideradas mais “nobres” como nas áreas de Medicina, Engenharia e Direto. Além disso alguns ex-alunos ocuparam e ocupam cargos de direção em âmbito municipal, estadual, federal e mesmo internacional, como foi o caso do filho do professor Antonino Koser, o ex-aluno Konstantino Koser, que se tornou Superior Geral da Ordem dos Frades Menores.

Os relatos selecionados e analisados mostraram como na sua trajetória de vida os ex-alunos obtiveram sucesso profissional e manifestaram gratidão e

reconhecimento aos diretores e professores pela formação recebida na escola. Destacou-se nos relatos as descrições sobre a disciplina e a formação religiosa oferecida no colégio, que contribuíram para inculcação de comportamentos e valores nos alunos.

Ao longo da pesquisa surgiram algumas problemáticas que não puderam ser aqui analisadas mais demoradamente por conta da escolha do objeto e do recorte temporal definido. Assim, deixa-se entre elas, como sugestão aos pesquisadores para futuras investigações uma questão que pode ser destacada. Trata-se da investigação da documentação eclesiástica exarada da Cúria Romana e no Brasil no tocante à educação ao longo da trajetória da Igreja Católica, focalizando principalmente o período posterior ao Concílio Vaticano II.

Por fim, convém ressaltar a importância de realizar pesquisas coerentes e bem fundamentadas sobre instituições escolares como instrumento para preservação da memória e do patrimônio educacional brasileiro com vistas à melhoria da qualidade da educação e à humanização. Os resultados apresentados nesta tese intentaram colaborar com esse processo.

8 REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

A ESTRELLA. Orgam Catholico, Scientlfico, Literario e Noticioso. Redator-chefe: Constante Affonso Coelho; depois A. Teixeira -de Freitas. Curitiba. Ano I, Nº 39, 19.12.1898.

ALMANACH DO PARANÁ. Curitiba: Annibal Requião e Companhia, primeiro anno, 1896. Redactor Romário Martins. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx> Acesso em: 05/02/2017.

ARNDT, Ernst Moritz. *Der Urwaldsbote,* ano 42, nº 7. Blumenau, 15 mar., 1935.

ARNS, Alice Bertoli Mbyaça, a Província de Jesus de Frei Bernardo de Armenta. In: **Laguna, uma esquecida epopeia de Franciscanos e Bandeirantes**. Curitiba,1975.

ARNS, Frei João Crisóstomo. **Educação Passos de uma Jornada.** Curitiba: 2002.

ARNS, Frei João Crisóstomo. **Filhos e netos contam velhas histórias.** Galeria de educadores eméritos. Curitiba: s/d.

ARNS, Frei João Crisóstomo. **Histórias da aldeia**. A escola Ecológica de Rondinha e sua Filosofia Pedagógica. Coleção História e Estórias do Bom Jesus vol. 2. Curitiba: Linarth, 1985.

ARNS, Frei João Crisóstomo. **Uma escola centenária em sua moldura histórica**. Curitiba: Linarth, 1997.

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS. **História e Estórias do "Bom Jesus".** Curitiba: Linarth, 1980.

AUBERT, Roger. **Nova história da Igreja**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1975.

AULICH, Werner. **O Paraná e os Alemães.** Estudo caracteriológico sobre os imigrantes germânicos. Curitiba. 1953.

AULING, Padre Franz**. Diário escrito de 23 de novembro de 1895 a 01 de junho de 1901.** Curitiba: Arquivo Pró-Memória do Colégio Bom Jesus, 204p.

AZEVEDO, Fernando de [et al.]. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf> Acesso em: 27/02/2017.

AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal.** São Paulo: Paulinas, 1991.

AZZI, Riolando. **A Igreja na formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

AZZI, Riolando. **A Sé primacial de Salvador**: A Igreja Católica na Bahia, 1551-2001. v.1. Petrópolis: Vozes, 2001.

AZZI, Riolando**. Os bispos reformadores**. A segunda evangelização do Brasil. Brasília: SER, 1992.

BALDIN, M. A. Dom Leme e a recristianização do brasil – ensaio de interpretação In: ANAIS DO II ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES. **Revista Brasileira de História das Religiões** – ANPUH Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. Disponível em:< http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html >Acesso em: 13 / abr. 2016.

BALDIN, Marco Antonio. Dom Leme e a recristianização do brasil – ensaio de interpretação In: ANAIS do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões** – ANPUH Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. Disponível em:< http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html >Acesso em: 13 / abr. 2016.

BALDIN, Marco Antonio. **O pacificador beligerante**: Alberto José Gonçalves – Um padre na política paranaense da 1ª República (1892-1896).Franca, SP. Programa de Pós-graduação 2006. [Dissertação de Mestrado].

BALHANA, Altiva Pilatti. **Imigração e colonização**. In. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1980.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Un Mazzolino de Fiori**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras (1969). In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1998, p. 187-227.

BERALDO, Lea Silveira. **Imigrantes italianos.** São Paulo, SP: 2000. Disponível em: www.imigrantesitalianos.com.br. Acesso em 20/ fev.2015.

BIHLMEYER; K.; TUECHLE, H. **História da Igreja.** São Paulo: Paulinas, 1965.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLETIM do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Gráfica Santa Monica. Curitiba. 1993.

BOLETIM ECCLESIÁSTICO. Orgam da Cúria de Curitiba. Curitiba. Anos de 19 00 a 1957.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BORUSZENKO, Oksana. Política Imigratória. In: **Ideias e Debates 5.** História do Paraná. Curitiba. Biblioteca Pública do Paraná. 1986.

BOSCHILIA, Roseli T. **Modelando Condutas:** A Educação Católica em Colégios Masculinos (Curitiba 1925-1965). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002. [Tese de Doutorado em História].

BRASIL. **Decreto-Lei nº 406 de 4 de Maio de 1938.** Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 27/02/2017.

BRASIL. **Decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890**. Aprova o regulamento da instrução primaria e secundaria do Districto Federal. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica> Acesso em: 27/02/2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 868,** de 18 de novembro de 1938. Cria no Ministério da Educação e Saúde a Comissão Nacional de Ensino Primário. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=28089 > Acesso em: 04/02/2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – História e Geografia.** Brasília: MEC, SEF, v. 5, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf > em: 30/01/2017.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008. p.71-76.

CAES, André Luiz. Tese. **As portas do inferno não prevalecerão**: a espiritualidade católica como estratégia política. [Tese de Doutorado]. Campinas: IFCH/UNICAMP,2002.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas**. Proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. CampinasSP: Editora Unicamp, 2006.

CAMPOS, Névio de. **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná**: 1926-1938. Ponta Grossa: Editora UEPG: 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

CARVALHO, Ana Paula Comim de et al. **Desigualdades de gênero, raça e etnia.** 2ª ed. Curitiba: InterSaberes, 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF. 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: Higiene, moral e trabalho no projeto da associação Brasileira de Educação. Bragança Paulista, SP, EDUSF, 1998.

CASTRO, Elisabeth Amorim. **Ensaios sobre a Arquitetura em Curitiba 2** – Colégios e Eduncandários. Curitiba. 2006.

CELANO, Tomás de. Segunda Vida de São Francisco. In: **Fontes Franciscanas.** Escritos e biografias de São Francisco de Assis/Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano, Seleção e organização: Frei Ildefonso Silveira, O.F.M e Orlando dos Reis, 8° edição, Petrópolis RJ: Vozes, 1997.

CHERVEL, André. reflexões sobre um campo de pesquisa. História das disciplinas escolares. **Teoria & Educação**, nº. 2, p. 177-229, 1990.

CHIQUIM, Carlos Alberto (Org.). **CNBB no Paraná e a história da evangelização.** Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção a Vida, 2005.

CLEMENTE X [papa] Bula de criação da Província da Imaculada Conceição do Brasil. Roma, 1675. Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?page_id=820#sthash.fp3urRi0.dpuf > Acesso em: 23/ Jan. 2014.

COLÉGIO BOM JESUS. **Cem Histórias do Bom Jesus.** Curitiba: Colégio Bom Jesus, 1996.

CONCÍLIO VATICANO II. **Declaração *Gravissimum Educationis***. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/ vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html> Acesso em: 20/01/2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA CONGREGAÇÃO MARIANA DO BRASIL. **História. Quem somos**. Disponível em: <http://cncmb.org.br/quem-somos > Acesso em: 07/03/2017.

CPDOC / FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) "Hora do Brasil"**. (2015). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AeraVargas1/anos3745/EducacaoCultura Propaganda/HoraDoBrasil >Acesso em: 03/02/2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação nas Constituições Brasileiras. In. STEPHANOU, Maria. **História e Memórias da Educação no Brasil**– Vol.. III. Vozes, 2005.

DALLABRIDA, Norberto. (Org.). **Mosaico de escolas. A escola alemã em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

DALLABRIDA, Norberto. **A Fabricação escolar das elites**: O Ginásio Catarinense na primeira república. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DEMOSO, Luis. **Coordenação de Leis de Imigração e Colonização no Brasil**. Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1962.

DOKUMENTE.BR. **Der Kompass** (2016). Disponível em:<http://dokumente.ufpr.br/der_kompass.html> Acesso em: 04/02/2017.

DÓRIA, Osvaldo. Educação passos de uma caminhada. In: ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO BOM JESUS. **História e Estórias do "Bom Jesus".** Curitiba: Linarth, 1980.

DREHER, M. N. **Igreja e Germanidade.** São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, EDUCS, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

ECKSTEIN, Manuela Pires. Imigração e educação no Paraná: o que diziam as mensagens oficiais dos governadores à Assembleia Legislativa, da década de trinta à década de cinquenta. In: VII **Congresso Brasileiro de História da Educação**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 20 a 23 de maio de 2013. Disponível em: <http://gem.ufmt.br/cbhe7/FrmApresentacao.aspx > Acesso em: 02/03/2017.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp/FDE, 1999.

FEDALTO, Dom Pedro Antônio Marchetti. **História da Igreja no Paraná.** Curitiba: Serzegraf, 2014.

FERRARINI, Sebastião. **A Escravidão Negra na Província do Paraná**. Curitiba. Litero-técnica. 1971.

FORQUIM, Jean-Claude. **Escola e Cultura**: As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso.** 17ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Tradução de Raquel Ramalhete. 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil**. Porto Alegre RS, 1974.

FRANÇA, Luís de. Modelos e imagens de Igreja. **Cadernos do instituto Santo Tomas,** Nº. 15, 2003, Ano VIII. Disponível em: < http://www.ista.pt/1/upload/ista_15_2003.pdf > Acesso em: 05/03/2017.

FRANCISCANOS (2017). **O que é um Capítulo Provincial?** Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?p=101111> Acesso em: 25/02/2017.

FUGMANN, Wilhelm. **Os alemães no Paraná.** 1ª ed. atualizada. Tradução: Francisco Lothar Paulo Lange. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

FULBROOK, Mary. **História concisa da Alemanha**. São Paulo: Edipro, 2012.

FUNDAÇÃO CULTURAL. **Curitiba cidade luz.** Gráfica Serena. Curitiba, PR. 1993.

FUNDEPAR. **Coletânea da Legislação Estadual de Ensino. Dez. 1964 a 1967**. 1º Vol. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1968.

GARCEZ, Luiz Armando. **Curitiba – Evolução Urbana.** Rio de Janeiro: Imprensa Universitária, 2006.

GATTI JUNIOR; Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar. Conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JR.; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). **História da Educação em perspectiva:** ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GRAFIPAR. **História do Paraná**. Edição escolar. Curitiba. 1969.

GUINSKI, Otávio Duarte. **Imagens da Evolução de Curitiba**. Fotografias selecionadas. 2002.

GUMIEIRO, Fábio. As ordens religiosas e a construção sócio-política no Brasil: Colônia e Império. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, n. 46, p. 63-78, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_46_programas/pdf_46/art4_as_ordens.pdf > Acesso em 16/jan. 2014.

HEGEL, George W. F. **Introdução à História da Filosofia**. Discurso inaugural. Tradução: Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**: Ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, período colonial. Petrópolis: Vozes, 2008.

HUBER , Valburga. **A imagem europeia/alemã do Brasil:** os viajantes, os escritores, o cancioneiro popular. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/liedh/media/docs/art_valb1.pdf> Acesso em: 09/ abr. 2016.

IGLESIAS, Tânia Conceição. **A experiência educativa da ordem franciscana:** aplicação na América e sua influência no Brasil Colonial. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2010 [Tese de doutorado].

IGLESIAS, Tânia. Fontes franciscanas: os franciscanos na historiografia do Brasil e na história da educação brasileira. **Revista HISTEDBR** *On-line*, Campinas, n.43, p. 254-267, set. 2011 - ISSN: 1676-2584 254. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd>.Acesso em: 16/01/2014.

JORNAL. ***Der Kompass,*** de 1902 a 1937. Curitiba: Arquivo do Colégio Bom Jesus. Disponível em: <http://www.amigbrasil.org.br/Projetos/Der-Kompass> Acesso em 20/01/2017.

JORNAL. **Diário da Tarde.** Curitiba, de 1914 -1920 e de 1930-1945. Biblioteca Pública do Paraná. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx> Acesso em: 05/02/2017.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** São Paulo, n.1, p.9 - 43, jan./ jun.2001. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273> Acesso em: 10/08/ 2013.

KEMP, Tom. **A revolução industrial na Europa do século XIX**. São Paulo: Edições 70, 1985.

KLEIN, Roseli Bilobran. **O Colégio Santos Anjos da Congregação das Irmãs missionárias servas do Espírito Santo (1917-1970):** Uma referência da educação feminina no Planalto norte catarinense. Curitiba: UTP, 2014 [Tese de Doutorado em Educação].

KLUG, João. A Escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto.(Org.). **Mosaico de Escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2003.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes. In: STEPHANOU, BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** Vol. II. Petrópolis, RJ. Vozes. 2005.

KREUTZ, Lúcio. Imigrantes e projeto de escola pública no Brasil: diferenças e tensões culturais. In: **Educação no Brasil:** história e historiografia. Sociedade Brasileira de História da Educação (org.). Campinas: Autores Associados, 2001.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação** nº 15. 2000. Disponível em: <www. Anped.org.br> Acesso em: 20/01/2017.

KREUTZ, Lúcio. Escolas da Imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: MAUC, C.; VASCONCELLOS, N. (Org.). **Os alemães no Sul do Brasil.** Canoas: E. ULBRA, 1994.

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. In: **XXII Encontro Nacional ANPOCS** (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Caxambu, MG. 1998.

KREUTZ, Lúcio. **Material Didático e Currículo na Escola Teuto-Brasileira**. São Leopoldo: Unisinos,1994.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial.** Porto alegre: Editora da Universidade/ UFRS: Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

KREUTZ, Lúcio; KUIAVA, Evaldo Antônio; NODARI, Paulo César. Representação do magistério sob o movimento da restauração católica e seu reflexo nas escolas da imigração alemã no RS. **História Unisinos,** v. 15, n. 1, jan./abr. 2011. p. 91-99. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/965 Acesso em: 24/01/2017.

KRIEG-PLANKE, Alice. A palavra etnia: Nomear o outro origem e funcionamento do termo etnia no universo discursivo francês. **Cahiers de lexicologie. Revue internationale de lexicologie et de lexicographie**. Paris, Editions Garnier, nº 87, 2005/2. pp. 141-161. Tradução: Marcos Aurélio Barbai. Disponível em: http://www.revistalinguas.com/edicao22/artigo1.html#_edn1 Acesso em: 25/01/2017.

LAGE, Ana Cristina P. (2006) **Ultramontanismo.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm> Acesso em: 20 Jan. 2014.

LEÃO XIII. Bula de Criação da Diocese de Corytiba. Eclesiástico da Diocese de Corytiba. Paraná – Brasil. Anno I, Corytiba, 05 de Janeiro de 1900. Num. I pp.5-14. In: **Boletim eclesiástico** 1900-1904.

LEÃO XIII. Papa. **Carta Encíclica *Rerum Novarum*.** (1891). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html > Acesso em 20/jan. 2014.

LEONARDI, Paula. Educação e catolicismo. **Pensar a Educação em Revista**. Curitiba/Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 3-23, out-dez/2016. Disponível em: http://www.pensaraeducacaoemrevista.com.br/vol_2/vol_2_no_4_Paula_Leonardi.pdf Acesso em: 24/02/2017.

LIMA, Alceu Amoroso (Tristão de Athayde). **Introdução.** Mater et Magistra e Pacen in Terris. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963.

LOPES, Luís Fernando; GARBOSA, Renata Adriana. O Ensino Religioso na Rede municipal de Curitiba: Algumas considerações. In: **Anais do VII Congresso Nacional de Ensino Religioso** (CONERE). Juiz de Fora: UFJF, 2013. Disponível em: <http://www.fonaper.com.br/docs/conere2013.pdf> Acesso em: 14/ jul. 2016.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LORENZ, Karl Michael; VECHIA, Ariclê. in:NETO, W.G.et alli.**Práticas Escolares e Processos Educativos:** Currículo, Disciplinas e Instituições Escolares(Século XIX e XX). Coleção: da História da Educação no Brasil. Vol1.1ed. Vitória. EDUFES, 2011,pp115-152.

LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil e o regime republicano**. São Paulo: Ed. Loyola – CEPEHIB, 1990.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação na constituição republicana do estado do Paraná (1892) e seus desdobramentos. **Acta Scientiarum**. **Education.** Maringá, v. 36, n. 2, p. 199-209, July-Dec., 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20465/13218> Acesso em: 27/01/2017.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919) Uma face do conservadorismo.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História**: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. 2.ed. Tomo 02. São Paulo: Paulinas, 2010.

MELO, Antônio Alves de**. A evangelização no Brasil**: Dimensões teológicas e desafios pastorais. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana, 1996.

MESQUIDA, P; LORENZETTI, A. **Capitalismo agrário e romanização no Brasil. Revista Comunicações**. PPGE Unimep, 2001.

MESQUIDA; P. BRIGHENTI, M. **Dom Leme, os intelectuais e o papel da educação na reconquista da hegemonia católica**: a guerra de posição de 1915 a 1950, p. 2. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10> Acesso em:13/ abr. 2016.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MONTENEGRO, João Alfredo. **Evolução do Catolicismo no Brasil.** No novo enfoque da história do catolicismo no Brasil. Petrópolis, Editora /Vozes, 1972.

NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná:** ocupação do território, população e migrações. Curitiba SEED, 2001.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo, EPU: Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976 reimpressão.

NEGRÃO, Régis Ferreira. **Imigração alemã e educação católica na Curitiba de finais do século XIX e início do século XX.** Itaituba SP: Universidade São Francisco, Programa de Pós-Graduação Strictu sensu 2008. [Dissertação de Mestrado em Educação].

NEOTTI, Frei Clarêncio. **Cem Anos - Memória, Celebração e Renovação**. São Paulo, [s.d.]. 198p. Coleção Centenário, n. 8. Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/v3/instituicao/historia/historia2.php> Acesso em: 27/01/2017.

NOSELLA, Paollo; BUFFA, Ester. Instituições escolares: Por que e como pesquisar. In: SANTOS, A. V. dos; VECHIA, A. (Orgs.). **Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas.** Curitiba: UTP, 2008.

O CENÁCULO. Ano II, 11º fasciculo, Tomo II. Coritiba, Fevereiro de 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx > Acesso em 15/03/2017.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. “Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro”. In: **Revista Eclesiástica Brasileira,** vol. 36, fasc. 141, Março de 1976. p. 131-141.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. Políticas públicas e reformas curriculares: as escolas primárias no Paraná na Primeira República. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 1, n. 1, dez. - jul. 2006. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/3103/2044>Acesso em: 27/01/2017.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de; VOGT, Ana Maria Cordeiro. As políticas de educação do Governo Vargas no Paraná. **Revista Uniandrade** v.11/n.02, Julho – Dezembro, 2010. Disponível em: < http://www.uniandrade.br/revistauniandrade/index.php/revistauniandrade/article/view/8/7 > Acesso em: 26/02/2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo, Pioneira Editora, 1976.

OLIVEIRA, Sofia Lerche Vieira; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil.** Brasília: Liber Livro, 2007.

OUTHWAITE, W., & BOTTOMORE, T. (Edit.). **Dicionário do pensamento social do Século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1996.

PACHECO, Vera Lucia. TERENCE, Ana Maria Pacheco. **Diretrizes básicas para produção de trabalhos monográficos**: Curitiba, PR: Editora ISAL, 2007.

PARANÁ. **Lei Nº.365** de 11 de abril de 1900. Curitiba: DEAP, 1900.

PARANÁ. **Lei Nº. 723** de 3 de abril de 1907. Curitiba: DEAP, 1907.

PARANÁ. **Lei Nº. 894** de 19 de abril de 1909. Curitiba: DEAP, 1909.

PARANA. **Código do Ensino do Estado do Paraná 1917**. Decreto nº. 17 de 09 de janeiro de 1917. Curitiba: Typ. d' A República, 1917.

PARANÁ. **Lei Nº. 1775 de 3 de abril de 1918.** Curitiba: Diário Oficial ano 5 nº 1530, 6 de abril de 1918.

PARANÁ. **Relatório de Governo.** Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado: 1917 e 11918.

PARANA. **Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do Estado**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937.

PARANÁ. **Decreto 6.149**. Regulamenta o Código de Ensino de 1938 e as normas educacionais do Paraná. Diário Oficial do Estado Paraná, Curitiba, n. 1775, ano 8, p. 1 e 2, 19 de fevereiro de 1938.

PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná 1967. In: FUNDEPAR, **Coletânea da Legislação Estadual de Ensino. Dez. 1964 a 1967**. 1º Vol. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1968.

PARANÁ. Lei Nº. 4.599 de 2 de julho de 1962. Institui o Fundo Estadual de Ensino e da outra providência. In: FUNDEPAR, **Coletânea da Legislação Estadual de Ensino. Dez. 1964 a 1967**. 1º Vol. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1968.

PARANÁ. Lei 4.978 de 5 de dezembro de 1964. Estabelece o sistema estadual de ensino. In: FUNDEPAR, **Coletânea da Legislação Estadual de Ensino. Dez. 1964 a 1967**. 1º Vol. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1968.

PASTORAL COLETIVA dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio aneiro, Mariana, Cuiabá e Porto Alegre. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1915.

PAULO VI, Papa. **Encíclica Ecclesiam** Suam. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ ecclesiam.html> Acesso em: 20/01/2017.

PEREIRA, Heloisa. Helena. D.; VECCHIA, A. **Praticas Educativas no Colégio Cajurú em Curitiba:** A Revista Família Cristã como instrumento de inculcação do Ideário ultramontano francês. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

PEREIRA, Heloísa Helena Daldin. **O habitus cajuruense**: cultura escolar do Curso Normal do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Curitiba: UTP, 2014. [Tese de Doutorado em Educação].

PETITAT, André. **Produção da escola / produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PICCOLO, Frei Agostinho Salvador (Org.). **História e Estórias do Bom Jesus.** Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 1980.

PIO IX. **Encíclica *Quanta Cura*** (1864). Disponível em: http://www.montfort.org.br/old/documentos/quantacura.html> Acesso em 20/Jan.2014.

PIO IX. Papa. **Syllabus**. (1861). Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra>. Aceso em: 21/ Jan. 2014.

PIO XI. **Encíclica Divini Illius Magistri** (1929). Disponível em:<https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-i_enc_31121929_divini-illiusmagistri.hml > Acesso em: 22/01/2017.

POLIAKOV, Léon. **O mito ariano.** Perspectiva, São Paulo: EDUSP, 1974.

POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade.** Seguidos de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PROBST, C. **Aventuras no Camel Trophy**: dois brasileiros no inferno de Broneu. 7ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

PROVÍNCIA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL SETOR DE PASTORAL DEPARTAMENTO DE COLÉGIOS E FACULDADES. **Franciscanos na Educação**. Bragança Paulista, Departamento Gráfico das Faculdades Franciscanas, 1985.

RAMIRO JÚNIOR. Luiz Carlos. **Entre os Syllabus e a constituição Moderna**: debates políticos em torno da questão religiosa (187-185) no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. [Dissertação de Mestrado em Ciência Política].

REGRA Bulada (1223). In: São Francisco de Assis. **Escritos e biografias de São Francisco de Assis.** Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes/ CEFEPAL. 1993. pp. 131-139.

RENK, Valquiria Elita. **A educação dos imigrantes alemães católicos de Curitiba:** 1896-1938. O estudo de caso do Colégio Bom Jesus. Curitiba, PUC – PR/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2004. [Dissertação de Mestrado].

RENK, Valquiria Elita. **A educação dos imigrantes alemães católicos em Curitiba.** Curitiba: Champagnat, 2004. (Coleção Gralha Azul, 2).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973).** 24ª ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

RÖWER, Frei Basílio. **Páginas de história franciscana no Brasil:** Esboço histórico e documentado de todos os conventos e hospícios fundados pelos religiosos franciscanos da Província da Imaculada Conceição do Sul. 2.ed.rev.aum. Petrópolis: Vozes, 1957. 543p., il. Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?page_id=780> Aceso em: 20/02/2014.

RÖWER, Freio Basílio. **A Ordem Franciscana no Brasil**. 2ª ed. aumentada. Petrópolis RJ: Vozes,1947.

SABEH, Luiz Antonio. **Colonização Salvífica**: os Jesuítas e a coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580). [Dissertação de Mestrado em História] – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SACARRÃO, Germano da F. **Biologia e sociedade:** o homem indeterminado. Portugal, Publicações Europa-América, 1989. v. II.

SANTOS, A. V. dos. VECHIA, A. Escola, imigração alemã e identidade étnica no Paraná e em santa Catarina. **Cadernos de História da Educação** – v. 12, n. 2 – jul./dez. 2013. EDUFU, 2013.

SANTOS, A. V. Educação e fascismo no Brasil: a formação escolar da infância e o Estado Novo (1937-1945). **Revista Portuguesa de Educação**, 2012, 25(1), pp. 137-163. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/374/37425191007.pdf> Acesso em: 31/01/2017.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Da perspectiva histórica na pesquisa educacional. In: SANTOS, Ademir Valdir; VECHIA, Ariclê. (Org). **Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas**. 1.ª Ed. Curitiba: UTP, 2008

SANTOS, Ademir Valdir. dos. VECHIA, Ariclê. Escola, imigração alemã e identidade étnica no Paraná e em santa Catarina. **Cadernos de História da Educação** – v. 12, n. 2 – jul./dez. 2013. EDUFU.

SANTOS, Ademir Valdir; VECHIA, Ariclê. (Org). **Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas**. 1.ª Ed. Curitiba: UTP, 2008

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3ª ed. Campinas SP: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação).

SCHMIDT, Roberto Jorge. **A comunidade evangélica de Curitiba.** São Leopoldo, 1980 (mimeo).

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica.** A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade de Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Albino. Em guarda. **O Cenáculo**. Ano II, 11º fasciculo, Tomo II. Coritiba, Fevereiro de 1896, pp. 53-54. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx > Acesso em 15/03/2017.

SOUZA, Regina Maria Shimmelpfeng de. Tese – **Deutsche schule, a escola alemã de Curitiba:** Um olhar histórico (1884-1917). Curitiba, UFPR – Programa de Pós-Graduação, 2006 [Tese de doutorado].

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.). **Histórias e mentiras da educação no Brasil, Vol. I:** séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2005.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. II:** século XX. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2005.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. III:** século XX. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2005.

STRAUBE, Ernani Costa. **História do Colégio Bom Jesus.** Arquivo Pró-Memória do Colégio Bom Jesus. Curitiba, PR. s/d. [Texto produzido para divulgação interna no Colégio Bom Jesus].

SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo, um autorretrato**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut de; RUCKSTADTER Flávio Massami Martins; e RUCKSTADTER; Vanessa Campos Mariano (2006). **Padroado.** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm> Acesso em: 23/02/2017.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias:** mulheres de Curitiba na Primeira República. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992. [Tese de doutorado em História].

TRINDADE, Judite. **História Política**. In: Ideias e Debates 5. **História do Paraná**. Curitiba. Biblioteca Publica do Paraná. 1986.

VECHIA, Ariclê. Tese – **Imigração e educação em Curitiba, 1853-1889.** São Paulo: USP, 1998 [Tese de doutorado].

VECHIA, Ariclê. **The** «**German Threat» in Southern Brazil: the education of German immigrants as a menace to the «Brazilian National Character»** In: «History of Education & Children's Literature», III, 2 (2008), pp. 141-163ISSN 1971-109 3 (print)/ISSN 1971-1131 (online) © 2008 eum (Edizioni Università di Macerata, Italy)

VELLOZO, Dario. A imprensa e o clero. **O Cenáculo.** Ano II, 11º fasciculo, Tomo II. Coritiba, Fevereiro de 1896, pp. 33-44. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx > Acesso em 15/03/2017.

VICTOR Nestor. **A terra do futuro** (Impressões do Paraná). Rio de Janeiro : Tipografia do "Jornal do Comércio" de Rodrigues & C., 1913.

VIDAL. Diana Gonçalves. **Culturas Escolares.** Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida, SP: Santuário, 2007.

VIÑAO, Antonio. Espaços, usos e funções; a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

VINÃO FRAGO, Antônio. "Historia de la educación e historia cultural: possibilidades, problemas, cuestiones". **Revista Brasileira de Educação**, nº0, pp.63-82. Set./out./nov./dez. 1995.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná**. 2ª ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX:** a Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

WIEDENHOFER, Siegfried. Eclesiologia. In: SCHNEIDER, Theodor (org.) **Manual de Dogmática** Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2002.

WILLEKE, Frei Venâncio. **Passos da História Franciscana no Brasil**. Curitiba: Linarth, 1980.

ZIMMERMANN, Henrique. Pedro. et al. **Os alemães nos Estados do Paraná e Santa Catarina** – 1º Centenário de sua entrada nesses Estados do Sul do Brasil. Impressora Paranaense, Curityba, 1929.

ANEXOS

ANEXO A - RELATO DE DOM QUIRINO A. SCHMITZ[174]

Um pouco de história do Bom Jesus (de 1945 a 1953)

Dom Quirino A. Schmitz

Antes de mim, frei Ludgero Kroesmamm dirigia a Escola Senhor Bom Jesus. Não foi fácil substituir um confrade tão dedicado à educação e amigo de alunos e professores. Foi o que eu senti, quando em janeiro de 1945, recebi minha primeira transferência de Petrópolis (RJ) para a Escola em Curitiba.
Eu era inexperiente em matéria de ensino. Tinha, porém, muito gosto pela catequese. Outra coisa: o clima frio de Curitiba me mantinha em gripe constante, a tal ponto que o Ministro Provincial pensou em me transferir, o que me ajudou. Foi o cuidado da Irmã Hilda Moretti, da Santa Casa. Todas as manhãs, antes da missa, ela me aplicava uma injeção de cálcio na veia. Obrigado, Irmã Hilda!

1. O PRIMEIRO PROBLEMA.

Eram poucos os alunos matriculados na Escola. Não chegavam a 200. Os pais preferiam matricular os filhos em estabelecimentos que tivessem também o curso ginasial e colegial: Nós só tínhamos o curso primário, felizmente, com ótimos professores!

2. O QUE FAZER?

Os professores e eu, com também os confrades do Convento, começamos a nos perguntar: “O que fazer?” Mais uma das nossas escolas poderia fechar suas portas, como outras da Província já o tinham feito. Estávamos ante o dilema: progredir ou continuar “vegetando” até morrer!!

3. DONDE SURGIU A IDEIA DO GINÁSIO?

Os professores foram os primeiros que tiveram a idéia de abrir um ginásio, continuando o curso primário. Mas como dar o primeiro passo?

Resolvi dirigir-me ao Ministro Provincial, frei Ludovico Gomes de Castro.

---

174 Disponível no acervo digital do Arquivo Pró-Memória do Colégio Bom Jesus.

4. QUE ACHOU O PROVINCIAL?

Frei Ludovico me ouviu com atenção, fazendo as mais variadas perguntas. Depois de tudo, sentenciou: ”Não deixe fechar a escola! Procure dar os passos necessários para que isso não aconteça!

Para mim, não havia dúvida. Aquilo que os professores pediam, poderia salvar a querida escola, fundada no dia 11 de maio de 1896

5. DEI OS PASSOS.

Talvez os passos tenham sido largos demais, mas eu achava que era isso que se podia fazer para salvar a escola.

Preparei toda a papelada, com pedido de inspeção prévia para o Ginásio Bom Jesus. No dia 29 de junho de 1946, o último dia útil para esse pedido ser apresentado ao MEC, peguei o avião, um velho DC# da Real (Hoje extinta) e segui para o Rio de Janeiro. Na escala em São Paulo, liguei para o Provincialado, informando que estava a caminho do Rio para tratar da fundação do novo ginásio. Quem me atendeu, foi o Vice-Provincial, Frei Heliodoro Muller que me deu a licença para a viagem.

6. NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÂO.

Chegando ao Rio, fui direto ao Ministério, onde a diretora do Ensino Secundário me recebeu. Ela era conhecida por suas atitudes rígidas e sua inflexibilidade. Recebeu minha pasta com os papeis e, no meio deles, uma estampa de Santo Antônio. Ela olhou o santinho e perguntou: “Ele também faz parte dos documentos?” Ante minha resposta afirmativa, repôs o Santo Antônio com satisfação, no lugar onde estava. E, agora, vejam a força da intercessão do santo: dentro de poucos dias estava concedida a inspeção prévia para o Ginásio Bom Jesus. Foi este o primeiro passa para se conseguir a portaria de funcionamento do ginásio, o que se deu no dia 30 de novembro de 1946.

7. A “VAQUINHA” DOS PROFESSORES.

Não havia dinheiro, nem para comprar o material indispensável para que o ginásio pudesse começar. Os professores resolveram o problema. Fizeram uma “vaquinha” com seu pequeno salário, doando-o para adquirir o que nos faltava. E

faltava quase tudo! Só tínhamos as salas e as carteiras escolares no velho prédio do “Bom Jesus”. Destaco o nome dos professores: Francisco de Lima, Eurico Back, Angelino Cotoski, Ervino Klein, e o veterano Antonio Koser. Cito ainda: Danilo Lorusso, Renê Reis e Francisco Frigério.

8. O ESPANTO DO MINISTRO PROVINCIAL

Frei Ludovico Gomes de Castro quase caiu de costas quando lhe falei que eu tinha encaminhado o pedido para funcionamento do ginásio. Visivelmente preocupado, quis saber em nome de quem eu havia feito o pedido. E eu só pude informar: “Em nome da Província! O senhor me aconselhou, continuava eu, cuidar para não fechar a escola! Eu entendi que devia começar o curso ginasial, como sugeriam os professores!”.

Na verdade, a Província não tinha pensado como eu, nem o Definitório fora consultado!

Ante tal reação, eu me senti fulminado. Mas frei Ludovico me tranqüilizou: “Vou levar o assunto ao Definitório” que foi convocado extraordinariamente. Este, felizmente concordou com o que fora feito.

Eu fiquei refletindo: “mais uma vez, Deus escreveu direito por linhas tortas”. E essa linha torta era eu!

9. E O GINÁSIO BOM JESUS COMEÇOU...!

Foi no dia 1º de março de 1947 que o Ginásio começou com duas turmas da 1ª série. Vendo hoje, a lista dos primeiros alunos, lembro-me de quase todos eles. Faço questão de citar os seus nomes: [...].

10. O ENSINO RELIGIOSO

Sendo Ginásio católico, é natural que se desse a maior atenção possível ao ensino religioso. Lembro-me como fomos apreciados por dois padres de então. Com prazer cito seus nomes: o primeiro, Padre Geraldo Fernandes (Claretiano), mais tarde arcebispo de Londrina (PR). Chegou a emprestar o seu nome para figurar entre os professores do Ginásio! O outro, Monsenhor Jerônimo Mazzarotto (Pároco de S. Teresinha), hoje bispo emérito de Curitiba (com mais de 100 anos

de idade). Diziam eles: “O Ginásio de vocês é católico; o de alguns outros é apenas- Colégio de católicos” Era muito elogio para nós!

Eu, como Diretor do Ginásio, dava as aulas de religião. O uso do NT (Editora Vozes) era obrigatório. Com ele dávamos quase todas as aulas, assistidas por católicos e não católicos. Adotáramos o seguinte método: escolhido o trecho, seguia-se a leitura e o comentário. Depois, o mesmo texto era dialogado por todos. Havia o narrador e as outras personagens que ocorriam e o povo. Esse tipo de leitura cativava os alunos. Mais de 40 anos depois, um aluno daquele tempo, veio visitar-me. Era um empresário, de religião menonita. Ele se lembrava das aulas de religião e vinha agradecer-me por lhe ter dado a oportunidade de participar delas.

11. A MISSA PELO RÁDIO

Para celebrar o primeiro aniversário da Rádio Guairacá de Curitiba, a diretoria da emissora mandou celebrar uma missa, cantada pelos alunos do “Bom Jesus” (Ginásio e Primário). Tanto foi o aplauso do povo que a Rádio resolveu transmitir a missa todos os domingos, às 08h00min horas da manhã.

Não era fácil, naquele tempo, transmitir uma missa pelo Rádio. Fazíamos um arranjo, Frei Oswaldo Schlenger, já idoso, celebrava a missa em latim, lá no altar distante. O prof. Lourival Portela Natel e eu cuidávamos da transmissão em português. Ao grande órgão o professor Klein.

Outro programa de rádio ia ao ar todas as sextas-feiras à noite. Era a “Voz de São Francisco”, com duração de 15 minutos. Um dos meus ouvintes era o seminarista Agostinho Marochi, hoje bispo de Presidente Prudente (SP). Disto ele sempre me fala.

12. A GENEROSIDADE DE FREI ERASMO.

Frei Erasmo Cevem era guardião do Convento Bom Jesus. Interessava-se vivamente pelo que fazíamos no Ginásio. Era amigo mesmo! Disto dou apenas um exemplo:

-Precisávamos de uma cantina para os alunos. Vejam o que ele fez! Doou as telhas e outro material de uma cancha de bocha desativada, na área do Convento. Ele próprio arregaçou as mangas para ajudar a construir a “obra” que, na verdade não

passava de uma meia-água no pátio do ginásio. Nela o Sr. Armindo Ruyz, Zelador da Escola, atendia os alunos.

13. O ÔNIBUS DO GINÁSIO

Era um Chevrolet, para passeios nas férias e também para apanhar os alunos em bairros distantes. Mas, como adquiri-lo, se não tínhamos dinheiro? Ai entrou a criatividade dos alunos. Até um desfile de cães de estimação foi organizado... E o ônibus chegou e alegrou muita gente!

Mas não era só de ônibus que fazíamos piqueniques. Descíamos de trem, até o meio da Serra e pegávamos uma trilha que nos levava a uma bela “praia” de córrego... Outras vezes, subíamos até o pico do Morumbi, onde uma vez celebrei a missa para alunos e professores.

14. O GRUPO ESCOTEIRO “JORGE FRASSATI”

Atendendo o desejo de vários professores, comecei um movimento de escoteiros no Ginásio. No começo era apenas um pequeno grupo de “lobinhos”, mas aos poucos foi se ampliando.

Chegou a animar o movimento na cidade, a ponto de necessitarem de um assistente religioso, tarefa conferida a mim pelo Arcebispo.

Belo trabalho com o grupo “Frassati” foi realizado por Frei Liborio Schmitt, que passou algum tempo comigo.

15. A 1ª FORMATURA NO GINÀSIO

Foi no dia 16 de dezembro de 1950 que a 1ª turma de alunos se formou. Em ação de graças, alunos e professores participaram da missa pela manhã e, da colação de grau à noite. Eu celebrei a Missa e o prof. Francisco de Lima paraninfou a turma dos seguintes alunos: [...].

Lembro-me de cada um deles! Como gostaria de ter seus endereços!

16. HOMENAGEM AO INSPETOR E AOS PROFESSORES DA 1ª TURMA

Dr. Aldo Penteado de Almeida - Inspetor

Prof. Angelino Cotoski

Prof. Antonio Carlos Schiebel

Prof. Darcy Woelner

Prof. Ervino Klein
Prof. Eurico Bach
Prof. Francisco de Lima
Prof. Francisco Frigerio
Prof. Silvio Bove
Nunca os esqueci!

17. OS QUE CRIARAM O NOVO “BOM JESUS”

Apesar das conquistas, não havia por onde criar um Colégio moderno no acanhado prédio do Bom Jesus, “o Bom Jesus de Frei Quirino!” Deus providenciou um futuro melhor para o “Bom Jesus”. Depois de minha transferência para Lages, em janeiro de 19532, veio para Curitiba, o confrade dinâmico e empreendedor Frei João Crisóstomo Arns. Foi ele o criador do moderno “Bom Jesus” que hoje com seus alunos, encanta a todos. Com a idade chegando, Frei João Crisóstomo, deu exemplo de desprendimento. Passou o “Bom Jesus” para o jovem Frei Guido Moacir Scheidt que hoje continua a dar a vida ao grande conjunto. Alegra-me, em particular, que o “Bom Jesus” esteja ajudando a Província na formação de novos confrades. E ajuda bem, mesmo financeiramente! Retribuí assim a generosidade e a compreensão do governo da Província de 52 anos atrás. Parabéns, Frei João Crisóstomo e Frei Guido!

ANEXO B - FOTOS DO COLÉGIO BOM JESUS AO LONGO DE SUA TRAJETÓRIA

FOTOGRAFIA DA VISTA DA ESCOLA ALEMÃ DO BOM JESUS, NO PALACETE WOLFF, UTILIZADA ATÉ 1911

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

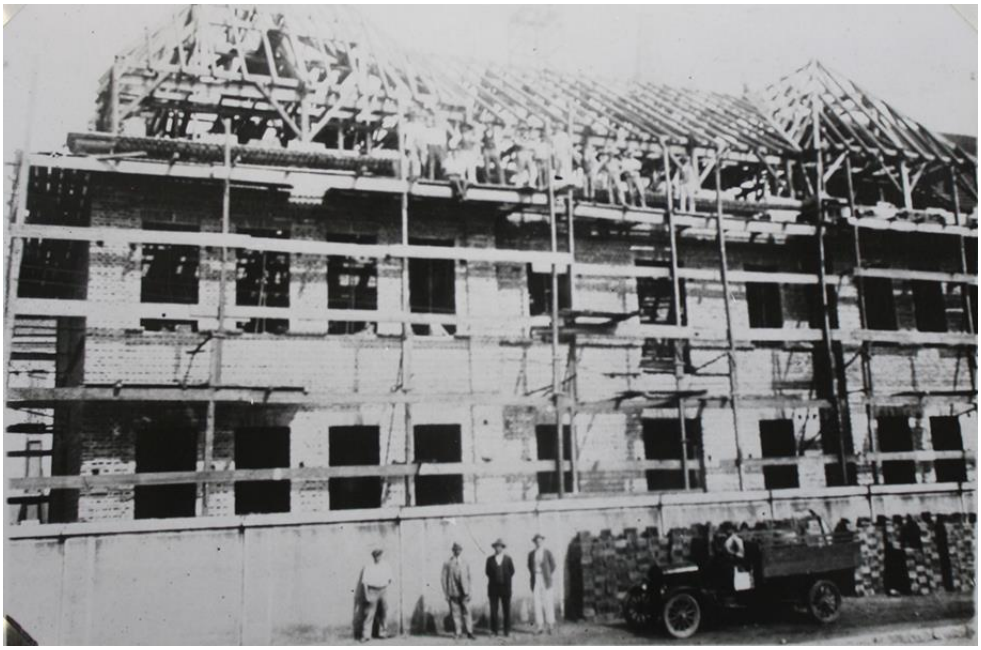
GRUPO DE ALUNOS NA LATERAL DA 2ª SEDE DA ESCOLA - HASTEADAS AS BANDEIRAS DO BRASIL E DA ALEMANHA

Fonte: Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus

CONSTRUÇÃO DO SOLAR, COM OPERÁRIOS, FREIS E O PROFESSOR DANS DOETZER-DÉCADA DE 1920

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

FACHADA FRONTAL DO SOLAR EM CONSTRUÇÃO-DÉCADA DE 1920



Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

PRÉDIO DO COLÉGIO BOM JESUS (SOLAR)

EM 1950, INAUGURADO EM 9 DE MAIO DE 1926

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

CONSTRUÇÃO DO NOVO PRÉDIO PARA O COLÉGIO NA DÉCADA DE 1950

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

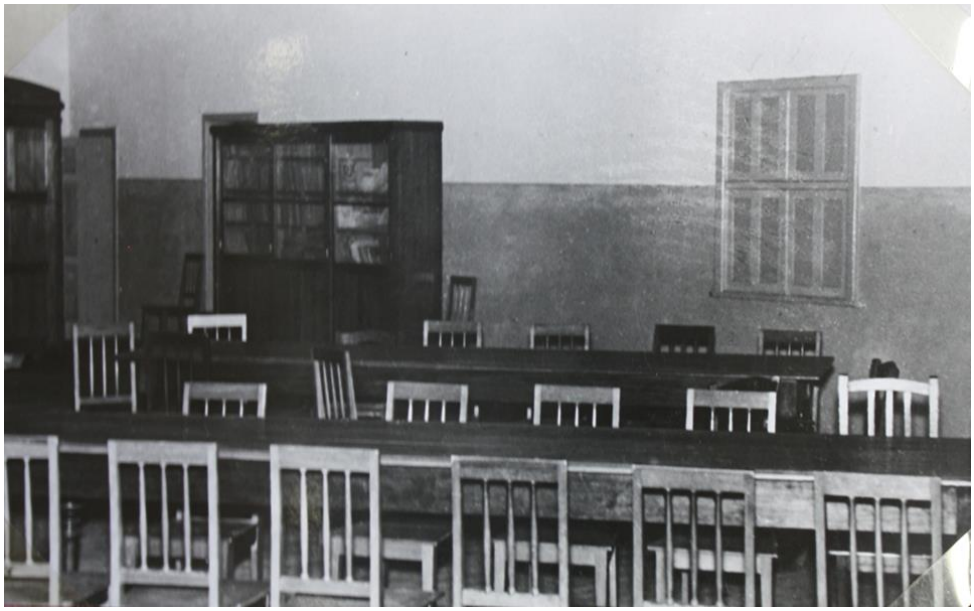
CORREDOR INTERNO DO SOLAR NA DÉCADA DE 1950

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

ESCADARIA DE ACESSO NA DÉCADA DE 50

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

SALA DE LEITURA DA BIBLIOTECA NO SOLAR NA DÉCADA DE 1950



Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

SALA DE AULA DO SOLAR

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS NATURAIS NO SOLAR

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

SALA DOS PROFESSORES NO SOLAR

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

GABINETE DO DIRETOR NO SOLAR

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

SALA DE SECRETARIA NO SOLAR

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

COMUNGANTES NO SALÃO NOBRE DO SOLAR NA DÉCADA DE1950, COM FREI CRISÓSTOMO E LOBINHOS DO GRUPO ESCOTEIRO JORGE FRASSATI

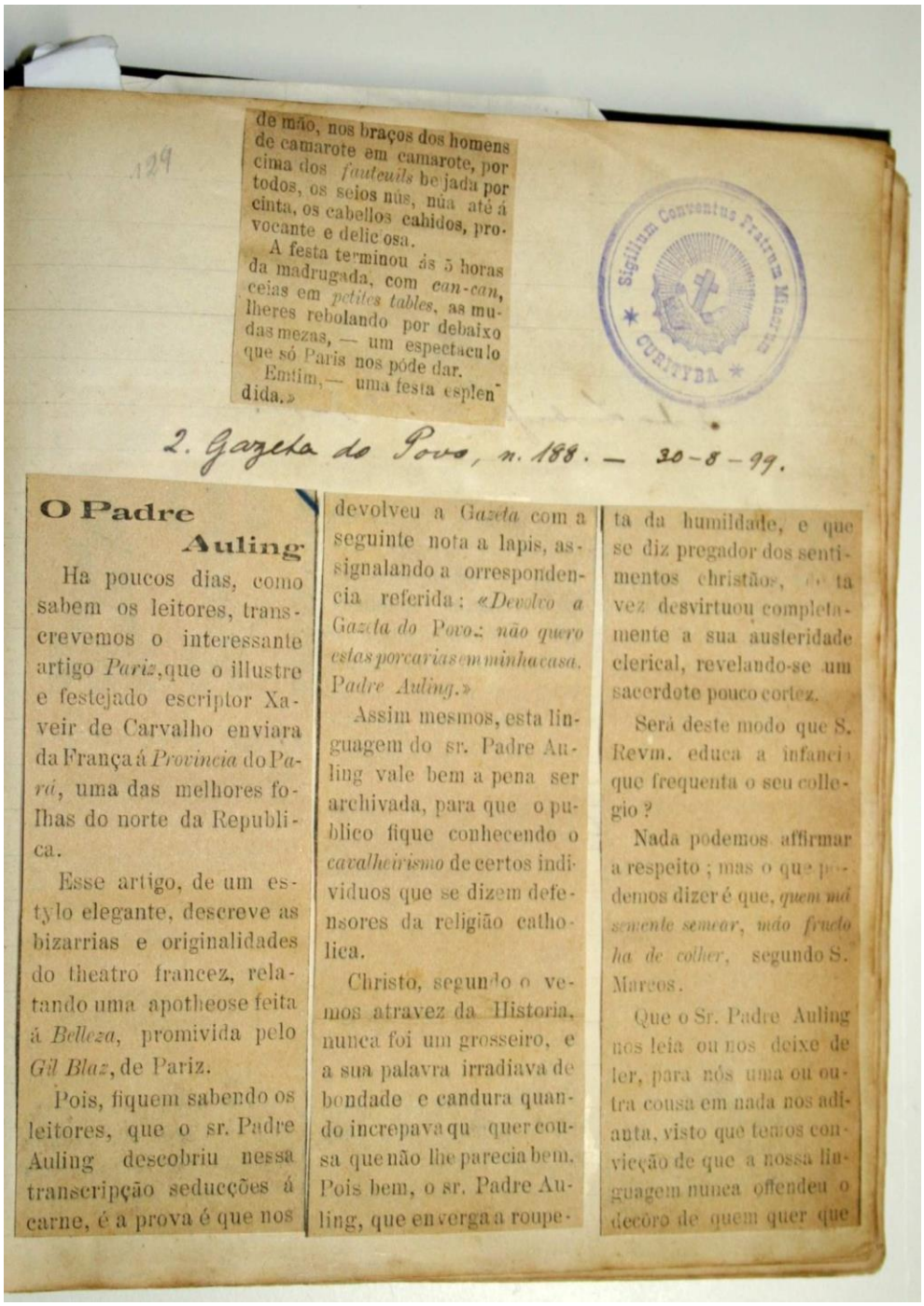
Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

ALUNOS COMUNGANTES NO PÁTIO DA IGREJA NA DÉCADA DE 1950

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

ANEXO C - RECORTES COLADOS NO DIÁRIO DO PADRE AULING

RECORTE DO JORNAL "GAZETA DO POVO"" COLADO NO DIÁRIO DO PADRE AULING COM A DESCRIÇÃO DE CONFLITOS COM A IMPRENSA (p.129).



de mão, nos braços dos homens de camarote em camarote, por cima dos *fauteuils* be jada por todos, os seios nús, núa até á cinta, os cabellos cahidos, provocante e delic osa.

A festa terminou ás 5 horas da madrugada, com *can-can*, ceias em *petites tables*, as mulheres rebolando por debaixo das mezas, — um espectaculo que só Paris nos póde dar.

Emfim,— uma festa esplendida.»

Sigillum Conventus Fratrum Minorum CURITYBA

2. Gazeta do Povo, n. 188. — 30-8-99.

O Padre Auling

Ha poucos dias, como sabem os leitores, transcrevemos o interessante artigo *Pariz*, que o illustre e festejado escriptor Xaveir de Carvalho enviara da França á *Provincia* do Pará, uma das melhores folhas do norte da Republica.

Esse artigo, de um estylo elegante, descreve as bizarrias e originalidades do theatro francez, relatando uma apotheose feita á *Belleza*, promivida pelo *Gil Blaz*, de Pariz.

Pois, fiquem sabendo os leitores, que o sr. Padre Auling descobriu nessa transcripção seducções á carne, é a prova é que nos devolveu a *Gazeta* com a seguinte nota a lapis, assignalando a orresponden-cia referida: «*Devolvo a Gazeta do Povo: não quero estas porcarias em minha casa. Padre Auling.*»

Assim mesmos, esta linguagem do sr. Padre Auling vale bem a pena ser archivada, para que o publico fique conhecendo o *cavalheirismo* de certos individuos que se dizem defensores da religião catholica.

Christo, segundo o vemos atravez da Historia, nunca foi um grosseiro, e a sua palavra irradiava de bondade e candura quando increpava qu quer cousa que não lhe parecia bem. Pois bem, o sr. Padre Auling, que enverga a roupeta da humildade, e que se diz pregador dos sentimentos christãos, de ta vez desvirtuou completamente a sua austeridade clerical, revelando-se um sacerdote pouco cortez.

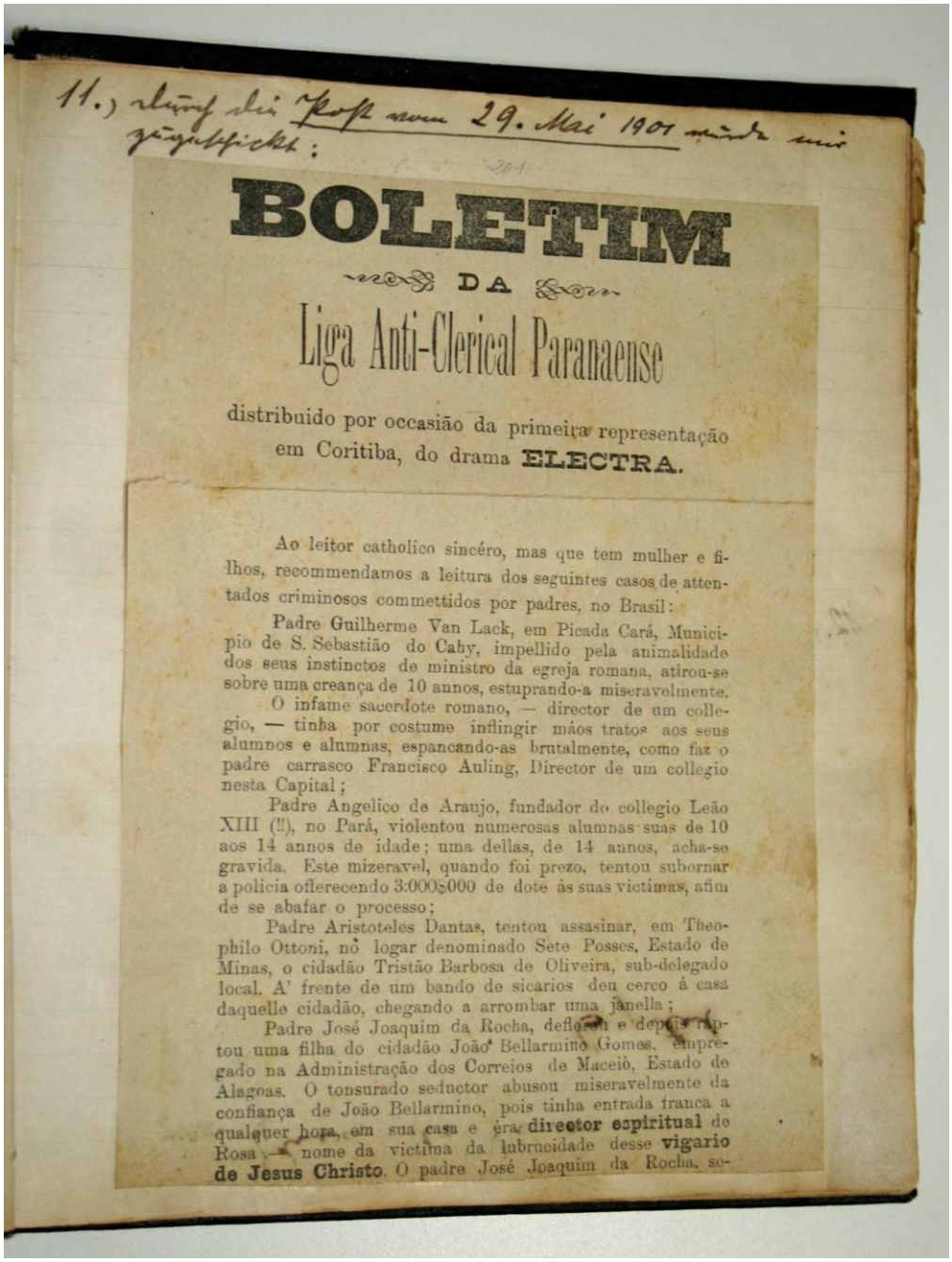
Será deste modo que S. Revm. educa a infancia que frequenta o seu collegio?

Nada podemos affirmar a respeito; mas o que podemos dizer é que, *quem má semente semear, máo fructo ha de colher*, segundo S. Marcos.

Que o Sr. Padre Auling nos leia ou nos deixe de ler, para nós uma ou outra cousa em nada nos adianta, visto que temos convicção de que a nossa linguagem nunca offendeu o decôro de quem quer que

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

FOLHETO DA LIGA ANTICLERICAL - COLAGEM DO DIÁRIO DO PADRE AULING (p. 201)



11.) durch die Post vom 29. Mai 1901 wurde mir zugeschickt:

201

BOLETIM

DA

Liga Anti-Clerical Paranaense

distribuido por occasião da primeira representação em Coritiba, do drama **ELECTRA.**

Ao leitor catholico sincéro, mas que tem mulher e filhos, recommendamos a leitura dos seguintes casos de attentados criminosos commettidos por padres, no Brasil:

Padre Guilherme Van Lack, em Picada Cará, Municipio de S. Sebastião do Cahy, impellido pela animalidade dos seus instinctos de ministro da egreja romana, atirou-se sobre uma creança de 10 annos, estuprando-a miseravelmente.

O infame sacerdote romano, — director de um collegio, — tinha por costume inflingir máos tratos aos seus alumnos e alumnas, espancando-as brutalmente, como faz o padre carrasco Francisco Auling, Director de um collegio nesta Capital;

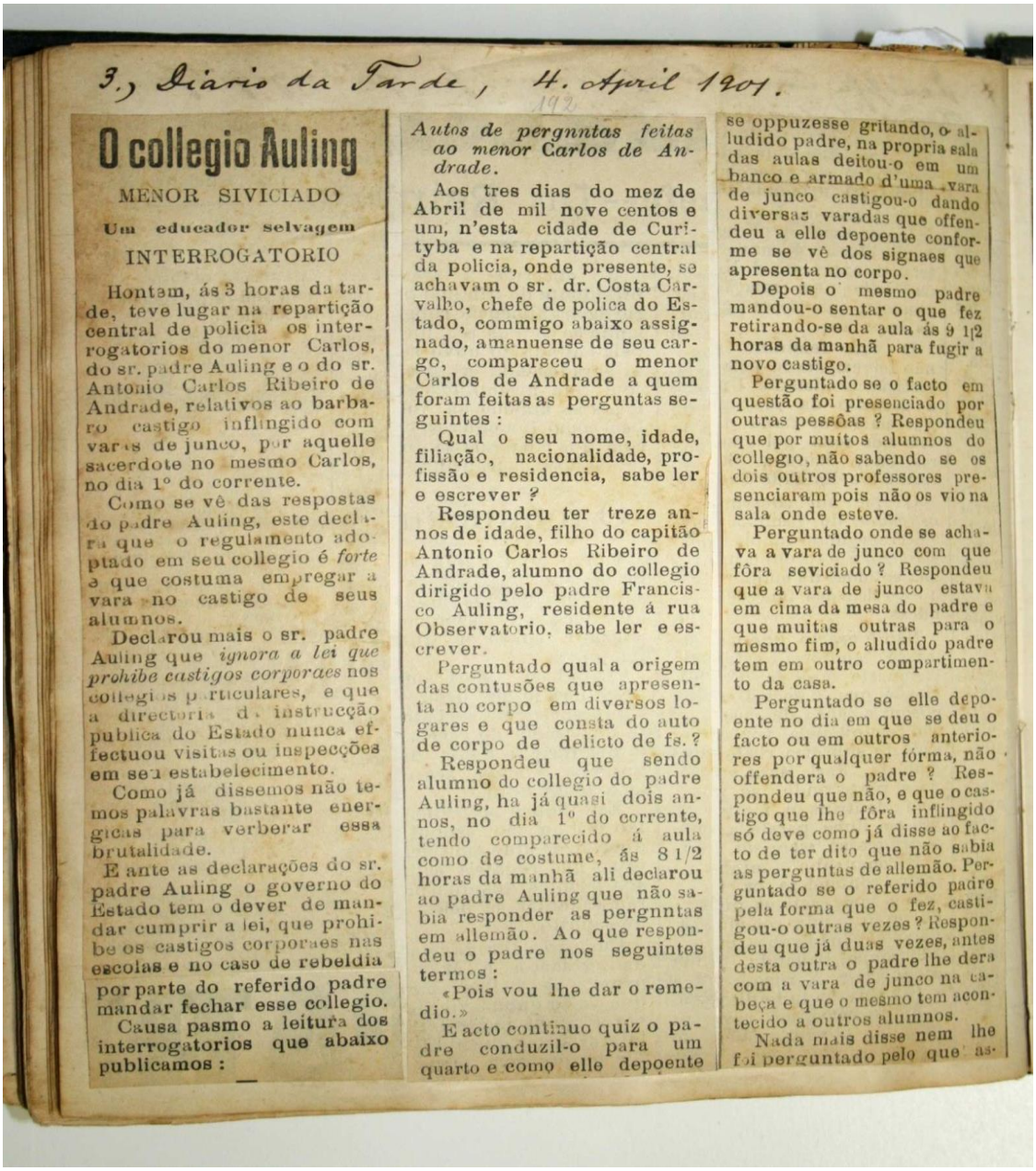
Padre Angelico de Araujo, fundador do collegio Leão XIII (!!), no Pará, violentou numerosas alumnas suas de 10 aos 14 annos de idade; uma dellas, de 14 annos, acha-se gravida. Este mizeravel, quando foi prezo, tentou subornar a policia offerecendo 3:000$000 de dote ás suas victimas, afim de se abafar o processo;

Padre Aristoteles Dantas, tentou assasinar, em Theophilo Ottoni, no logar denominado Sete Posses, Estado de Minas, o cidadão Tristão Barbosa de Oliveira, sub-delegado local. A' frente de um bando de sicarios deu cerco á casa daquelle cidadão, chegando a arrombar uma janella;

Padre José Joaquim da Rocha, deflorou e depois raptou uma filha do cidadão João Bellarmino Gomes, empregado na Administração dos Correios de Maceiò, Estado de Alagoas. O tonsurado seductor abusou miseravelmente da confiança de João Bellarmino, pois tinha entrada franca a qualquer hora, em sua casa e èra **director espiritual** de Rosa — nome da victima da lubrucidade desse **vigario de Jesus Christo**. O padre José Joaquim da Rocha, se-

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

ARTIGO DO JORNAL DIÁRIO DA TARDE COLADO
NO DIÁRIO DO PADRE AULING (p.200).



3.) Diario da Tarde, 4. April 1901.

O collegio Auling

MENOR SIVICIADO

Um educador selvagem

INTERROGATORIO

Hontem, ás 3 horas da tarde, teve lugar na repartição central de policia os interrogatorios do menor Carlos, do sr. padre Auling e o do sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, relativos ao barbaro castigo inflingido com varas de junco, por aquelle sacerdote no mesmo Carlos, no dia 1º do corrente.

Como se vê das respostas do padre Auling, este declara que o regulamento adoptado em seu collegio é *forte* e que costuma empregar a vara no castigo de seus alumnos.

Declarou mais o sr. padre Auling que *ignora a lei que prohibe castigos corporaes* nos collegios particulares, e que a directoria de instrucção publica do Estado nunca effectuou visitas ou inspecções em seu estabelecimento.

Como já dissemos não temos palavras bastante energicas para verberar essa brutalidade.

E ante as declarações do sr. padre Auling o governo do Estado tem o dever de mandar cumprir a lei, que prohibe os castigos corporaes nas escolas e no caso de rebeldia por parte do referido padre mandar fechar esse collegio.

Causa pasmo a leitura dos interrogatorios que abaixo publicamos :

Autos de pergnntas feitas ao menor Carlos de Andrade.

Aos tres dias do mez de Abril de mil nove centos e um, n'esta cidade de Curityba e na repartição central da policia, onde presente, se achavam o sr. dr. Costa Carvalho, chefe de polica do Estado, commigo abaixo assignado, amanuense de seu cargo, compareceu o menor Carlos de Andrade a quem foram feitas as perguntas seguintes :

Qual o seu nome, idade, filiação, nacionalidade, profissão e residencia, sabe ler e escrever ?

Respondeu ter treze annos de idade, filho do capitão Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, alumno do collegio dirigido pelo padre Francisco Auling, residente á rua Observatorio, sabe ler e escrever.

Perguntado qual a origem das contusões que apresenta no corpo em diversos logares e que consta do auto de corpo de delicto de fs. ?

Respondeu que sendo alumno do collegio do padre Auling, ha já quasi dois annos, no dia 1º do corrente, tendo comparecido á aula como de costume, ás 8 1/2 horas da manhã ali declarou ao padre Auling que não sabia responder as pergnntas em allemão. Ao que respondeu o padre nos seguintes termos :

«Pois vou lhe dar o remedio.»

E acto continuo quiz o padre conduzil-o para um quarto e como elle depoente se oppuzesse gritando, o alludido padre, na propria sala das aulas deitou-o em um banco e armado d'uma vara de junco castigou-o dando diversas varadas que offendeu a elle depoente conforme se vê dos signaes que apresenta no corpo.

Depois o mesmo padre mandou-o sentar o que fez retirando-se da aula ás 9 1/2 horas da manhã para fugir a novo castigo.

Perguntado se o facto em questão foi presenciado por outras pessôas ? Respondeu que por muitos alumnos do collegio, não sabendo se os dois outros professores presenciaram pois não os vio na sala onde esteve.

Perguntado onde se achava a vara de junco com que fôra seviciado ? Respondeu que a vara de junco estava em cima da mesa do padre e que muitas outras para o mesmo fim, o alludido padre tem em outro compartimento da casa.

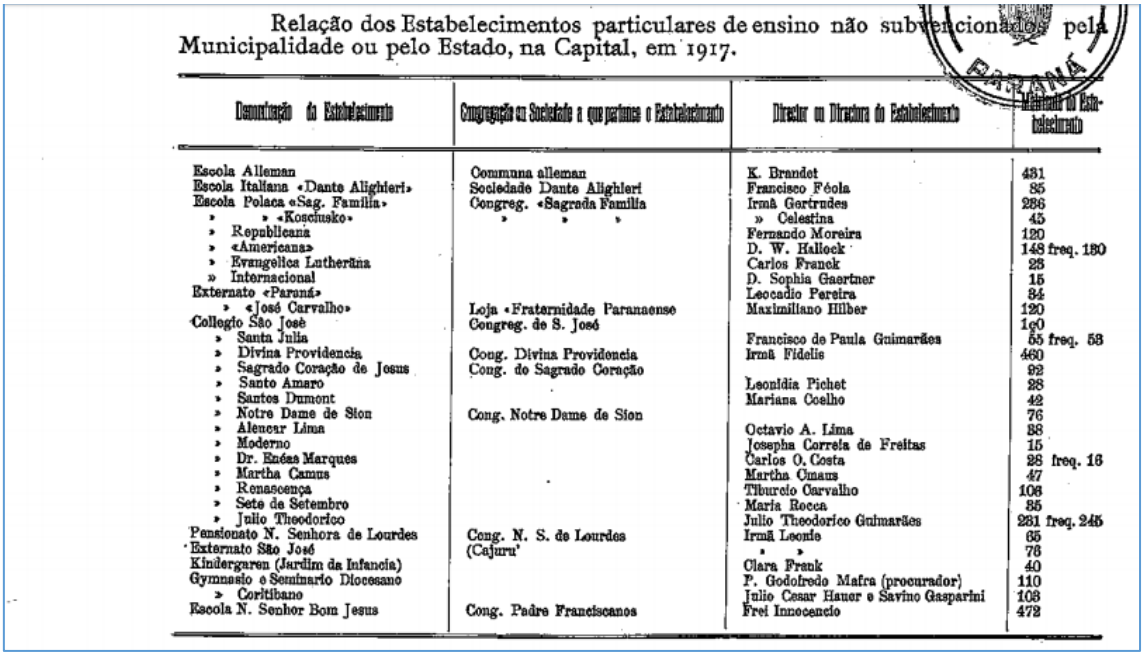
Perguntado se elle depoente no dia em que se deu o facto ou em outros anteriores por qualquer fórma, não offendera o padre ? Respondeu que não, e que o castigo que lhe fôra inflingido só deve como já disse ao facto de ter dito que não sabia as perguntas de allemão. Perguntado se o referido padre pela forma que o fez, castigou-o outras vezes ? Respondeu que já duas vezes, antes desta outra o padre lhe dera com a vara de junco na cabeça e que o mesmo tem acontecido a outros alumnos.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado pelo que as-

Fonte: Arquivo Pró-Memória – Colégio Bom Jesus

ANEXO D – RECORTES DE DOCUMENTOS OFICIAS

RECORTE DO RELATÓRIO DE GOVERNO DE 1917

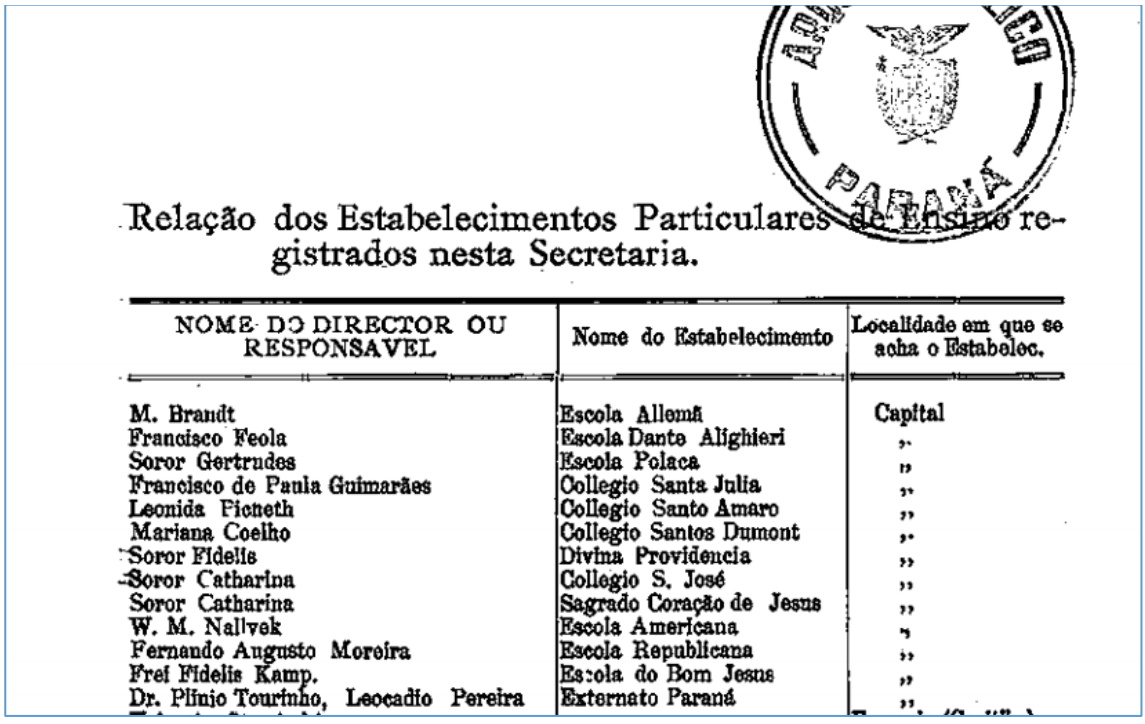


Relação dos Estabelecimentos particulares de ensino não subvencionados pela Municipalidade ou pelo Estado, na Capital, em 1917.

Denominação do Estabelecimento	Congregação ou Sociedade a que pertence o Estabelecimento	Director ou Directora do Estabelecimento	Matricula do Estabelecimento
Escola Allemã	Communa alleman	K. Brandet	431
Escola Italiana «Dante Alighieri»	Sociedade Dante Alighieri	Francisco Féola	85
Escola Polaca «Sag. Familia»	Congreg. «Sagrada Familia	Irmã Gertrudes	286
» » «Koschusko»	» » »	» Celestina	45
» Republicana		Fernando Moreira	120
» «Americana»		D. W. Hallock	148 freq. 130
» Evangelica Lutherana		Carlos Franck	28
» Internacional		D. Sophia Gaertner	15
Externato «Paraná»		Leocadio Pereira	84
» «José Carvalho»	Loja «Fraternidade Paranaense	Maximiliano Hilber	120
Collegio São José	Congreg. de S. José		160
» Santa Julia		Francisco de Paula Guimarães	55 freq. 53
» Divina Providencia	Cong. Divina Providencia	Irmã Fidelis	460
» Sagrado Coração de Jesus	Cong. do Sagrado Coração		92
» Santo Amaro		Leonidia Pichet	28
» Santos Dumont		Mariana Coelho	42
» Notre Dame de Sion	Cong. Notre Dame de Sion		76
» Alencar Lima		Octavio A. Lima	88
» Moderno		Josepha Correia de Freitas	15
» Dr. Enéas Marques		Carlos O. Costa	28 freq. 16
» Martha Camus		Martha Cmaus	47
» Renascença		Tiburcio Carvalho	106
» Sete de Setembro		Maria Rocca	85
» Julio Theodorico		Julio Theodorico Guimarães	231 freq. 245
Pensionato N. Senhora de Lourdes	Cong. N. S. de Lourdes (Cajuru'	Irmã Leonie	65
Externato São José		» »	76
Kindergaren (Jardim da Infancia)		Clara Frank	40
Gymnasio e Seminario Diocesano		P. Godofredo Mafra (procurador)	110
» Coritibano		Julio Cesar Hauer e Savino Gasparini	108
Escola N. Senhor Bom Jesus	Cong. Padre Franciscanos	Frei Innocencio	472

Fonte: Arquivo Público do Paraná

RECORTE DO RELATÓRIO DE GOVERNO DE 1918



Relação dos Estabelecimentos Particulares de Ensino registrados nesta Secretaria.

NOME DO DIRECTOR OU RESPONSAVEL	Nome do Estabelecimento	Localidade em que se acha o Estabelec.
M. Brandt	Escola Allemã	Capital
Francisco Feola	Escola Dante Alighieri	»
Soror Gertrudes	Escola Polaca	»
Francisco de Paula Guimarães	Collegio Santa Julia	»
Leonida Picheth	Collegio Santo Amaro	»
Mariana Coelho	Collegio Santos Dumont	»
Soror Fidelis	Divina Providencia	»
Soror Catharina	Collegio S. José	»
Soror Catharina	Sagrado Coração de Jesus	»
W. M. Nallvek	Escola Americana	»
Fernando Augusto Moreira	Escola Republicana	»
Frei Fidelis Kamp.	Escola do Bom Jesus	»
Dr. Plinio Tourinho, Leocadio Pereira	Externato Paraná	»